

# **FORMAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: A AMAZÔNIA E OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS**



**DANIELA RIBEIRO CASTILHO  
ESTHER LUÍZA DE SOUZA LEMOS  
MARIA DAS GRAÇAS E SILVA  
ORGANIZADORAS**

 **ABEPSS**  
Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

 **ICSA**  
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas

**DANIELA RIBEIRO CASTILHO  
ESTHER LUÍZA DE SOUZA LEMOS  
MARIA DAS GRAÇAS E SILVA**  
ORGANIZADORAS

**FORMAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO  
E INTERNACIONALIZAÇÃO  
EM SERVIÇO SOCIAL:  
A AMAZÔNIA E OS DESAFIOS  
CONTEMPORÂNEOS**



### **Universidade Federal do Pará**

Reitor: Gilmar Pereira da Silva

Vice-reitora: Loiane Prado Verbicaro

Pró-Reitoria de Administração: Raimundo da Costa Almeida

Pró-Reitoria de Ensino de Graduação: Maria Lucilena Gonzaga Costa

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação: Maria Iracilda da Cunha Sampaio

Pró-Reitoria de Extensão: Nelson José de Souza Júnior

Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal: Ícaro Duarte Pastana

Pró-Reitoria de Relações Internacionais: Lise Vieira da Costa Tupiassu

Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional: Cristian Mayko Carvalho da Costa

Prefeito Multicampi: Eliomar Azevedo do Carmo



### **Instituto de Ciências Sociais Aplicadas**

Diretor-Geral: Paulo Moreira Pinta

Diretor-Adjunto: Welson de Souza Cardoso



### **Faculdade de Serviço Social - FASS - UFPA**

Diretora: Elen Lúcia Marçal de Carvalho

Diretora Adjunta: Sílvia Cristina da Costa Stockinger Flores



### **Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - UFPA**

Coordenadora: Sandra Helena Ribeiro Cruz

Vice-coordenadora: Francilene Soares de Medeiros Costa



### **Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - UNIOESTE**

Coordenadora: Cleonilda Sabaini Tomazini Dallago

Vice-Coodenadora: Esther Luíza de Souza Lemos



### **Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - UFPE**

Coordenadora: Helena Lúcia Augusto Chaves

Vice-coordenadora: Juliane Feix Peruzzo



Presidente: Joana Valente Santana - UFPA

Gestão “A Certeza na frente, a história na mão: Serviço Social e Luta Coletiva” (2025-2026)

DANIELA RIBEIRO CASTILHO  
ESTHER LUÍZA DE SOUZA LEMOS  
MARIA DAS GRAÇAS E SILVA  
ORGANIZADORAS

**FORMAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO  
E INTERNACIONALIZAÇÃO  
EM SERVIÇO SOCIAL:  
A AMAZÔNIA E OS DESAFIOS  
CONTEMPORÂNEOS**



Belém | Pará | 2026

**Arte da capa:** Nova Pauta Comunicação

**Editoração:** Ione Sena

### Conselho Editorial

Armando Lório de Souza | Diana Priscila Sá Alberto | Francilene do Carmo Cardoso  
Gilberto de Souza Marques | Helena Doris de Almeida Barbosa | Paulo Moreira Pinto  
Rubens da Silva Ferreira | Wanderlino Demétrio Castro de Andrade

### Editora ICSA

Rubens da Silva Ferreira

As opiniões, as informações e as ideias expressas nos textos que compõem esta publicação são de inteira responsabilidade dos(as) autores(as), não refletindo, necessariamente, o posicionamento da organização do evento, da coordenação editorial ou das instituições envolvidas na publicação.

A exatidão das informações e a revisão textual, bem como a normalização das citações e referências são de inteira responsabilidade dos(as) autores(as).

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Formação, pós-graduação e internacionalização em serviço social [livro eletrônico] : a Amazônia e os desafios contemporâneos / organizadoras Daniela Ribeiro Castilho, Esther Luíza de Souza Lemos, Maria das Graças e Silva. -- Belém, PA : Instituto de Ciências Sociais Aplicadas - ICESA/UFPa : Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS, 2026.  
PDF

Vários autores.  
Bibliografia.  
ISBN 978-85-61214-46-3

1. Amazônia 2. Ensino superior (Pós-graduação)  
3. Internacionalização 4. Serviço social - Estudo e ensino 5. Serviço social - Formação profissional  
I. Castilho, Daniela Ribeiro. II. Lemos, Esther Luíza de Souza. III. Silva, Maria das Graças e.

26-367283.0

CDD-361.3

#### Índices para catálogo sistemático:

1. Serviço social : Prática profissional 361.3

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

#### Ed. ICSA

Universidade Federal do Pará • Instituto de Ciências Sociais Aplicadas  
R. Augusto Corrêa, 1 – Guamá, Belém – Pará – Campus Profissional – 66075-110

Licença de uso



**CC BY-ND 4.0**

Esta obra está licenciada sob a licença Creative Commons Atribuição Sem Derivações 4.0 Internacional. É permitida a leitura, a citação e a redistribuição do conteúdo, desde que seja atribuída a autoria e mantida a integridade dos textos, sendo vedada qualquer forma de alteração.

## SUMÁRIO

- 11 APRESENTAÇÃO
- 17 SERVIÇO SOCIAL, INTERNACIONALIZAÇÃO E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
*Marilda Villela Yamamoto*
- 43 GEOPOLÍTICA DEL TRABAJO SOCIAL GLOBAL Y DESAFÍOS DE LA AIETS  
*Annamaria Campanini*
- 69 INTERNACIONALIZAR, CONTEXTUALIZAR, TRANSFORMAR: CLAVES PARA UN TRABAJO SOCIAL DEL SUR  
Sonia Brito
- 83 PARTICULARIDADES E SINGULARIDADES DA UNILA NO CONJUNTO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL  
*Elmides Maria Araldi*
- 101 A PARTICULARIDADE DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL EM ANGOLA  
*Simão João Samba*
- 125 CONTRIBUTOS PARA REFLEXÕES SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO, LIVRE TRÂNSITO DE PROFISSIONAIS E O SERVIÇO SOCIAL  
*Alex Fabiano Toledo | Fabricia Cristina de Castro Maciel*
- 151 A PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL, OS DESAFIOS DA INTERNACIONALIZAÇÃO E SEU FINANCIAMENTO  
*Roberto Leher*

- 165 OS DESAFIOS DA INTERNACIONALIZAÇÃO DA ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL E SEU FINANCIAMENTO PELA CAPES  
*Hamida Assunção Pinheiro*
- 193 PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: DESAFIOS DA INTERNACIONALIZAÇÃO E SEU FINANCIAMENTO  
*Solange Maria Teixeira*
- 201 EXPRESSÕES DA “QUESTÃO SOCIAL” NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: DESAFIOS À PÓS-GRADUAÇÃO E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO  
*Joana Valente Santana*
- 223 TENDENCIAS DE LA INTERNACIONALIZACIÓN DEL TRABAJO SOCIAL EN AMÉRICA LATINA.  
*Sergio Quintero Londoño*
- 243 POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: sujeitos políticos na defesa e acesso a direitos na particularidade da Amazônia brasileira  
*Patrício Azevedo Ribeiro*
- 261 UNIDADE E DIVERSIDADE LATINO-AMERICANA NA PARTICULARIDADE DA REGIÃO DO CONE SUL DA ALA EITS  
*Ramiro Marcos Dulcich Piccolo*
- 277 UNIDAD Y DIVERSIDAD LATINOAMERICANA EN LA PARTICULARIDAD DEL TRABAJO SOCIAL DE LA REGIÓN ANDINA  
*Jorge García Escobar*
- 295 REPENSAR LA MOVILIDAD INTERNACIONAL EN TIEMPOS DE MERCANTILIZACIÓN DE LA EDUCACIÓN SUPERIOR  
*Marcos Chinchilla Montes*

- 319 | PARTICULARIDADES REGIONAIS E A  
INTERNACIONALIZAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO DO  
SERVIÇO SOCIAL: SÍNTESE HISTÓRICA E DIÁLOGO  
COLETIVO  
*Alene Silva da Rosa | Laís Duarte Corrêa | Rodrigo Diniz | Ariane Paiva |  
Rosemeire dos Santos | Sandra de Faria | Heleni de Ávila*
- 347 | NUESTRO NORTE ES EL SUR - REFLEXÕES  
SOBRE O PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO NO  
SERVIÇO SOCIAL  
*Daniela Ribeiro Castilho | Esther Luíza de Souza Lemos | Maria das Graças e  
Silva*
- 359 | SOBRE AS(OS) AUTORAS(ES)



*À Profa. Joaquina Barata Teixeira ,  
assistente social que nasceu em Marapanim  
(PA), cidade de raiz indígena que significa  
“borboletinha das águas”. Com ela  
aprendemos que a transformação social é  
coletiva, é revolução permanente, é água viva,  
é rio que corre, é pororoca de luta e esperança  
na construção da emancipação humana.*

## APRESENTAÇÃO

O E-book que você lê agora é resultado do I Seminário Internacional “Formação, Pós-Graduação e Internacionalização em Serviço Social: a Amazônia e os desafios contemporâneos”, realizado no período de 04 a 06 de julho de 2024 na cidade de Belém do Pará, organizado pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS na gestão **“Em Luta, Seguimos Atentas e Fortes: Luciana Cantalice, presente!”** (2023 – 2024).

O evento teve como objetivos discutir a perspectiva de internacionalização defendida pelo Serviço Social na materialização do projeto ético-político profissional; promover a interlocução entre estudantes e pesquisadoras/es da área do Serviço Social, entidades e redes de pesquisa internacionais; discutir a particularidade da pesquisa e da pós-graduação destacando a Amazônia internacional e subsidiar a ABEPSS na formulação da política de relações internacionais da entidade.

A escolha de uma das Amazônias, a Paraense, para sediar o primeiro seminário, não pode ser entendida como casual. Traz consigo uma perspectiva de urgência e resistência, sobretudo, às desigualdades regionais, como também, a compreensão de sua inegável importância na construção de estratégias de enfrentamentos e lutas ao contexto de agudização da questão socioambiental.

Tendo em sua identidade visual a inspiração de Torres Garcia, artista uruguaio imortalizado na obra *Nuestro norte es el sur* (1943), marco na luta anti-imperialista, o Seminário e o conteúdo apresentado na capa e nas páginas a seguir expressam a resistência e a luta internacionalista construída pelo Serviço Social brasileiro *desde abajo* como parte da classe trabalhadora.

Com o projeto profissional articulado às lutas sociais na América Latina, o tempo presente exige a construção de saídas que de fato se contraponham à lógica destrutiva do capital e caminhem em direção à defesa da vida, particularmente dos povos que habitam a floresta com seus modos de ser e de viver. As resistências estão vivas e a cultura popular, desde a década de 1980, denuncia que a região norte tem sido uma *“ferida aberta pelo progresso, sugada pelos sulistas e amputada pela consciência nacional”*.

Como Unidade de Formação Acadêmica – UFA filiada à ABEPSS, o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PPGSS da Universidade Federal do Pará – UFPA, na condição de anfitrião, teve participação ativa no evento, contribuindo no fortalecimento do debate, da solidariedade entre os programas de pós-graduação do país e respectivos cursos de graduação.

Articulando formação e trabalho profissional em Serviço Social, a programação do evento e os presentes textos aqui apresentados dialogam com a agenda política do Conselho Federal e Conselhos Regionais de Serviço Social, particularmente no eixo da Formação Profissional e Relações Internacionais, ampliando o debate, consciência crítica e estratégias coletivas na área. Entre estas destacamos o trabalho realizado no âmbito das duas universidades internacionais que ofertam cursos de Serviço Social, a Universidade Federal da Integração Latinoamericana – UNILA na cidade de Foz do Iguaçu – PR e a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB na cidade de Redenção – CE.

A participação dos Conselhos Regionais de Serviço Social – CRESS, particularmente os da região norte, foi determinante e significativa, congregando profissionais, estudantes e pesquisadoras(es) de todo o

---

<sup>1</sup> Trecho da música “Belém-Pará-Brasil”, composta por Edmar Rocha e lançada pelo grupo de rock paraense, Mosaico de Ravena no final dos anos 1980. Traz uma crítica ácida para uma visão estereotipada e de exploração da Amazônia e dos povos que habitam.

Brasil, países da América Latina, Central e Caribe, África e Portugal, na perspectiva de pensar os desafios do Serviço Social na região amazônica em uma conjuntura marcada por sucessivos e progressivos riscos, ameaças socioambientais e violações de direitos humanos.

O debate sobre a internacionalização tem sido uma questão central junto aos Programas de Pós-graduação em Serviço Social a partir da década de 1990, ao mesmo tempo que desafiadora, frente ao contexto de “globalização” do conhecimento e de profundas desigualdades econômicas, políticas, socioambientais, culturais e outras que se explicitam entre a periferia e o centro do capital.

O desafio de pensar a internacionalização é concebê-la à luz do projeto ético-político, tendo como foco a promoção da interlocução das(os) sujeitas(os), entidades e redes de cooperação internacional que possam pensar, refletir, analisar, elaborar e apreender as determinações do tempo presente no sentido de construir conhecimentos socialmente referenciados na teoria social crítica, capazes de fazer enfrentamentos às desigualdades relacionadas à financeirização da economia, à mercantilização da política e da cultura no cenário mundial, as quais intensificam a alienação e esvaziam a vida social de sentido (Iamamoto, 2008)<sup>2</sup>.

É nesta direção, que nossas entidades, acadêmico-científica e profissional, no caso, ABEPSS e conjunto CFESS/CRESS, têm construído suas políticas de relações internacionais, com prioridade para o eixo sul-sul, com centralidade na América Latina, Caribe, África e países de língua portuguesa, na perspectiva de fortalecimento e consolidação do projeto ético-político e construção de um conhecimento que enfrente as explorações e opressões produzidas pelo grande capital, ou seja, a construção de redes internacionais de conhecimento contra-hegemônico.

---

<sup>2</sup> IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

Foi com esse sentimento de solidariedade internacional que Belém recebeu pesquisadoras e pesquisadores de sete países, de três continentes, que puderam trocar reflexões e análises para pensar a luta e os desafios colocados para o Serviço Social. O evento foi realizado de forma híbrida e bilíngue, sendo as mesas apresentadas na língua portuguesa e espanhola.<sup>3</sup> Por isto, você encontrará neste E-book textos em português e espanhol respectivamente de autoras(es) do Brasil, Angola, Chile, Colômbia, Costa Rica, Peru e Itália.

A composição das(os) palestrantes, agora autoras(es), foi pensada de forma a proporcionar o debate à partir da análise de profissionais, docentes e estudantes pesquisadoras(es), vinculadas(os) a diferentes universidades bem como sua articulação com a representação das entidades da categoria que coordenam a formação profissional em âmbito nacional, latino-americano e internacional por meio da ABEPSS, da Associação Latinoamericana de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ALAEITS) e Associação Internacional de Escolas de Serviço Social (AIETS), respectivamente.

Os dezessete capítulos do livro estão organizados em três partes: Parte 1 – Serviço Social, internacionalização e produção do conhecimento: desafios contemporâneos; Parte 2 – Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil, desafios da Internacionalização e a particularidade amazônica e Parte 3 – Desafios para a internacionalização na América Latina e Caribe e seu enraizamento nas regiões brasileiras.

Registramos nossos agradecimentos às(aos) autoras(es), toda a equipe da comissão organizadora e gestão da ABEPSS que não mediram esforços para que o evento ganhasse vida. Também agradecemos aos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPA na região norte,

---

<sup>3</sup> Em números, o 1º Seminário contou com 1600 inscritos(as), 951 de forma *online* e 649 de maneira presencial. O conteúdo dos três dias de evento está publicizado na íntegra no canal TV ABEPSS no YouTube, disponível em: <https://www.youtube.com/@tvabepss2387/streams>.

UNIOESTE na região sul e UFPE na região nordeste que, como sócios institucionais da ABEPSS, contribuíram financeiramente viabilizando a presente publicação.

Agradecemos ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – ICSA da UFPA que, com seu selo editorial, materializou o registro, em produção bibliográfica, das palavras proferidas nas palestras, socializando às futuras gerações profissionais e leitoras(es) interessadas(os), o conteúdo deste importante evento, marco na agenda da ABEPSS a partir da Amazônia Paraense.

Desde a Amazônia brasileira, o Serviço Social clama e reclama contra os saques históricos do capital internacional e denuncia, nas palavras da banda de rock Mosaico de Ravena, o projeto de “internacionalização” que foi pensado pelos donos do poder.

“Ah, chega de malfeituas  
Ah, chega de triste rima  
Devolvam a nossa cultura  
Queremos o Norte lá em cima  
Por quê? Onde já se viu?  
Isso é Belém!  
Isso é Pará!  
Isso é Brasil!”<sup>4</sup>

Dra. Daniela Ribeiro Castilho (UFPA)

Dra. Esther Luíza de Souza Lemos (UNIOESTE)

Dra. Maria das Graças e Silva (UFPE)

*Organizadoras*

---

<sup>4</sup> Trecho da música “Belém-Pará-Brasil”, composta por Edmar Rocha e lançada pelo grupo de rock paraense, Mosaico de Ravena.

# SERVIÇO SOCIAL, INTERNACIONALIZAÇÃO E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS<sup>1</sup>

*Marilda Villela lamamoto*



América Invertida (1943) – Joaquín Torres García

<sup>1</sup> Agradeço à diretoria da ABEPSS, em especial, à coordenadora de relações internacionais, Prof.<sup>a</sup> Esther Luiza de Souza Lemos, a honra do convite para participar desse evento juntamente com a prof. Dra. Annamaria Campanini, liderança mundial do Serviço Social, presidente da AIETS por duas gestões e profundamente envolvida com o intercâmbio internacional no Serviço Social. Saudações ao conjunto do CFESS–CRESS em nome do CRESS Pará, que recebe as e os participantes juntamente com a Universidade Federal do Pará. Saudações aos presentes e participantes *on line*, em nome da Prof.<sup>a</sup> Dra. Joaquina Barata, que escolheu a margem da resistência como orientação de vida e condensa a fortaleza intelectual e política e a riqueza cultural dos povos da Amazônia.

Esse Seminário Serviço Social, internacionalização e produção do conhecimento: desafios contemporâneos realizado em Belém (Pará) é certamente um ato acadêmico e político de defesa da Amazônia no espírito de “*Nuestra América*”, pátria grande, livre e soberana –, de Jose Martí, uma fértil inspiração para o tema desse Seminário: Intelectual cubano, que lutou pela independência de seu país na defesa de nossa unidade cultural, identidade e resistência ao colonialismo e ao imperialismo norte-americano, em favor da soberania de nossos povos.

Os holofotes do mundo miram a Amazônia, um dos pilares de salvação do planeta, já ameaçado, que, em 2025, irá sediar a Conferência da ONU sobre as Mudanças Climáticas (COP 30). A Amazônia é parte de nossa unidade latino-americana ao integrar o Brasil e mais 8 países fronteiriços da região amazônica: Guiana Francesa; Suriname; República da Guiana; Venezuela; Colômbia; Peru e Bolívia. A pilhagem de recursos naturais do planeta e a crescente mercantilização dessas riquezas – a exploração em moldes capitalistas de minerais, da água, do ar e das florestas – envolvem Estados nacionais e afeta povos indígenas, posseiros e produtores agrícolas, habitantes ancestrais desse território que se tornam alvo de violência extrema – similares à “acumulação primitiva” na formação do capital na Europa, nos séculos XV e XVI (Marx, 2017, livro I).

Nesses tempos de guerra contra a humanidade é necessário breve manifestação em defesa da paz mundial. Tensões econômicas na disputa pela hegemonia e pelo mercado mundial impulsionam conflitos bélicos – entre os quais a guerra entre a Federação Russa e a Ucrânia, com participação direta da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) e a guerra de extermínio na Faixa de Gaza, entre Israel o governo de Hamas. O resultado tem sido a enorme crise humanitária, a imigração massiva de refugiados que fogem da morte, da fome, da pobreza, o

fomento da xenofobia e dos fundamentalismos. Faz-se urgente o cessar fogo definitivo que permita a prestação de ajuda humanitária desimpedida e a imediata liberação dos reféns em defesa da paz entre os povos.

## **1 Serviço Social e internacionalização**

O ponto de partida é que a internacionalização se constrói na história. Ela é um terreno de disputa pelo poder, campo de luta pela hegemonia no cenário mundial, que assume várias formas ao longo do século XX e na atualidade, afetando todas as dimensões da vida e, também, a produção de conhecimentos.

O Serviço Social na América Latina é fruto do século XX – essa “era dos extremos” (Hobsbawm, 2009) – atravessado por *várias formas históricas de internacionalização* que resultaram em duas guerras mundiais, a Guerra Fria polarizada pela União Soviética e EUA e incidências nas ditaduras militares no continente, histórico divisor de águas na constituição e expansão do Serviço Social. Na atualidade, a crise e mundialização do capital abrem novas exigências e formas de internacionalização no modo de vida e de trabalho, com o suporte da expansão da ciência e da tecnologia forças produtivas por excelência.

Estamos às vésperas de um século de existência do Serviço Social com a criação da primeira escola no Chile, em 1925. Este Serviço Social latino-americano centenário tem buscado manter-se “contemporâneo ao seu tempo” (Murilo Mendes, 1994), com fecunda tradição de autoquestionamentos: pensar-se criticamente na dinâmica da história, em um permanente movimento de autossuperação. Há mais de 60 anos na América Latina e no Caribe temos construído um Serviço Social comprometido com os dilemas da “questão social” e da “questão nacional”

no marco das relações entre o Estado e as classes sociais nos países dependentes, marcados pela herança colonial: uma profissão voltada aos interesses e necessidades de segmentos trabalhadores, afrodescendentes oriundos da escravidão colonial, povos indígenas ancestrais e o conjunto de diversos segmentos sociais sujeitos à opressão e exploração.

Tal orientação implicou rupturas com o colonialismo científico e cultural desde as origens do Serviço Social, espelhada nas influências franco-belgas e norte-americanas. A recusa dos fundamentos de teorias importadas de centros europeus e norte-americanos alimentou elaborações originais, calcadas na realidade histórica dos países da região, a partir do movimento de reconceituação (1965 – 1975), sob a inspiração de concepções histórico-críticas. Esse acúmulo de produção científica é base para um diálogo internacionalista paritário, que se alimenta do enriquecimento de diferenças na busca de patamares comuns de unidade.

O Serviço Social na cena mundial é uma unidade de diversos, tanto em função de particularidades históricas nacionais quanto da reserva de forças acumuladas por assistentes sociais latino-americanos, de caráter organizacional, acadêmico e político-profissional. Ela enriquece o intercâmbio internacional no trabalho e na educação (de níveis médio, superior, universitário e pós-graduado *stricto sensu*), na organização da categoria, na pesquisa e na produção científica acumulada, expressando-se na pauta e na vitalidade dos debates. A diversidade não ofusca sua unidade enquanto profissão regulamentada (Lei nº 8.662, de 07/08/1993 e Lei nº 12317 de 26/08/2010) e área de conhecimento (Mota, 2016), soldadas por parâmetros éticos compartilhados e desafios comuns: o aperfeiçoamento da formação e do exercício profissionais; Concretização da legitimação dessa profissão e área de conhecimento pela comunidade científica e pelos sujeitos alvo dos serviços prestados e profissionais de áreas correlatas.

No Brasil, o Serviço Social assumiu o ideário emancipatório herdeiro da luta mundial dos trabalhadores, que fundamentam o Código de Ética vigente (CFESS 1993) e dão norte ao projeto do Serviço Social no país – e, certamente, orienta a perspectiva de internacionalização: o compromisso com os valores da liberdade, da igualdade, da radicalidade democrática, da cidadania para todos, a recusa aos preconceitos, o respeito aos direitos humanos e a qualidade dos serviços: Os sujeitos com quem trabalhamos são considerados na sua concretude: nas diferenças de classes, atravessadas pela cultura, etnia, raça, geração, território, religião, sexo e relações de gênero. Nossa direção é o Serviço Social inscrito na história, privilegiando “uma aproximação teórica e política com as lutas, organizações e movimentos sociais que portam a defesa de direitos e projetos societários das classes” (Iamamoto e Santos, 2021).

A história da organização internacional dos trabalhadores nos inspira a pensar outra internacionalização baseada no projeto societário internacionalista de trabalhadores. No século XIX, na Europa, no quadro de expansão industrial de lutas sociais, sua primeira manifestação é a da união operária internacional, cujo programa teórico-prático sob a forma de Manifesto, é lançado de Londres, em 1847, redigido por Marx e Engels. Sua tese central é que

a produção econômica e a estrutura social que necessariamente decorre dela constituem, em cada época histórica, a base da história política e intelectual dessa época”. E, desde a dissolução do regime de produção fundado na propriedade comum da terra, toda a história tem sido “a história de lutas de classes – entre classes exploradoras e exploradas, dominantes e dominadas, nos diferentes estágios de desenvolvimento social. Nessa época, essa luta atinge um estágio e que a classe explorada e oprimida – assalariados ou proletários – “não pode mais libertar-se da classe que a explora e oprime – a burguesia – sem libertar ao mesmo tempo e para sempre, da exploração, da opressão e das lutas de classes, toda a sociedade (Marx e Engels, 1977, p. 17).

Com base nesse programa conclama-se a união dos trabalhadores assalariados de todos os países: “Proletários de todos os países uni-vos” (idem, p.47)

Uma segunda iniciativa de solidariedade internacional é a criação, da *Associação Internacional dos Trabalhadores*, em 1864 (Marx e Engels, 1977), cujo objetivo foi reunir organizações e movimentos operários de diferentes tendências teóricas e políticas num vínculo de cooperação fraterna e contribuir com o avanço conjunto. O lema é que a emancipação da classe trabalhadora será obra dessa mesma classe: uma luta por direitos e deveres iguais e pela abolição de todo domínio de classes.

Nas duas experiências, chama atenção a integração entre produção do conhecimento, organização da ação política coletiva e da difusão de ideias: a teoria se torna força real quando assumida pelas coletividades que com ela se identificam.

Esse legado de outros tempos nos inspira, na atualidade, a identificar formas de organização com traços de internacionalização, preservando aquelas teses centrais. E conclamar: “assistentes sociais de todo o mundo, uni-vos”, respeitando nossas particularidades e processos associativistas, que passam por entidades internacionais, nacionais, regionais e internacionais do Serviço Social, representativas.

### **1.1 A dimensão internacional da renovação histórico-crítica no Serviço Social no Brasil.**

O Serviço Social tem uma tradição de associativismo intensa, desde seus primórdios a exemplo da União Católica Internacional de Serviço Social (UCISS) e de articulações no âmbito da panamericanismo no imediato pós-guerra. A partir da década de 1960, em plena guerra

fria, novas veias são abertas em *Nuestra América* com os Seminários Latino-americanos (1965 – 1972), articulados no Cone Sul com o apoio financeiro da Democracia Cristã Alemã por meio do *Instituto de Solidariedad internacional* (ISI), a partir dos quais se organiza e se desenvolve o movimento de reconceituação em suas bases teóricas, políticas e ético-profissionais. Esse movimento se desdobra na articulação empreendida pela *Asociación Latinoamericana de Escuelas de Trabajo Social (ALAETS)* e pelo *Centro Latinoamericano de Trabajo Social (CELATS)*, – quando propostas desse movimento são amadurecidas e submetidas à crítica, incorporadas e superadas nos âmbitos da pesquisa, da produção de conhecimentos e de sua difusão em experiências profissionais exemplares, mediante o concurso de políticas de capacitação para lideranças no Serviço Social em vários países.

O movimento de reconceituação se constrói mediante uma articulação político-profissional continental, que reage à importação de parâmetros profissionais, ao capitalismo dependente e ao imperialismo norte-americano, assim como aos ciclos ditatoriais no continente, em um ambiente político-cultural marcado pela vitória dos revolucionários da *Sierra Maestra* sobre Havana (1959), pelas lutas estudantis de 1968, pela abertura da Igreja Católica a partir do Concílio Ecumênico do Papa João XXIII (1962) e da Teologia da Libertação.

No Brasil, a contraofensiva de parte de lideranças consolidadas, com o apoio financeiro e logístico do empresariado, resulta nos conhecidos “Seminários de Teorização do Serviço Social” polarizados pelos eixos políticos do desenvolvimento e do tecnicismo modernizante, sob a liderança do *Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS)*, à época impermeável ao pensamento crítico, no marco da ditadura do grande capital (Ianni, 1981) de caráter empresarial-militar, que se instala por mais de 20 anos.

O CELATS e a ALAETS desempenharam papel exemplar na introdução do pensamento crítico no Serviço Social na América Latina: contribuíram para a consolidação da pesquisa acadêmica na área e para o fortalecimento da organização profissional em distintos países no embate com as ditaduras militares e o imperialismo. No campo da produção e difusão dos conhecimentos, a programação do CELATS-ALAETS, nas décadas de 1970 – 1980 contempla (Lima, 1984): a) pesquisa voltada ao conhecimento dos setores populares: camponeses, operários, populações indígenas; às políticas sociais públicas; ao conhecimento da realidade institucional onde opera o Serviço Social; às associações gremiais; ao perfil profissional; e à história do Serviço Social na América Latina; b) capacitação continuada para a atuação de profissionais; (c) comunicação, com a publicação de Livros, da revista “*Acción Crítica*” e dos “Cuadernos Celats” (Yamamoto, 2007).

O grito de renovação histórico-crítica do Serviço Social no Brasil eclode no *III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais* (CBAS), momento simbólico de resistência coletiva de assistentes sociais brasileiros à ditadura empresarial militar. Sindicatos e Associações de assistentes sociais se unem à organização política do conjunto dos trabalhadores e conduzem a reorientação política do debate. Esse processo porta uma dimensão internacional na América Latina e no Caribe a partir do movimento de reconceituação (Elpídio, 2021), o que tem sido silenciado. Temos um débito com colegas latino-americanos de língua hispânica que compartilharam estudos e pesquisas densas de conteúdo crítico contribuindo para o enfrentamento com as forças conservadoras na sociedade e na profissão. Merecem destaque: a) a pesquisa sobre a organização de assistentes sociais nos distintos países, apoiando financeiramente sua rearticulação, processo que eclode no III CBAS; b) o debate sobre a dimensão contraditória

do Serviço Social reconhecendo a dimensão política desse trabalho assalariado; c) análise sobre a política social na tensão contraditória entre os imperativos da reprodução do capital e as necessidades de trabalhadores; d) aproximação entre Serviço Social e movimentos sociais nos países latino-americanos. A experiência da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais é expressão do debate da reconceituação nos países latino-americanos de língua hispânica (Batistoni, 2021) com iniciativas de educação popular segundo a orientação de Paulo Freire (1967, 1973).

O movimento pela democratização da sociedade e do Estado no país – em defesa do Estado de Direito, da elaboração e aprovação da Carta Constitucional de 1988 – foi pressionado por distintas forças sociais, capitaneado pelo movimento operário paulista, que impulsionam a crise da ditadura militar. Assistentes sociais marcam presença em lutas e resistências, alguns vitimados pela repressão de Estado, sujeitos ao exílio, à prisão arbitrária, tortura, condenados por tribunais militares, guiados pela Lei de Segurança Nacional. A categoria é socialmente questionada pela prática política de diferentes segmentos da sociedade civil; Igreja Católica; Associações de moradores de favelas ou associações comunitárias; Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação Brasileira de Imprensa (ABI); e) União Nacional dos Estudantes (UNE); Movimento sindical urbano e rural (Alves, 1994). A reforma política de 1979 faz emergir novos partidos políticos, entre os quais o Partido dos Trabalhadores. A expressão mais significativa e simbólica dessa resistência é o *III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais* (1979), conhecido como “Congresso da Virada”.

Assim, o Serviço Social brasileiro, ao longo de quase seis décadas, desde o movimento de reconceituação, construiu um projeto de profissão Serviço Social radicalmente inovador e crítico, fundado em valores e

princípios éticos que se corporificam no conjunto das regulamentações dotadas de fina sintonia entre si: o Código de Ética (1993), na Lei de Regulamentação da Profissão (1993) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais norteadoras da formação profissional, propostas pela ABEPSS (1996, 1999) e institucionalizadas pelo Ministério de Educação e Desporto. Esse projeto ultrapassa a perspectiva meramente corporativa – ainda que abarque a defesa de prerrogativas profissionais desses trabalhadores especializados – porque é dotado de caráter ético-político, que estabelece um norte quanto à forma de operar a profissão impregnando-a dos interesses da coletividade; isto é, da “grande política” na perspectiva gramsciana, como momento de afirmação da teleologia e da liberdade na práxis social. Assim, o trabalho cotidiano de assistentes sociais volta-se à defesa da esfera pública, aos dilemas da produção e distribuição mais equitativa da riqueza, à luta pela ultrapassagem das desigualdades e defesa dos direitos e da democracia para todos. Certamente existem tensões com determinações oriundas do estatuto assalariado, que implica necessariamente a incorporação de parâmetros institucionais e trabalhistas previstos no contrato de trabalho, que estabelece condições em que se realiza o trabalho: jornada, salário, índices de produtividade, controle e metas a serem cumpridas. A relativa autonomia de que dispõe o/a assistente social depende da correlação de forças social, política e cultural em nível societário, resguardada pela legislação profissional, passível de reclamação judicial.

## **1.2 A Internacionalização na era da mundialização do capital**

Na atualidade, a internacionalização, tem sido moldada pela lógica financeira do regime de acumulação e alicerçada no neoliberalismo,

indicando um modo de estruturação da economia mundial (Husson, 1999, p. 99). O regime de acumulação tende a provocar crises que se projetam no mundo gerando recessão (Salama, 1999). Seus principais agentes são os grupos industriais transnacionais e os investidores institucionais (bancos, companhias de seguros, sociedades financeiras de investimentos coletivos, fundos de pensão e fundos mútuos). As finanças se apoiam na dívida pública e no mercado acionário das empresas, que dependem de decisão dos Estados nacionais e suporte das políticas fiscais e monetárias. As políticas governamentais favorecedoras da esfera financeira e do grande capital produtivo – das instituições e dos mercados financeiros – capturam os Estados nacionais e redimensionam as políticas públicas sob a ortodoxia neoliberal. Ela recomenda a crescente focalização das políticas sociais nos segmentos específicos e mais pauperizados da população e a mercantilização da prestação de serviços, abrindo novos nichos de investimento ao grande capital privado, com radicais incidências na educação, saúde, proteção social, meio ambiente, na ciência e tecnologia, dentre outras. Tais políticas conduzem a uma dupla via de redução do padrão de vida de assalariados: a) a privatização do Estado e o desmonte das políticas públicas universais; b) desmonte de políticas de proteção ao trabalho e a expansão de relações de trabalho presididas pela flexibilização, terceirização e informalidade do trabalho, ampliando a exploração. Ela combina-se com a desigual distribuição de renda e a menor tributação de rendas altas, fazendo com que a carga de impostos recaia sobre a maioria, deteriorando condições de vida e de trabalho. As políticas de raiz liberal para enfrentar a crise expressam, pois, um projeto de classe para restaurar e consolidar o poder do capital, privatizando lucros e socializando custos (Harvey, 2011).

O resultado tem sido o aumento de desigualdades no interior das nações e entre elas – apesar da redução da pobreza extrema –, o que “está

na base das tensões sociais e políticas do novo século” (Hobsbawm, 2007, p.11). Expande-se a mercantilização, a descartabilidade, superficialidade e banalização da vida. Reativa-se a intolerância política e religiosa, os xenofobismos, os deslocamentos forçados de migrantes e refugiados políticos. E interpretações que cultivam as “grandes narrativas”, tornam-se alvos da crítica pós-moderna como heranças do passado em tensão com o presente.

Intensifica-se a repressão e a criminalização das classes subalternas em suas dimensões de gênero, raça, etnia, orientação sexual e território e de seus movimentos sociais, afetando a força política dos(as) trabalhadores(as). Tais processos históricos encontram-se na base de demandas apresentadas aos(as) assistentes sociais no mercado de trabalho: nas políticas públicas, nas empresas e nas organizações privadas não lucrativas, além da relação profissional direta com os movimentos sociais.

Esse terreno histórico da internacionalização do final do século XX nos convoca a resistir e intensificar o diálogo com pesquisadores de outros países para repensar o trabalho do(a) assistente social na atualidade, na aproximação com os sujeitos sociais em seus territórios, suas formas de organização e lutas: trabalhadores(as) urbanos e rurais, afrodescendentes e quilombolas, povos indígenas, mulheres, população LGBTQIA+, dentre outros segmentos de classe.

## **2 Desafios contemporâneos à produção de conhecimentos na área de Serviço Social e sua internacionalização**

Na contracorrente ao obscurantismo, universidades e entidades profissionais são desafiadas a incorporar os grandes dilemas nacionais e regionais como matéria de debate, de pesquisa e do trabalho de assistentes

sociais. Cultivar a competência crítica – para além das necessidades do mercado e do capital –, politicamente sensível às necessidades das maiorias, articulando razão crítica e história é uma exigência e um desafio coletivo.

A rica pauta temática da pesquisa dos Grupos de Trabalho e Pesquisa (GTPS) da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) alimenta o intercâmbio internacional: (1) Serviço Social, fundamentos do trabalho e da formação profissional; (2) Serviço Social e política social; (3) Trabalho, questão social e Serviço Social; (4) Ética, direitos humanos e Serviço Social; (5) Movimentos Sociais e Serviço Social (6) Serviço Social e relações de exploração/opressão de classe, raça/etnia e sexualidades; (7) Questão agrária, questão urbana, ambiental e Serviço Social; (8) Classes sociais, geração e Serviço Social (ABEPSS, GTPS <https://abepss.org.br/gtps/>. Acesso em 28 mar. 2025).

A pesquisa e a produção de conhecimentos contribuem à internacionalização dos Programas de Pós-Graduação – mestrado, doutorado e estágio pós-doutoral –, estimulam convênios e intercâmbios interinstitucionais entre docentes e discentes de distintas unidades de ensino do país e no exterior. Elas também permitem aglutinar docentes e discentes do ensino de pós-graduação e graduação, estimulando a formação de novos quadros de pesquisadores e capturando novos talentos à produção científica. A socialização de conquistas obtidas, no nível nacional e internacional, enriquece o diálogo intelectual, propiciado por “pesquisas em rede”: pesquisadores articulados em torno de um projeto de investigação partilhado, com objeto e objetivos comuns, e subprojetos desenvolvidos coletivamente por pares, envolvendo um rico processo organizativo coletivo para além da mera junção de pesquisas isoladas em torno de um tema comum.

Dentre as conquistas já acumuladas (cf. Lemos, E. In: Moljo, C., 2018) pode se fazer referência à:

Criação do *Comité Mercosul de Organizações Profissionais de Trabalho Social/Serviço Social*, em 1995, com a participação da Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai;

Criação, em 2013, do *Comité Latino-americano e Caribenho de Organizações Profissionais de Trabalho Social/Serviço Social* (COLACATS) integrado pela Colômbia, Costa Rica, Cuba, México, Nicarágua, Peru, Porto Rico, República Dominicana, Uruguai, El Salvador, Granada e Panamá, atualmente agregando 17 países;

Realização da *19ª Conferência Mundial de Serviço Social*, no período de 16 a 19 de agosto de 2008, em Salvador (Bahia), com a participação de 2.691 assistentes sociais de 42 diferentes países dos cinco continentes;

Realização do *Workshop* sobre a Definição de Serviço Social, em março de 2012, na UERJ, com representantes da Argentina, Chile, República Dominicana, Paraguai, Porto Rico e Uruguai, além de representantes da *Associação Latinoamericana de Enseñanza y Investigación en Trabajo Social* (ALAEITS), da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), da *Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social* (ENESSO) como de instâncias mundiais: *International Federation of Social Work* (IFSW) e *Internacional Association of Schools of Social Work* (LASSW);

Presença de colegas latino-americanos expositores nas Conferências Mundiais e na direção de entidade internacionais;

Crescimento da mobilização acadêmica e política de assistentes sociais nos vários países da América Latina e do Caribe com seminários e debates;

A arte desse evento, *A América do Sul invertida*, do pintor uruguaio Torres Garcia, indica que “Nosso Norte é o Sul”. Para o seu autor: “A ponta da América, desde já, prolongando-se, aponta insistentemente para o Sul, nosso Norte”. A arte indica a importância de fortalecer as “relações SUL-SUL”, mediante intercâmbios profissionais e acadêmicos com os Países de Língua Oficial Portuguesa, ou seja, países lusófonos: Portugal, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique, República Democrática do Timor Leste, além do Brasil.

Outro desafio que se impõe é pensar a “questão social” associada à “questão nacional” nos respectivos países, sob a matriz das relações de dependência de centros mundiais de poder. A “questão nacional” tem sido submersa no debate recente tanto das ciências sociais quanto do Serviço Social como resultado ideológico da chamada “globalização”.

O trabalho de assistentes sociais no caleidoscópio de expressões da “questão social”, tal como vividas pelos sujeitos sociais e que a elas resistem, pode contribuir ao debate sobre o Brasil contemporâneo sob a ótica de segmentos de trabalhadores invisíveis na superfície da sociedade; e, também, afirmar a resistência voltada a horizontes emancipatórios que presidem o projeto ético-político.

Como já salientado, o Serviço Social no Brasil tem buscado uma aproximação teórica e política com as lutas, organizações e movimentos sociais que portam a defesa de direitos e projetos societários das classes subalternas: lutas pela terra, em defesa do licenciamento ambiental, contra a grilagem, a mineração ilegal e o narcotráfico; de trabalhadores(as) assalariados(as) por condições dignas de trabalho protegido, por melhorias salariais e contra o desemprego e o subemprego; de mulheres e homens afrodescendentes contra o preconceito, na defesa de sua cultura ancestral e do respeito às suas características étnico-raciais; de populações urbanas

periféricas contra a violência do Estado e por melhores condições de vida; de estudantes em defesa do ensino laico, gratuito e de qualidade; pelo direito à infância; dos idosos no respeito aos seus direitos; da luta contra a fome e pela segurança alimentar; de mulheres contra o patriarcalismo, o machismo e o feminicídio; da população LGBTQIA+ contra a homofobia, a violência sobre seus corpos e seus homicídios.

O destaque da questão étnico-racial na formação acadêmica abre portas e janelas à análise da profissão à produção de conhecimentos e à integração de forças políticas de resistência.

Como diz o projeto assistentes sociais do Brasil do conjunto CFESS-CRESS, lançado em 26/06/2024:

todos os dias, percorremos esse imenso Brasil com ação técnica, política e educativa e com compromisso ético para fortalecer a nossa profissão. somos classe trabalhadora, com mais de 220 mil profissionais. de norte a sul, nas mais diversas políticas sociais (...) nós conhecemos de perto o território e as necessidades da população(...). de trem, carro, a pé, avião ou barco, nos morros, favelas, nos campos e cidades, vamos aonde assistente social tem que ir: onde o povo está! (CFESS vídeos, 2024)

O desafio central é preservar o já construído no lastro herdado do movimento internacional de trabalhadores(as) e avançar na fecunda integração entre produção teórica, crítica do conhecimento acumulado e o associativismo profissional expresso em nossas entidades representativas e afirmar os princípios ético-políticos de projeto profissional do Serviço Social brasileiro no cotidiano do trabalho profissional inscrito na dinâmica histórica, sob a sólida e fecunda direção da articulação de nossas entidades representativas, incluindo a da organização estudantil, atentas aos novos dilemas do tempo presente.

A articulação política dos povos da Amazônia por meio de inúmeras entidades representativas, prévia ao XI Foro Social Panamazónico (PRE-FOSPA, 2023) – divulgou a “*carta dos povos da la tierra por la amazonía*”, cujo lema é: “*nada sobre nosotros sin nosotros*”. A dimensão internacionalista ali presente, sob o ângulo da resistência, reafirma, no XI Foro Social Panamazónico (FOSPA, 2024), realizado na Bolívia, em Rurrenabaque (San Boaventura), no mês de julho de 2024, com delegações de Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, mediante organizações e movimentos que abraçam a diversidade dos povos da Amazônia. Eles consideram ser este um momento ameaçador para a humanidade e o planeta com as guerras, a fome, os desastres climáticos e a crise do capitalismo, processos que se retroalimentam. Na cena política, denunciam o fortalecimento da extrema direita, o fascismo, o patriarcado, o racismo e os fundamentalismos. E conclamam a luta por um mundo com autogovernos dos povos nos territórios regidos pela democracia comunitária.

Do coração da floresta denunciam que a Amazônia já chegou a um ponto de emergência climática – transitando de captadora de gases de efeito estufa e emissora – e convocam a todos e todas para construir um “acordo pela vida para enfrentar o colapso climático e ecológico”. Denunciam as falsas soluções das crises climáticas baseadas na lógica de compensação e mercantilização da natureza (bônus de carbonos, compensações pela biodiversidade, os megaprojetos de transição energética etc.). Declaram-se unidos:

povos indígenas, quilombolas, por diretos de negros raízes, afrodescendentes, povos tradicionais e camponeses da Amazônia, dos Andes e do todo o mundo. Defendemos os diretos da juventude, das mulheres, das crianças e adolescentes, da população LGBTQI+, assim como moradores e moradoras de zonas rurais e periferias das grandes cidades. É por isto que defendemos os diretos da natureza, fonte de vida. (FOSPA, 2024).

As mulheres resumem: “nossos corpos e territórios não se tocam, não se violentam, não se matam!” (FOSPA, 2024).

Não há como subestimar a onda conservadora de inspiração neofascista, organizada no nível mundial, cuja expansão e força política coletiva na atualidade requer ser desvendada e enfrentada em sintonia com as forças vivas da sociedade civil, na defesa dos direitos e da democracia.

O estudo clássico de Guérin (2021), de 1936, sobre a natureza do fascismo nas suas formas clássicas, na Itália e na Alemanha, nos lega lúcidas provocações para pensar o presente. Segundo o autor, o legado central do fascismo foi a barbárie, que conviveu com o “percurso subterrâneo da luta de classe”. Sustenta a tese de que existe estreita relação entre fascismo e crise: quando os lucros estão ameaçados, a burguesia lança ao mar a tradicional democracia liberal na busca de subsídios de um Estado forte, num “assalto” ao Estado. O fascismo não foi apenas um instrumento a serviço do grande capital, mas, ao mesmo tempo, um levante místico da pequena burguesia pauperizada e descontente, vitimada pela crise econômica, com interesses comuns com o proletariado no enfrentamento ao grande capital, mas não são anticapitalistas da mesma maneira. Pode-se sugerir uma estreita afinidade entre a política econômica do fascismo (Guérin, 2021, p. 229–230) e a radicalização neoliberal no que se refere à centralidade do fundo público capturado para os interesses privados. No caso clássico, esse programa solda-se com a doutrina fascista (Guérin, 2021, p. 183–196) que ressuscita o Estado onipotente e reabilita a violência contra a classe operária, a democracia e as formas de poder instituídas. Fica o desafio coletivo de aprofundar essas provocações na cena contemporânea.

Em tempos intempestivos urge inscrever o Serviço Social na história, em sintonia com as classes subalternas, selando compromissos

com *os sujeitos que são o alvo prioritário de nossa atividade profissional* – trabalhadores e trabalhadoras, na sua *unidade de diversidades* de gênero, sexo, raça, território, geração –, suas condições de vida e formas coletivas de expressão na defesa cotidiana da vida, da natureza, dos direitos humanos e sociais. As relações entre Serviço Social e os sujeitos em sua vida cotidiana, congregados ou não em associações e movimentos sociais, atravessam *todos os níveis de inserção profissional* no mercado de trabalho: no Estado, nas organizações privadas – empresariais ou não – em organizações/movimentos de trabalhadores *em defesa de interesses, reivindicações e projetos de sujeitos coletivos*, considerando-se limites impostos pelas instituições, próprios das relações de assalariamento do trabalho do assistente social. O Serviço Social pode contribuir para que os sujeitos reconheçam que suas demandas individuais portam uma dimensão coletiva de classe, considerada como uma unidade de diversidades; e que elas adquirem força quando encaminhadas coletivamente. Mas a relação entre Serviço Social e o protagonismo dos sujeitos *envolve também o trabalho direto com os movimentos sociais, soldando laços de confiança e companheirismo na luta comum*.

Em todos esses espaços se expressam manifestações da “questão social” enquanto *desigualdade e rebeldia*

pois os sujeitos ao vivenciarem as desigualdades a elas também resistem e expressam seu inconformismo. É na tensão entre produção da desigualdade e da rebeldia e da resistência que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses distintos dos quais não é possível abstrair ou deles fugir, porque tecem a trama da vida em sociedade. (Iamamoto, 2009, p.176, 4 ed.).

Assistentes sociais, majoritariamente, partilham e apoiam as lutas, formas de organização e de mobilização referentes a distintas dimensões da vida na defesa de direitos humanos e sociais, na relação com a natureza

e de projetos societários das classes subalternas. Estas também são nossas lutas enquanto trabalhadores especializados.<sup>2</sup> A vitalidade desse projeto de Serviço Social comprometido com as lutas populares, com a democracia, com os direitos e a soberania. Essa *direção social do projeto profissional está inscrita na história* – nos âmbitos do trabalho, na formação acadêmico-profissional e das organizações gremiais da categoria e de estudantes. A vitalidade desse projeto é largamente tributária de entidades gremiais, acadêmicas e estudantis, dotadas de *legitimidade política e capilaridade organizativa*, pouco usual nesses tempos de ultraliberalismo, onde viceja o culto ao individualismo e alheamento ante os dramas coletivos. O alargamento desse projeto para outras latitudes se reforça nas relações com a ALAEITS, a *Federação Internacional de Assistentes Sociais* (FITS) – região da América Latina e Caribe – e o Comitê Latino-Americano e Caribenho de Organizações Profissionais de Serviço Social (COLACATS) e a AEITS.

Ao afirmarmos *que a internacionalização sob a ótica do trabalho se constrói na história*, reafirmamos que *o Serviço Social na história é internacionalista tanto na formação, na pesquisa e na produção de conhecimento quanto no trabalho profissional e na dimensão político-organizativa dessa categoria*.

Finalizo com extratos do poema *A noite dissolve os homens*, de C. Drummond de Andrade (1993, p. 134), que aposta em um mundo que se tingem com tintas de manhã:

---

<sup>2</sup> No Brasil, esta direção está corporificada no projeto ético-político do Serviço Social no país e codificada na nossa legislação, que tem particularidades em outros países: *as Diretrizes Curriculares para o Ensino em Serviço Social* (ABEPSS/CEDEPSS, 1996, 1999); *Código de Ética Profissional do/a Assistente Social* (1993), *Lei da Regulamentação da Profissão de Assistente Social* (1993) e *Lei da Duração da Jornada de Trabalho do Assistente social de 30 horas* (2008).

A noite desceu. Que noite! (...)

Aurora,  
entretanto eu te diviso, ainda tímida,  
inexperiente das luzes que vais acender  
e dos bens que repartirás com todos os homens (...).

Havemos de amanhecer. O mundo  
se tingi de tintas de antemanhã.

## Referências

ALVES, M. H. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984.

ANDRADE, C. D. A noite e os homens. In: **Carlos Drummond de Andrade. Poesia e prosa**. Volume único. Sentimento do Mundo, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1983.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Diretrizes Curriculares. In: **Comissão de Especialistas do Ministério da Educação e do Desporto**. ABEPSS, 1999. Disponível em [https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento\\_201603311140412406970.pdf](https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311140412406970.pdf). Acesso em: 25 mar. 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Grupos Temáticos de Pesquisa – GTPs**. Disponível em: HYPERLINK “<https://abepss.org.br/gtps/>” Acesso”<https://abepss.org.br/gtps/>. Acesso em: 28 mar. 2025.

BATISTONI, M. R. Aproximações à tradição marxista no projeto da escola de Serviço Social de Belo Horizonte: problematizações necessárias. In: IAMAMOTO, M. V. e SANTOS, C. M. (org.) **A história pelo avesso. A reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais**. São Paulo: Cortez Ed/UERJ/CNPQ/, p. 71 - 94, 2021.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **CFESS Vídeos**. Projeto Assistentes Sociais do Brasil CFESS-CRESS – Lançamento, 26 jun. 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BYlCkFcLm8E&list=PLu2vSIDx006RZKtmqERlobRKVEmxbMXI7&index=2>. Acesso em: 25 mar. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética e Lei nº 8.662/1993 de Regulamentação da Profissão - Trilíngue**. CFESS. 2019. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/2019CfessCEP-Trilingue-Site.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2025..

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Lei nº12317 de 26/08/2010<sup>a</sup> acrescenta dispositivo à Lei no 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social Brasília, 26 de agosto de 2010; 189º da Independência e 122º da República. LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, [//www.jusbrasil.com.br/legislacao/1024944/lei-12317-10](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1024944/lei-12317-10). Acesso em 28 mar. 2025.

FORO SOCIAL Amazônico. PRE-FOSPA – XI Fórum Social Panamazônico. Carta de los Povos de la Tierra por la Amazonía – **Nada sobre nosotros sin nosotros**. Bolívia, 2023.

FORO SOCIAL Amazônico; REPAM; ASAMBLEA MUNDIAL.  
**Declaración internacional. El grito de la Amazonía.** In: FOSPA, 11. Rurrenabaque, San Boaventura, Bolívia. 23 jul. 2023. Disponível em: <https://servicosocial-ramires.blogspot.com/2022/07/a-carta-dos-povos-para-um-mundo-eco.html>. Acesso em: 18 mar. 2024.

FREIRE, P. **Educação como Prática da Liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, P. **Pedagogia del Oprimido.** Mexico: Siglo XXI – Terra Nueva, 1973.

ELPÍDIO, M. H. Preparando a “Virada”: a contribuição do CELATS no redimensionamento da organização e formação do Serviço Social Brasileiro In: IAMAMOTO, M. V. e SANTOS. C. M. (org.) **A história pelo avesso. A reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais.** São Paulo: Cortez Ed/UERJ/CNPQ/, p. 271 - 293, 2021.

GUERIN, D. **Fascismo e Grande Capital.** Campinas: Editora UNICAMP, 2021.

HARVEY, D. **O Enigma do Capital:** e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

HOBSBAWM, E. **Era dos extremos:** o breve século XX: 1914–1991. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

HOBSBAWM, E. **Globalização, democracia e terrorismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HUSSON. **Miséria do capital**. Uma crítica ao neoliberalismo. Lisboa: Terramar, 1999.

IAMAMOTO, M. V. e SANTOS, C. M. (coord.) **A história pelo avesso. A reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais**. EURJ/CNPQ/ Cortez ed., 2021.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. Capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

IANNI, O. **A ditadura do grande capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

LIMA, L. Una Parte de la Historia del Trabajo Social: seis años en el CELATS. **Nuevos Cuadernos CELATS**, v. 2, Lima, 1984.

MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro I. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, K. ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista In: **Textos**: volume III. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977, p.13–47.

MARX, K. ENGELS, F. Manifesto de Lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores. Londres, 1864. In: **Textos**: volume III. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977, p. 313–321.

MENDES, M. **Poesia completa e prosa**, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

LEMOS, E Entrevista: Esther Luíza de Souza Lemos, realizada por Moljo, C. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v.23, n.1, p. 252–257, jan./ jun. 2023.

MOTA, A. E. Serviço Social brasileiro: insurgência intelectual e legado político. In: SILVA, M. L. de O. (Org.). **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. Cortez, 2016.

SALAMA, P. **Pobreza e exploração do trabalho na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 1999.

# GEOPOLÍTICA DEL TRABAJO SOCIAL GLOBAL Y DESAFÍOS DE LA AIETS

*Annamaria Campanini*

La geopolítica del trabajo social global está marcada por la influencia de las políticas económicas y sociales que trascienden fronteras y afectan a las poblaciones de manera desigual, perjudicando de manera especial las condiciones de las poblaciones más vulnerables.

En este contexto, la Asociación Internacional de Escuelas de Trabajo Social (AIETS) juega un rol crucial en la internacionalización y la producción de conocimiento, así como en la construcción de redes de investigadores.

En este capítulo, tras una breve introducción a la AIETS, se ofrecerán algunas reflexiones sobre los desafíos y estrategias de la Asociación y sus instancias regionales en este ámbito, incorporando además una perspectiva histórica.

## **La Asociación Internacional de Escuelas de Trabajo Social**

La Asociación Internacional de Escuelas de Trabajo Social (IASSW-AIETS), fue fundada en 1928 durante el primer congreso internacional en París, con las otras dos asociaciones: la Federación Internacional de Trabajadores Sociales (IFSW-FITS) y el Consejo Internacional del Bienestar (ICSW- CIB).

IASSW-AIETS es la principal organización internacional que apoya y defiende la enseñanza del trabajo social en todo el mundo. Su misión es desarrollar y promover la excelencia en la enseñanza y la investigación,

manteniendo una comunidad dinámica y fomentando la participación y el intercambio de información y experiencias, así como representando la enseñanza del trabajo social a nivel internacional. Sus actividades son numerosas, como se puede ver en el sitio web ([www.iassw-aiets.org](http://www.iassw-aiets.org)).

La IASSW-AIETS, junto con la IFSW-FITS, ha producido la definición mundial del trabajo social, así como los principios de ética y las normas mundiales para la educación en trabajo social. (Global Documents – [www.iassw-aiets.org](http://www.iassw-aiets.org))

Además, las tres organizaciones internacionales, la IASSW-AIETS, el ICSW-CIB y la IFSW-FITS se comprometieron en 2000 a crear la Agenda Mundial para el Trabajo Social y el Desarrollo Social.

## **1 Internacionalización**

Mirando hacia atrás en la historia, se puede afirmar que la dimensión internacional ha estado presente en el trabajo social desde sus inicios. La colaboración internacional ha sido fundamental para el crecimiento del trabajo social como profesión y disciplina en diferentes países.

La Primera Conferencia Internacional de Trabajo Social fue un gran éxito, reuniendo representantes de gobiernos de 39 naciones y 2481 delegados de 42 países de varios continentes: Europa, Asia, África y América.

A pesar de que casi la mitad de los participantes (1084) provenían de la Francia, país anfitrión, hubo una amplia representación de todo el mundo. Estados Unidos envió el segundo contingente más grande, con 279 delegados, seguido por Alemania con 225, Polonia con 138, Bélgica con 130 y Gran Bretaña con 106. Italia tuvo 65 delegados, Suiza 60, y Checoslovaquia 39. Un número menor de delegados llegó de países fuera de Europa o América del Norte.

Es interesante destacar el número significativo de delegados enviados desde Sudamérica: Chile envió 53 delegados, Uruguay estuvo representado por 33 delegados y Argentina por 24. También estuvieron 4 de Perú y tres de Venezuela y Brasil.

El grupo más numeroso, sin lazos lingüísticos o coloniales con Europa o América del Norte, estuvo representado por 21 delegados japoneses. Las otras 23 naciones presentes, de las 42 en total, llevaron diez delegados o menos, incluidos los únicos dos países africanos, Egipto con 5 representantes y Sudáfrica con 2 (p. 16–17).

Eglantyne Jebb, durante la 1ª Conferencia Internacional, destacó el incremento del compromiso internacional del trabajo social después de la Primera Guerra Mundial y animó a los participantes a participar en investigaciones internacionales, enfatizando que “el trabajo social internacional requiere un contacto constante entre trabajadores sociales, basado en un fundamento intelectual internacional” (Jebb, 1929, p. 651).

Además, planteó la siguiente pregunta:

“¿Por qué es, sin embargo, que hemos avanzado tan poco? Una respuesta a esta pregunta sin duda es que perpetuamente nos esforzamos por aliviar la angustia dentro de la nación que se debe a causas fuera de la nación, angustia que, por lo tanto, debe seguir prevaleciendo en mayor o menor grado a pesar de todos nuestros paliativos, hasta que sus causas sean eliminadas mediante acción en el ámbito internacional” (Jebb, 1929, p. 643).

Alice Salomon también estaba preocupada por el impacto de los factores económicos globales en la creación de la pobreza y estaba convencida de que la injusticia social era (y sigue siendo) una consecuencia de un sistema económico injusto que opera a nivel mundial, y por esa razón pensaba que la cooperación internacional es fundamental para abordar este problema (Kuhlmann, 2008).

La actitud de mirar solamente a la situación de su propio entorno está presente en el mundo hoy en día y puede reducir la fuerza del trabajo social como voz unitaria y compartida. Por eso en 2010, las tres organizaciones internacionales (IASSW-AIETS, IFSW-FITS y ICSW-CIBS) lanzaron la Agenda Global que, con sus diferentes pilares, ha sido anticipadora de los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS). Las intenciones del proceso de la Agenda Global fueron de reivindicar la prioridad de la acción ‘política’, iniciando un proceso colectivo de elaboración y establecimiento de una agenda común, creando una voz colectiva para los profesionales y los educadores en trabajo social, orientada al desarrollo social.

Durante este proceso, las tres organizaciones se comprometieron a trabajar juntas, a todos los niveles, por el cambio, por la justicia social y por la implementación universal de los derechos humanos. Decidieron abordar estos compromisos, en los primeros diez años, a través de cuatro pilares: Promover la igualdad social y económica; Promover la dignidad y el valor de las personas; Trabajar hacia la sostenibilidad ambiental; y Fortalecer el reconocimiento de la importancia de las relaciones humanas.

Por el periodo 2020/2030 esta iniciativa continuó bajo el tema general de “Construcción Colectiva de la Transformación Social” y como primeros pilares se identificaron: Ubuntu: Fortalecimiento de la Solidaridad Social y la Conectividad Global (2021); Co-construcción de Nuevos Contratos Eco-Sociales: No dejar a nadie atrás (2022); Respetar la diversidad a través de una acción social conjunta (2023); Buen Vivir: Futuro Compartido para un Cambio Transformador (2024) y Reforzar la solidaridad intergeneracional para un bienestar duradero (2025).

El establecimiento de la Agenda Global creó movimientos significativos dentro de la comunidad del trabajo social que han culminado en las actividades durante los Días Mundiales del Trabajo Social y en las conferencias internacionales.

Mirando a la estructura misma de la asociación se puede constatar que esa representa el esfuerzo por construir una verdadera dimensión internacional, teniendo en cuenta las especificidades regionales y locales.

Los presidentes de este último veinte años demuestran la representación internacional después de un periodo donde la presidencia estaba exclusivamente en Norte América o en Europa.

Además, con el tiempo, la asociación se ha comprometido a facilitar la construcción de asociaciones regionales que tienen una representación formal, ya que los presidentes de las 5 regiones: África, América del Norte y el Caribe, América del Sur, Asia-Pacífico y Europa, elegidos por sus asambleas regionales, ocupan de derecho el rol de vicepresidentes de la asociación.

La presencia en la junta directiva de un representante de las asociaciones nacionales de escuelas de trabajo social también refuerza la posibilidad de dar voz a las culturas, los enfoques teóricos y el desarrollo del trabajo social en diferentes países del mundo.

Por esta razón, se insiste en la necesidad de inscripción de un número adecuado de escuelas de trabajo social de diversas naciones, para asegurar que sus representantes puedan acceder al órgano de toma de decisiones de la misma.

Uno de los principales desafíos para la IASSW-AIETS es la internacionalización de la producción de conocimiento en el trabajo social. Se observa, aunque no en todos los países, un mayor interés hacia la dimensión internacional, considerada a veces también como un elemento de evaluación de la calidad de los procesos formativos y realizada a través de la implementación de intercambios de profesores y estudiantes en el ámbito internacional; así como un mayor número de investigaciones internacionales.

## 2 Producción de conocimiento

La producción de conocimiento es fundamental para el desarrollo del servicio social y sin embargo la hegemonía de ciertos paradigmas, principalmente aquellos originados en el Norte Global, puede obstaculizar el proceso de co-construcción de un trabajo social global. Este proceso, de hecho, implica reconocer y valorar las diversas tradiciones y prácticas del trabajo social que existen alrededor del mundo.

Una iniciativa muy importante en este sentido fue de crear una revista internacional de trabajo social, establecida inicialmente por AIETS y CIBS en 1957 y desde 1958 propiedad de las tres organizaciones internacionales, AIETS-CIBS-FITS.

Esta publicación tiene como objetivo ampliar el conocimiento y promover el intercambio internacional en los campos del trabajo social, el bienestar social y el desarrollo comunitario.

Como podemos leer en la presentación: “Su principal enfoque está en la interacción entre los procesos de globalización y el desarrollo del bienestar social a nivel nacional, así como el trabajo social y el desarrollo comunitario a nivel local. Su objetivo es examinar el significado del trabajo social internacional en la práctica y la teoría, y explorar cómo aquellos involucrados en el trabajo social y el desarrollo comunitario pueden comprometerse con cuestiones internacionales. La revista también quiere fomentar la publicación de estudios comparativos e investigaciones transnacionales. International Social Work proporciona información sobre los desarrollos internacionales actuales en educación y capacitación relevantes para el trabajo social, el bienestar social y el desarrollo comunitario” (<https://journals.sagepub.com/description/isw>).

El número de envíos ha aumentado increíblemente en los últimos años y también el posicionamiento académico ha subido con el grupo de editores apuntado en 2018, y se puede afirmar que la revista ha contribuido

mucho a desarrollar una comprensión internacional de la dimensión global del trabajo social.

Además, la producción de conocimiento no se limita a los círculos académicos; también incluye la práctica basada en la evidencia, donde los trabajadores sociales aplican y refinan teorías y métodos basados en sus experiencias diarias.

Por eso, durante la presidencia de Angie Yuen, ha sido creado un otro instrumento importante: la revista *Social Dialogue*, que se puede encontrar en el sitio web. El primer número es del 2011 y desde sus inicios se han publicado 29 ejemplares, enfrentando argumentos diferentes.

No es una revista indexada con revisión por pares doble ciego, pero aborda temas importantes y actuales, con un lenguaje accesible, ofreciendo una perspectiva internacional. Los artículos, que provienen de diferentes países del mundo, están acompañados de fotografías que hacen que esta herramienta sea muy atractiva también para los estudiantes.

IASSW-AIETS ha firmado un acuerdo con Springer para la serie de libros que serán basados en la investigación, orientados al futuro y que contribuirán a la práctica profesional y al desarrollo curricular en la educación del trabajo social, política, investigación, formación y desarrollo profesional. Dos grupos principales de libros: *Avanzando la Práctica, Política e Investigación del Trabajo Social* y *Avanzando la Educación en Trabajo Social*.

Es importante notar que en la definición global de 2014 por primera vez el tema es el trabajo social y no la profesión de trabajo social como era anteriormente, en las otras definiciones. El papel de la IASSW-AIETS ha sido muy importante para este cambio. De hecho, es la primera vez que el trabajo social ha sido formalmente considerado, en la definición, una disciplina académica y no solo una profesión.

Mirando la definición de 2000, en relación con la base teórica de la profesión, esta estipula: Basándose en teorías del comportamiento

humano y de los sistemas sociales, el trabajo social interviene en los puntos donde las personas interactúan con su entorno. Mientras que la definición de 2014 dice: Basándose en teorías del trabajo social, ciencias sociales, ciencias humanas y conocimientos indígenas. Y esto también ha sido un cambio importante, no solo el reconocimiento de una teoría propia, pero también la consideración que la producción de conocimiento puede derivar de una reflexión y teorización de actitudes, culturas y prácticas específicas que buscan sus raíces en experiencias locales.

¿Pero como se puede construir conocimiento en el trabajo social?

La investigación es ciertamente una herramienta esencial en la producción de conocimiento, tanto en su dimensión cualitativa que cuantitativa.

Para intervenir efectivamente es fundamental entender los mudamientos sociales, las dinámicas y necesidades de las comunidades con las que los profesionales trabajan, y también captar las experiencias y percepciones de las personas de una manera rica y detallada.

Por eso, en la declaración de la IASSW-AIETS, sobre la investigación en trabajo social, aprobada en 2024 a Panamá, se subraya que “Las actividades de investigación en trabajo social son, en última instancia, mecanismos para promover la supervivencia, el crecimiento, la evaluación, el desarrollo teórico y la excelencia en la práctica, los servicios y la educación del trabajo social.” (<https://www.iassw-aiets.org/iassw-statement-on-social-work-research/>).

Para enfrentar este desafío, la IASSW-AIETS se empeña a promover una producción de conocimiento más inclusiva y representativa, apoyando investigaciones que emerjan desde el Sur Global y garantizando que las voces del trabajo social en estas regiones sean escuchadas y valoradas.

Promover la diversidad epistemológica significa reconocer que no existe una única forma de entender y abordar los problemas sociales. Las teorías y prácticas desarrolladas en contextos específicos deben ser

compartidas y adaptadas de manera que enriquezcan el conocimiento global del trabajo social. Esto requiere una apertura a diferentes perspectivas y un compromiso con la inclusión y la equidad en la producción de conocimiento.

En este contexto, la IASSW-AIETS se posiciona como una entidad clave para fomentar el intercambio de conocimientos y prácticas entre diferentes regiones del mundo. La internacionalización del trabajo social no solo implica la adaptación de modelos y teorías a contextos locales, sino también la creación de un espacio para la cooperación transnacional y el aprendizaje mutuo.

La construcción de redes de investigadores es fundamental para el avance del trabajo social a nivel global. Las redes permiten el intercambio de ideas, el desarrollo de proyectos conjuntos y la creación de una comunidad internacional de práctica y conocimiento. La IASSW-AIETS y sus organizaciones regionales tienen un papel central en la facilitación de estas redes.

Naturalmente, formar parte de la asociación permite y facilita la construcción de relaciones y vínculos significativos entre escuelas de diferentes áreas del mundo.

En este sentido tres iniciativas pueden ser muy importantes: las conferencias internacionales, el soporte a proyectos de investigación internacionales y a la creación de centros de recursos regionales.

Una iniciativa importante que hace más inmediato el proceso de intercambio y de creación de redes es la organización de **conferencias internacionales** que se celebran cada dos años. Es un proceso que comenzó con la primera conferencia de París y que ha continuado a lo largo del tiempo, a veces involucrando solo a la IASSW-AIETS, en otros casos, y especialmente después de 2010, reuniendo a las tres organizaciones internacionales.

Un aspecto importante por parte del comité internacional, es de tener en cuenta, al elegir la sede, una rotación entre las regiones y los países del mundo, de manera que se puedan involucrar diversas realidades. La conferencia de 2024 se celebró en Panamá y la de 2026 será en Kenia, mientras que, en 2028, para celebrar los 100 años de historia de las organizaciones, se realizará a París.

Desde el 2014, después del lanzamiento de los temas de la agenda global, las conferencias internacionales se organizan sobre cada uno de los pilares de la agenda para que se pueda reforzar el confronto y la interconexión entre investigación, intercambio de experiencias y posicionamiento político.

Una segunda iniciativa, establecida en 2003, es la financiación de proyectos de investigaciones internacionales. El comité que se ocupa de este tema, tiene la tarea de evaluar las propuestas que provienen de los miembros para decidir cuál financiar. Es necesario que los proyectos incluyan al menos a 3 miembros de diferentes países y que tengan como objetivo general contribuir a la implementación de la misión de la IASSW y al desarrollo de la colaboración entre diferentes escuelas del mundo.

Desde 2003 se han aprobado unos sesenta proyectos. En el año del COVID se ha hecho una convocatoria extraordinaria para proyectos relacionados con los efectos de la pandemia en la enseñanza y las estrategias implementadas en la formación.

Es importante destacar que una colega brasileña, Alexandra Mustafã de la Universidad Federal de Pernambuco, elegida como miembro del consejo de la AIETS, ha coordinado una investigación seleccionada y financiada por la AIETS sobre “Teoría y Práctica del Trabajo Social en el Mundo en Tiempos de Pandemia”. Los resultados de esta investigación, que ha involucrado a investigadores de Argentina, Brasil, España, Italia y Suecia, serán publicados próximamente en un volumen, en diferentes idiomas: portugués brasileño, italiano, inglés y español.

Una tercera iniciativa, establecida en 2011 bajo de la presidencia de Angie Yuen, fue de impulsar la creación de Centros Regionales de Recursos e Investigación en varias regiones del mundo para apoyar el desarrollo de la educación en trabajo social en esas regiones. Específicamente, los Centros se establecen para implementar una estrategia regional y proporcionar desarrollo de capacidades de alta calidad, liderar proyectos de investigación relevantes para la región, y ofrecer oportunidades de aprendizaje para el personal académico y los estudiantes en trabajo social.

Al momento han sido aprobado 4 Centros: en China, Oceanía, Báltico nórdico y África Oriental.

Estos centros que reciben una financiación inicial de la IASSW-AIETS, pueden convertirse en puntos de referencia importantes para su territorio, para crear redes, activar investigaciones, recopilar documentación, organizar eventos formativos. En este contexto se subraya la importancia de realizar un Centro también de la América del Sur!

### **3 Desafíos**

Ese proceso de internacionalización del trabajo social no es sencillo y en eso se encuentran algunos importantes desafíos que necesitan atenciones y empeño.

#### **3.1 Lenguas y el poder del lenguaje**

El uso predominante del inglés como vehículo internacional de conocimiento es, por supuesto, un medio importante de intercambio, pero al mismo tiempo, Perera (2011), investigador en comunicación científica de la Universidad Nacional de Australia, señala que mientras el inglés siga siendo la forma más fácil y restrictiva para que los colegas de otros contextos culturales expresen sus ideas, puede producirse a gran costo

la pérdida de sus formas únicas de comunicar ideas y las matices de los sistemas de significación que están incrustados en cada idioma específico.

Askeland y Payne también subrayan:

La diversidad lingüística es importante porque nos permite describir nuestro país, sentimientos y experiencias relacionadas con nuestro entorno específico, lo cual es importante en el trabajo social, en lugar de usar un lenguaje relacionado con otro entorno. Con la pérdida del idioma, es probable que también desaparezca el conocimiento ambiental tradicional (2006, p. 735).

Perera (2011) afirma que el idioma inglés juega un papel dominante, al punto que se podría llamarlo hegemonía. Como consecuencia, se permite un espacio mínimo o nulo para que los comunicadores de otros idiomas participen en la ciencia con su propia voz y por eso se ven obligados a traducir sus ideas al inglés.

¿Cómo se puede manejar la necesidad de compartir, dialogar y comunicar a nivel internacional, pero al mismo tiempo valorar la diversidad? Es fundamental comprometer a la organización y a la comunidad del trabajo social a continuar en el esfuerzo por encontrar un buen equilibrio entre los dos lados del problema.

A partir del grupo de trabajo sobre el lenguaje, la IASSW-AIETS instituyó un comité permanente con el objetivo de practicar una política de lenguaje inclusivo y evitar que la asociación se convierta en una organización elitista dominada por instituciones miembros del mundo occidental.

El comité, ha producido una política de lenguaje y ha traducido los principales documentos al francés, español, chino y japonés. Aunque la mayoría de los miembros de la IASSW hoy en día son capaces en cierto grado de comunicarse en inglés, el objetivo es continuar incluyendo a más miembros de otros grupos lingüísticos y de países no angloparlantes.

Estos esfuerzos han contribuido a aumentar la membresía de Japón y China, pero la asociación aún cuenta con pocos miembros de los países de habla española, francesa y portuguesa.

En la última presidencia, se ha tenido un grande esfuerzo para participar a eventos in diferentes países, y mostrar el interés de la Asociación en el desarrollo teórico y profesional de estos realidades y convencerlos para involucrarlos en la vida de la organización. Esto también permitiría un mayor esfuerzo de traducción en todos los encuentros.

### **3.2 Internacionalización vs. Indigenización**

El rápido desarrollo de las interconexiones e interdependencias que caracterizan la vida moderna del trabajo social abarca aspectos económicos, políticos, sociales, interpersonales, tecnológicos, ambientales y culturales: el efecto en cadena de las acciones produce como resultado que los problemas que surgen en un lugar puedan crear problemas en otro país. Esto indica la necesidad de asumir una conciencia global que mejore la capacidad de trascender la preocupación por lo local y contextualice los problemas dentro de un amplio entorno global.

Al mismo tiempo, el trabajo social responde y está moldeado por la tradición, la historia y el contexto de cada país, por lo que, desde sus inicios, se basa localmente.

Robertson (1994) afirmó que no tiene sentido definir lo global como si lo global excluyera lo local.

La globalización también se experimenta de manera diferente y el impacto de la globalización es un aspecto adicional de la respuesta indígena de los trabajadores sociales a su entorno (Healy; Link, 2011).

El compromiso de la IASSW-AIETS es moderar estas dos polarizaciones en la educación del trabajo social y apoyar procesos que puedan resultar en un buen equilibrio entre la necesidad de internacionalizar

los currículos y la necesidad de desarrollar un trabajo social descolonizado e indigenado.

Hay muchos movimientos y experiencias relacionadas con estos temas en todo el mundo: el proceso de reconceptualización en América Latina; el progreso en África e India sobre la descolonización de la educación en trabajo social; y la investigación japonesa sobre las raíces budistas en el trabajo social, por nombrar algunos.

Es esencial crear un espacio para avanzar en la discusión e identificar directrices que puedan ser útiles en la aplicación de los nuevos Estándares Globales para la Educación y Capacitación en Trabajo Social aprobados en 2020 de la IASSW-AIETS y la IFSW-FITS.

El documento no sustituye ninguna práctica de acreditación, sino que debe ser una guía útil para desarrollar currículos que respondan al mismo tiempo a las necesidades globales y locales.

Para promover la excelencia en la educación en trabajo social, que es la misión de la IASSW-AIETS, se considera prioritario difundir el documento y apoyar a las escuelas en mejorar la calidad de sus programas, teniendo en cuenta las directrices de los estándares y las condiciones locales en las que se lleva a cabo la educación, con el objetivo de perseguir un mundo más justo y equitativo.

Para lograr esto, se estableció un grupo de trabajo centrado en acciones para dar a conocer y hacer útil este documento. Fue desarrollada una plataforma en red donde se analizan los diversos aspectos del documento: La Escuela, las Personas y la Profesión. Esta plataforma está dirigida a académicos, investigadores, profesionales, estudiantes y cualquier persona interesada en profundizar su comprensión sobre el tema. Una vez registrados, los usuarios pueden seguir el curso a su propio ritmo y según su propio horario. Cada módulo, que incluye bibliografía, contiene varias preguntas para responder. Al finalizar, se proporciona un certificado que puede ser incluido en el currículum del participante.

La idea es que esta plataforma de e-learning, que actualmente está solo en inglés, sea adoptada por muchas regiones del mundo y traducida a varios idiomas.

En relación con esto tema de los estándares, también es importante mencionar otro proyecto realizado con la Asociación China de educadores en trabajo social (CASWE), donde colegas de la IASSW-AIETS participaron en la producción de 10 conferencias en línea traducidas al chino. Un segundo paso fue la revisión por pares de los programas de maestría de 8 universidades, y el proyecto continuara con el desarrollo de estándares globales/locales para los cursos de maestría en China. Esta es una iniciativa absolutamente crucial que se auspicia pueda ser seguida por otros países.

### **3.3 Intervención Estructural vs. Trabajo de Caso y clínico**

Otro desafío importante que se enfrenta en la educación y la práctica del trabajo social es lo de encontrar un buen equilibrio entre las intervenciones micro, meso y macro. Esto implica la capacidad de responder sea a las necesidades individuales a través de la escucha empática, la clarificación y el empoderamiento, sea a empeñarse en el desarrollo comunitario y mediante actividades de práctica política orientadas a obtener cambios estructurales.

Con demasiada frecuencia, estas intervenciones se ven como posturas antitéticas y, si se llevan al extremo del continuo, creando divisiones tanto en la discusión teórica como en la práctica.

Estas tensiones se pueden observar también en algunas conferencias regionales y, aunque la discusión puede ser importante para aclarar posiciones y enriquecer las discusiones sobre el trabajo social, las polarizaciones y los conflictos extremos son totalmente inútiles.

Últimamente un grupo de América Latina pidió a la IASSW-AIETS una definición de trabajo social clínico. Se creó un grupo de trabajo con representantes de diferentes áreas del mundo que preparó un documento aprobado del comité ejecutivo en el que se delinean líneas elementos centrales de esta actividad.

Reisch hablando sobre la situación en Estados Unidos y afirma

La naturaleza cada vez más apolítica de la práctica del trabajo social y el retiro de un marco universal como base para la defensa de políticas también han dificultado que los trabajadores sociales respondan al surgimiento del populismo de derecha o articulen una alternativa viable a la filosofía individualista que actualmente domina la sociedad y la política estadounidense. (2019, p. 153).

Algo similar sucedió en Italia también con el ascenso de los gobiernos de derecha y sus ataques a los migrantes, a la comunidad LGBTQ+ y a todos los logros feministas.

Aunque el registro nacional italiano está siempre muy activo y comprometido en responder e intentar influir en la política, a nivel de base los trabajadores sociales están cada vez más involucrados en el trabajo administrativo, sin desarrollar y apoyar un movimiento social fuerte.

Con una visión de la complejidad, es necesario crear programas en la educación del trabajo social que no se centren solamente en el individuo, actuando talvez un proceso de control y adaptación a una sociedad que no responde a los derechos humanos y la justicia social. También es necesario ayudar a los estudiantes a desarrollar una actitud crítica y reflexiva que los impulse a levantarse y tomar posiciones, para desafiar los problemas estructurales que se encuentran en el trabajo social.

Es posible preparar a los estudiantes con competencias para abordar problemas personales compartidos por varias personas en proyectos comunitarios y, a un nivel más general, en una capacidad proactiva para influir en las políticas sociales.

Estas pueden ser tareas desafiantes, pero no imposibles.

### 3.4 La justicia ambiental

En la década de 1980, un pequeño grupo central de académicos de trabajo social comenzó a tomar en serio el medio ambiente y los problemas relacionados con la sostenibilidad de una manera consistente con el enfoque de Jane Addams hacia el pensamiento ambiental en el trabajo social. Närhi y Matthies se refirieron a esto como ‘el enfoque eco-crítico’ ya que concierne (cita):

... una orientación crítica ambiental hacia todo el desarrollo de la modernización.

Esta línea de pensamiento ha promovido la conciencia de las crisis ecológicas y las cuestiones ambientales. La gravedad creciente de la situación de los problemas ambientales ha llevado a que las discusiones ambientales permeen la sociedad, lo que significa que las cuestiones ambientales están conectadas con los fundamentos mismos de la sociedad: sus estructuras, sus formas de vida y sus valores (2001, p. 46).

Ulrich Beck afirmó:

Las desigualdades sociales y el cambio climático son dos caras de la misma moneda. Ya no se puede conceptualizar las desigualdades y el poder sin tener en cuenta las consecuencias del cambio climático, y no se puede conceptualizar el cambio climático sin tener en cuenta sus impactos en las desigualdades sociales y el poder. (2010, p. 257).

La educación en trabajo social debe centrarse en enmarcar los problemas como ‘eco-sociales’.

Cada vez más académicos de trabajo social están hoy comprometidos en reflexionar sobre la importancia de un ambiente y una comunidad sostenibles.

Lena Dominelli (2012), entre otros, escribió un libro significativo sobre ‘trabajo social verde’. Ella explora el concepto de trabajo social verde y su papel en utilizar las crisis ambientales para abordar la pobreza y otras formas de desigualdades estructurales; para obtener una distribución más equitativa de los recursos naturales limitados; y para abordar las fuerzas socio-políticas globales que tienen un impacto perjudicial en la calidad de vida de las poblaciones pobres y marginadas a nivel local.

La resolución de estos problemas está vinculada a iniciativas comunitarias en las que los trabajadores sociales pueden participar para garantizar que la calidad de vida de las personas pobres se pueda mejorar sin dañar el planeta.

Aunque definir los problemas como problemas eco-sociales es muy importante, este es solo el primer paso. En el contexto político y económico actual, el verdadero desafío es la transformación de la sociedad, y la pregunta es cómo el trabajo social puede participar en un proceso de cambio social profundo.

### **3.5 La digitalización**

El primer debate sobre la utilización de la tecnología de la información en el trabajo social tuvo lugar en la década de 1990. Desde entonces, el trabajo social digital ha sido cada vez más estudiado y desarrollado (López Peláez; Kirwan, 2023) pero el progreso en las prácticas del trabajo social ha sido lento, también en relación con el hecho de que las emergentes posibilidades digitales han actualizado las cuestiones de ética y gestión de riesgos.

La pandemia de COVID-19 que se extendió por todo el mundo en marzo de 2020, produciendo cambios rápidos en la vida diaria y laboral de las personas, con amplias restricciones sociales impuestas, planteó un desafío increíble para los trabajadores sociales, que se vieron obligados a dar un salto digital.

Claros ejemplos de esto surgieron en relación con las respuestas y ajustes que los trabajadores sociales han realizado para satisfacer las necesidades de sus clientes, superando los desafíos y las barreras físicas impuestas por las medidas gubernamentales para limitar las infecciones.

Se han desarrollado muchas experiencias en el campo del trabajo social utilizando tecnología de la información para crear redes de apoyo y grupos de supervisión, inventar nuevas formas no solo para enseñar en línea, sino también para crear herramientas que sustituyan la práctica de campo de los estudiantes. La academia ha sido muy proactiva en esto.

Una investigación realizada sobre la respuesta de emergencia al COVID en Italia reveló testimonios de trabajadores sociales que reaccionaron con creatividad y flexibilidad, reinventando estrategias de trabajo, experimentando nuevas prácticas y formas de comunicación. A través de herramientas informáticas, los trabajadores sociales no solo han proporcionado escucha e intervenciones, manteniendo relaciones con los clientes y colegas, sino que también han tenido la posibilidad de desarrollar trabajo interprofesional entre diferentes servicios. Aunque el uso de estas estrategias ha sido en cierto modo forzado por la contingencia del confinamiento debido a la pandemia, ha permitido superar cierta resistencia y escepticismo entre los trabajadores sociales, recibiendo también evaluaciones positivas y estimulando a los profesionales a aprovechar nuevas oportunidades y explorar caminos no familiares (Sanfelici, 2024).

Si bien la aceleración de la digitalización causada por las restricciones del COVID-19 puede verse como un fuerte estímulo para la innovación en la práctica profesional del trabajo social, el uso de dispositivos digitales tiene un potencial que aún no se reconoce completamente.

En la era de los medios digitales, es necesario que el trabajo social reflexione sobre las transformaciones que están ocurriendo en nuestra sociedad y desarrolle el conocimiento especializado necesario para abordar

los nuevos problemas y utilizar las nuevas oportunidades tecnológicas para mejorar la calidad de sus intervenciones.

El trabajo social digital considera el entorno digital como objeto de análisis, evaluación e intervención social, y puede calificarse como un campo específico de investigación e intervención social. En el trabajo social digital, se establecen estrategias de acceso y participación para las personas que solicitan servicios, se evalúan las necesidades y se pueden desarrollar dinámicas de intervención y empoderamiento.

Un amplio abanico de posibles usos de la tecnología de la información en el trabajo social es ofrecido por el artículo de Riquelme (2019), que aborda de manera exhaustiva sus diversas aplicaciones posibles, identificando una gama de herramientas digitales que sirven para investigar el mundo (cualitativa y cuantitativamente), facilitar la integración exitosa (individual y colectivamente), y diseminar la intervención en la red (académicamente y socialmente).

Un primer aspecto que se tiene en cuenta es la investigación, un elemento fundamental para la disciplina y la profesión, que permite conocer las necesidades de la población, justificar y legitimar la acción social, y evaluar el impacto de las intervenciones. En esta área, los archivos virtuales y las herramientas tecnológicas pueden ser de gran ayuda.

Las revistas digitales, acreditadas desde un punto de vista científico, proporcionan acceso fácil e inmediato a investigaciones e innovaciones. Otra fuente importante son las colecciones estadísticas, las bases de datos y, más específicamente para la práctica profesional, los archivos informatizados que permiten extraer datos sobre las características de los usuarios, las intervenciones y su efectividad.

La integración a través de la tecnología puede utilizarse para mejorar los caminos de integración de personas en exclusión social o en riesgo de exclusión social, como las tecnologías que permiten mejorar la comunicación y las relaciones en personas con discapacidades visuales,

auditivas o intelectuales; otros se refieren a medios para mejorar la movilidad y la accesibilidad o a la domótica, que permite a las personas mayores y discapacitadas permanecer en sus hogares.

Aplicaciones particulares pueden estar destinadas a apoyar a las mujeres para evitar el riesgo de violencia, otras a facilitar la coincidencia entre la oferta y la demanda de trabajo o la orientación socio-ocupacional.

Se presta especial atención a todas las formas de microfinanzas y financiación colectiva, que pueden ser una herramienta importante en el campo de la intervención social como sistema de apoyo para iniciativas de integración social.

Y el último ámbito es la difusión a través de la creación de redes, tanto dentro como entre organizaciones y en el dominio público.

El debate sobre la tecnología en relación con el trabajo social es complejo y coexisten diferentes perspectivas: desde la posibilidad de promover la justicia social y la inclusión en la sociedad y mejorar el bienestar y el empoderamiento de las personas, hasta la consideración de que la tecnología de la información puede generar desigualdades y llevar a la brecha digital, desde la desconexión perjudicial entre los profesionales del trabajo social y el acelerado desarrollo cultural, si las TIC no se incorporan al trabajo social, hasta la idea de que el trabajo social requiere presencia personal y contactos cara a cara, por lo que el desarrollo del trabajo social digital se ha considerado inevitable pero tardío.

Específicamente en el campo del trabajo social, las cuestiones éticas y la tecnología siempre han sido objeto de gran interés, especialmente en relación con problemas como la privacidad y la inclusión social, pero también la forma en que el trabajador social se presenta en el uso privado de las redes sociales.

Las cuestiones éticas constituyen un núcleo con respecto a los avances del trabajo social digital, que han sido tenidos en cuenta en el

documento de los principios éticos aprobados por la IASSW-AIETS y la IFSW-FITS en 2018, en Dublín.

Dado que el objeto del trabajo social es la persona en situación, en un contexto específico y en un momento determinado, uno de los desafíos del siglo XXI es responder a los efectos de la digitalización y sus repercusiones en la complejidad de las dimensiones sociales. No podemos olvidar que, si las tecnologías de la información pueden contribuir a conectar a las personas y revitalizar las zonas rurales a través de la innovación empresarial, por otro lado, pueden aumentar el aislamiento físico de las personas, como en el grave problema del síndrome de hikikomori en adolescentes, pero también pueden facilitar el ciberacoso (digital Bullying), el body shaming y las redes de pedofilia.

Además, como hemos ejemplificado, el trabajo social se enfrenta a un conjunto complejo de desafíos y problemas específicos en este campo, incluidos los procesos de exclusión generados por las TIC, no solo las desigualdades sociales vinculadas a la brecha digital, sino también las características de las redes sociales digitales y los patrones de interacción dentro de ellas, así como los requisitos y habilidades necesarias para que las personas puedan integrarse en un contexto digitalizado.

Sin lugar a dudas, las competencias digitales de los trabajadores sociales se han convertido en competencias clave en el siglo XXI, lo que requiere elecciones consecuentes en el ámbito educativo, en el que su fortalecimiento se prevé como fundamental en los planes de estudio desde el grado.

Otro aspecto que no debe subestimarse es el importante papel que el trabajo social puede desempeñar, no solo en aprovechar el poder de esas técnicas para mejorar la práctica, sino también en asegurar que estas se desarrollen de manera ética y coherente con los principios del trabajo social. Es ciertamente un nuevo campo de acción y de investigación que va ser ampliándose con el desarrollo de la inteligencia artificial.

### 3.6 La situación geopolítica

Vivimos en un mundo turbulento y lleno de conflictos y otro desafío por el trabajo social es lo de apoyar a las personas y organizaciones a desarrollar acciones de paz, a reconocer los derechos de cada uno, a construir confianza mutua, a evitar las polarizaciones que son alimentadas también por la comunicación mediática internacional y que llevan a alinearse absolutamente con una u otra “causa”.

El trabajo social que, en su esencia, encarna los principios de paz, cooperación y la firme creencia en la dignidad y el valor de cada persona, debe desempeñar un papel fundamental en la mediación de conflictos, la promoción de comunidades sostenibles y la conducción de un cambio transformador hacia una paz duradera.

No debemos olvidar que estos principios fueron reconocidos y premiados con el Nobel de la Paz otorgado a Jane Addams en 1931 y en 2011 a Leymah Gbowee. Los trabajadores sociales, en virtud de su profesión, están en una posición única para tender puentes, sanar comunidades y fomentar un entorno donde la paz y el entendimiento puedan florecer.

Durante la Cumbre del Pueblo de 2022, que involucró, además de las tres organizaciones internacionales, a varios socios de diferentes naciones, asociaciones y religiones, se aprobó un documento común, La Carta del Pueblo para un Mundo Eco-Social, que subraya la necesidad de integrar el conocimiento indígena y los enfoques holísticos para cultivar la paz y la armonía en todo el mundo.

Las ideas y aprendizajes de colegas que han caminado junto a las personas en la construcción de confianza en comunidades atrapadas en conflictos mortales pueden guiar la profesión en sus esfuerzos por mediar en conflictos, apoyar comunidades sostenibles y contribuir al cambio transformador.

Cierto, son necesarias otras acciones a nivel de mediación y diplomacia internacional, pero sin el esfuerzo de humanizar al otro, la paz no llegará. En última instancia, es a través de la dedicación y el compromiso de los trabajadores sociales que se puede facilitar la construcción de un futuro más pacífico y justo para todos.

## **Conclusion**

En conclusión, los diversos y complejos desafíos que se enfrentan hoy en día – desde la internacionalización y la crisis climática hasta la digitalización y los conflictos – requieren un enfoque integral y comprometido del trabajo social. Como profesionales del trabajo social, recae la responsabilidad de actuar como agentes de cambio, promoviendo la justicia social, la sostenibilidad y la paz en cada acción.

A través de la integración del conocimiento indígena y enfoques holísticos, y mediante el reconocimiento de los esfuerzos individuales para cultivar la comprensión y el respeto mutuo, es posible sentar las bases para un futuro más armonioso y equitativo. Es fundamental que se continúe innovando y respondiendo a los cambios globales, siempre guiados por los principios de la profesión.

En última instancia, es con la dedicación y el compromiso que se pueden superar estos desafíos y construir un mundo más justo, sostenible y pacífico para todos. Juntos, es posible marcar la diferencia y avanzar hacia un futuro donde cada individuo tenga la oportunidad de vivir con dignidad y en paz.

## **Referencias**

ASKELAND, Gurid ; PAYNE, Malcom. Social work education's cultural hegemony. **International social work**, v.49, n.6, p. 731–743, nov. 2006.

BECK, Ulrich. Climate for Change or How to create a Green Modernity? **Theory, Culture and Society**, v. 27, n.2–3, p. 254–266, 2010.

DOMINELLI, Lena. **Green social work**. London: Polity Press, 2012.

HEALY, Lynn; LINK, Rosemary. **Handbook of International Social Work**. Oxford: Oxford University Press, 2011.

JEBB, Eglantyne. Le Service Social International. In *Prémière conférence International du service social*, Vol. I, p. 637–55, 1929. **Prémière conférence International du service social**, Paris, 8–13 July, 1928.

KUHLMANN, Carola. Alice Salomon, 1928/29–1946. In: SEIBE, F.W. (ed.), **Global Leaders for Social Work Education**. The IASSW President 1928–2008. Ostrava: ECSPRESS–Edition, 2008. p. 29–55, 2008.

LÓPEZ PELÁEZ, Antonio; KIRWAN Gloria (eds.). **The Routledge International Handbook of Digital Social Work**. New York: Routledge, 2023.

NÄRHI Kati; MATTHIES, Aila-Leena. What is the ecological (self-) consciousness of social work? Perspectives on the relationship between social work and ecology. In: MATTHIES, A.L., NÄRHI, K & WARD, D. (eds.), **The Eco-social Approach in Social Work**. Jyväskylä: SoPhi University of Jyväskylä, p.16–53, 2001.

PERERA, Sean. Science teachers from non-Western backgrounds challenge Western science: A whole other ball game. **The International Journal Science and Society**, n.2, p.11–22, 2011.

REISCH, Michael Social Work under Trump: Experiences from the USA. In: FISHER, J., DUNN, K. Stifled Progress. **International Perspectives on Social Work and Social Policy in the Era of Right-Wing Populism**. Leverkusen: Verlag Barbara Budrich, p. 147–166, 2019.

RIQUELME, Sergio Fernandez. Conocer, integrar y divulgar. Las tecnologías digitales para la investigación y la intervención en trabajo social. **Trabajo social hoy**, n.88, p. 43–68, 2019.

ROBERTSON, Roland. Globalisation or glocalisation? **Journal of International Communication**, v.1 n.1 p. 33–52, 1994.

SANFELICI, Mara. Learning while teaching during a collective crisis: post-pandemic possibilities for social work education in Italy. In: LATZER, Y.; SHKLARSKI, L. (eds.), Social work education and the COVID-19 pandemic. **International insights toward innovation and creativity**. London: Routledge, p. 38–50, 2024.

# **INTERNACIONALIZAR, CONTEXTUALIZAR, TRANSFORMAR: CLAVES PARA UN TRABAJO SOCIAL DEL SUR**

*Sonia Brito*

América Latina y el Caribe enfrentan de manera constante un panorama complejo y en permanente cambio, influenciado por una variedad de factores económicos, políticos y sociales, estos desafíos, aunque significativos, también contienen un potencial enorme para el desarrollo y la mejora de las condiciones de vida de sus habitantes. La respuesta efectiva a estos problemas requiere de políticas públicas sólidas, cooperación tanto a nivel regional como internacional y un compromiso firme con la equidad y el desarrollo sostenible, para ello, se requieren esfuerzos conjuntos y estrategias integradas para avanzar hacia sociedades más justas.

En cuanto a la desigualdad económica, la región sigue siendo una de las más desiguales del mundo en términos de distribución de ingresos y riqueza, aunque algunos países han logrado avances en reducir estas brechas, la pandemia del COVID-19 supuso un retroceso importante, exacerbando las desigualdades sociales y económicas, y afectando de manera negativa la salud pública, la infraestructura sanitaria y los servicios básicos. La recuperación económica ha sido lenta, enfrentando obstáculos como la inflación, la deuda externa y la dependencia de las materias primas, lo que mantiene una brecha abismal entre los sectores ricos y pobres. Esta situación demanda políticas públicas innovadoras y un compromiso social profundo para reducir las desigualdades estructurales.

La crisis política y social también es un aspecto central en el escenario regional. En países como Chile, Ecuador, Argentina, Perú y Bolivia, las protestas y disturbios sociales desde el 2019 reflejan el descontento de comunidades y personas que exigen respuestas inmediatas y efectivas a problemas como la corrupción, la falta de acceso a servicios básicos y la crisis política. En muchos casos, estos movimientos han sido impulsados por una ciudadanía indignada que busca cambios profundos en sus sistemas de gobernanza. Sin embargo, la presencia de gobiernos de derecha que limitan la gobernabilidad y frenan las políticas públicas en favor de la justicia social, alineados con el sistema neoliberal y capitalista, dificulta la implementación de soluciones reales. La resistencia social y la movilización ciudadana son una muestra clara de que la demanda por justicia y derechos sociales está en aumento, y que los gobiernos deben escuchar y responder a esas voces.

Por otro lado, la vulnerabilidad de la región frente a los efectos del cambio climático es cada vez más evidente. Los impactos en la agricultura, los recursos hídricos y la seguridad alimentaria amenazan la estabilidad de muchas comunidades, especialmente las más pobres y marginadas. La crisis climática requiere acciones urgentes y coordinadas, que incluyan políticas de adaptación y mitigación, así como una mayor conciencia sobre la sostenibilidad ambiental.

La migración continúa siendo un fenómeno relevante, impulsado por factores económicos, políticos y de seguridad. Movimientos internos y externos reflejan las desigualdades y las crisis que atraviesan los países de la región, generando desafíos en la integración social y en la protección de los derechos de las personas migrantes y refugiadas.

A pesar de algunos avances en educación y desarrollo humano, persisten profundas inequidades en el acceso a una educación de calidad y en la mejora de las condiciones de vida de las poblaciones más vulnerables. Estas desigualdades sociales demandan un trabajo social contundente, con

capacidad de respuesta y adaptación a las realidades locales, pero también con una visión regional que permita compartir experiencias, conocimientos y estrategias efectivas. Este es el panorama que enfrenta el trabajo social en la región.

El trabajo social Latinoamericano, ha buscado formas de organización para hacer frente a las situaciones complejas de la región, una de ellas es la asociación latinoamericana de enseñanza e investigación en trabajo social (ALAEITS).

La Asociación Latinoamericana de Enseñanza e Investigación en Trabajo Social (ALAEITS) es una organización que agrupa a académicos, investigadores, profesionales y estudiantes de Trabajo Social en América Latina y el Caribe. Su propósito fundamental es promover el desarrollo y la consolidación del Trabajo Social como disciplina académica y profesional en la región.

De acuerdo con sus estatutos, en el Artículo 2º, ALAEITS establece que:

La Asociación tiene por finalidad organizar, articular y proponer estrategias que tengan incidencia en el campo de la formación académica (docencia, investigación y extensión) y profesional, de la producción del conocimiento en Trabajo Social y del fortalecimiento de las luchas sociales en América Latina. Asimismo, la ALAEITS congrega docentes, personas investigadoras y profesionales que acompañan procesos educativos y al estudiantado de grado y posgrado en el ámbito latinoamericano. (Estatutos, 2018, p.1)

Entre sus principales funciones y actividades, se destacan: (Estatutos, 2018, p.2)

a- Estimular la investigación y la producción de conocimiento crítico sobre la realidad latinoamericana, sobre el Trabajo Social y sobre la formación profesional en la Región;

- b- fortalecer la enseñanza, la investigación y la extensión en el Trabajo Social propiciando la interlocución entre los proyectos académicos que orientan la formación profesional en los diferentes países;
- c- promover debates, acciones y movimientos entre docentes, personas investigadoras y el estudiantado de grado y posgrado del Trabajo Social, en el ámbito latinoamericano y articulando la enseñanza, la investigación y la extensión;
- d- propiciar la interlocución, el intercambio académico y cultural y la difusión de información entre docentes, personas investigadoras, grupos de investigación, estudiantado y programas de grado y posgrado en América Latina;
- e- promover, estimular y difundir las producciones académicas, técnicas, intelectuales y bibliográficas sobre el Trabajo Social en América Latina;
- f- acompañar la realización de eventos y debates sobre la formación académica (docencia, investigación y extensión y profesional) en Trabajo Social en América Latina;
- g- realizar los Seminarios Latinoamericanos de Escuelas de Trabajo Social (SLETS) de la ALAEITS, conjuntamente con el país sede, en cuyo marco se realizará la Asamblea General;
- h- promover e impulsar la articulación entre las organizaciones académicas y político-profesionales de los diversos países y establecer intercambio y articulación con las entidades relacionadas al ejercicio profesional, tales como consejos, colegios, sindicatos o gremios, en la perspectiva de construir iniciativas colectivas en torno a objetivos político-profesionales comunes;
- i- promover y participar de organizaciones internacionales y mundiales que se mantengan congruentes con los propósitos de nuestra entidad, para fortalecer la construcción de un proyecto ético-político que impulse la promoción de la emancipación política y humana;
- j- apoyar y participar en eventos internacionales, foros, movimientos sociales, organizaciones y articulaciones, así como en procesos de luchas de la clase trabajadora y los movimientos sociales en general;
- k- manifestarse públicamente sobre cuestiones relacionadas a las finalidades de la ALAEITS con énfasis en la defensa de la formación académica (docencia, investigación y extensión) y profesional, de la producción del conocimiento en Trabajo Social y del fortalecimiento de las luchas sociales en América Latina;

l- estimular y acompañar los procesos organizativos de las unidades académicas;

ALAEITS está integrada por países de América Latina y el Caribe, organizados en tres regiones: (Estatutos, 2018, p.6)

- **Zona Andina:** Perú, Colombia, Ecuador, Venezuela y Bolivia;
- **México, Centroamérica y el Caribe:** Costa Rica, Cuba, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicaragua, Panamá, Puerto Rico, República Dominicana;
- **Cono Sur:** Brasil, Uruguay, Paraguay, Argentina y Chile.

La participación en ALAEITS se concreta a través de instituciones académicas, organizaciones profesionales, redes investigativas y colectivos que comparten el compromiso con un Trabajo Social crítico, comprometido y transformador en la región. Dado sus propósitos y estructura, la asociación, se constituye en un puente posible donde se realicen intercambios académicos y se propicie la internalización de la disciplina- profesión.

Para desarrollar estas ideas trabajaré en:

## **1 Internacionalización del Trabajo Social en América Latina y el Caribe: integración crítica, compromiso ético y reciprocidad solidaria**

La internacionalización del Trabajo Social en América Latina y el Caribe se configura como un proceso dinámico, multidimensional y político, que busca articular las perspectivas globales con las realidades locales y regionales. Más que un intercambio meramente técnico o académico, se trata de una construcción colectiva de saberes, prácticas y estrategias orientadas a la justicia social, la promoción de los derechos humanos y el fortalecimiento de las comunidades y pueblos.

La historia del Trabajo Social en nuestra región ha estado históricamente anclada en procesos de lucha y resistencia frente a la pobreza estructural, la exclusión, las dictaduras, el patriarcado y el colonialismo. Esta trayectoria crítica ha dotado a la profesión de una identidad marcada por el compromiso ético y político con la transformación social. En este marco, la internacionalización no puede ser entendida como una mera transferencia de modelos del norte global, más bien se constituye en un espacio para la interculturalidad, la construcción de conocimientos en diálogo y la articulación de agendas comunes desde el sur.

Sin duda, el encuentro con teorías, enfoques y prácticas provenientes de otros países enriquece el campo disciplinar y profesional del Trabajo Social, permitiendo ampliar marcos analíticos, compartir buenas prácticas y establecer alianzas. Sin embargo, también plantea desafíos relevantes, especialmente cuando dichas influencias no consideran las particularidades socioculturales, históricas y políticas de América Latina y el Caribe. La adopción acrítica de paradigmas externos puede resultar en una descontextualización de las prácticas e incluso en la reproducción de nuevas formas de colonialismo epistemológico.

En este escenario, las organizaciones internacionales, redes profesionales, plataformas de cooperación académica y convenios interinstitucionales tienen un papel clave. Como espacios para la construcción colectiva de políticas, investigaciones y propuestas basadas en la reciprocidad, la horizontalidad y el respeto mutuo, no se reduce simplemente al intercambio y circulación de conocimientos. La internacionalización, para ser coherente con los principios ético-políticos del Trabajo Social, debe superar la lógica de expertos que entregan soluciones, y en cambio, deben abrirse a la co-creación con comunidades, estudiantes, investigadores y organizaciones sociales.

El desafío está en mantener un equilibrio entre la universalidad de los principios fundamentales del Trabajo Social, como la dignidad humana, la equidad, la justicia y la solidaridad, y su aplicación situada y específica en cada territorio. Esto exige una internacionalización comprometida políticamente, que reconozca las asimetrías históricas y estructurales entre países, respete las diversidades culturales y se oriente por una ética de la colaboración, el cuidado y la transformación social.

Así entendida, la internacionalización no es una amenaza para las identidades nacionales ni una vía de homogeneización técnica, por el contrario, es una oportunidad para construir redes de solidaridad, amplificar luchas comunes, compartir experiencias emancipadoras y cimentar un Trabajo Social con raíces latinoamericanas y global a la vez, que articule la sensibilidad local con una conciencia planetaria.

## **2 Desde el currículo del Trabajo Social: revisión permanente para responder a los desafíos latinoamericanos**

En el actual contexto latinoamericano y caribeño, el currículo del Trabajo Social debe asumirse como un proceso dinámico, crítico y en constante revisión. No puede tratarse de una estructura rígida o universalista, sino de un instrumento vivo, en permanente diálogo con las realidades territoriales y con los desafíos que enfrentan nuestras sociedades.

En ese sentido, la formación profesional en Trabajo Social debe ser capaz de responder a las condiciones históricas, estructurales y emergentes de la región, estableciendo mínimos formativos comunes que respeten la diversidad de contextos y, al mismo tiempo, fortalezcan la identidad latinoamericana y caribeña de la profesión. Esta revisión curricular debe articular contenidos teóricos, metodológicos y ético-políticos con pertinencia regional, promoviendo saberes situados, críticos, plurales y decoloniales.

Uno de los elementos clave para esta transformación curricular es el fortalecimiento de la movilidad estudiantil y académica en la región para promover que estudiantes puedan realizar parte de su formación en otros países latinoamericanos amplía sus horizontes culturales, sociales y profesionales y favorece la construcción de una mirada integral sobre las problemáticas sociales. Estas experiencias de intercambio permiten conocer in situ otras formas de intervención, comprender la diversidad de políticas públicas, y estrechar vínculos entre instituciones comprometidas con una formación ética, crítica y contextualizada.

En cuanto a la oferta educativa, la demanda por programas en pregrado, posgrado y educación continua ha crecido exponencialmente. Sin embargo, esta expansión no siempre se ha traducido en una mejora de la calidad formativa, muchas veces responden a racionalidades economicistas, por tanto, es imprescindible que dichos programas se diseñen desde metodologías de intervención culturalmente sensibles, que reconozcan y valoren las múltiples identidades culturales, sociales, de género, étnicas y territoriales de nuestra región, puesto que el Trabajo Social no puede formar profesionales descontextualizados ni replicar modelos formativos del norte que invisibilizan la riqueza, complejidad y conflictividad de América Latina y el Caribe.

Asimismo, frente a problemáticas sociales globales, como la crisis climática, las migraciones forzadas, la desigualdad estructural, el racismo institucional, la violencia patriarcal o la precarización del trabajo, la formación debe dotar a los y las trabajadoras sociales de herramientas analíticas y prácticas que les permitan intervenir con profundidad crítica, pero siempre desde una perspectiva situada y territorializada. En este esfuerzo, los colegios profesionales, asociaciones gremiales y asociaciones o redes académicas tienen un rol fundamental, deben acompañar activamente los procesos formativos, incidir en el diseño curricular, y velar porque los programas respondan a las necesidades reales del ejercicio profesional.

Esto requiere establecer convenios de colaboración entre universidades, organizaciones sociales, movimientos populares y organismos públicos, para fortalecer tanto la formación inicial como la capacitación continua y la actualización profesional, entendidas como procesos permanentes de aprendizaje crítico y acción transformadora.

El desafío, entonces, es construir un currículo que forme sujetos profesionales comprometidos con la justicia social, con capacidad de leer críticamente su realidad, intervenir éticamente en ella, y participar activamente en su transformación. Un currículo que no se limite a responder a las lógicas del mercado, sino que se alinee con los intereses de los pueblos latinoamericanos, con sus memorias, luchas y aspiraciones colectivas.

### **3 Desde la investigación: construir circuitos virtuosos y territoriales**

La investigación en América Latina y el Caribe no puede seguir siendo una práctica limitada a las élites académicas ni desconectada de las realidades concretas que atraviesan los pueblos de la región. Persisten formas de producción de conocimiento que responden más a exigencias de indexación, ranking o prestigio individual, que, a las urgencias sociales, políticas, económicas y culturales que afectan a millones de personas. Este modelo, sustentado en la lógica del neoliberalismo académico, reproduce desigualdades epistemológicas y excluye sistemáticamente las voces subalternizadas, los saberes populares y las memorias colectivas de nuestras comunidades.

Es urgente democratizar la investigación, tanto en su acceso como en sus formas, objetivos y audiencias. Esto implica crear circuitos virtuosos de colaboración interterritorial y transnacional, que permitan compartir conocimientos, experiencias y estrategias entre países latinoamericanos y

caribeños, desde una lógica de reciprocidad, horizontalidad y construcción colectiva. Si bien ya existen redes, asociaciones y encuentros académicos regionales, muchos de sus productos y reflexiones continúan circulando dentro de burbujas académicas, sin llegar a las prácticas ni a los territorios donde podrían tener mayor impacto.

La investigación, para ser verdaderamente transformadora, debe ser situada y contextualizada, es decir, partir de las necesidades, tensiones y potencias de los territorios, dialogar con los saberes de quienes habitan esas realidades y proponer soluciones que reconozcan las complejidades de los procesos sociales, por tanto, no se trata de diagnosticar o describir, se debe generar conocimiento que sea herramienta de acción y emancipación.

En este camino, el redescubrimiento de la memoria histórica, de las experiencias pasadas y de los saberes ancestrales y populares adquiere un papel central, puesto que representa la memoria que es un recurso vivo, que permite comprender las raíces de las injusticias actuales, recuperar resistencias invisibilizadas y proyectar alternativas a futuro. En tanto herramienta política, la memoria fortalece identidades colectivas, articula luchas y abre caminos de esperanza frente a la fragmentación y el olvido impuesto.

Asimismo, urge romper con el paradigma individualista que ha colonizado gran parte de la actividad investigativa, en el que la competencia, la autoría individual y los criterios de productividad despojan a la investigación de su sentido ético y social. Investigar debe ser un acto colectivo, ético y comprometido, que promueva el encuentro entre disciplinas, territorios y saberes diversos, en diálogo constante con las personas y sus comunidades. La investigación no puede estar al servicio de la acumulación simbólica de poder, sino de la justicia social, la dignidad y la transformación estructural. Entonces, construir otro modelo de producción de conocimiento en América Latina y el Caribe no es solo una tarea académica, es también un acto político, implica disputar sentidos,

abrir espacios, habilitar voces y recuperar el derecho a pensar desde el sur, con nuestras propias categorías, memorias y horizontes.

#### **4 Desde la vinculación con el medio: Trabajo Social en territorios: presencia activa, construcción de alternativas y apuesta por el futuro.**

El Trabajo Social, en su esencia más profunda, es una profesión que articula saberes y prácticas en los territorios, desde una vinculación situada, crítica y transformadora. Su potencia radica en su capacidad de construir relaciones respetuosas, horizontales y sostenidas en la confianza con las comunidades. De este modo, es posible fortalecer el tejido social y contribuir a procesos de cambio que respondan a las necesidades reales de los pueblos.

Frente a contextos de alta complejidad, como aquellos marcados por el abandono estatal, el narcotráfico, la violencia estructural y la exclusión, el Trabajo Social no puede limitarse a intervenciones de tipo asistencial o meramente técnico. Su rol es insustituible como presencia comprometida, capaz de reconocer y acompañar las luchas cotidianas por la dignidad, especialmente en aquellos territorios donde las condiciones de vida son profundamente vulneradas.

En muchas de estas zonas, niños, niñas y adolescentes son capturados por dinámicas criminales que ofrecen respuestas inmediatas frente a la falta de oportunidades, generando desintegración comunitaria y rupturas generacionales. En estos escenarios, la acción del Trabajo Social debe orientarse a construir alternativas sostenibles, desde una lógica intersectorial, participativa y basada en los derechos humanos, esto implica salir de las oficinas y las aulas, caminar con las comunidades, comprender sus dinámicas y desafiar las prácticas institucionales que refuerzan la distancia o la desconfianza.

Este compromiso territorial dialoga con la innovación, puesto que el Trabajo Social en la contemporaneidad está llamado a abrir y habitar nuevos campos profesionales, incorporando herramientas tecnológicas como la inteligencia artificial, el análisis de datos, o las plataformas digitales de participación. Sin embargo, esta incorporación debe hacerse desde una mirada crítica e inclusiva, que no pierda de vista los principios ético-políticos de la profesión ni refuerce nuevas formas de exclusión o vigilancia sobre los cuerpos y los territorios.

La memoria histórica del Trabajo Social, sus luchas, saberes y formas de organización comunitaria, son un legado indispensable. Rescatarlas no significa romantizar el pasado, sino recuperar las raíces para proyectar el futuro, en este sentido, la crisis civilizatoria y la fragmentación del tejido social exigen una renovación de los paradigmas de intervención, así como una apuesta decidida por la planificación a largo plazo, orientada por principios de justicia social, sostenibilidad ecológica, equidad de género y participación activa de las comunidades.

En este horizonte, la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible representa una oportunidad, aunque su implementación aún resulte incipiente y desigual. Para el Trabajo Social, constituye un marco de referencia para el diseño de políticas públicas con enfoque territorial, de derechos y con perspectiva interseccional, en diálogo con otros campos del conocimiento y actores de la sociedad civil, puesto que la urgencia del presente no puede opacar la necesidad de pensar estratégicamente el porvenir. El Trabajo Social tiene la tarea de ser presente transformador y futuro en construcción, enraizado en las luchas de los pueblos y en la defensa de una vida digna para todos y todas y la articulación y la acción situada en los territorios.

## 5 Publicaciones conjuntas

Una de las estrategias fundamentales para fortalecer la producción de conocimiento en Trabajo Social en América Latina consiste en impulsar publicaciones conjuntas que amplifiquen las voces de la región y reconozcan la riqueza, diversidad y especificidad de sus contextos históricos, sociales y culturales.

Estas publicaciones deben orientarse a visibilizar los aportes de las investigaciones desarrolladas en América Latina y el Caribe, las cuales muchas veces quedan marginadas o subvaloradas en los circuitos académicos dominados por lógicas eurocéntricas y modelos epistemológicos del norte global. Es por ello, que resulta necesario promover la creación, consolidación y difusión de revistas científicas con una mirada crítica, latinoamericana y decolonial, que cuestionen las hegemonías del saber y den protagonismo a las epistemologías situadas y abiertas, a los saberes populares y a las experiencias de resistencia y de incidencia de los pueblos de la región.

Estas revistas pueden convertirse en espacios colectivos de reflexión, debate y articulación, donde se integren las voces de académicos, estudiantes, profesionales y movimientos sociales, favoreciendo el diálogo interdisciplinario y la producción colaborativa de conocimiento comprometido con la transformación social. Además, la articulación regional en torno a la publicación científica permitirá establecer estándares propios de evaluación, difusión y acceso abierto, fortaleciendo la soberanía epistemológica y el reconocimiento mutuo entre países, universidades y colectivos de investigación comprometidos con un Trabajo Social crítico y emancipador.

De esta manera, las publicaciones conjuntas fortalecerán la identidad académica del Trabajo Social latinoamericano, y contribuirán a disputar el

sentido del conocimiento en clave de justicia social, memoria histórica y construcción de futuros posibles desde el sur.

Para seguir desarrollando estos aspectos, el centenario del Trabajo Social en América Latina y el Caribe representa una oportunidad única para reflexionar críticamente sobre nuestro recorrido histórico y renovar el compromiso ético-político de la profesión. Este hito nos llama a proyectar el futuro desde una mirada profundamente situada, en diálogo con los desafíos contemporáneos de la región.

Así, este centenario además de visibilizar la trayectoria disciplinar y profesional, nos interpela a continuar construyendo un Trabajo Social comprometido con la justicia social, la dignidad de los pueblos y la transformación estructural de nuestras sociedades.

## **Referencias**

**ALAEITS. Estatutos de la Asociación Latinoamericana de Enseñanza e Investigación en Trabajo Social (ALAEITS), 2018.**

# **PARTICULARIDADES E SINGULARIDADES DA UNILA NO CONJUNTO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL**

*Elmides Maria Araldi*

É uma honra participar deste importante debate e compartilhar com vocês um pouco do Curso de Serviço Social a partir das particularidades e singularidades da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) no contexto das universidades públicas brasileiras. Vamos explorar a missão, os institutos, os cursos e as formas de ingresso da UNILA, com destaque para a integração, o bilinguismo e o multiculturalismo. Além disso, abordaremos os desafios e possibilidades para estudantes latino-americanos e caribenhos, considerando a sua diversidade étnico-racial, cultural e social na formação profissional em Serviço Social, a regulamentação profissional e o livre trânsito de profissionais.

Para contextualizar melhor as singularidades da UNILA, é relevante mencionar outras universidades temáticas no Brasil que, assim como a UNILA, foram criadas com objetivos específicos de integração e desenvolvimento regional.

Estas incluem a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), a Universidade Federal da Integração Amazônica (UNIAM), e a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).

Conforme publicação de Spyer (2016), a UNILA, em conjunto com a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-

Brasileira (UNILAB), a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), a Universidade da Integração Amazônica (UNIAM) e a Universidade Federal de la Frontera Sur (UFFS), faz parte das universidades “temáticas” ou de “integração”, voltadas para a integração regional, especialmente a Cooperação Sul-Sul (CSS) (Oliveira, 2015, *apud* Spyer, 2016). Essas universidades foram concebidas sob os princípios da diplomacia, da cooperação e da integração solidária, visando alianças estratégicas com países histórica e culturalmente próximos ao Brasil. Os seus projetos institucionais, especialmente os da UNILA e da UNILAB, tentaram superar formas anteriores de cooperação internacional no campo educacional, que funcionavam unilateralmente e numa perspectiva eurocêntrica. Procurava-se que fossem contra-hegemônicos, comprometidos com a integração regional para além do aspecto econômico, valorizando especialmente os aspectos políticos, sociais e culturais (Ribeiro, 2015, *apud* Spyer, 2016).

## **1 A UNILA: Missão, Institutos, Cursos e Formas de Ingresso**

### Missão da UNILA

– Integração Latino-Americana: A UNILA foi criada em 2010 com a missão de promover a integração regional por meio da educação, pesquisa e extensão, fortalecendo a cooperação entre os países da América Latina e do Caribe.

Conforme seu Estatuto (2012):

Art. 4º A UNILA tem por missão contribuir para a integração solidária e a construção de sociedades na América Latina e Caribe mais justas, com equidade econômica e social, por meio do conhecimento compartilhado e da geração, transmissão, difusão e aplicação de conhecimentos produzidos pelo ensino, a pesquisa e a extensão, de forma indissociada, integrados na formação de cidadãos para o exercício acadêmico e profissional e empenhados na busca de soluções democráticas aos problemas latino-americanos.

Parágrafo único. Para realizar sua missão, a UNILA desenvolverá intercâmbio acadêmico-científico, tecnológico e cultural com instituições universitárias, centros de pesquisa, públicos e privados, órgãos governamentais e organizações nacionais e internacionais, desde que preservada a autonomia universitária.

O plano original visava criar uma nova universidade, mais democrática, baseada em três pilares: a valorização do bilinguismo, da interdisciplinaridade e do multiculturalismo. Além disso, está previsto um Ciclo Comum de Estudos (CCE) para todos os cursos de graduação. Este projeto representou um novo modelo em oposição à estrutura clássica de uma instituição de ensino superior voltada para a formação das classes altas, segmentada e com pouco espaço para inovação. De acordo com esse objetivo, foi planejada uma estrutura administrativa descentralizada, com institutos e centros interdisciplinares que favorecessem a produção e a circulação do conhecimento (Comissão de implantação da UNILA, 2009: 37, *apud*, SPYER, 2016).

### **Institutos e Cursos**

– Institutos: A UNILA está organizada em 4 institutos: o Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História (ILAACH); Instituto Latino-Americano de Ciências da Vida e da Natureza (ILACVN), o Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política (ILAESP); IV – Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território (ILATTI). Cada instituto oferece cursos voltados para áreas específicas do conhecimento.

– Cursos: A UNILA oferece atualmente 29 cursos de graduação, 9 cursos de pós-graduação em nível de especialização *lato sensu*, 12 em nível de mestrado e 3 em nível de doutorado. No campo do Serviço Social, o currículo é projetado para abordar questões políticas e sociais relevantes para a região, com um enfoque crítico e comprometido com os direitos

humanos e com uma ordem social mais justa e igualitária. Os cursos são estruturados para promover uma formação integral, que inclui disciplinas teóricas, atividades práticas e projetos de pesquisa e extensão, com atenção inclusive para a curricularização da extensão.

### **Formas de Ingresso**

– **Processos Seletivos:** A UNILA utiliza processos seletivos diferenciados para estudantes brasileiros e estrangeiros. Para brasileiros, o ingresso é realizado principalmente através do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Para estudantes internacionais, há um processo seletivo específico que considera as particularidades de cada país. Essa diversidade de formas de ingresso reflete o compromisso da universidade com a inclusão e a democratização do acesso à educação superior, ofertando 50% das vagas para estudantes brasileiras/os e 50% para estrangeiras/os. Prevê ainda a inclusão de estudantes advindos de comunidades indígenas, tradicionais e de refugiados.

– **Bilinguismo e Multiculturalismo:** As aulas, os textos e os diálogos acadêmicos se dão em português e/ou espanhol, sendo consideradas oficiais ambas as línguas, com vistas ao amplo desenvolvimento do bilinguismo e do multiculturalismo. Esse ambiente multilíngue e diverso enriquece a experiência acadêmica e cultural das/os estudantes, promovendo a troca de conhecimentos e experiências entre diferentes culturas. Além disso, a UNILA oferece cursos de línguas para facilitar a integração entre estudantes brasileiras/os e estrangeiras/os.

De acordo com dados do Censo da Educação Superior divulgados no “UNILA em Destaque”, a instituição é considerada uma das universidades mais internacionais do Brasil. Em 2023, eram mais de 1,6 mil estudantes estrangeiros matriculados. A maior parte deles vem de países da América Latina e do Caribe que ingressaram na Universidade via Processo Seletivo Internacional (PSI). Mas a UNILA também conta com alguns estudantes de países africanos

e asiáticos que chegam à instituição através da seleção para refugiados e portadores de visto humanitário. No total, entre discentes brasileiros e internacionais, a UNILA tinha, em 2023, 4.254 matriculados. (Portal Unila, 2024, S/P)

Desde sua criação, a UNILA já formou mais de 2.000 profissionais, contribuindo significativamente para a capacitação de recursos humanos no continente latino-americano e caribenho. Esses egressos estão atuando em diversas áreas, desde a saúde e educação até a gestão pública e o desenvolvimento comunitário.

A universidade ainda está desenvolvendo o acompanhamento de egressos, tão necessário para entender suas trajetórias profissionais e os impactos de sua formação na UNILA em suas carreiras e comunidades.

## **2 O Curso de Serviço Social na UNILA**

Tempo mínimo de duração: 5 anos

Objetivo Geral do Curso:

Formar profissionais críticos e criativos, ancorados em fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos que permitam a apreensão, análise e intervenção da/na realidade social latino-americana e caribenha e em relação às diversas políticas públicas, por meio de sua inserção nos espaços sócio-ocupacionais públicos e privados onde se requer a presença profissional. Tal perspectiva se constrói por meio dos fundamentos ontológicos aportados na teoria social crítica como método de apreensão e interpretação da realidade, considerando como eixos centrais o trabalho e a questão social nas suas mais diversas manifestações na América Latina e Caribe.” (PPC do Curso de Serviço Social da Unila)

Perfil do Egresso: Os egressos do curso de Serviço Social da UNILA são preparados para atuar em áreas como saúde, educação,

assistência social, direitos humanos, entre outras. Eles possuem uma sólida formação teórica e prática, que lhes permite desenvolver ações interventivas, preventivas e propositivas, além de habilidades para o trabalho interdisciplinar e a pesquisa social.

**Estrutura Curricular:** A matriz curricular do curso está em consonância com o Projeto ético político do Serviço Social brasileiro. É composta por disciplinas obrigatórias e optativas, distribuídas ao longo de 10 semestres, totalizando 3.400 horas. O curso é estruturado em três eixos principais:

### **1 Ciclo comum de estudos**

- Português/espanhol ou espanhol/português
- Fundamentos de América Latina I, II e III
- Ética e Ciência
- Movimentos sociais na América Latina

### **2 Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Serviço Social:**

- Introdução ao Serviço Social
- Fundamentos Históricos e Teóricos do Serviço Social
- Teorias Sociológicas e Antropológicas
- Políticas Sociais e Direitos Humanos

### **3 Práticas Profissionais e Instrumentais:**

- Planejamento e Gestão em Serviço Social
- Técnicas de Pesquisa e Investigação Social
- Estágio Supervisionado I, II, III e IV
- Projeto de Intervenção em Serviço Social

### **4 Eixos Temáticos e Interdisciplinares:**

- Gênero e Diversidade
- Questões Étnico-Raciais
- Sustentabilidade e Meio Ambiente
- Políticas de Saúde e Educação

**Estágio Supervisionado:** Os estágios supervisionados são realizados em instituições públicas e privadas, em sua maioria em órgãos públicos e ONGs e ocorrem a partir do sexto semestre, por 4 semestres consecutivos com supervisão direta individual.

**Trabalho de Conclusão de Curso (TCC):** O TCC é um requisito obrigatório para a conclusão do curso, em que as/os estudantes desenvolvem uma pesquisa sobre um tema relevante para o Serviço Social, sob orientação de um professor Assistente Social. A elaboração do TCC tem previsão de um ano de duração, dividido em 2 semestres.

**Projetos de Extensão e Pesquisa:** Os estudantes são incentivados a participar de projetos de extensão e pesquisa que abordem questões políticas, culturais e sociais relevantes para a região, considerando-se as particularidades da tríplice fronteira (Brasil, Paraguai e Argentina). Esses projetos são uma oportunidade para vivenciar situações concretas da realidade e desenvolver habilidades práticas, além de promover a integração e o fortalecimento de vínculos entre a universidade e a comunidade contribuindo para a cooperação e o desenvolvimento local.

**Integração Regional e Internacionalização:** A UNILA promove a integração regional e a internacionalização do conhecimento, recebendo estudantes de diversos países da América Latina e do Caribe. O curso de Serviço Social valoriza o bilinguismo e a multiculturalidade, mas enfrenta diversos desafios em preparar as/os profissionais para atuarem em contextos diversos e colaborarem em projetos de cooperação internacional, principalmente no que se refere à realização de estágios e pesquisas em outros países.

Possibilita ainda a mobilidade internacional, a qual pode ser acessada por meio de processos de seleção previstos em editais. No momento temos 2 estudantes em mobilidade no México e para o próximo semestre uma estudante fará mobilidade na República Tcheca.

Através de dados obtidos pelo SIGAA (Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas), desde a sua criação em 2015, o curso, que oferece 50 vagas anuais, já teve 514 ingressantes, destes 226 estão ativos e apenas 44 egressos graduados. Observa-se assim um alto índice de evasão, que se desdobra em um dos principais desafios tanto da Unila como do curso de Serviço Social em específico. Relevante mencionar o parco quadro docente que ainda temos, o que impacta significativamente nesses dados.

Conforme os últimos dados do Relatório de Gestão 2022–2023, o índice de evasão em 2021 era de 23,53%. Em 2019 a Unila era a segunda colocada no ranking das Universidades Federais (26,9%) ficando atrás apenas da Unipampa (34,9%).

Na sequência vamos apontar alguns desafios e possibilidades que se colocam em nosso cotidiano.

### **3 Desafios e Possibilidades na Formação Profissional em Serviço Social na UNILA**

#### **Alguns Desafios**

– Diversidade Cultural e Linguística: A diversidade cultural e linguística representa um desafio para a adaptação dos estudantes que precisam se acostumar com diferentes modos de ensino e práticas sociais. Os estudantes enfrentam a necessidade de dominar o português e o espanhol, o que pode ser desafiador, especialmente para aqueles que não têm fluência prévia nessas línguas. Inclusive, apesar de incentivar a contratação de docentes estrangeiras/os, ter fluência na segunda língua não é uma exigência no processo de seleção. No entanto, essa diversidade também é uma riqueza, que contribui para a formação de profissionais mais preparados para atuar em contextos multiculturais.

– Acesso às Políticas Públicas por discentes estrangeiros: Os estudantes estrangeiros no Brasil enfrentam diversos desafios em relação ao acesso às políticas públicas brasileiras, que vão desde o conhecimento sobre o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência (SUAS) até a efetiva utilização dos serviços.

Além disso, a barreira do idioma é um desafio significativo, pois a maioria dos serviços e informações estão disponíveis apenas em português.

Outro desafio é a existência de obstáculos práticos ao acesso à saúde e a medicamentos, especialmente para tratamentos específicos, como os de saúde mental.

A adaptação cultural e a saudade de casa podem levar a questões de saúde mental, que nem sempre são prontamente reconhecidas ou tratadas no Brasil. Os estudantes estrangeiros podem não estar cientes dos serviços de apoio psicológico disponíveis ou podem encontrar barreiras para acessá-los devido a estigmas culturais ou falta de recursos em seu idioma nativo.

A colaboração entre universidade, serviços de saúde e organizações da sociedade civil é crucial para criar um sistema de suporte robusto que atenda às necessidades desses estudantes e promova sua saúde e bem-estar integral.

– Reconhecimento de Diplomas: A regulamentação da profissão de assistente social varia entre os países da América Latina, o que pode dificultar o reconhecimento dos diplomas e a atuação profissional em diferentes países. É necessário um esforço conjunto para equiparar essas regulamentações e facilitar o reconhecimento mútuo de qualificações. A falta de padronização nos requisitos e procedimentos de reconhecimento de diplomas é um obstáculo significativo para a mobilidade profissional.

– Adaptação ao Sistema Educacional Brasileiro: Muitos estudantes internacionais enfrentam desafios ao se adaptar ao sistema educacional brasileiro, que pode diferir significativamente do sistema de seus países de

origem. As diferenças nos currículos, métodos de ensino e expectativas acadêmicas podem exigir um esforço extra das/os estudantes para se ajustarem e ter sucesso em seus estudos. Boa parte desses estudantes opta pela Unila, porque em seus países não existe ensino superior público e gratuito.

### **Algumas Possibilidades**

– Integração e Cooperação: A experiência multicultural e integrada da UNILA prepara as/os estudantes para trabalharem em contextos diversos e promoverem a cooperação e o desenvolvimento regional. Isso resulta em profissionais mais preparados para lidar com aspectos políticos, culturais e sociais complexos e para atuar em projetos de desenvolvimento comunitário. A troca de experiências e conhecimentos entre estudantes de diferentes países enriquece a formação acadêmica e profissional.

– Projetos de Extensão e Pesquisa: A participação em projetos de extensão e pesquisa permite que as/os estudantes desenvolvam suas habilidades e conhecimentos em situações práticas diversas, contribuindo para o desenvolvimento social da região. Os projetos de extensão são uma oportunidade para se envolverem com as comunidades locais e para promoverem potenciais concretos de emancipação política e social. A UNILA incentiva a participação das/os estudantes em projetos que abordam questões voltadas ao trabalho, a fronteira, a diversidade, bem como em Políticas Públicas e Sociais relevantes, considerando-se a formação sócio histórica característica de países colonizados como é o caso da América=Latina e Caribe. Neste sentido, é bastante presente na Unila tanto o pensamento como os movimentos decoloniais<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> A perspectiva decolonial se constitui em um importante movimento de renovação epistemológica para a renovação crítica e utópica das ciências sociais na América Latina no século XXI. A mesma vem sendo fortalecida a partir do final da década de 1990 com a formação do Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C), formado por diversos intelectuais latino-americanos situados em diversas universidades das Américas (Ballestrin, 2013). Entre suas principais associações e questionamentos

– Redes de Cooperação e interação: A UNILA, por suas singularidades, permite a criação de redes de cooperação entre estudantes, professores e profissionais de Serviço Social de diferentes países. Essas redes facilitam a troca de conhecimentos e experiências, promovendo o desenvolvimento profissional contínuo. Além disso, elas contribuem para a construção de uma comunidade acadêmica e profissional mais coerente com a perspectiva democrática e emancipatória.

#### **4 Regulamentação Profissional e Livre Trânsito de Profissionais**

– Desafios: O Curso foi implantado e desenvolvido de acordo com as normas brasileiras a partir das orientações das diretrizes curriculares, LDB e órgãos de regulamentação brasileiros. Isso faz com que nem sempre sejam consideradas as experiências latino-americanas e caribenhas da profissão, às vezes até se sobrepondo a elas, o que acaba limitando uma verdadeira integração/troca e isto também pode dificultar o reconhecimento do diploma e da formação nos outros países, ou seja, a variação nas normas de regulamentação profissional entre os países da América Latina, pode dificultar a mobilidade das/os profissionais formados na UNILA. É necessário um esforço conjunto para melhor equiparar essas regulamentações e facilitar o reconhecimento mútuo de qualificações. A falta de padronização ou mesmo de aspectos convergentes e divergentes nos requisitos e procedimentos de reconhecimento de diplomas é um obstáculo significativo para a mobilidade profissional.

---

podemos destacar: a crítica às concepções dominantes de modernidade; as situações de opressões vivenciadas na América como consequências do colonialismo; o conceito de raça como importante instrumento de dominação europeia; a superação da colonialidade do poder, colonialidade do ser e colonialidade do saber; a ruptura com o eurocentrismo; a busca de uma nova civilidade e novas formas de organização espacial; e ainda, a interculturalidade crítica e a transculturalidade como importantes ferramentas para um novo projeto de sociedade (Suess e Silva, S/P, 2019).

– Perspectivas: A UNILA configura-se como um importante espaço para a instituição de parcerias e convênios com outras instituições e organismos internacionais para facilitar esse processo, destarte, promove acordos de cooperação que visem construir conjuntamente as normas profissionais de forma mais internacionalizada e voltada para as questões latino-americanas e caribenhas. Esses acordos teriam potencial de abrir novas oportunidades para as/os egressos e de fortalecer a cooperação entre os países da região.

### **Livre Trânsito de Profissionais**

– Desafios: A falta de acordos amplos e consistentes de reconhecimento de diplomas entre os países da América Latina limita a capacidade dos profissionais de se movimentarem livremente pela região. Isso representa um desafio significativo para a integração regional e para a promoção da cooperação internacional.

– Perspectivas: Iniciativas como o Mercosul e outros blocos regionais estão trabalhando para criar mecanismos que facilitem o livre trânsito de profissionais, o que beneficiaria diretamente as/os formados na UNILA. A criação de uma área comum de educação superior na América Latina é uma meta ambiciosa, mas essencial para promover a integração regional e para fortalecer a cooperação entre os países.

Em recente notícia publicada no portal da Unila foi divulgado que se encontra em andamento um estudo com vistas a sua internacionalização, considerando o papel crucial que desempenha na internacionalização do ensino superior no Brasil, com um corpo docente e discente diversificado, composto por indivíduos de várias partes da América Latina e Caribe, e uma base curricular focada na região. Esse compromisso motivou o Ministério da Educação (MEC) a instituir um grupo de trabalho (GT) que inclui representantes da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), do Ministério das Relações Exteriores e do

próprio MEC. Do lado paraguaio, participam o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia do Paraguai (Conacyt) e o Ministério da Educação. O GT avaliará as condições para a criação de um instituto, com Ciudad del Este sendo uma possível sede. Segundo a Secretaria de Educação Superior (Sesu), o governo federal busca, com a criação deste GT, retomar o projeto inicial da UNILA como uma universidade que promove efetivamente a integração latino-americana, começando pela inclusão do Paraguai.

Contudo, além destas questões mais voltadas para as nossas particularidades, gostaria de também trazer ao debate aspectos relacionados à luta permanente que se trava cotidianamente na expectativa de resistirmos ao processo de sucateamento das Universidades.

O sucateamento das universidades públicas no Brasil é uma realidade preocupante que afeta diretamente a qualidade da educação superior. Entre 2015 e 2021, o orçamento das universidades federais sofreu cortes significativos, totalizando uma redução de cerca de 37% em termos reais, de acordo com dados do Ministério da Educação (MEC). Esses cortes resultaram em uma série de problemas, como a falta de recursos para manutenção de infraestrutura, compra de equipamentos, e materiais didáticos e de laboratório, entre outros. A precarização das condições de trabalho e de estudo têm levado a um alto índice de evasão, como já mencionamos, declínio na qualidade do ensino e na capacidade de realização de pesquisas científicas, manutenção de benefícios estudantis, entre outros.

Especificamente na Unila, os cursos implantados a partir de 2015 ainda não tiveram implementados os seus quadros de docentes. O Curso de Serviço Social, por exemplo, atualmente é desenvolvido por 06 docentes efetivas e 02 visitantes com contratos temporários. Tal fato impacta fortemente a oferta regular de componentes curriculares como o Estágio Supervisionado e o TCC.

A redução do financiamento impacta não apenas o funcionamento cotidiano das instituições, mas também compromete a continuidade de importantes projetos de pesquisa e extensão. Um estudo realizado pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) revelou que, em 2020, 82% das universidades federais enfrentaram dificuldades financeiras para manter seus serviços essenciais. Projetos de pesquisa, especialmente aqueles que dependem de financiamento contínuo, têm sido severamente afetados, resultando em atrasos e até cancelamentos de pesquisas importantes que poderiam contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico tanto no Brasil como nos demais países da América-Latina e Caribe, dadas as parcerias internacionais.

Além disso, o sucateamento das universidades públicas tem consequências sociais profundas. As instituições de ensino superior públicas são fundamentais para a democratização do acesso à educação e para a formação de profissionais qualificados em diversas áreas do conhecimento. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), as universidades públicas respondem por mais de 90% da produção científica nacional. A desvalorização e o enfraquecimento dessas instituições ameaçam o futuro do desenvolvimento científico, tecnológico e social, comprometendo a formação de novas gerações de pesquisadores e profissionais qualificados.

## **Considerações**

A UNILA apresenta uma proposta inovadora e necessária para a integração latino-americana, promovendo uma formação acadêmica e profissional rica em diversidade cultural e linguística. Embora existam desafios, como a regulamentação profissional e a mobilidade de profissionais, as oportunidades oferecidas por esta Universidade, como

a integração entre o Serviço Social e o Trabajo Social latino-americano e caribenho, os projetos de extensão e a construção de redes de cooperação, são fundamentais para o desenvolvimento de profissionais de Serviço Social capacitados e comprometidos com uma ordem social mais justa e igualitária, tecnicamente e eticamente preparados para atuarem nas diversas expressões da questão social em uma perspectiva crítica e emancipatória que responda aos desafios sociais, culturais, políticos e econômicos da América Latina e Caribe.

Contudo, as condições objetivas para a sua efetividade estão condicionadas também a um orçamento condizente com as demandas deste projeto Universitário. Enquanto houver forças físicas e mentais, resistiremos!

Para isso, conclamamos a categoria profissional para nos mantermos juntas/os nesta luta cotidiana tão necessária para a formação profissional crítica e competente.

Agradecemos pela importante oportunidade e me coloco à disposição para dialogarmos e debatermos mais detalhadamente qualquer aspecto que considerem relevante. Espero que esta fala tenha contribuído para as necessárias reflexões aqui propostas ao discorrer sobre as particularidades e singularidades da UNILA e os desafios e possibilidades na formação profissional em Serviço Social nesta instituição.

## Referências

ALMEIDA, P. R. **Bilinguismo e Multiculturalismo na UNILA**. *Jornal da Educação*, vol. 12, no. 3, pp. 50–58, 2021.

ANDIFES. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. **Relatório de Gestão 2020**. Disponível em: <http://www.andifes.org.br>.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Orçamento das Universidades Federais**. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>.  
FERREIRA, L. S. **Desafios Culturais e Linguísticos na Formação Acadêmica da UNILA**. Revista de Estudos Interculturais, vol. 5, no. 2, pp. 77–89, 2020.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Produção Científica no Brasil**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>.

MARTÍNEZ, C. A. **Regulamentação Profissional na América Latina: Impactos na Mobilidade dos Profissionais**. Revista de Políticas Educacionais, vol. 8, no. 1, pp. 45–60, 2021.

SANTOS, M. A. **Desenvolvimento Sustentável e Justiça Social na UNILA**. Estudos Interdisciplinares da América Latina, vol. 7, no. 1, pp. 22–30, 2020.

SILVA, J. R. **A Missão da UNILA e a Integração Latino-Americana**. Revista de Educação Superior, vol. 10, no. 2, pp. 34–45, 2019.

SPYER, Tereza. **La integración cultural latinoamericana como proyecto brasileño. La experiencia de la UNILA**. I: Weinberg, Liliana (org). Historia comparada de las Américas: perspectivas de la integración cultural. Instituto Panamericano de Geografía e Historia, 2016.

SUESS, Rodrigo Capelle; SILVA, Alcinéia de Souza. **A perspectiva decolonial e a (re)leitura dos conceitos geográficos no ensino de geografia.** 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/35469/html#:~:text=O%20pensamento%20decolonial%20%C3%A9%20um,abertura%20para%20um%20pensamento%2Doutro>. Acessado em: 01 jul. 2024.

UNILA. **Sobre a UNILA.** Disponível em: <https://www.unila.edu.br/sobre>.

UNILA. **Institutos e Cursos.** Disponível em: <https://www.unila.edu.br/institutos>.

UNILA. **Formas de Ingresso para Estudantes Brasileiros.** Disponível em: <https://www.unila.edu.br/ingresso-brasileiros>.

UNILA. **Processo Seletivo para Estudantes Internacionais.** Disponível em: <https://www.unila.edu.br/ingresso-internacionais>.

UNILA. **Parcerias e Estágios.** Disponível em: <https://www.unila.edu.br/parcerias>.

UNILA. **Curso de Serviço Social.** Disponível em: <https://www.unila.edu.br/servicosocial>.

UNILA. **Relatório de Gestão 2022–2023.** Disponível em: [https://portal.unila.edu.br/institucional/copy\\_of\\_RelatoIntegradodeGesto20222023final.pdf](https://portal.unila.edu.br/institucional/copy_of_RelatoIntegradodeGesto20222023final.pdf).

## **A PARTICULARIDADE DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL EM ANGOLA.**

*Simão João Samba*

O presente capítulo aborda o processo de formação profissional em Serviço Social nas particularidades de Angola. O mesmo resultado do 1º Seminário Internacional Formação, Pós-graduação e Internacionalização em Serviço Social: a Amazônia e os desafios contemporâneos realizado pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) de 4 a 6 de julho de 2024, em Belém do Pará.

A formação profissional é fundamental para a qualificação dos trabalhadores, especialmente daqueles que atuam diretamente com os usuários das políticas sociais. No contexto angolano, marcado por problemas sociais estruturais – como desigualdades sociais, pobreza, e limitações no acesso a direitos, bens e serviços públicos essenciais –, esses profissionais intervêm em realidades atravessadas por vulnerabilidades sociais e fragilidades institucionais.

Nesse cenário, a formação não deve limitar-se à transmissão de conhecimentos técnicos nem à preparação para o cumprimento burocrático de funções. É necessário que desenvolva capacidades críticas, conhecimentos, competências e habilidades técnicas e profissionais que permitam compreender os determinantes sociais das desigualdades e orientar uma intervenção profissional comprometida com a defesa de direitos e com o enfrentamento das condições que produzem e reproduzem essas desigualdades.

É com base no exposto acima que buscamos traçar esta reflexão quanto ao processo de formação profissional de assistentes sociais no

nosso contexto angolano. Dizer que procurou-se neste capítulo abordar a formação profissional em Serviço Social partindo do contexto sócio-histórico e político-ideológico do surgimento da primeira instituição de formação dos Assistentes Sociais em Angola, passando pelas fases subsequentes até ao presente momento. Para tal, nos apropriamos da pesquisa bibliográfica e documental, a partir da perspectiva de abordagem qualitativa.

Neste sentido, nos servimos de livros e artigos já publicados sobre o tema, bem como documentos existentes em termos de relatórios e apresentações feitas nos eventos realizados quer pelas instituições formadoras existentes no país como pela Associação dos Assistentes Sociais de Angola (AAS – ANGOLA).

Além desta nota introdutória, o presente capítulo conta com dois pontos de discussão, sendo que, no primeiro, faz uma discussão do processo de formação em Serviço Social em Angola, das origens aos dias atuais e, já no segundo ponto, apresenta os desafios da profissão na contemporaneidade do contexto do país. Posteriormente são apresentadas as considerações finais e as referências utilizadas na elaboração do trabalho.

## **1 O Processo de Formação em Serviço Social em Angola: das origens aos dias atuais**

O processo de formação de profissionais em Serviço Social em Angola teve início ainda no período da colonização portuguesa, mais precisamente na década de 1960, marcada pela luta de libertação iniciada em 4 de fevereiro de 1961. Esse processo culminou com a proclamação da independência nacional em 11 de novembro de 1975, resultado dos Acordos de Alvor, assinados entre o governo português e os três movimentos de libertação então existentes no país.

Foi nesse contexto que ocorreu a institucionalização do Serviço Social em Angola, especialmente no que se refere à formação de quadros profissionais. Conforme afirma Santo (2025, p. 70): “a criação e a institucionalização do Serviço Social em Angola inserem-se neste contexto político-ideológico, econômico e social”.

Para que esse processo de institucionalização acontecesse, foi criado o Instituto de Educação e Serviço Social Pio XII, primeira instituição de ensino superior em Angola e a única instituição privada com categoria de escola de ensino superior até 1975 (Santo, 2025, p. 70–71). Antes dessa formação no país, Angola contava com profissionais vindos de Portugal, como educadores de infância e assistentes sociais, que atuavam em diferentes frentes da área social com o objetivo de compreender as necessidades da população e, assim, manter os interesses e o domínio do governo colonial.

Além do curso de Serviço Social, o Instituto de Educação e Serviço Social Pio XII oferecia também cursos de diferentes níveis acadêmicos, a saber: Educadores Sociais, Educadores de Infância, Monitores de Infância e Auxiliares de Família. Este último correspondia ao ensino básico, isto é, à 4ª série. O processo de formação contava com profissionais vindos de Portugal, entre os quais se destacam as assistentes sociais Maria Isabel Pimentel, Maria Gabriela Ferreira e a educadora de infância Teresa Castro, todas pertencentes à Ação Católica, além da assistente social Maria Susana de Almeida, da Congregação “Filhas do Coração de Maria”, que se constituiu como a principal figura de direção do Instituto até o seu encerramento (Santo, 2025, p. 71).

O Instituto de Educação e Serviço Social Pio XII nasceu da necessidade de profissionais formados na área social no país, ou seja, de trabalhadores sociais, dada a insuficiência evidente diante da quantidade daqueles que já existiam em Angola. O referido instituto foi criado ao abrigo do “Decreto 44.159 de 18 de janeiro de 1962” e publicado

posteriormente pela “Portaria 12.472 de 5 de dezembro do mesmo ano” pelo Governo Provincial de Angola (Santo, 2025, p. 72).

As aulas tiveram início apenas no ano letivo de 1962/1963, primeiro em uma estrutura adaptada e, posteriormente, em um edifício próprio, onde hoje funcionam o Instituto Superior João Paulo II da Universidade Católica de Angola e o Instituto de Ciências Religiosas de Angola. É importante salientar que o instituto, apesar de ser de inspiração católica, não pertencia à Igreja, pois gozava de autonomia administrativa e financeira ao longo de sua existência. Portanto, tratava-se de uma formação com fortes influências da Igreja Católica, por meio da doutrina social, e do Estado colonial, por meio de sua política ideológica – nas palavras de Monteiro (2016), “resultante de um “casamento entre o “pai e provedor” – o Estado colonial português –, e a “mãe e mestra” – a Igreja Católica”.

Trata-se, de fato, de uma formação ocorrida em um contexto histórico e político marcado pela herança colonial, ou seja, uma formação baseada em modelos importados da Europa, que continuam a reproduzir lógicas burocráticas e epistemologias externas. Diante dessa realidade, consideramos necessário problematizar essa herança à luz das análises de autores também africanos, como Frantz Fanon, que aborda os efeitos psicossociais do colonialismo, e de Mahmood Mamdani, sobre o Estado pós-colonial e a administração da diferença.

Infelizmente, com o processo de encerramento do instituto em 1977 – quando o novo governo, após a independência do país, confiscou todos os bens da Igreja, inclusive a estrutura onde funcionava o Instituto de Educação e Serviço Social Pio XII –, Angola passou por um período de quase 30 anos sem a formação de assistentes sociais em nível superior.

Essa formação foi retomada apenas em 2005, com a criação do Instituto Superior João Paulo II, atualmente unidade orgânica da Universidade Católica de Angola, mantida pela Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST).

Logo após a reabertura do curso, a Igreja Católica, por meio da CEAST e do Instituto Superior João Paulo II, assumiu um papel estratégico na elevação da qualidade da formação de assistentes sociais no país. Consciente das fragilidades do corpo docente e da necessidade de romper com o isolamento acadêmico, a instituição passou a investir sistematicamente na qualificação de seus professores em nível de mestrado e doutorado, prioritariamente no Brasil e na França.

No Brasil, diversos docentes foram enviados para programas de pós-graduação reconhecidos internacionalmente, como os da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), da Universidade Federal do Piauí (UFPI) e da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Essas parcerias permitiram que assistentes sociais angolanos tivessem acesso a teorias críticas, metodologias avançadas de pesquisa e debates contemporâneos sobre política social, questão social e ética profissional.

Na França, a Igreja Católica angolana também estabeleceu acordos com universidades francesas, possibilitando que parte de seus docentes realizasse mestrados, doutoramentos e pós-doutoramentos em instituições de excelência, com destaque para as áreas de intervenção social, sociologia, políticas públicas e direitos humanos. Essa experiência europeia trouxe contribuições importantes para a análise comparativa das realidades sociais e para a incorporação de referenciais teóricos francófonos no currículo angolano.

Esse movimento de qualificação, ocorrido sobretudo nas primeiras décadas do século XXI, representou um marco na história do Serviço Social em Angola. Os profissionais formados nesses programas retornaram ao país com competências para atuar como docentes, supervisores de estágio, pesquisadores e gestores acadêmicos. Como resultado, o Instituto Superior João Paulo II pôde, em 2020, criar o primeiro e, até agora, único Mestrado

em Serviço Social e Política Social do país, consolidando um patamar mais elevado de formação crítica e plural.

A iniciativa da Igreja Católica não apenas elevou o nível do debate teórico-metodológico no interior da profissão, mas também serviu de estímulo para que a Faculdade de Serviço Social da Universidade de Luanda buscasse parcerias semelhantes, ainda que em menor escala, com instituições brasileiras. Desse modo, o investimento católico na pós-graduação *stricto sensu* contribuiu decisivamente para a superação – ainda que parcial – do quadro de carência docente e para a construção de uma identidade profissional mais autônoma e fundamentada.

A iniciativa de reabertura da formação de assistentes sociais no país, pela CEAST, também motivou o Estado angolano a investir na formação desses profissionais, com a inauguração do Instituto Superior de Serviço Social, hoje Faculdade de Serviço Social da Universidade de Luanda, cujo funcionamento teve início dois anos depois, ou seja, em 2010, com os cursos de Serviço Social e Educação de Infância.

No ano de 2020 houve também a legalização e o respectivo funcionamento do curso de Serviço Social do Instituto Superior Politécnico Católico do Huambo (ISPOC) que no ano passado, isto é, em 2025, teve o primeiro grupo de formados. Já em 2022 foi legalizado o curso de Serviço Social do Instituto Superior Católico de Benguela (ISPOCAB) cujo processo de funcionamento ainda se encontra em preparação, mas só este ano de 2026 é que foi publicado o decreto da referida legalização.

Portanto, o país conta atualmente com quatro instituições de formação de assistentes sociais, sendo duas localizadas em Luanda, capital do país: a primeira, privada, e a segunda, pública, uma na província (Estado) do Huambo e a outra na província de Benguela. Essas duas são privadas, ou seja, pertencem às dioceses da Igreja Católica.

A formação oferecida nas três instituições em funcionamento, e daquela que se encontra em processo de preparação, tem duração de

quatro anos, divididos em oito semestres, mesma duração dos anos de formação oferecidos pelo Instituto de Educação e Serviço Social Pio XII. A grade curricular do curso oferece disciplinas consideradas nucleares na formação dos assistentes sociais, como: fundamentos históricos do Serviço Social, Serviço Social na Contemporaneidade, Intervenção Social em Serviço Social, Teorias e Métodos do Serviço Social, Pesquisa em Serviço Social, Ética e Deontologia para o Serviço Social, além de outras disciplinas consideradas complementares à formação, como Psicologia, Filosofia Geral, História de Angola e línguas nacionais – com destaque para Kimbundo e Umbundo, que estão entre as mais faladas no país.

Busca-se, assim, com as disciplinas elencadas – e outras não mencionadas – a formação integral do assistente social, para que ele tenha uma dimensão da totalidade não apenas da formação, mas também do futuro exercício da profissão, sobretudo em seus contextos de intervenção. Essa formação é complementada pelo Estágio Supervisionado obrigatório, que ocorre desde o segundo semestre do primeiro ano até o último ano (4º ano), intercalado entre semestres de aulas teóricas e a parte prática a partir do terceiro ano. Portanto, trata-se de uma formação que contempla a dimensão teórica, a teórico-prática e a dimensão prática desenvolvida por meio dos estágios supervisionados e curriculares ao longo da graduação.

Cabe dizer que o estágio supervisionado constitui uma atividade obrigatória no processo de formação de assistentes sociais em Angola e tem servido, de fato, como um espaço privilegiado de construção da identidade profissional dos estudantes, de articulação entre os conteúdos teóricos ministrados em sala de aula e a prática profissional nos espaços sociocupacionais, e de desenvolvimento da leitura crítica dos contextos em que estão inseridos. Isso permite, de certo modo, um conhecimento mais geral e profundo dos espaços onde desenvolvem suas práticas profissionais, como bem pontua Buriolla (2006).

Os estágios ocorrem normalmente em espaços sociocupacionais públicos e privados nas áreas da saúde – que atualmente concentra a maior inserção de assistentes sociais –, educação, instituições de acolhimento à criança e ao adolescente em situação de vulnerabilidade, administrações municipais, organizações não governamentais que atuam em projetos de desenvolvimento comunitário, e no FAS, instituição pública responsável pelo Programa de Fortalecimento da Proteção Social no país, denominado “Programa KWENDA”, que também oferece estágios profissionais aos recém-graduados.

Nos primeiros anos de funcionamento, a Faculdade de Serviço Social enfrentou muitos problemas relacionados à falta de docentes assistentes sociais. É importante lembrar que o curso começou a oferecer a graduação sem nenhum profissional da área. Somente posteriormente foram incluídos, no quadro docente, assistentes sociais que, inicialmente, atuaram como colaboradores e, mais tarde, foram inseridos como efetivos, a maioria por meio do concurso público de 2012. Essa situação fez com que, durante muitos anos, os estudantes fossem acompanhados nos campos de estágio, como supervisores acadêmicos, por docentes não assistentes sociais – ou seja, formados em outras áreas do saber, que lecionavam disciplinas complementares como Sociologia, Língua Portuguesa, Saúde Pública, entre outras.

A situação foi minimamente superada em 2021, mas apenas para os estudantes do 3º e 4º anos, pois estes já desenvolvem estágios de intervenção que exigem um acompanhamento mais especializado. A partir desses estágios, os alunos passam a ter um contato mais direto com os usuários nas instituições onde são inseridos. No entanto, os estudantes dos anos anteriores continuam sendo acompanhados por docentes não assistentes sociais, o que, de alguma forma, fragiliza o processo formativo. Essa situação não se observou no Instituto Superior João Paulo II, que desde sempre contou com profissionais formados pela própria instituição

para o acompanhamento dos estágios – atitude que consideramos fundamental, pois, com isso, a instituição acabou valorizando os próprios profissionais que forma.

A Faculdade de Serviço Social da Universidade de Luanda também procurou desenvolver essa mesma dinâmica a partir de 2021, mas, infelizmente, ela não teve continuidade nos últimos anos, mais concretamente desde 2024, por alegada falta de condições financeiras para garantir o subsídio aos supervisores contratados para o acompanhamento dos estagiários nas diferentes instituições públicas e privadas.

Nas quatro instituições atualmente existentes para a formação de assistentes sociais, pode-se dizer que o processo de ensino e aprendizagem é assegurado, no contexto presente, por assistentes sociais mestres e doutores, em sua maioria formados no Brasil, em Portugal e na França – realidade bem diferente do início do funcionamento dos cursos, sobretudo na Faculdade de Serviço Social. Percebendo suas fragilidades e a importância da qualificação de seus docentes, as duas primeiras instituições buscaram estabelecer acordos de cooperação com instituições estrangeiras, especialmente no Brasil e na França, para a formação continuada de seus professores.

Entre as instituições parceiras, no caso do Instituto Superior João Paulo II da Universidade Católica de Angola, estão: a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – por meio do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Campus de Franca –, a Universidade Federal do Piauí (UFPI) e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), sobretudo no nível de doutorado. Além dessas, o Instituto também estabeleceu parcerias com universidades francesas, permitindo que docentes realizassem, mestrados e doutoramentos na França, com ênfase em políticas sociais, intervenção comunitária, sociologia e direitos humanos. Vale destacar que o Instituto

conta com o Mestrado em Serviço Social e Política Social desde 2020, único mestrado da área de Serviço Social existente no país. Já a Faculdade de Serviço Social mantém parceria apenas com a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

É importante salientar que, até o presente momento, essa parceria das duas instituições angolanas com a Universidade Estadual Paulista já formou 3 doutores e 9 mestres. Encontram-se em processo de formação 3 mestrandos e 8 doutorandos. Já na Universidade Federal do Piauí, estão em formação 4 doutorandos. Trata-se, de fato, de um investimento na formação de capital humano que poderá, no futuro, diminuir as carências que as duas instituições enfrentam atualmente em relação ao quadro docente. Isso, a nosso ver, contribuirá significativamente para a construção de uma profissão mais crítica e plural.

Há um elemento a ser considerado e que precisa ser pensado e superado pelas instituições formadoras. Ele se relaciona com a constatação feita por Monteiro (2016) de que a formação dos assistentes sociais no contexto angolano, ainda se encontra como no tempo colonial. Essa conclusão surge do fato de a formação ainda estar voltada para a intervenção, ou seja, uma formação mais preocupada com a tecnificação do profissional, dando maior importância a disciplinas voltadas ao domínio da informática, gestão de projetos sociais e intervenção social, mas sem a existência de uma teoria social “hegemônica”. Isso cria, assim, fronteiras tênues entre um ecletismo desavisado e um pluralismo inconsciente, fazendo uso das próprias palavras do autor ao analisar 93 Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) nas duas primeiras instituições, dentre as quatro instituições de formação existentes no país, no âmbito do seu doutorado no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da PUC-SP.

Na mesma linha, o autor afirma que, embora no atual contexto da formação de assistentes sociais no país se observe que ela se mostre progressista e crítica, infelizmente ela ainda se encontra na mesma ordem

que a demanda: legítima e coexistente. Há ainda, no interior da formação, perspectivas funcionalistas-sistêmicas ao sabor neotomista – como o autor as denomina –, mas também há outras perspectivas psicologizantes e estrutural-funcionalistas, nas quais os princípios norteadores fragmentam a história à medida que tratam os processos como fatos sociais isolados e responsabilizam os sujeitos individualmente por sua condição socioeconômica (Monteiro *apud* Samba, 2024, p. 37–30).

Essa tendência presente na formação vai contra aquilo que se espera da profissão, pois condiciona a formação de um profissional capaz de promover a emancipação humana e social dos usuários de seus serviços, sobretudo quando o foco não está na superação das situações vividas por eles, mas no emprego da metodologia da culpabilização por sua situação de vida. Apesar do exposto, reconhecemos que há, de fato, docentes que vão introduzindo no processo formativo uma perspectiva mais crítica, dada a experiência de formação no exterior.

Diante dessa situação descrita, consideramos fundamental o trabalho da Associação dos Assistentes Sociais (AAS–ANGOLA), sobretudo no processo de formação contínua dos profissionais já formados, muitos deles com essa limitação quanto à ausência de uma teoria que oriente suas análises e suas práticas profissionais.

Ressalta-se que, em 2013, foi legalizada a Associação dos Assistentes Sociais, cujo processo teve início em 2009. Seus estatutos foram publicados no Diário da República, edição de 22 de setembro de 2014, III série, n. 182, cujas alíneas “d” e “e” do artigo 3º preveem a capacitação e formação contínua dos assistentes sociais, bem como o estabelecimento de parcerias com organizações nacionais e internacionais para troca de experiências e superação profissional, conforme transcrevemos abaixo:

d) “Trabalhar na capacitação e formação contínua dos assistentes sociais, no intuito de dotá-los de conhecimentos que contribuam para o desenvolvimento de suas práticas profissionais;

e) Estabelecer parcerias com outras organizações nacionais e internacionais, para troca de experiências e superação profissional de assistentes sociais”.

Durante algum tempo, mais precisamente no período de 2013 até maio de 2018, a Associação dos Assistentes Sociais de Angola cumpriu esse desiderato, organizando vários encontros formativos para os assistentes sociais em parceria com organizações não governamentais – como o curso de elaboração e gestão de projetos sociais –, bem como os encontros celebrativos do Dia Mundial do Serviço Social, que, de alguma forma, acabavam sendo também de capacitação e formação contínua, inclusive com a participação de estudantes e convidados.

Cabe sublinhar que, ao longo desses anos, a Associação desenvolveu também um árduo trabalho voltado à visibilidade da profissão no país, inclusive com participações em programas de rádio e televisão, cujos resultados foram muito significativos. Infelizmente, porém, essa dinâmica não teve o mesmo ritmo nas direções posteriores, constituindo-se como um grande desafio para o futuro – desafio que deve começar a ser enfrentado desde aqui e agora.

Diante da escassa literatura sobre o Serviço Social de autores angolanos – atualmente contamos com os escritos do professor Amor António Monteiro, por meio dos livros *Natureza do Serviço Social em Angola* (2018) e *Serviço Social, Estado e Políticas Sociais em Angola: mediações teórico-metodológicas* (2020), bem como da professora Felisbela Augusta Espírito Santo, autora de *A Institucionalização do Serviço Social em Angola: contribuição do Instituto Pio XII para a sua história* (2023) –, temos recorrido sobretudo à bibliografia brasileira e também portuguesa. Isso ocorre por influência de docentes que realizaram sua formação acadêmica e profissional nesses países.

É importante mencionar que algumas obras escritas por assistentes sociais angolanos, embora algumas não tratem diretamente do Serviço

Social enquanto profissão, contribuem para a compreensão das expressões da questão social no país.

Nesse sentido, destacam-se as obras de Dumbo (2018; 2021). Em *A delinquência juvenil em Luanda* (2018), a autora analisa a problemática da delinquência juvenil no contexto urbano da capital angolana, evidenciando fatores sociais associados ao envolvimento de jovens em práticas delituosas. Posteriormente, em *Crime de gênero: homicídio cometido por mulheres* (2021), a autora aborda uma manifestação específica da violência de gênero, discutindo situações presentes na realidade social angolana.

Também em 2018 foram publicadas as obras de Samba (2018a; 2018b). Em *Trabalho informal em Luanda: luta e persistência dos jovens migrantes* (2018a), o autor analisa o trabalho informal a partir da experiência de jovens migrantes que deixam suas localidades de origem em busca de melhores condições de vida na capital do país. Já em *Adolescência em situação de risco e a educação social em Luanda* (2018b), discute-se a realidade de crianças e adolescentes em situação de risco, com destaque para aqueles atendidos pela Organização Não Governamental Kandengues Unidos. Essas obras contribuem para a compreensão das expressões da questão social que atingem crianças, adolescentes e jovens no contexto angolano.

No campo da saúde, destacam-se as obras de Chaximbe e Sarreta (2023) e de Caneca e Sarreta (2023). A primeira, *Serviço social e humanização da atenção na saúde em Angola*, discute a atuação do Serviço Social no processo de humanização do atendimento em serviços de saúde. A segunda, *Serviço social na saúde: avaliação de satisfação dos utentes na Clínica da Marinha Angolana em Luanda*, analisa o nível de satisfação dos usuários em relação aos serviços prestados, abordando a qualidade do atendimento sob a perspectiva dos utentes.

Posteriormente, Félix (2024), em *Zungueira: a mulher trabalhadora e a reprodução da vida nas ruas de Luanda*, analisa o trabalho informal feminino nas ruas da capital, discutindo aspectos relacionados à

reprodução social da vida e às desigualdades de gênero em contextos urbanos periféricos.

Mais recentemente, Isidro (2026), em Serviço social: cotidiano profissional e produção de conhecimento em Angola, aborda aspectos relacionados à formação, ao exercício profissional e ao papel do assistente social no contexto contemporâneo angolano.

Consideradas em conjunto, essas obras evidenciam esforços de assistentes sociais angolanos na análise de diferentes expressões da questão social no país, contribuindo para a produção de conhecimento sobre a realidade social angolana e para o fortalecimento da formação profissional na área.

## **2 Desafios da Formação em Serviço Social no Contexto Angolano**

Como qualquer processo formativo, a formação profissional em Serviço Social no contexto de Angola nos apresenta alguns desafios que ao nosso ver, precisam ser enfrentados com muita urgência, embora consideremos que a superação de alguns destes desafios já estão em forja.

Dentre os vários desafios do processo de formação em Serviço Social em Angola temos a definição clara da nossa perspectiva teórico-metodológica, ou seja, da teoria que orientará não apenas a formação, mas o nosso exercício profissional no país, como muito bem aponta Monteiro (2020).

Quanto ao exposto acima, a experiência profissional adquirida e olhando para o nosso contexto, percebe-se a necessidade urgente de uma formação que incorpore uma abordagem crítica sobre a realidade concreta do país de modos que as respostas encontradas sobre as diferentes situações vivenciadas pela população como traumas coletivos,

reintegração e reconstrução social sejam de fato efetivas e vão ao encontro da satisfação dos seus destinatários.

Ainda neste aspecto, precisamos avançar na descolonização do saber, ou seja, da necessidade de incorporarmos nas nossas grelhas curriculares epistemologias africanas e saberes locais para que aos poucos irmos rompendo com a hegemonia epistemológica europeia. Precisamos urgente que os nossos estudantes dialoguem também com os autores africanos e angolanos em particular. Ao mesmo tempo, precisamos também adotar uma pedagogia crítica, talvez inspirada em Paulo Freire para uma formação problematizadora, que vincule teoria e prática crítica e promova a consciência crítica dos jovens profissionais.

Essa perspectiva acima descrita poderá ajudar a que os futuros assistentes sociais desenvolvam um trabalho social crítico, que ao nosso ver passa necessariamente em adotar abordagens que analisem as conjunturas das suas práticas profissionais incluindo as relações de poder, opressão e economia política, conforme proposto por Lena Dominelli e por correntes de trabalho social crítico e pós-colonial.

A materialização do desafio apresentado acima passa necessariamente neste segundo desafio que é a revisão das grelhas curriculares dos cursos de modos a conformá-las com a realidade atual do país. No âmbito da discussão anteriormente apresentada percebe-se a necessidade da incorporação de conteúdos curriculares que tragam competências para os assistentes sociais no seu processo de formação tais como direitos humanos e justiça social, não apenas como conteúdos normativos, mas como ferramentas para análise crítica das estruturas que produzem desigualdades muito presentes em nosso contexto angolano.

Acrescenta-se ao exposto acima o reforço nas grelhas curriculares de conteúdos e discussões sobre políticas sociais e economia política, ou seja, de uma unidade curricular que ensine os estudantes a fazerem uma análise crítica das políticas públicas implementadas pelo Estado –

quem beneficia, quem é excluído – integrando perspectivas de autores que desenvolvem estudos sobre violência estrutural e neoliberalismo como Mamdani (2018), entre outros.

Precisamos igualmente incorporar conteúdos relacionados com a Intervenção comunitária e saberes locais. Aqui poderíamos potencializar a unidade curricular de Serviço Social de comunidades, trazendo conteúdos para combinar técnicas de intervenção com reconhecimento de práticas comunitárias, curativas e de solidariedade tradicionais, em diálogo com epistemologias africanas.

O terceiro desafio que apontamos é a necessidade de articulação entre as instituições formadoras entre si e com a organização da categoria através da Associação dos Assistentes Sociais de Angola (AAS-ANGOLA). É importante que as instituições formadoras dialoguem, para a busca de caminhos comuns que possam trazer uma mais-valia para a formação que oferecem e sobretudo para a profissão de um modo geral. No contexto mundial em que nos encontramos, já não é possível caminhar sozinho por conta dos grandes desafios que o próprio contexto vai nos apresentando ano após ano, em todas as dimensões da vida social. Para este diálogo é importante incluir também a estrutura organizativa da profissão.

A não acreditação dos dois primeiros cursos de Serviço Social criadas em Angola decidida pelo Instituto Nacional de Avaliação, Acreditação e Reconhecimento de Estudos do Ensino Superior (INAAREES), impõe uma análise dos desafios estruturais dessa formação. Ambos os cursos possuem legalização, mas não obtiveram certificação no processo de avaliação externa.

De acordo com o relatório do INAAREES (2026, p. 9), na fase HASS (Humanidades, Artes e Ciências Sociais), da qual faz parte o Serviço Social, foram avaliados 358 cursos, dos quais apenas 188 foram acreditados, o que corresponde a 52,5%, enquanto 170 cursos (47,5%) não foram acreditados. Esse dado demonstra que a situação do Serviço

Social se insere em um padrão mais amplo de fragilidade das ciências sociais no país.

O mesmo documento aponta as causas centrais do fraco desempenho. Do ponto de vista da gestão estratégica, concorreram negativamente os resultados “o fraco investimento nas IES (sobretudo as públicas) para o contínuo desenvolvimento das suas ações” (INAAREES, 2026, p. 11). Do ponto de vista da gestão tática, “além da quase inexistente cultura de qualidade, a causa principal para os fracos resultados obtidos por uma percentagem considerável de cursos avaliados (49,6%) assenta no baixo desempenho de tais cursos nos indicadores obrigatórios, a saber: Currículos, Corpo docente, Investigação, Extensão e Infra-estruturas” (INAAREES, 2026, p. 11).

Esses fatores aplicam-se diretamente aos cursos de Serviço Social. Os maus resultados não derivam apenas de aspectos normativos ou organizacionais. Decorrem, sobretudo, de uma gestão institucional marcada por desinvestimento contínuo, desvalorização da área e ausência de condições adequadas para o trabalho docente e a formação discente. Apesar desse quadro, parte do corpo docente mantém esforços para assegurar uma formação minimamente qualificada.

Nos próximos dois anos, os cursos de Serviço Social destas duas instituições não poderão receber novos estudantes. Esse período deve ser utilizado para corrigir as deficiências apontadas nos indicadores obrigatórios, sob pena de inviabilização definitiva da oferta de Serviço Social nestas duas instituições de ensino superior angolano.

Outro desafio prende-se à produção de conhecimento. Precisamos, ao nível da graduação, também incutir nos nossos estudantes a importância da produção do conhecimento, através de iniciativas voltadas a pesquisas que envolvam docentes e estudantes e porque não iniciativas como ocorrem em outras realidades em termos de bolsas de iniciação científica? É urgente despertarmos esse pressuposto acadêmico e científico aos

nossos estudantes. Com isso estaremos a contribuir para produção local de conhecimento através do incentivo à pesquisa crítica e a circulação regional de literatura sobre Serviço Social em contextos pós-coloniais.

A materialização do terceiro desafio pode ajudar no alcance deste quinto desafio que é abertura de espaços de inserção dos profissionais que as instituições formam. Em Angola ainda temos poucos espaços de inserção de assistentes sociais, o que é incompreensível dada a realidade do país com tantas situações que exigem a intervenção destes profissionais, pois têm conhecimentos, competências e habilidades técnicas e profissionais para realizarem intervenções que ajudem na superação das diferentes expressões da questão social que as nossas populações vivem cotidianamente.

Por exemplo, as nossas comunidades precisam com urgência de trabalhos de prevenção em nível da saúde, dado o ressurgimento da cólera que se observa atualmente em algumas localidades do país. Há também um reforço em trabalhos voltados à proteção social, reintegração e gênero, numa atuação que a nosso ver deve articular o suporte direto com *advocacy* e transformação estrutural, segundo abordagens críticas que enfatizam mudança institucional e *empowerment* comunitário como já referimos anteriormente. Além disso, percebe-se pela realidade das nossas comunidades a necessidade de monitoria, avaliação e gestão de projetos dos vários projetos implementados nestas realidades aos quais se precisa incorporar competência crítica para avaliar o impacto real destas intervenções e não apenas indicadores técnicos como ocorre atualmente.

Outro desafio é a contínua dinamização das cooperações existentes em termos de formação acadêmica dos docentes aos níveis de mestrado e doutorado. Aqui referimo-nos à criação de redes de saber e internacionalização crítica, ou seja, de parecerias que promovam trocas horizontais dentro da África e com diásporas, evitando assim a reprodução de hierarquias metrópole-periferia. Além disso, há uma necessidade

urgente de dinamização da Associação dos Assistentes Sociais de Angola de modo a atender as necessidades dos profissionais no atual contexto, sobretudo no que diz respeito à capacitação e formação contínua.

## **Considerações finais**

A análise feita sobre o problema em estudo leva à conclusão de que a formação em Serviço Social em Angola iniciou-se na década de 1960, no período colonial, com a criação do Instituto de Educação e Serviço Social Pio XII, autorizado pelo Decreto 44.159/1962 e regulamentado pela Portaria 12.472/1962. Essa formação foi interrompida em 1977 e retomada apenas em 2005, pelo Instituto Superior João Paulo II, da Universidade Católica de Angola, seguido pela Faculdade de Serviço Social da Universidade de Luanda em 2010, pelo Instituto Superior Politécnico Católico do Huambo e pelo Instituto Superior Politécnico Católico de Benguela. Atualmente, existem quatro instituições de formação profissional em Serviço Social, sendo três em funcionamento regular em Luanda e Huambo, e uma com curso legalizado, mas ainda em processo de preparação para o seu devido funcionamento.

A formação tem duração de quatro anos, estrutura generalista, disciplinas nucleares, tais como: fundamentos históricos, teorias e métodos, ética, pesquisa, intervenção social e complementares, com destaque para psicologia, filosofia, línguas nacionais. O estágio supervisionado é obrigatório desde o primeiro ano. A principal fragilidade identificada é a persistência de uma orientação teórico-metodológica eclética, com ausência de uma teoria social hegemônica crítica, e a manutenção de influências funcionalistas e psicologizantes, conforme apontado por Monteiro (2020).

Os dois primeiros cursos de Serviço Social consideramos principais no contexto angolano, por terem mais anos de funcionamento, não foram acreditados pelo INAAREES em 2026. Conforme o relatório da

instituição (INAAREES, 2026), na fase HASS apenas 52,5% dos cursos foram acreditados. As causas apontadas para o fraco desempenho são: fraco investimento nas IES, ausência de cultura de qualidade e baixo desempenho nos indicadores obrigatórios que compreendem: currículos, corpo docente, investigação, extensão e infraestruturas. Esses fatores aplicam-se diretamente aos primeiros cursos de Serviço Social avaliados este ano de 2026 pelo INAAREES. Nos próximos dois anos, os cursos destas duas instituições estão impedidos de receber novos estudantes.

Os desafios prioritários são: definição de uma perspectiva teórico-metodológica crítica; revisão das grades curriculares com incorporação de epistemologias africanas; articulação entre as instituições formadoras e a Associação dos Assistentes Sociais de Angola (AAS-ANGOLA); incentivo à produção de conhecimento desde a graduação; ampliação dos espaços de inserção profissional; e dinamização das cooperações acadêmicas horizontais.

A particularidade da formação em Serviço Social em Angola reside na sua trajetória marcada por ruptura histórica (1977–2005), herança colonial e influência católica, combinada com esforços recentes de qualificação crítica via cooperação internacional. Os principais desafios são de ordem teórico-metodológica, curricular, institucional e de gestão, conforme evidenciado pela não acreditação dos cursos pelo INAAREES. A superação desses desafios exige intervenção coordenada entre Estado, instituições formadoras e organização profissional no prazo de dois anos.

## Referências

ANGOLA. **Decreto 44.159, de 18 de janeiro de 1962.** Cria o Instituto de Educação e Serviço Social Pio XII. Governo Provincial de Angola, 1962.

ANGOLA. **Portaria 12.472, de 5 de dezembro de 1962.** Regulamenta o funcionamento do Instituto de Educação e Serviço Social Pio XII. Governo Provincial de Angola, 1962.

ANGOLA. **Estatutos da Associação dos Assistentes Sociais de Angola.** Diário da República, III série, n. 182, 22 set., 2014.

BURIOLLA, Marta A. Feiten. **O Estágio Supervisionado.** São Paulo: Cortez, 2006.

CANECA, Aires Muecália Julião; SARRETA, Fernanda de Oliveira. **Serviço Social na Saúde: avaliação da satisfação de utentes da Clínica da Marinha Angolana em Luanda.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2023.

CHAXIMBE, Orlando Clementino Mununga; SARRETA, Fernanda de Oliveira. **Serviço Social e Humanização da Atenção na Saúde de Angola.** São Carlos: Pedro & João, 2023.

DOMINELLI, Lena. **Social Work in a Globalizing World.** Cambridge: Polity Press, 2010.

DUMBO, Maria Luzia Nunes. **A Delinquência Juvenil em Luanda.** Porto: Edições Ecopy, 2012.

DUMBO, Maria Luzia Nunes. **Crime de Género: homicídio cometido por mulheres.** Luanda: Kilunji Editora, 2021.

FÉLIX, Indira Monteiro. **Zungueira: a mulher trabalhadora e a reprodução da vida nas ruas de Luanda.** São Paulo: Terra Redonda, 2024.

FRANTZ, Fanon. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

INAAREES – **Instituto Nacional de Avaliação, Acreditação e Reconhecimento de Estudos do Ensino Superior**. Resultados da Avaliação Externa STEM – Reavaliação – HASS 2026. Luanda: INAAREES, 2026.

ISIDRO, Eduardo. **Serviço Social: cotidiano profissional e produção de conhecimento em Angola**. São Paulo: Dialética, 2026.

MAMDANI, Mahmood. **Citizen and Subject: contemporary Africa and the legacy of late colonialism**. Princeton: Princeton University Press, 2018.

MONTEIRO, Amor António. **Natureza do Serviço Social em Angola**. São Paulo: Cortez, 2016.

MONTEIRO, Amor António. **Serviço Social, Estado e Políticas Sociais em Angola: mediações teórico-metodológicas**. São Paulo: Alexa Cultural, 2020.

SAMBA, Simão João. **Trabalho Informal em Luanda: luta e persistência dos jovens migrantes**. São Paulo: Cortez, 2018a.

SAMBA, Simão João. **Adolescência em Situação de Risco e a Educação Social em Luanda**. Jundiá: Paco Editorial, 2018b.

SAMBA, Simão João. Serviço Social em Angola: institucionalização, formação e trabalho profissional. In: LIMA, Cristiana Costa *et al.* **Serviço Social ao Redor do Mundo: debate crítico sobre fundamentos e formação profissional**. São Paulo: Alexa Cultural; Manaus: EDUA, p. 37–30, 2024.

SANTO, Felisbela Augusta Espírito. **A Institucionalização do Serviço Social em Angola: contribuição do Instituto Pio XII para a sua história**. Portugal: Caneta de Estilo, 2023.

SANTO, Felisbela Augusta Espírito. Serviço Social em Angola. In: CFESS. **Serviço Social nos Países de Língua Portuguesa: trajetórias, diálogos e aproximações na perspectiva do sul global**. Brasília: CFESS, 2025.

# CONTRIBUTOS PARA REFLEXÕES SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO, LIVRE TRÂNSITO DE PROFISSIONAIS E O SERVIÇO SOCIAL

*Alex Fabiano Toledo*

*Fabrcia Cristina de Castro Maciel*

As reflexões apresentadas no Painel *Serviço Social, internacionalização e livre trânsito de profissionais* do I Seminário Internacional “Formação, Pós-Graduação e Internacionalização em Serviço Social: a Amazônia e os desafios contemporâneos”, organizado pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e realizado na Universidade Federal do Pará, em julho de 2024, estão agora apresentadas na forma deste artigo, que tem por objetivo refletir sobre internacionalização e a mobilidade de profissionais com foco para a área do conhecimento em Serviço Social.

Muito em voga nos meios acadêmicos e profissionais, a chamada “internacionalização”, “mobilidade” ou “livre trânsito” de profissionais deve ser considerada com certo cuidado no contexto de mundialização do capital e de seus desdobramentos nas relações sociais. O presente trabalho é um recorte parcial de pesquisas desenvolvidas pelos autores na área da formação profissional em Serviço Social como em estudos migratórios com o aporte na teoria social crítica de tradição marxista e funda-se na revisão bibliográfica, pesquisa documental e nas experiências acadêmicas e profissionais dos autores sobre a temática.

Os temas da internacionalização, realizado de modo crítico à luz da totalidade e das contradições que os condicionam é fundamental no

âmbito da graduação e da pós-graduação para subsidiar, de acordo com Prates (2019), as avaliações e os debates profissionais coletivos sobre alternativas de potencializá-la a partir de interfaces e produções conjuntas, na composição de uma agenda temática comum e na construção de redes de pesquisadores na área de conhecimento do Serviço Social. Os processos de internacionalização podem contribuir para “envidar esforços no sentido de fortalecer nossa direção social estratégica, crítica, com claro posicionamento de classe e vinculada a defesa de valores emancipatórios” (ABEPSS, 2015, p. 19). Como afirmam Prates e Carraro (2018),

Os processos universais, em especial aqueles que decorrem das contradições entre capital e trabalho são vivenciados por diferentes países, seja em termos de desigualdades ou de formas de resistência que podem apresentar elementos comuns que os aproximem, para além de suas particularidades, o que pode, via intercâmbio de experiências internacionais, ser apropriado pelos parceiros em cooperação (*apud* Prates, 2019, p. 215).

Em tempos de mundialização do capital, a internacionalização, mobilidade e o livre trânsito irão depender, em grande parte, das próprias demandas e exigências do capital, o que será diferente para cada país, para cada contexto histórico e para cada área de conhecimento. Exemplo disso é a mobilidade e o livre trânsito de enfermeiros portugueses<sup>1</sup> no Reino Unido, que são bem-vindos; os médicos e engenheiros brasileiros em

---

<sup>1</sup> A migração de profissionais de enfermagem para outros países da Europa, principalmente para Alemanha, Suíça, Escandinávia, Inglaterra, Espanha é algo comum na realidade portuguesa, estes que migram em busca de melhores salários, condições de trabalho e reconhecimento uma vez que os enfermeiros portugueses são bem formados e especializados e se dispõem a migrar devido aos baixos salários em Portugal. A Ordem dos Enfermeiros (OE) recebeu em 2023 um total de 1.689 pedidos de declaração para efeitos de emigração, número que diz representar cerca de 60% dos 2.916 enfermeiros inscritos este ano. <https://www.ordemenfermeiros.pt/>.

Portugal também são bem-vindos<sup>2</sup>; assim como os nómades digitais<sup>3</sup>, para os quais foram oferecidas todas as facilidades no processo migratório e, aos demais profissionais, em especial na área das Ciências Sociais Aplicadas como é o caso do Serviço Social, se apresentam e são colocadas diversas dificuldades, o que evidencia a histórica hierarquização das profissões, reiterada pela divisão social e técnica do trabalho.

Busca-se, assim, assinalar num primeiro momento algumas definições consideradas indispensáveis à discussão sobre a temática, circunscrevendo-as às determinações próprias do sistema capitalista na contemporaneidade, com a finalidade de identificarmos brevemente perspectivas e incongruências entre o que se define por “mobilidade” de profissionais na atual fase do capitalismo e seus impedimentos diante das “fronteiras” identificadas.

Em seguida traçamos algumas considerações a respeito do que se denomina como “livre trânsito de profissionais” na sociedade contemporânea e pontuamos alguns aspectos condicionantes e até limitadores e/ou impeditivos desta liberdade. As regras, normas e legislações quanto a esta matéria vêm sendo criadas pelos Estados-Nação mediante imperativos econômicos, como se demonstra pelos fluxos migratórios ao longo das décadas. Ou seja, as economias nacionais procuram atrair ou expurgar fluxos migratórios à mercê de suas necessidades econômicas

---

<sup>2</sup> Acordos entre os dois países têm desburocratizado a tramitação de processos de reconhecimento de diplomas. Para além dos acordos, o processo de reconhecimento de diplomas brasileiros em algumas áreas específicas tem sido facilitado pelo governo português, como o caso de medicina com o intuito de incentivar a migração de profissionais da área para Portugal, que atualmente tem sofrido com a falta de médicos no Serviço Nacional de Saúde – SNS. <https://www.dges.gov.pt/pt/pagina/reconhecimento>.

<sup>3</sup> O visto de nómade digital de Portugal é uma autorização para que profissionais estrangeiros possam viver em Portugal enquanto trabalham remotamente sem precisar trabalhar para empresas locais. O visto para nómade digital (que oficialmente se chama visto de residência para o exercício de atividade profissional prestada de forma remota para fora do território nacional – artigo 61º- B) foi aprovado e faz parte da Lei de Estrangeiros – Lei nº 18/2022, no dia 25 de agosto.

imediatas, com implicações complexas para as populações migrantes.

Finalmente são identificados pontos de atenção, desafios e reflexões para o alargamento de um debate que se coloca para a sociedade em geral, para a classe trabalhadora e, particularmente, para o Serviço Social. Esta profissão que vem reafirmando o seu compromisso em confrontar-se com os temas que expõem as contradições do sistema e nos afetam enquanto sujeitos identificados com a emancipação humana.

## **1 A internacionalização no contexto da mundialização do capital: incongruências entre mobilidade e direitos**

O conceito de internacionalização tem relação direta com o conceito de “globalização<sup>4</sup>” – subjacente às políticas neoliberais – e “mundialização do capital” (Chesnais, 1996) se referindo aos processos de trocas econômicas, comerciais, políticas, culturais, entre nações. No âmbito do sistema mundial, a formação do capitalismo tem se constituído por um processo em que se distingue em várias fases, sendo a mundialização do capital, sob a predominância financeira e rentista, uma fase particular do desenvolvimento capitalista. Distinta das fases pretéritas, a mundialização do capital vivido desde as últimas décadas do século XX, se caracteriza por assumir a sua forma de (re)produção em escala mundial, orquestrada cada vez mais pela sua forma fetichizada em todas as suas adjacências, ou seja, no comando, desempenho e regulação no que diz respeito “às políticas de liberalização, de privatização, de desregulamentação e de desmantelamento de conquistas sociais e democráticas” (Chesnais, 1996, p. 24).

<sup>4</sup> “O adjetivo ‘global’ surgiu no começo dos anos 80, nas grandes escolas americanas de administração de empresas, os célebres “businesses *management schools*” de Harvard, Columbia, Stanford etc. Foi popularizado nas obras e artigos dos mais hábeis consultores de estratégia e marketing, formados nessas escolas – o japonês K. Ohmae (1985 e 1990), o americano M. E. Porter – ou em estreito contato com elas. Fez sua estreia a nível mundial pelo viés da imprensa econômica e financeira de língua inglesa, e em pouquíssimo tempo invadiu o discurso político neoliberal” (Chesnais, 1996, p. 23).

De acordo com Osorio, “a mundialização atua, portanto, como um processo que potencializa a vocação imperialista do capitalismo, agudiza as bases da luta de classes, da luta interimperialista e das relações desiguais entre economias imperialistas e regiões de economias dependentes” (Osorio, 2019, p. 168). Ao contrário do que muitos autores da ciência burguesa defendem, o período atual não nos demonstra uma globalização mundial da cultura, das artes, ou do conhecimento universal. No sentido mais preciso e fiel, com a realidade das últimas décadas, o que observamos é a “mundialização do capital” (Chesnais, 1996) com a instalação de um mercado autorregulado, a “internacionalização” de política econômica feitas pelas frações dominantes das burguesias e “a globalização da pobreza” (Chossudovsky, 1999), com o aprofundamento da concentração de riquezas socialmente produzidas, o aumento das desigualdades entre nações, regiões, grupos e classes sociais, e a mercantilização dos direitos sociais.

Nada disso é alheio à educação e ao conhecimento. Na mesma medida em que ocorrem profundas alterações no mundo do trabalho que resultam no desemprego estrutural ou o trabalho precarizado, há um crescimento da utilização de serviços para valorização direta de capital, cujas atividades se apresentam em várias esferas e formas de mobilidade dos denominados trabalhos e trabalhadores qualificados, o que inclui as universidades<sup>5</sup> que pesquisam e formam mão de obra especializada para o mercado de trabalho. “A educação superior é profundamente afetada, em razão da responsabilidade que lhe é atribuída de produzir, fomentar e disseminar os conhecimentos, as técnicas e habilidades úteis ao desenvolvimento das condições de possibilidade da economia global” (Dias Sobrinho, 2014, p. 645).

---

<sup>5</sup> Grandes corporações também têm seus próprios laboratórios de pesquisa, o que lhes garante a contratação de pesquisadores e mais eficaz controle do sigilo, da produtividade e da pertinência mercadológica (Dias Sobrinho, 2014).

Uma demonstração desse processo passa pelo Acordo de Bolonha<sup>6</sup>, que busca alargar a política de diversificação das Instituições de Ensino Superior (IES), sob a aparência da democratização do acesso aos estudantes no ensino universitário. Em linhas gerais ao escopo desta comunicação, a base deste Acordo procura estabelecer uma meta-política de unificação de padrões do Ensino Superior Europeu, tendo como objetivo uma reforma para a promoção e ampliação da mobilidade e da empregabilidade dos cidadãos, assim como maior compatibilidade e comparabilidade dos sistemas educacionais nacionais (Maciel, 2020).

Na agenda de consolidação da mundialização do capital e de sua sustentação de ideologia neoliberal, a centralidade da educação superior se busca impor com novos modos de produção, circulação e aplicação do conhecimento, associados aos conhecimentos utilitários e fragmentados que caracterizam as complexas transformações geopolíticas, geoeconômicas e civilizacionais do mundo contemporâneo (Dias Sobrinho, 2014). Cabe, então, entender o artifício ideológico que esconde uma armadilha das expressões “capital humano”, “sociedade do conhecimento” ou “economia do conhecimento” com ênfase no papel da educação marcada pelo viés economicista, tecnicista e utilitarista, onde a ciência e tecnologia estreitam suas relações com as esferas dos negócios do capital e impulsiona seu crescimento com a finalidade de recomposição das taxas de lucro, e o indivíduo é o elemento impulsionador da economia global e neoliberal em tempos de mundialização do capital.

Em tempos de crise estrutural do capital (Mészáros, 2011), as economias hegemônicas mobilizam, dentre outras, a reestruturação e segmentação dos processos produtivos; a organização da denominada

---

<sup>6</sup> De acordo com o Ministério da Ciência e do Ensino Superior de Portugal, a Declaração de Bolonha, assinada em 1999, foi estabelecida entre os países europeus com o objetivo de conduzir a reforma do ensino, “visa a construção do Espaço Europeu de Ensino Superior que promova a mobilidade de docentes, de estudante e de empregabilidade de diplomados”, através da uniformização do ensino, focando o estímulo ao aluno para que estude e pesquise autonomamente.

“fábrica mundial” onde se destinam os bens primários e os manufaturados oriundos dos países do capitalismo periférico e se inserem dentro da cadeia produtiva global e retroalimentam a tendência à orientação da produção a mercados externos sem a “desterritorialização” da acumulação; a “internacionalização da força de trabalho” a partir do rebaixamento do seu valor de troca; as polarizações sociais internas e entre nações e regiões do sistema. Para Chesnais (1996), estas circunstâncias duplicaram a capacidade intrínseca do capital produtivo à mobilidade (entrar e sair dos países com capitais), tanto em relação à alocação dos Investimentos Externos Direto (IED), quanto a estratégia de terceirização (Maciel, 2020). Ou seja, esses processos marcam as condições da internacionalização, da mobilidade do capital e dos possíveis trânsitos da classe trabalhadora em um contexto de economia mundialmente interligada e interdependente, ao mesmo tempo hierarquizado e desigual por entre os quais o capital livremente se move, produz e reproduz padrões distintos de acumulação.

As transformações culturais, políticas e econômicas das últimas décadas inseridas num contexto sócio-histórico e econômico mundial ímpar e impulsionadas pela interconexão das informações, conhecimentos e acontecimentos que trouxeram significativas mudanças na vida social também influenciaram a educação e, em particular, o ensino superior.

Assim, uma questão crucial que nos afeta e que necessita ser problematizada para o que aqui interessa, é saber qual a especificidade que assume o trabalho docente (incluindo o possível “livre” trânsito), a ciência e a tecnologia em tempos de mundialização do capital?

Esta compreensão do conceito de mundialização é incontornável para as reflexões propostas neste artigo, uma vez que envolve as dinâmicas econômicas, políticas e de produção de conhecimento, com desdobramentos que justificam os construtos legais, normativos e tarifários condicionando as relações sociais e as relações internacionais

que arrastam a classe trabalhadora aos limites no processo de trabalho e, no que aqui nos interessa, no âmbito da educação superior.

O uso do conceito de internacionalização foi estendido para o contexto universitário por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, a princípio na União Europeia, com a implantação do mercado livre europeu e se ampliando a chamada “grande aldeia global” considerando a possibilidade de cooperação entre as instituições de ensino na perspectiva da Formação e Investigação, através de intercâmbios, estágios, projetos de pesquisa envolvendo uma gama de universidades e programas de diferentes países e continentes. Segundo Mueller (2013), apesar das diversas ações para promover a internacionalização, o Brasil ainda ocupa uma posição de pouco destaque no contexto da educação superior internacional. As relações das universidades brasileiras com as Instituições de Ensino Superior (IES) estrangeiras ainda são assimétricas e com fluxo de intercâmbio acadêmico e científico reduzido, porém vem crescendo em diferentes aspectos, tais como: a mobilidade de docentes e discentes; interculturalidade no currículo; programas e projetos de cooperação internacional; maior participação nos fóruns globais; melhoria da importância do papel dos pesquisadores no cenário mundial; e maior contribuição para o desenvolvimento regional onde a instituição está localizada (Forim e Rigolin, 2022). Sem dúvida nenhuma, a internacionalização pode contribuir para a produção e qualificação do conhecimento, sendo que tem sido estimulada e organizada por meio dos centros de apoio e fomento<sup>7</sup> a projetos e redes de pesquisa e investigação, ainda que ressalvadas as limitações e dificuldades acrescidas em algumas áreas científicas.

E é no bojo destes processos de cooperação, de intercâmbio, de trabalho conjunto e integrado que encontramos também referência ao uso do termo “mobilidade”: mobilidade acadêmica, docente, de profissionais

---

<sup>7</sup> Além do incentivo pelos centros de apoio e fomento tanto nacionais como internacionais a internacionalização passa a ser um quesito/indicador de avaliação dos cursos e programas tanto no Brasil como no exterior.

e em alguns casos de trabalhadores, de “força de trabalho”. Nesse contexto, as renovadas configurações societárias trazem consigo um paradigma que ressalta a hiper mobilidade ou super mobilidade da vida, das coisas, do trabalho e do conhecimento, o que requer, ainda, a necessária e contínua circulação de mercadorias, sobretudo, a mercadoria força de trabalho. Contudo, é preciso chamar a atenção que o termo “mobilidade” é um conceito polissêmico com diferentes acepções e usos. Assim, o uso deste termo sem os devidos cuidados pode ocasionar alguns equívocos e comprometer as análises e conclusões que inclusive coloquem em xeque os valores e princípios que historicamente foram construídos para pautar o Serviço Social brasileiro, em particular.

O termo “mobilidade” é também muito usado nos estudos migratórios de abordagem teórica referenciadas no materialismo histórico-dialético para compreender e fazer a crítica aos fluxos e processos migratórios. Na perspectiva marxista a imagem de “mobilidade” mascara a condição de classe da população migrante, esta que é funcional e necessária ao atual estágio do desenvolvimento do sistema capitalista no contexto mundial. Isto porque a “imagem” forjada do imigrante no país de destino é muito similar àquela descrita por Mezzadra (2019, p.18) no contexto italiano, onde o imigrante é assimilado “enquanto sujeito débil, marcado pelo espectro da fome e da miséria, necessitado acima de tudo de cuidados e assistência”. Tal retórica, além de fixar a posição subalterna do imigrante, abstrai desse sujeito qualquer traço de resistência e de protagonismo político.

Apesar do uso como sinônimos por Organismos Internacionais<sup>8</sup>, pesquisadores ou mesmo Estados nacionais, os conceitos de migração e

---

<sup>8</sup> Tais como: Agências da Organização das Nações Unidas (ONU), Organização Internacional para as Migrações (OIM), Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

mobilidade são diversos, não sendo sinônimos. Assim, o uso do termo mobilidade como sinônimo de migração pressupõe uma pretensa neutralidade, objetividade técnica e científica para explicar, controlar, classificar, qualificar e regular os processos migratórios (tais como, refugiado, asilado, apátrida, migrante econômico, migrante ambiental, migrante indocumentado, etc.) e estabelecer parâmetros básicos para a planificação das legislações e políticas migratórias. A ausência da análise e compreensão relativa à significação e ao sentido sócio-histórico e político atribuídos às migrações internacionais e o modo como são categorizados ou diferenciados os/as migrantes têm impacto na vida e nos destinos da “classe trabalhadora migrante”.

Os Estados nacionais, para “outorgar” o direito de livre circulação de migrantes em seu território – o que necessariamente não significa a garantia dos direitos humanos – desenvolvem procedimentos de seletividade, identificação e inserção da pessoa migrante no âmbito da categorização jurídica, alocados a refugiados, asilos, migrante econômico, laboral etc. As diferenciações e categorizações referidas se fazem presentes na formulação de normativas internacionais e nacionais, dispositivos jurídicos e nas políticas públicas que podem intensificar a seletividade – de indivíduos e de coletividades – do imigrante “apto” a circular em território nacional de destino, com direito ou não à proteção e cidadania (Jardim, 2016). Permeados por novas tecnologias de contabilidade e precisão dos fluxos migratórios, os procedimentos burocrático-administrativos, que dizem respeito à gestão das migrações, buscam identificar, selecionar, controlar migrantes para, em última análise, decidir sobre a admissão e elegibilidade entre aqueles que podem ou não ser abrangidos no campo dos direitos humanos, civis e direitos de cidadania. Ou seja, o controle e seleção dos fluxos migratórios, se dá, entre outros fatores, pela produção da *indocumentação*, como observado por Mezzadra (2015), que também é funcional ao aprofundamento dos marcadores de dominação e de exploração.

Logo, o propalado mundo de coisas e pessoas hipermóveis instituído e difundido no capitalismo não é o mundo de todos os homens e mulheres. Castles (2010, p. 15) argumenta que “o direito à mobilidade é hoje mais seletivo e dependente da classe social do que antes”. Por isso, segundo Dias (2019), a mobilidade humana como um ato voluntário, livre e racional do indivíduo que figura como pressuposto na visão dominante e ancorada em doutrinas neoliberais é tratada de forma pouco cuidadosa e sem tratar das contradições e o quão assimétrico é o mundo global em movimento. Estas distinções são fundamentais uma vez que a mobilidade do capital e o deslocamento constrangido da classe trabalhadora caminham *pari passu* com o desenvolvimento das forças produtivas. Nessas condições, a “liberdade do trabalhador” é na prática reduzida à “liberdade do capital” (Harvey, 2013). Assim, é preciso questionar: mobilidade do quê, de quem e em relação a quê? (Kreutz, 2021).

Ao mesmo tempo, falar em internacionalização e em mobilidade nos remete ao conceito de “fronteiras”, cada vez mais restritivas e seletivas. Afinal, são poucas as pessoas realmente livres, que podem deslocar-se facilmente através das fronteiras sem serem submetidas a controles invasivos e às barreiras físicas e jurídicas que geram, por consequência, violações de múltiplos direitos. Além de transpor a fronteira geopolítica que se reportam às relações de poder, que ora autorizam a passagem, ora obstaculizam a transposição, outras fronteiras se apresentam e se impõem nos países de destino: são as fronteiras da cidadania, dos direitos, da proteção social, do trabalho digno, das desigualdades sociais, da xenofobia, do racismo, da liberdade, caracterizando assim as fronteiras e limitações à “mobilidade”.

É preciso considerar, como adverte Nogueira (2021), que o conceito de fronteira possui múltiplos significados envolvendo noções e práticas ligadas a diversos atores sociais e diferentes dimensões econômicas, políticas e ideológicas que se colocam em cada momento histórico, assim como, em determinadas conjunturas, as “fronteiras” se alargam ou se restringem

como um todo ou para determinados grupos, o que evidencia que a própria definição do termo fronteira remete a um objeto de disputa. E como observa Martins (1997, p. 147): “Ela é fronteira de muitas coisas: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira da cultura e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da história e da historicidade do homem. E, sobretudo, fronteira do humano”. Portanto, concordamos com Romizi (2021) sobre a vinculação entre as fronteiras desenhadas pelas políticas migratórias com as fronteiras já existentes sejam físicas e/ou simbólicas, como face de uma mesma moeda, pois para além fronteira geográfica que seleciona, determina e controla os fluxos migratórios, temos presenciado o aumento e fortalecimento de fronteiras internas, que como observa Mezzadra, (2015, p.19) são funcionais ao aprofundamento dos marcadores de dominação e de exploração que perpassam e estruturam todos “os espaços percorridos pelos migrantes”.

Falar de fronteiras significa, do mesmo modo, nos referirmos ao poder constituído e às instâncias decisórias do Estado que tem como funções organizar, regular e instrumentalizar o espaço territorial e que determinam os processos migratórios, atendendo “tanto às exigências da estrutura de competição intercapitalista quanto ao formato da dominação exposta pelo centro dinâmico capitalista à periferia global” (Pochmann, 2017, p. 313). Neste sentido, as categorizações em torno da construção sócio-histórica de distintas tipologias no campo das migrações internacionais, orientam e definem as políticas e regras de admissibilidade de migrantes e sua condição na sociedade. Como canta Mano Chao<sup>9</sup>: “Me disseram: clandestino por não levar papel!”

A discussão sobre “fronteiras” assim é relevante no âmbito das reflexões que nos propomos a fazer a partir da temática da internacionalização, principalmente no que se refere ao livre trânsito de profissionais, uma vez que ela faz referência e demarca as linhas que irão

---

<sup>9</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DOs5lmxDo74>

separar ou não a condição cidadã, dominação e de subalternidade (Toledo e Lemes, 2024). Neste sentido, considerando a polissemia presente no termo mobilidade, reafirmamos que é preciso sermos claros a que estamos nos referindo, principalmente na vida acadêmica, nas pesquisas e investigações realizadas. Quando nos referimos ao “livre trânsito de profissionais” é preciso considerar que na realidade este “trânsito” não é assim “tão livre”, como analisado pelos estudos migratórios referenciados na perspectiva crítica, pois estamos nos referindo à mobilidade de força do trabalho, de trabalhadores migrantes, que se circunscreve às necessidades dos mercados internos dos países, a superar as suas ausências: seja de formação qualificada ou altamente especializada, seja para assumir postos de trabalho que são rejeitados por nacionais devido à baixa remuneração e às precárias condições laborais.

Um outro adensamento desta questão se faz necessário, como já enunciamos anteriormente com relação as demandas da produção e reprodução do capital, pois quando falamos em mobilidade da força de trabalho é preciso levar em conta que se esta força de trabalho for especializada a mesma é considerada valiosa, enquanto os trabalhadores migrantes sem qualificação, por vezes passam a ser adjetivados como migração indesejada.

As reflexões feitas até este ponto podem nos auxiliar a darmos um passo além na discussão sobre a internacionalização, uma vez que a cooperação na formação, investigação e mesmo a chamada “mobilidade”, pela sua natureza não podem nem devem ser caracterizadas em nossa perspectiva como migração, pois os sujeitos envolvidos estão ligados aos seus países e às instituições a que fazem parte, sejam estudantes, professores, profissionais ou pesquisadores, e têm o regresso/retorno ao país de origem e vinculação institucional como horizonte, o que não se verifica na maioria das vezes nos anseios daqueles que, por um motivo ou outro, ultrapassam fronteiras na condição de classe trabalhadora aptas

a se inserirem (venderem sua força de trabalho) no mercado de trabalho estrangeiro/internacional.

## **2 As condicionantes do “livre trânsito” de trabalhadoras e trabalhadores na sociedade contemporânea**

Uma questão se coloca ao desenvolvermos uma análise mais cuidadosa sobre a internacionalização e mobilidade, qual seja: afinal existe o chamado “livre trânsito de profissionais”? A nossa resposta a esta pergunta, considerando o aporte teórico dos estudos migratórios e da própria vivência enquanto trabalhadores migrantes, é que não, não existe o livre trânsito de profissionais!

O “livre trânsito”, a chamada “mobilidade” não é tão livre assim como por vezes nos é apresentada. O “trânsito” e a “mobilidade da força de trabalho” são condicionados por um conjunto de normas e regras, a depender das necessidades objetivas de cada país, tal como citamos anteriormente, seja em função das alterações demográficas, da falta de determinadas qualificações profissionais, pela ausência de força de trabalho nacional, que por vezes não se submete a determinados trabalhos e, dentre outros motivos, em função do rebaixamento de salários no país, áreas estas onde os trabalhadores migrantes são aceitos. No que diz respeito a Portugal, podemos exemplificar o trabalho na agricultura, que absorve um grande contingente de trabalhadores do norte da Ásia; ou ainda o trabalho de brasileiros no setor de serviços, especialmente nos setores da construção civil, turismo, hotelaria e restaurantes, áreas estas em que as remunerações são menores.<sup>10</sup>

---

<sup>10</sup> Como pode ser observado no relatório que foi divulgado recentemente pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), o Inquérito às Condições de Vida, Origens e Trajetórias da População Residente, 2023. [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_destaques&DESTAQUESdest\\_boui=625453018&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=625453018&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt).

Neste sentido, compreendemos que a expressão “livre trânsito de profissionais” é uma falácia e está limitada e circunscrita aos interesses das dinâmicas capitalistas e das estruturas de poder, que mascaram os fatores que impulsionam e determinam os fluxos e processos migratórios, uma vez que o trabalho migrante contribui de forma decisiva para a produção e reprodução do atual estágio do capitalismo.

Um segundo ponto a ser considerado é a heterogeneidade e diversidade no que se refere aos processos, fluxos e experiências migratórias. Em 2023, segundo o Relatório Mundial sobre Migração de 2024, da Organização Internacional para as Migrações (OIM, 2024), existiam aproximadamente 281 milhões de migrantes internacionais em todo o mundo. Os motivos que levam um indivíduo, famílias, coletividades inteiras a migrarem apesar da sua diversidade, trazem na maioria das vezes o desejo e o sonho de uma vida digna. Assim, a migração pode ser compreendida como um exemplo de resistência por parte dos imigrantes, aludindo a uma dimensão política para o ato de migrar.

Nessa conjuntura em que novos fios estão tecendo novas sociabilidades que precisam ser desvendadas, pertencer às classes e grupos subalternos, fazer parte desse trágico universo caracterizado por trajetórias de miséria e opressão, nos coloca face à questão da resistência e das lutas políticas, dos embates para alcançar algum protagonismo político. (Toledo e Yazbek, 2019, p. 297).

É neste sentido que o conceito de “fuga” desenvolvido por Mezzadra (2019) é uma das chaves explicativas para compreensão dos movimentos migratórios, e que nos remete a uma forma de política, de resistência do sujeito migrante, ou seja, a própria emigração se consuma em uma estratégia de superação da subalternidade relacionada com o movimento de busca por “liberdade”, de recusa à subordinação que seu país de nascimento lhe impõe, mas que em face ao círculo vicioso da subalternidade, o imigrante é levado novamente à exploração e à

subalternização pela lógica do capital global e condicionado a novas formas de dominação pelo país de imigração.

E, por fim, a condição de estrangeiro em um outro país, as tipologias, categorizações atribuídas pelos Estados Nacionais aos “sujeitos migrantes”, bem como, os vários níveis de exigência de “documentação” e as restrições para que levam a “indocumentação”, também nos remetem para a diversidade e heterogeneidade das experiências migratórias, principalmente considerando o acesso ao mercado de trabalho e aos direitos sociais. Para falarmos em “livre trânsito de profissionais”, um ponto central é considerarmos a já referida “documentação” *versus* “indocumentação” uma vez que não basta apenas a obtenção de um visto, o que para muitos já é uma grande vitória. Nos referimos a toda documentação necessária à inserção no mercado de trabalho e ao exercício da cidadania, considerando os direitos sociais, civis e políticos da classe trabalhadora migrante. É neste contexto que alargamos as nossas reflexões sobre a questão dos reconhecimentos de diplomas e qualificações escolares e acadêmicas<sup>11</sup>.

O fato é que os Estados Nacionais têm autonomia para legislar sobre os reconhecimentos de diplomas e títulos acadêmicos expressos em seus marcos legais, e que devem ser analisados considerando a totalidade dos processos de poder, de exploração e de dominação inerentes à sociedade capitalista em seu estágio financeiro e de ideário neoliberal.

Como observa Boron, “o imperialismo segue existindo e oprimindo povos e nações, semeando dor, destruição e morte” (Boron, 2007, p. 514), e este ideário também pauta as legislações referentes a esta temática de forma a selecionar os migrantes “desejáveis” dos “indesejáveis”, a partir

<sup>11</sup> Um primeiro contato com tal discussão aconteceu a um dos autores, quando este foi professor visitante na Unila e os alunos não brasileiros/estrangeiros colocavam esta questão, olhando para seus futuros e para a atuação profissional em seus países, como Paraguai, Argentina, Colômbia, Equador e Haiti. Por sua vez, ambos os autores do artigo em questão, se depararam com a necessidade de obter reconhecimento de qualificação no exterior.

da conjuntura e dos interesses de cada país dentro da dinâmica do capital. Este fato é facilmente observado considerando, por exemplo, apoios, facilidades e incentivos para a entrada de imigrantes com formação em áreas específicas por alguns países ou, por exemplo, àqueles com alta concentração de riqueza e poder de compra, que realizam investimentos específicos em Portugal, como compra de imóveis ou transferência de capital. A chamada “fuga de cérebros” geralmente tem destino certo, ou seja, os países centrais do sistema capitalista.

## **Considerações Finais**

Para uma análise rigorosa sobre a internacionalização e o livre trânsito de profissionais entre instituições, países e continentes, mobilizamos os argumentos que entendemos incontornáveis na sociedade capitalista contemporânea, quais sejam, o processo de *mundialização do capital* e os desdobramentos que essa dinâmica provoca nas relações sociais (entre o centro e a periferia do capital), com destaque deste excerto para a formação acadêmica e o exercício profissional.

O início do século XXI é caracterizado por um cenário mundial inteiramente novo e intensificado no que diz respeito aos movimentos migratórios internacionais – sejam de curta ou de longa duração – compostos por fluxos Sul–Norte (predominantemente), Sul–Sul e Leste–Oeste (em particular na Europa). Muitos dos fluxos Sul-Sul se justificam pelo desemprego, o rebaixamento de salários, de direitos e das condições precárias de trabalho e em razão da proximidade geográfica entre os países, ou mesmo como alternativa de passagem para, eventualmente, possibilitarem a meta mais almejada de um dia poder entrar no Norte (Sul-Norte), onde os salários diretos e indiretos costumam ser em média mais altos (Villen, 2017).

Envolve a diversificação das nacionalidades e diferentes modalidades migratórias, tais como a solicitação de refúgio, as vias por circuitos indocumentados, por motivo de estudo, casamento, turismo, trabalho, assim como, os deslocamentos internacionais da força de trabalho qualificada e especializada, com a entrada migratória institucionalmente legalizada no seletivo e burocrático circuito da imigração dentre os quais a de sua ligação com o trabalho docente, a pesquisa e qualificação profissional em Instituições de Ensino Superior no chamado “mercado global das competências ou dos recursos humanos” (Pizzarro, 2005). Por esse motivo, segundo Lopreno (2015 *apud* Villen, 2017, p. 34), “a abordagem de pesquisas e políticas públicas sobre essa modalidade de migração recebe atualmente a atenção de cálculos milimétricos para precisar o chamado “capital humano” funcional a determinados setores estratégicos da economia, especialmente o de serviços”.

Sassen (2014) destaca a ligação da face qualificada-especializada do trabalho imigrante na atualidade com as novas exigências da reestruturação produtiva e seus padrões tecnológicos, e Lopreno (2015) citado por Villen (2017, p. 36) ressalta que, apesar da retórica favorável que

[...] enfatiza o diferencial da qualificação, com alusão à ideia da importação de “cérebros” – o *brain drain* (drenagem de cérebros), o *brain gain* (ganho de cérebros), o *brain circulation* (circulação de cérebros) –, o trabalho desses trabalhadores imigrantes não deixa de ser alvo de mercantilização pelas empresas e Estados, interessados em saber quanto perdem em competitividade quando esses migrantes deixam seu território e quanto ganham quando os recebem.

Neste contexto, identificamos que as diversas possibilidades de trocas (econômicas, políticas, comerciais, culturais etc.) são marcadas por interesses dos Estados-Nação e pelos movimentos funcionais à geografia do capitalismo, ao colocar em ação a mobilidade extensiva e intensiva do

capital, do trabalho, dos ramos de produção de mercadorias e da produção do conhecimento de um lugar para outro, o que exige o deslocamento espacial, setorial e profissional da classe trabalhadora, lançada em direção aos circuitos de produção para vender a sua força de trabalho.

Embora os fluxos migratórios de profissionais com perfil qualificado-especializado, isto é, enquanto trabalhadores do conhecimento representem uma parcela reduzida quando comparado com outros movimentos migratórios, Sayad (1998, p. 15) adverte que a migração envolve, em primeiro lugar, um “deslocamento de pessoas no espaço, e antes de mais nada no espaço físico” que também deve ser qualificado “socialmente, economicamente, politicamente, culturalmente com a produção do conhecimento e transferências de tecnologias”. Por isso, para compreender os diferentes fluxos migratórios internacionais de profissionais altamente qualificados a partir de sua complexidade, é importante observar que os Estados nacionais de destino procuram facilitar a sua entrada para determinados perfis profissionais e níveis de escolaridade, associados a estratégias de desenvolvimento científico e tecnológico requeridos pelos governos e pelas necessidades de seus mercados de trabalho. Para Castles e Miller (2004, p. 274), “*el personal con alta capacitación es atraído, de manera temporal o permanente, además se le ve como un importante factor en la superación de las capacidades y la transferencia de tecnología*”.

No contexto da mundialização do capital, as e os trabalhadores qualificados são descritos e referenciados pelo “Manual Canberra”, criado com o objetivo de estabelecer um aparato de análise e delimitação dos “Recursos Humanos dedicados à Ciência e Tecnologia”, cuja formulação conceitual sobre a migração internacional qualificada contou com a colaboração de diferentes organizações internacionais, entre elas, a OCDE, a Eurostat/União Europeia, a UNESCO e a OIT. São considerados profissionais migrantes qualificados aqueles que tenham “concluído com êxito a educação em nível terciário num domínio de ciência e

tecnologia” ou, ainda que não detenham o mesmo nível de qualificação, estejam “empregados em uma ocupação de ciência e tecnologia na qual as qualificações acima sejam normalmente exigidas” (Domeniconi e Baeninger, 2017, p. 753). Dessa forma, estão inseridos em uma lógica mais complexa de competitividade entre os diferentes espaços de valorização do capital em nível global, sendo estratégicos à geração de riqueza em nível internacional. Daí a valorização cada vez maior das áreas de criação de bens e serviços com base em ciência e tecnologia, “gerido pela dinâmica financeira e produtiva de grandes corporações multinacionais que exercem uma demanda progressiva do fator trabalho em sua forma altamente especializada” (Domeniconi e Baeninger, 2017, p. 755), o que inclui docentes, pesquisadores e estudantes do ensino superior.

É necessário lembrar que a demanda estrutural por essa face qualificada-especializada do trabalho imigrante, se coloca como um componente significativo do funcionamento internacionalizado de determinados setores produtivos, financeiros e de serviços enraizados no mundo contemporâneo e cerne da globalização dos mercados, que valoriza predominantemente os conhecimentos que apresentam critérios de utilidade e aplicabilidade às organizações mercantis (Dias Sobrinho, 2014).

Nesse contexto, observa-se a retórica que esconde a perda da capacidade reflexiva e crítica e as estratégias de horizontes mais amplos e duradouros das Instituições de Ensino Superior, envoltas na ideia da comercialização do saber. Embora não de forma absoluta e exclusiva, a ciência tem inegáveis vínculos com a industrialização e o desenvolvimento do mundo capitalista. Quanto mais universidades se empenham em atender as demandas das forças do mercado, mais abdicam de sua autonomia na determinação de seus objetivos sociais do ensino, pesquisa e extensão, socialmente referenciados. Portanto, mobilidade e o livre trânsito de profissionais são condicionados, explícita ou implicitamente, por normas e regras que determinam as restrições e/ou ampliações de acesso ao

conhecimento em tempos de mundialização do capital, impedindo que a classe trabalhadora se apodere do conhecimento crítico, tornando-se arma revolucionária que venha a responder pela emancipação político-social e, conseqüentemente, pela emancipação humana.

Assim, não pretendemos fazer uma conclusão, mas sim abrir a discussão e a reflexão indicando alguns desafios que se tornam elementares para alargarmos nosso entendimento sobre os determinantes do processo de internacionalização e livre trânsito de estudantes e profissionais, e avançarmos com proposições (mediações) que venham ao encontro de alternativas factíveis para negociações, protocolos, parcerias e demais instrumentos compatíveis com relações que sejam equânimes e profícuas no cenário das trocas de saberes e experiências acadêmicas e profissionais, em particular no campo do Serviço Social.

Neste sentido, um dos desafios apontados é o de precisarmos os conceitos utilizados neste debate, definindo a que estamos nos referindo, aos sujeitos e às instituições abarcadas, aos marcos teóricos que devem pautar nossas discussões, entre outros, tendo em conta os atuais percursos e movimentos que marcam a dinâmica societal no contexto de polarizações, inclusive, com atenção para os desdobramentos relacionados com as tecnologias de comunicação e informação, como o “monopólio” do conhecimento, bem como, o uso da Inteligência Artificial.

Nessa direção, destaca-se ainda a importância da ampliação das discussões sobre os processos de reconhecimento de graus acadêmicos e a visibilidade aos critérios e processos, o que também se constitui como um desafio em todos os sentidos e como um direito a ser conquistado e garantido. Outro desafio é o estabelecimento de acordos e elaboração de protocolos a serem seguidos pelas instituições envolvidas, tanto em nível do ordenamento jurídico, quanto das Instituições de Ensino, de modo a padronizar e facilitar os processos de reconhecimentos de grau.

No que se refere especificamente às Instituições de Ensino e seus docentes, seja ao nível da graduação ou da pós-graduação, deixamos a provocação e o desafio coletivo para nos debruçar sobre esta temática, principalmente considerando que atrás de um diploma a ser reconhecido e validado, temos um trabalhador, uma trabalhadora que ousou ultrapassar fronteiras externas e internas, a estes também cabe a defesa intransigente de seus direitos. Outrossim, como assevera Prates (2019, p. 214), “ao Serviço Social impõe-se o desafio de fortalecer a sua identidade, no tensionamento das relações na esfera da produção e da reprodução social, espaço no qual se situa o seu trabalho”.

## Referências

ABEPSS. **Contribuição da ABEPSS para o fortalecimento dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil**. Rio de Janeiro: ABEPSS, 2015.

CASTLES, Stephen & MILLER, Mark J. **La era de la migración: Movimientos internacionales de población en el mundo moderno**. Colección América Latina y el Nuevo Orden Mundial. México: Miguel Ángel Porrúa, UAZ, Cámara de Diputados LIX Legislatura, Fundación Colosio, Secretaría de Gobernación, Instituto Nacional de Migración, ISBN 970-701-541-1. 2004.

CASTLES, Stephen. Entendendo a migração global. Uma perspectiva desde a transformação social. **Revista Internacional de Mobilidade Humana**, Brasília, ano 17, n. 35, p. 11–43, jul./dez. 2010.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

DIAS SOBRINHO, J. Universidade e novos modos de produção, circulação e aplicação do conhecimento. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior** (Campinas), v. 19, n. 3, p. 643–662, nov. 2014.

DOMENICONI, Joice de Oliveira Santos; BAENINGER, Rosana. A dinâmica da migração internacional qualificada para o estado de São Paulo no século XXI: os espaços da migração dos “trabalhadores do conhecimento”. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 19, n. 40, p. 749–775, 2017.

FORIM, A. B.; RIGOLIN, C. C. D. Um estudo da mobilidade acadêmica internacional em cursos de graduação da Universidade Federal de São Carlos no âmbito dos programas AUGM, Bracol, Bramex e Acordos bilaterais de cooperação. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior** (Campinas), v. 27, n. 2, p. 281–304, maio 2022.

HARVEY, David. **Os limites do capital**. Tradução Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2013.

INE. Inquérito às Condições de Vida, Origens e Trajetórias da População Residente, 2023. Disponível em: [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_destaques&DESTAQUESdest\\_boui=625453018&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=625453018&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt)

KREUTZ, Ineiva Terezinha. **Migrações internacionais, trabalho e capital**: seletividades persistentes e promessas ilusórias do direito à dignidade humana. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2021.

MACIEL, F. C. C. **A formação profissional em Serviço Social por meio do Ensino a Distância: uma análise histórico-crítica a partir da realidade Mineira.** Tese (Doutorado). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca, 2020.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano.** São Paulo: Hucitec, 1997.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital.** Tradução de Francisco Raul Cornejo *et al.* 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MEZZADRA, S. Direito de Fuga: migrações, cidadania e globalização. [S.l.]: Livraria Tigre de Papel, 2019.

MEZZADRA, S. Multiplicação das fronteiras e práticas de mobilidade. **REMHU – Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.**, Brasília, n. 44, p. 11–30, jan. /jun. 2015.

MCES. Processo de Bolonha. Ministério da Ciência e do Ensino Superior. Disponível em: [https://www.fenprof.pt/media/download/F6A40591EEAF3AB592BD246590C100B6/plano\\_acciao\\_mces.pdf](https://www.fenprof.pt/media/download/F6A40591EEAF3AB592BD246590C100B6/plano_acciao_mces.pdf)

MUELLER, Cristiana Verônica. **O processo de internacionalização do ensino superior: um estudo de caso da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.** 2013. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

NOGUEIRA, V. M. R. Estudos transfronteiriços e o debate da política social. In: BETTIOL LANZA, L. M.; FAQUIN, E. S.; ROMIZI, F. (org.). **A mobilidade humana internacional: entre direitos ideais e políticas reais**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. p. 211–236.

OIM – Organização Internacional para as Migrações. **Relatório Mundial sobre Migração de 2024 revela as últimas tendências e desafios mundiais para a mobilidade humana. Publicado em 07 de maio de 2024.** Disponível em: <https://brazil.iom.int/pt-br/news/relatorio-mundial-sobre-migracao-de-2024-revela-ultimas-tendencias-e-desafios-mundiais-para-mobilidade-humana>.

OSORIO, J. **O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

PANIZZI, Wraza Maria. **Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade**. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2004.

PIZARRO, J. M. **Globalizados, pero restringidos: una visión latino-americana del mercado mundial de recursos humanos calificados**. CELADE: Santiago, 2005.

POCHMANN, Marcio. Estado e capitalismo no Brasil: a inflexão atual no padrão das políticas públicas do ciclo político da Nova República. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 309–330, abr. – jun., 2017.

PRATES, Jane Cruz. O processo de internacionalização na Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), [S. l.], v. 18, n. 2, p. 214–224, 2019.

ROMIZI, F. As políticas migratórias e suas matrizes étnicas. In: BETTIOL LANZA, L. M.; FAQUIN, E. S.; ROMIZI, F. (org.). **A mobilidade humana internacional: entre direitos ideais e políticas reais**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. p. 119–146.

SAYAD, A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

TOLEDO, A. F.; LEMES, J. R.. Migrações, subalternidade: o processo contraditório entre dominação e resistências. **Sociedade em Debate**. v.30, p. 01–16 – 16, 2024.

TOLEDO, A. F.; YAZBEK, M. C. A questão social no capitalismo contemporâneo e os subalternos: resistências e lutas políticas. In: SILVA, A. A.; PAZ, R. D. O. (Org.). **Políticas públicas e direitos sociais no contexto da crise**. São Paulo: Paulinas, 2019.

VILLEN, P. A face qualificada-especializada do trabalho imigrante no Brasil: temporalidade e flexibilidade. **Caderno CRH**, v. 30, n. 79, p. 33–50, jan. 2017.

## **A PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL, OS DESAFIOS DA INTERNACIONALIZAÇÃO E SEU FINANCIAMENTO**

*Roberto Leher*

Para mim, estar em um evento da ABEPSS é uma imensa honra. Eu tenho uma admiração profunda pelo campo do Serviço Social. Acompanho há muitos anos os eventos, debates, bancas e arriscaria dizer que o Serviço Social é uma das áreas que melhor logrou desenvolver um projeto ético-político.

E isso faz uma diferença extraordinária, porque confere consistência e organicidade a suas entidades e, também, aos seus programas de graduação e pós-graduação nas diversas instituições brasileiras. Tenho imenso orgulho pela conexão que eu tenho com a área, mas também destaco a imensa relevância que o campo de Serviço Social tem para o país.

É também uma alegria muito grande estar aqui com as professoras Maria das Graças, Hamida, Solange e Edna. E, desde já, agradeço também todo o trabalho prévio de Esther e Vilma.

Gostaria de destacar que o tema da internacionalização – os rumos, impasses, tendências e fontes de financiamento etc., e para pensar a área de ciências humanas e sociais nesse contexto – é um tema de imensa importância, particularmente, num contexto em que, mais do que nunca, precisamos forjar uma outra lógica de internacionalização para as nossas instituições. Vou fazer uma rápida contextualização sobre a pós-graduação no Brasil e a seguir vou fazer também algumas indicações sobre dilemas atuais.

Inicialmente, é importante lembrar que a pós-graduação brasileira se constitui e foi institucionalizada no período da ditadura empresarial-militar. E isto tem consequências muito importantes para a pós-graduação nos dias de hoje. Eu concordo muito com a análise de Florestan Fernandes de que nós não realizamos um duro ajuste de contas em relação ao modelo de universidade, de pesquisas de pós-graduação, legado pela ditadura empresarial-militar.

É importante destacar que em 1963 nós tínhamos aproximadamente 35 programas de pós-graduação no Brasil. No final da ditadura, em 1985, ano que convencionalmente utilizamos como marco do final da ditadura, nós tínhamos 1116 programas de pós-graduação. É irrefutável que a pós-graduação foi ampliada, se capilarizou neste contexto ditatorial. E não é casual que a primeira grande medida educacional que a ditadura instituiu, via Conselho Federal de Educação, foi a organização, a consolidação normativa, a regulação estatal da pós-graduação, em 1965, com o conhecido parecer Sucupira, o qual promoveu uma disjunção entre, digamos, as ciências que têm o estatuto epistemológico-teórico, as “ciências puras”, as ciências muito entre aspas, de verdade; e as áreas aplicadas que foram vistas como áreas em que a produção do conhecimento não necessita ser uma produção original, não é a alta ciência, mas sim uma área que é especializada em incorporar conhecimentos e aplicar para solução de determinados problemas, desafios, enfim...

Trata-se de um conceito muito restrito, que não tem nada a ver com o conceito de aplicação como propõe Bachelard sobre a aplicação do conhecimento científico como um dos critérios de verdade. Aqui a aplicação tem a ver com uma lógica muito mais instrumental, ou seja, conforme o Parecer haveria áreas muito mais instrumentais, entre as quais sobressaem-se a Educação, o Serviço Social e áreas conexas, ou seja, Educação, Serviço Social não seriam, digamos, um núcleo da ciência no país, de uma produção original de questões teóricas, lógicas...

O modelo que foi projetado para a pós-graduação brasileira, foi muito idealizado e descontextualizado, inspirado na pós-graduação estadunidense. O Newton Sucupira afirmava que o modelo mais exequível, mais viável e que se mostrou mais relevante seria o modelo estadunidense. Portanto, o modelo para a pós-graduação brasileira, deveria ser o modelo institucionalizado nos Estados Unidos.

A pós-graduação brasileira se desenvolveu num contexto paradoxal, porque vejo que, obviamente uma ditadura não pode admitir, fomentar, apoiar a produção livre de conhecimento. Uma ditadura por definição impede a produção de conhecimento crítico. E, portanto, quando no primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) e, sobretudo no segundo PND há uma definição de fortalecimento da pesquisa e da pós-graduação no Brasil para viabilizar aquilo que José Paulo Netto, um intelectual de referência também no Serviço Social, caracterizou como um desenvolvimento científico e tecnológico vinculado ao capitalismo monopolista, foi preciso constituir uma inteligência no âmbito do Estado, sobretudo associada às empresas estatais para assegurar a grande infraestrutura para o capitalismo monopolista, como energia, portos, aeroportos, distribuição de energia, telecomunicações etc., que não seria feita por grupos privados, que não iriam imobilizar um capital fixo de tamanho volume para tal fim. Isso porque a burguesia não se dispunha a manter capital preso (a ser amortizado) por muitos anos. Enfim, a infraestrutura requeria uma escala imensa de recursos, a exemplo de uma represa como Itaipu e tantos outros. Foi neste contexto que a pós-graduação foi apoiada para prover o Estado de conhecimento capaz de erigir tal infraestrutura.

É justamente num processo em que o recrudescimento da repressão nas universidades foi crescente gerando exílios, mortes, banimentos. Para cooptar a universidade, a ditadura empresarial-militar muda de estratégia: a forma de resolver a contradição entre o necessário desenvolvimento

da ciência, da pós-graduação e, ao mesmo tempo, o silenciamento das universidades foi instituir linhas de pesquisa prioritárias. E nestas linhas de pesquisa prioritárias, definidas fora da universidade, definidas no que foi o cérebro político e articulador do padrão de acumulação da ditadura, que era a Secretaria de Planejamento – CNPq, Finep, todos esses aparatos foram deslocados para o âmbito da Secretaria de Planejamento que define linhas prioritárias – e foi a partir dessas linhas prioritárias que nós tivemos uma alavancagem da ciência em nosso país.

Foi justamente no âmbito da chamada reforma universitária, com a Lei 5.540 de dezembro de 1968, que vamos ter o máximo de heteronomia, o máximo de ausência de autonomia universitária. Também com o ato institucional número 5 (AI-5) e o decreto 477, que atingiu fortemente os estudantes, portanto, também aqui é evidente a conexão entre o momento da reforma ou da contrarreforma da universidade e o recrudescimento da ditadura.

É um momento de muita pressão nas instituições universitárias. O que que sobressai? O fomento das grandes linhas prioritárias de ensino e pesquisa. Dos planos de desenvolvimento científico e tecnológico no país, basicamente, nós vamos ter 3 grandes eixos, as áreas tecnológicas: as ciências vinculados à agricultura e à pecuária, o que hoje chamamos de agronegócio, naquele momento denominado de revolução verde (revolução verde porque não é a revolução vermelha) ou seja, é a instituição no campo de um padrão de acumulação de grande escala, com grandes latifúndios, com uma produção voltada para exportação na lógica das *commodities*; o segundo grande eixo, das políticas de ciência e tecnologia foram as biociências que foram concebidas como, digamos, uma espécie de suporte para o desenvolvimento tecnológico dessa área e o terceiro, todo o complexo de engenharias e de ciências ditas duras.

E no campo social? E isso é importante frisar, porque muitas vezes há uma leitura de que a ditadura não priorizou, não deu ênfase às ciências

sociais e as Humanidades de uma forma geral. Eu penso que nós temos que avaliar isso com mais cuidado, porque é verdade que do ponto de vista de recursos, há ordem de grandeza completamente diferente: o suporte para as ciências sociais, para as Humanidades, obviamente é muito diferente. No entanto, é importante destacar que a ditadura investiu muito em algumas áreas, particularmente, houve muito investimento na formação da pós-graduação na área de educação, visto que a ditadura tinha uma concepção, um projeto para a educação brasileira que era, obviamente, um confronto a toda a perspectiva de educação crítica que vinha sendo esboçada, ainda que de maneira muito incipiente com as experiências de Paulo Freire, com as discussões sobre a reforma universitária, inspiradas nos ideais e nas lutas de Córdoba, em 1918. Mas a ditadura busca implementar este modelo educacional, sobretudo referenciado na perspectiva de um tecnicismo educacional, e isso não é uma questão secundária, o deslocamento da questão educacional de um campo político para um campo específico do tecnicismo, ou seja, uma despolitização radical da área de educação.

A instituição de uma perspectiva pedagógica referenciada na ótica do capital humano, ou seja, a função da escola era formar o capital humano e isto desborda para todo o sistema educacional. Então, essa perspectiva era fazer uma conversão do campo educacional, que até o início dos anos 1960 era um campo que estava em evidente efervescência política, para um campo especificamente tecnicista e de formação para o capital humano, ou seja, uma subordinação completa ao capital, o que foi uma marca muito significativa, que alcançou de diferentes formas também o campo do Serviço Social.

Na área de Educação nós vamos ter o tecnicismo do capital humano e a difusão de uma perspectiva moral e cívica. A ditadura incentivou a formação de quadros para pesquisa, para organizar o sistema educacional brasileiro na lógica do tecnicismo, o que viabilizou o envio de muitos professores brasileiros para universidades como Stanford e outras. Foram

justamente estes professores que voltaram ao Brasil para implementar uma pós-graduação referenciada na perspectiva tecnicista. Isso é crucial para entender as origens da pós-graduação nas áreas sociais.

Algo semelhante estava acontecendo com Serviço Social e um exemplo pequeno, mas significativo, é a lógica de que o campo do serviço social estaria voltado, digamos, à gestão da pobreza. E um dos exemplos talvez mais interessantes para nós investigarmos é a atuação da fundação Leão XIII, que se constitui como uma autarquia, em 1947, justo no ano em que o Partido Comunista Brasileiro (PCB) é colocado na ilegalidade. Mas seria uma organização gerida pela Igreja Católica, que tinha muitas vezes, trabalho nas favelas! Isso aqui tem uma centralidade muito grande no Rio de Janeiro, então Capital do país. É a perspectiva da Igreja Católica, das formulações caritativas que entram na política social, sobretudo, como um espaço de educação social no sentido de Durkheim, ou seja, uma forma específica de socialização muito referenciada em pautas morais, em preceitos morais relativos à sexualidade, havia um controle muito forte da mulher na lógica do controle da natalidade e a sexualidade de uma forma geral.

A ditadura também viabilizou a desconstituição de grandes áreas de favelas, inseridas, digamos, em áreas de interesse imobiliário, das grandes corporações imobiliárias, mas, sobretudo, uma forma de desfazer as conexões políticas que existiam nas favelas, e isto é muito marcante, o processo de remoção, de deslocamento da população para áreas fragmentadas, que não tinham conexão entre si, que não tinham compartilhamento entre si. Estamos a dizer que o surgimento do serviço de recuperação de favelas e habitações anti-higiênicas não é à toa, é a lógica do Banco Nacional de Habitação (BNH) com a perspectiva remocionista e isto define um perfil de política social que, digamos, está entranhado no Estado de uma forma importante e repercute também no campo do Serviço Social.

E foi justamente no enfrentamento e na crítica a esta lógica, no período luminoso, no período importantíssimo da história brasileira, que aquece a luta de classes com greves, com o surgimento de uma série de organizações populares e que posteriormente darão origem à Central Única dos Trabalhadores (CUT), ao Partido dos Trabalhadores (PT), ao Movimento Negro Unificado (MNU), à reorganização da União Nacional dos Estudantes (UNE), à Constituição do (futuro) ANDES Sindicato Nacional. Um salto organizativo absolutamente impressionante. É este imenso movimento que repercute, como vocês sabem muito bem, de forma muito interessante na área de serviço social, com o Congresso da virada em 1979, no qual o tema da pós-graduação e da universidade, voltam à baila.

É, sobretudo com uma ampliação da concepção sobre os direitos sociais estabelecidos pela Constituição de 1988 que nós vamos ter, de fato, uma nova escala, uma nova institucionalidade para as políticas sociais. Neste movimento de reconfiguração, tanto do campo crítico da Educação como também da área de Serviço Social, a partir daí, do “Congresso da Virada”, é que vamos ter um processo, digamos, de frustração de expectativas que poderiam ser forjadas a partir da Constituição. Eu me refiro aqui, particularmente já nos anos 1990, aos grandes programas de ajuste estrutural que redefiniram, paulatinamente, a questão social, a questão das desigualdades sociais, do chamado subdesenvolvimento e adota-se uma perspectiva de alívio à pobreza.

Isso vai se consolidando ao longo dos anos 1990, em que o problema da pobreza é um problema de indivíduos que estão nessa situação, os quais devem ser mensurados, aferido o seu grau de pobreza e cabe ao Estado gerir isto por meio de políticas de alívio à pobreza e não mais de políticas articuladas com o trabalho, ou seja, a uma pessoa em desalento, uma pessoa que está em privação econômica não deve ser reinserida, como, por exemplo, trabalhadores que estão sem postos de trabalho adequado e,

portanto, tem direito a um seguro desemprego. É isto, a centralidade do trabalho deixa de estar presente e nós vamos ter aqui as conhecidas políticas de alívio à pobreza. E como nós não realizamos uma crítica profunda e radical ao modelo da ditadura, das linhas de pesquisa prioritária, dos editais de pesquisas prioritários etc., esses avanços das classes trabalhadoras não alcançaram efetivamente a Universidade.

A reorganização da pesquisa da pós-graduação se deu nos anos 1980 e 1990, início dos anos 2000, porém sem romper com estruturas que foram consolidando e nos emaranhando no capitalismo dependente e na heteronomia cultural. É importante destacar que foi neste contexto que o debate da internacionalização foi ganhando força em nosso país.

Obviamente, o tema da internacionalização esteve sempre presente, não com este nome, mas a partir de um debate da grande teoria, sobretudo na questão social, para responder a uma questão fundamental: o Brasil é ou não uma unidade de análise que é bastante em si ou nós devemos pensar a realidade brasileira, à luz do capitalismo mundial? Foi Florestan Fernandes, a meu ver, quem melhor trabalhou essa questão no plano teórico, mostrando que Brasil não é unidade de análise que se basta. A questão dos estudos brasileiros como algo que é bastante em si, que tem estatuto científico próprio, problemáticas próprias, foi criticada por Florestan de forma muito contundente, porque, obviamente, embora existam particularidades que devem ser conhecidas nos diversos países, tanto latino-americanos, da África etc., nós não temos como estudar essas questões sem pensar o capitalismo mundial e, portanto, isso requer produção de conhecimento mundializada na perspectiva crítica.

E há uma complexidade adicional: a Constituição Federal de 1988, embora sinalizasse que a área de educação, de ciência e tecnologia seriam áreas que iriam alicerçar uma concepção de Nação, isso está explicitamente indicado desde a Constituição de 1988, na realidade, o que nós vamos ver, desde então, é um aprofundamento do afastamento das universidades

em relação ao diálogo verdadeiro com os bastiões de poder sob controle do bloco de poder, utilizando aqui a conceituação de Poulanzas. Ou seja, as universidades estão na periferia dos debates. Elas não interagem verdadeiramente com os bastiões reais de poder. Aqui a gente pode pensar a área econômica, a grande definição das políticas econômicas que temos no país; então, não basta afirmar que teremos que priorizar a educação, cultura etc. Se a área econômica não direcionar recursos substantivos para essa área e não dialogar com o campo científico e cultural, artístico etc. as proclamações sobre as universidades tornam-se palavras vazias.

Avançando aqui para ir um pouco mais rápido, nós temos um processo óbvio de descomplexificação das cadeias produtivas em nosso país. Nós vamos ter uma degradação das condições e da concepção de trabalho. Eu acho que a plataformização é um exemplo extremo, mas que hoje mostra para onde caminhamos, para onde caminhou a precarização e toda a reforma trabalhista etc.

Entrando na questão do financiamento. A desconstituição dos espaços de definição de políticas públicas como áreas em interação com a comunidade científica, sobretudo no que eu me refiro aos bastiões de poder (e não nas periferias e nas franjas do bloco no poder). Isso tudo faz com que as políticas dos anos 1990 e dos anos 2000 sejam políticas minimalistas, insuficientes de colocar a ciência e a tecnologia, assim como a arte e a cultura no cerne do projeto nacional. Um exemplo da ausência de prioridade pode ser visto na execução orçamentária do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico marcada por um enorme contingenciamento de recursos nas últimas décadas.

Nós vamos ter uma média aí de uma execução orçamentária que está entre 40% e 50% dos recursos do Fundo Nacional destinado ao desenvolvimento científico tecnológico, ao campo científico, às universidades, aos institutos de pesquisas. O mesmo se passou com os recursos da CAPES e do CNPq, assim como com as verbas discricionárias

das universidades federais. E eu me refiro aqui, sobretudo ao período pós 2015, com a Emenda Constitucional 95, de 2016. As verbas de investimento desapareceram. Nós vamos ter mais ou menos 20% de recursos executados e, portanto, 80% contingenciado do Fundo e nós vamos chegar aí no período Bolsonaro com apenas 10% dos recursos executados.

Isto significa uma queda vertiginosa dos recursos para a ciência e tecnologia, com um agravante de que esta queda brutal de recursos nós vamos sair do patamar já medíocre em 2014, de 12 bilhões para algo como 5 bilhões de 2021. Essa queda vertiginosa ainda tem o agravante: o fato de que o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico passa a financiar a chamada inovação. E boa parte dos recursos que outrora eram dirigidos para área de ciência e tecnologia, para pesquisa básica ou para a chamada pesquisa aplicada, no bom sentido da palavra, também esses recursos foram sangrados, foram perdidos também para a área de inovação, que deveria ter outra rubrica. Deveria existir uma outra fonte de recurso. Eu costumo dizer, inovação tecnológica precisa de uma escala de recursos que deveria estar no BNDES e não no Ministério de Ciência e Tecnologia.

É a partir dessa enorme fragilidade orçamentária que o movimento de internacionalização, ganha força do sistema de ciência e tecnologia. E é importante que nós possamos resolver alguns problemas conceituais. Primeiro, internacionalização não se confunde com *ranking* e acho que esse é um tema difícil, mas nós temos que enfrentá-lo com radicalidade necessária. E é justamente com o sistema de avaliação que nós nos vimos diante de situações de extrema complexidade. Todos conhecem a fábula de Cinderela escrita pelos irmãos Grimm, quando ela perde seu sapatinho de cristal, né? As irmãs da Cinderela, com seus pés maiores, tentam calçar o sapatinho de cristal, que é pequenininho e não entra em seus pés. Na realidade, a internacionalização é a mesma coisa do sapatinho de cristal. As universidades brasileiras não calçam o sapatinho, pois este não foi

desenhado para elas. Assim, como as universidades brasileiras podem ir bem nos rankings, se os seus critérios e parâmetros, que definem as instituições de excelência, não se coadunam com a realidade nacional. Rigorosamente, nós não cabemos nestes critérios.

Vejam os três ou quatro quesitos que compõem os principais critérios. O primeiro critério é o número de prêmios Nobel. Bom... o Brasil não tem nenhum prêmio Nobel! O segundo critério importante das agências é o número de dirigentes de organismos internacionais. Vejam, os principais organismos internacionais têm uma direção já estabelecida por nacionalidade: o FMI é dirigido por um europeu, o Banco Mundial é dirigido por um estadunidense e isto, vai se propagando, e vai mostrando a inconformidade da nossa situação real no país em relação aos critérios.

Terceiro: as publicações como critério de avaliação. Estas, basicamente são de língua inglesa, estão concentradas em duas revistas. Embora nós tenhamos uma excelente inserção nessas revistas, Nature e Science, essas não dão conta nem de perto da complexidade do que é a pesquisa na pós-graduação em nosso país.

Outro critério-chave é o número de estudantes estrangeiros. Ora, as universidades europeias e estadunidenses precisam dos estudantes estrangeiros para fechar as contas. A universidade não se sustenta hoje só com europeus e com os estudantes estadunidenses. A conta da universidade simplesmente não fecha. Daí a necessidade frenética de buscar novos estudantes estrangeiros.

Quando estive na reitoria da UFRJ, conversei com muitos reitores de universidades fora do Brasil e eles falam sobre isso, se nós não conseguirmos captar estudantes estrangeiros como clientes, nós não conseguiremos pagar as contas da universidade. A nossa realidade é outra. Então, pensar a presença de estudante estrangeiro tem outro prisma que é completamente diferente de auferir receitas. Portanto, o grande desafio é ampliar a escala do que nós já temos de precioso que é a colaboração

em torno de projetos de pesquisas, de programas de estratégias de investigação, às vezes de colaboração de programas de pós-graduação que são reais e pulsantes, inclusive entre universidades, como a associação das universidades do grupo de Montevideu (AUGM), a tentativa de constituir uma comunidade de universidade dos países lusófonos, enfim, isso são coisas muito importantes, mas que não bastam para uma política efetiva de ampliação da interação e da produção internacionalista e da produção de conhecimento.

A nossa ambição tem que ser maior. Eu me refiro aqui aos grandes temas que, como já nos ensinou Florestan Fernandes, não permitem que nós pensemos o Brasil como uma unidade que se basta: das mudanças climáticas e os determinantes da pobreza e do subdesenvolvimento; do trabalho, as reconfigurações que ocorrem no mundo do trabalho; a questão amazônica, a questão das arboviroses, enfim, nós podemos ficar aqui falando um tempão de grandes desafios que nós temos para a humanidade, para a sobrevivência da humanidade e para a dignidade dos seres humanos, pro bem-viver dos povos, enfim, da produção de conhecimento, que necessariamente deve ser Internacional ou internacionalista – talvez seja a melhor caracterização, visto que essa colaboração é Internacional – deve ter aparatos e estruturas compatíveis, ou seja, nós temos arboviroses na África, nós temos arboviroses. Hoje na Europa, nós temos arboviroses, obviamente em toda América Latina, né? Zika, chikungunya etc., que são coisas muito graves. Pensemos na questão da Zika... Gravíssima, a anencefalia e outras decorrentes dos arbovírus.

Precisamos de grandes institutos de pesquisa vinculados às universidades, a movimentos sociais etc., que permitam pesquisas de fato mundializadas. Nós vimos no contexto da pandemia a fragilidade da condição de país capitalista dependente, quando nós nos surpreendemos com a incapacidade de termos uma produção industrial de máscaras, de álcool em gel, de testes para diagnósticos e de vacinas.

Tudo isso são desafios que nós poderíamos alcançar, sem sombra de dúvida, pelo desenvolvimento científico que nós já temos em nossas instituições e, finalmente, isto envolve uma mirada para a educação básica, que é um tema que eu deixo para o debate.

Mas não vamos conseguir constituir as nossas universidades como instituições que interpelam os grandes dilemas da humanidade com reformas ou contrarreformas, como o novo ensino médio, que desidrata a formação cultural, científica, artística, tecnológica, da Juventude. Portanto, a questão fundamental de enfrentar a racionalidade da chamada austeridade, que está em curso no Brasil e no mundo é decisivo para o futuro da humanidade, em que a extrema direita ganha um impulso sem precedentes desde a segunda metade do século XX.

E em que segmentos sociais a extrema direita pesca apoios massivos? Nos grandes bolsões da classe trabalhadora, frustradas pelas políticas de austeridade, de precarização do trabalho, situações concretas que levam, inclusive a Juventude, a optar pela extrema direita. O grande voto da extrema direita hoje é o voto da Juventude. Não é o voto saudosista a uma extrema direita que existiu. É um voto rebelde, é um voto da Juventude e nós precisamos fazer frente a isso, além das nossas Fronteiras, né? Essa semana, o presidente Milei está vindo ao Brasil, não para a reunião do Mercosul, mas para a reunião da coalizão de extrema direita.

Isso requer que também o pensamento crítico possa mundializar as suas elaborações e as suas formulações, os seus projetos de formação, de compartilhamento de laboratórios, de programas de pós-graduação, de mobilidade estudantil, de técnicos, professores etc., para que nós possamos forjar outra mirada sobre a internacionalização que não tem a ver com a lógica estabelecida de que nós precisamos utilizar a internacionalização como um fator, como um índice. Isso é um equívoco brutal da política de ciência e tecnologia que caracteriza a nossa profunda heteronomia cultural, que foi aprofundada pela ditadura empresarial militar de 1964. Obrigado.

# **OS DESAFIOS DA INTERNACIONALIZAÇÃO DA ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL E SEU FINANCIAMENTO PELA CAPES**

*Hamida Assunção Pinheiro*

A discussão da Internacionalização na área de Serviço Social tem sido cada vez mais intensificada, sobretudo nos fóruns, seminários e encontros que envolvem discentes e docentes da pós-graduação. Este processo, na realidade, é resultante tanto da indução que as agências de regulação e fomento à pesquisa têm feito nas últimas décadas, como também do próprio movimento dos pesquisadores da área, os quais vivenciam o fortalecimento e a ampliação da pós-graduação em Serviço Social e das pesquisas a partir da criação e expansão contínua dos cursos de mestrado e doutorado que vem acontecendo desde a década de 1970 e 1980, respectivamente. Nessa trilha, a internacionalização da área vem transbordando não simplesmente como uma exigência e sim como uma necessidade que busca fortalecer e difundir a perspectiva crítica na formação e no trabalho dos profissionais de Serviço Social no Brasil e para além das fronteiras. Esse movimento é estratégico para fortalecer a liderança intelectual crítica do Serviço Social brasileiro no cenário internacional.

O objetivo deste texto – construído a partir do conteúdo exposto em palestra com o mesmo título, proferida no “1º. Seminário Internacional Formação, Pós-graduação e Internacionalização no Serviço Social” organizado pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), realizado em julho de 2024, em Belém/Pará – é refletir

sobre as possibilidades da internacionalização na Área de Serviço Social, a relevância desta para o aprimoramento da formação ofertada, a trajetória e os desafios dos programas nesse processo, bem como os avanços que a área tem dado para a difusão da produção acadêmica brasileira em âmbito internacional. Para o alcance desse objetivo, e à luz de uma perspectiva crítica, o artigo, que é fruto de pesquisa bibliográfica e documental, está estruturado em três seções, além desta introdução e das considerações finais. A pesquisa bibliográfica foi centrada em autores que discutem o tema da internacionalização na área e fora dela. Já a pesquisa documental privilegiou a análise das fichas de avaliação dos programas da Área com nota 6 e nota 7 na última avaliação quadrienal, dados da plataforma Supicira sobre os programas e ainda alguns relatórios da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) sobre orçamento, financiamento, bolsas e internacionalização.

Na primeira seção o intuito é refletir sobre o significado da internacionalização para os programas de pós-graduação e para o Sistema Nacional de Pós-graduação (SNPG) e sua necessária vinculação com Plano Nacional de Pós-graduação (PNPG), pontuando ainda algumas questões relacionadas ao orçamento. A segunda seção dedica-se à discussão da internacionalização como estratégia para a melhoria da formação ofertada, da qualificação de docentes e também como potencializadora da divulgação do conhecimento e, devendo ser, portanto, um elemento estruturante para o alcance da condição de excelência dos cursos de pós-graduação. Na terceira e última parte, o interesse é abordar os desafios e os avanços que a área de Serviço Social tem tido nos últimos tempos para desenvolver o processo de internacionalização.

## **1 PNPG, internacionalização e financiamento: uma sintonia imprescindível**

O PNPG é instrumento de grande relevância para orientar o bom desempenho, a expansão e o fortalecimento dos estudos/formação pós-graduada e, com isso, ele deve contribuir, de forma direta e indireta, para o desenvolvimento do país, com vista à soberania nacional. É com esse olhar que a CAPES tem encarado, desde o início dos anos 2000, a internacionalização como uma prioridade na agenda institucional.

É nítido que as avaliações de cursos, tanto de entrada como de permanência na pós-graduação, são as atribuições mais conhecidas da CAPES, entretanto a referida instituição tem também assumido como linha de frente a promoção da cooperação científica internacional, a formação de recursos humanos de alto nível, o acesso e divulgação da produção científica e a indução e fomento da formação inicial e continuada de professores para educação básica. Este leque de ações tem como finalidade maior o refinamento da qualidade da produção científica brasileira e a ampliação da formação/qualificação de pesquisadores/profissionais em nível de mestrado e de doutorado.

É para o cumprimento dessa finalidade maior que a internacionalização tem sido posta em evidência nos últimos PNPG, sendo afirmada como uma estratégia bastante necessária para a lapidação do SNPG. A exemplo disso, na minuta<sup>1</sup> do PNPG 2024–2028 que foi

---

<sup>1</sup> Até o presente momento (março/2025) o VII PNPG ainda não foi publicado em sua versão final. Para escrever este texto (e para a elaboração do material da palestra), a análise foi feita a partir da minuta do PNPG (2024–2028) disponibilizada para consulta pública no período de dezembro de 2023 a março de 2024. Vale ressaltar que o VI PNPG (2011–2020) teve sua vigência finalizada em 2020, ou seja, no ano marcado pelo início da pandemia de Covid-19, em um período de avanço do ultraneoliberalismo e de intensa campanha anti-ciência. Esta realidade contribuiu para que entre o período de 2020 a 2022 não fosse iniciado qualquer movimento para elaboração do VII PNPG, o que só aconteceu de fato em 2023 em outra conjuntura política, notadamente marcada pela retomada dos processos democráticos incluindo a valorização da ciência, após a eleição e posse de Luiz Inácio Lula da Silva.

posta para consulta pública entre dezembro de 2023 e março de 2024 consta que:

A expansão do SNPG com qualidade também passa pelo seu nível de internacionalização, no sentido das relações de cooperação com outros países para geração de conhecimento e formação de pessoal de alto nível. Assim, o primeiro grande desafio das ações de internacionalização no Brasil é superar assimetrias e desenhar programas que sejam acessíveis a uma maior diversidade possível de instituições, no que diz respeito ao seu tamanho, localização e vocação institucional. (p.73)

Neste documento, a internacionalização está destacada e aparece como um dos sete eixos pensados para atuação do PNPG, a saber: 1– Do acesso à conclusão na pós-graduação; 2– Qualidade da pós-graduação e do SNPG; 3– Educação básica e pós-graduação; 4– Pesquisa, extensão e inovação; 5– Assimetrias e desenvolvimento; 6– Internacionalização; 7– Governança estratégica. Nesse conjunto, a internacionalização é afirmada como diretriz para a soberania nacional e para o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), e a partir disso, constam no referido documento três objetivos fundamentais que podem e devem guiar as ações de internacionalização na pós-graduação brasileira: a) propor uma política de internacionalização para o SNPG com base na equidade, sustentabilidade, diversidade e solidariedade e na simetria das parcerias internacionais; b) ampliar a presença internacional no SNPG para torná-lo centro de atração e recepção da comunidade acadêmica mundial; c) promover e fortalecer a interação com instituições estrangeiras em áreas estratégicas de interesse para o desenvolvimento nacional.

Nesse íterim, vale pontuar que a internacionalização não é uma novidade trazida pela minuta do VII PNPG. Na realidade o tema vem sendo posto como algo de fundamental importância há alguns anos. Segundo Teixeira *et al.* (2023), foi no IV PNPG (1994–2002), o qual não chegou a

ser promulgado, mas foi colocado em ação, que a internacionalização surge pela primeira vez como tema de grande envergadura e como necessidade para o SNPG. Desde lá, o foco na internacionalização tem se ampliado muito. No VI PNPG, publicado em 2010 e com vigência para o período de 2011 a 2020, a internacionalização foi considerada a partir do:

cenário de consolidação do Brasil como quinta maior economia do mundo e, assim, enfatizou a formação de recursos humanos aptos a atuarem em setores estratégicos para o desenvolvimento nacional sustentável e à internacionalização, cooperação e financiamento de pesquisas e de programas de pós-graduação. Além disso, baseou-se em um cenário de expansão contínua do SNPG, sendo, à época, impossível prever os cortes orçamentários e crises futuras que diminuiriam a velocidade das novas matrículas (CAPES, 2023, p.12).

No VI PNPG consta uma seção sobre as políticas de cooperação internacional e de formação de recursos humanos no exterior, a qual indicava alguns caminhos para internacionalização que ainda são bastante atuais e estão também em sintonia com a minuta do VII PNPG, são eles: a) ampliação do atual modelo de parceria institucional, dentro de uma relação de reciprocidade e simetria entre instituições nacionais e estrangeiras (bolsas-sanduíche para os alunos, estágios de curto prazo para professores e estágios para recém-doutores; b) intensificação dos programas de intercâmbio, visando o compartilhamento na orientação de doutorandos com pesquisadores atuando no exterior em áreas de interesse estratégico para o país; c) apoio a estágio de pós-doutoramento para jovens doutores, tendo como base a qualidade do projeto a ser desenvolvido; d) ampliação do intercâmbio institucional de estudantes de graduação visando seu futuro ingresso na pós-graduação; e) estímulo a parcerias e formação de redes de pesquisa na cooperação Sul-Sul, como suporte à formação de recursos humanos em áreas prioritárias e de interesse comum (CAPES, 2010).

A partir das considerações sobre internacionalização presentes no VI PNPG, a CAPES, visando criar uma espécie de parâmetro comum para fins de avaliação dos programas no que se refere à internacionalização, incentivou e viabilizou a criação de um Grupo de Trabalho (GT) para refletir e aprofundar a temática e assim orientar as ações que os programas de pós-graduação podem considerar como prioritárias rumo à internacionalização.

O GT foi criado em dezembro de 2018 e apresentou um relatório final de atividades no ano seguinte, o qual é de acesso público e o que norteia, até o presente, a internacionalização na dinâmica dos cursos de pós-graduação. Nesse documento, fica explícito que,

avaliação da internacionalização refere-se à forma e ao conteúdo da formação oferecida pelos programas de pós-graduação, indicada por pesquisa colaborativa multilateral, divulgação da produção intelectual, mobilidade de docentes e discentes em colaboração e atuação institucional, além de condições institucionais específicas de apoio (CAPES, 2019, p.5).

A partir desse conceito, posto como comum às áreas de avaliação, surgem quatro dimensões que são centrais para as mais diversas formas de internacionalização, que são: a pesquisa; a produção intelectual; a mobilidade e atuação acadêmica; condições institucionais. No texto do relatório nota-se que cada uma dessas dimensões carrega um conjunto de possibilidade de ações, que podem viabilizar e potencializar a internacionalização dos cursos de pós-graduação, abrindo assim um leque de possibilidades que, não necessariamente, os programas podem e devem investir em todas elas ao mesmo tempo.

Neste ponto, merecem destaque as seguintes reflexões: Qual a finalidade da internacionalização? Por que os programas de pós-graduação devem ou precisam se internacionalizar? Existem diferentes caminhos para a internacionalização? Quais as melhores estratégias

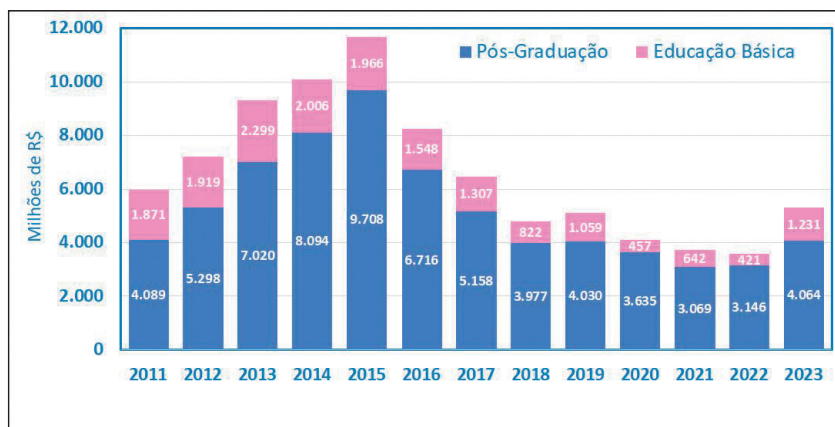
para a internacionalização? Tais perguntas são recorrentes por parte dos docentes e discentes atuantes na pós-graduação, e principalmente aos coordenadores de programas, os quais têm como responsabilidade, na grande maioria das vezes, estimular e orientar esse processo internamente no programa e encaminhar e monitorar tais ações na própria Instituição de Ensino Superior (IES).

A este respeito consideramos relevante registrar que, sempre que possível, o programa deve possuir uma política de internacionalização sintonizada com os interesses institucionais e da área de Serviço Social, sem prejuízo ao projeto ético-político, ou melhor, priorizando os princípios que o edificam. Até mesmo porque, conforme a minuta do VII PNPG (2023), a internacionalização enfrenta vários desafios na atualidade, dentre os quais destacamos quatro: 1) protagonismo individual do docente que fez alguma parte de sua formação no exterior e mantém laços com uma rede e viabiliza a internacionalização sem qualquer forma de planejamento coletivo e/ou estratégico para o programa e/ou para IES; 2) falta de estrutura mínima de padronização institucional para propiciar os trâmites necessários à internacionalização; 3) instabilidade dos recursos financeiros que gera descontinuidade nos intercâmbios e parcerias; 4) potencial baixo de atração de discentes e docentes estrangeiros para o Brasil mesmo nas IES e Institutos de excelência (a participação estrangeira no SNPG foi aproximadamente de 2% em 2022, considerando discentes, docentes e pós-doutorandos).

Por óbvio, a internacionalização na pós-graduação só conseguirá ultrapassar esses desafios se houver investimento e planejamento, não existe internacionalização bem sucedida sem recurso financeiro e sem apoio institucional. Desse modo, no que se refere ao orçamento da CAPES, fica evidente no gráfico 1, se compararmos apenas os anos de 2011 e de 2023 que os valores são muito próximos para as ações da pós-graduação, mesmo após longos 12 anos. Curiosamente os três anos com

maior orçamento antecedem o *Impeachment* da Presidente Dilma Rousseff ocorrido em 2016 por meio de um golpe à democracia do país. À época, o programa Ciências sem Fronteiras<sup>2</sup> foi o impulsionador desse pico de investimento na Internacionalização por parte da CAPES. Estes valores explícitos no referido gráfico são preocupantes e não acompanham o crescimento do SNPG, o qual, em 2024, comporta quase 5.000 (cinco mil programas). Vale lembrar que o gráfico também mostra os valores que a CAPES recebe para investir nos programas e ações de fortalecimento da educação básica, que também compõem umas das linhas de frente da Instituição.

Gráfico 1 – Orçamento da CAPES no período de 2011 a 2023 para a pós-graduação e para a educação básica



Fonte: CAPES, 2024, sistematizado a partir dos Relatórios de Gestão (2011–2023)

<sup>2</sup> O programa foi criado em 2011 e esteve em funcionamento para viabilizar a mobilidade internacional de estudantes de graduação e de pós-graduação até 2017, totalizando um investimento de R\$ 13,2 bilhões e 104 mil bolsas no exterior. Este teve como objetivo a promoção da internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira, nas seguintes modalidades: graduação, tecnólogo, desenvolvimento tecnológico e inovação, doutorado sanduíche, doutorado pleno, pós-doutorado e mestrado profissional (SBPC, 2017).

Ainda que o orçamento venha se mantendo sem alterações significativas e proporcionais ao crescimento do SNPG, a CAPES tem buscado ampliar o número de bolsas, ainda que isso indique contenção de outros investimentos, por entender que a concessão de bolsas cumpre um papel essencial para a manutenção dos discentes na pós-graduação. O gráfico 2 expressa a quantidade de bolsas ofertadas na última década, que ultrapassa mais de cem mil bolsas ofertadas aos discentes da pós-graduação em 2023.

Gráfico 2 – Quantitativo de bolsas ofertadas pela CAPES no período de 2010 a 2023 para mestrandos e doutorandos da pós-graduação



Fonte: Capes, 2025. Dados obtidos no Painel de Monitoramento e Indicadores da Capes.

Outro dado importante para o financiamento dos programas de pós-graduação se refere à distribuição de recursos promovida pelo Programa de Apoio à Pós-graduação (PROAP) para curso com notas 3,4 e 5 e pelo Programa de Excelência Acadêmica (PROEX) para cursos com nota 6

e 7. O gráfico 3 exibe a distribuição destes recursos entre 2012 e 2024, revelando que, apesar do orçamento restrito, há aumento progressivo nos valores dos anos mais recentes.

Gráfico 3 – Recurso de PROAP e PROEX entre 2012 a 2024



Fonte: CAPES, 2024, sistematizado a partir dos Relatórios de Gestão (2012–2024)

A internacionalização, mesmo com orçamento restrito, tem acontecido. Obviamente que, com maiores investimentos, as dificuldades poderiam ser menores e os resultados mais exitosos. Conforme dados da CAPES (2024), entre 2019 e 2024, foram aproximadamente 20.082 bolsistas para o exterior e vieram 3.786 estrangeiros para o Brasil com suporte da Instituição. Nesse período, França e Estados Unidos da América foram os países mais procurados pelos brasileiros, com respectivamente 4.554 e 3.822 bolsistas enviados. Apenas no ano de 2023, os investimentos são da ordem de R\$ 433,9 milhões, o que permitiu 6,3 mil brasileiros no exterior e 1,4 mil estrangeiros no Brasil.

A Área de Serviço Social tem buscado se internacionalizar, ao mesmo tempo em que também reconhece a necessidade urgente de ampliação do investimento. Na próxima seção o intuito do texto é discutir o papel da internacionalização como possível elemento estruturante para o aprimoramento da qualificação/formação ofertada pelos cursos de pós-graduação da área de Serviço Social e, justamente por isso, a necessidade de pensá-la como elemento indispensável de ser considerado na autoavaliação e no planejamento estratégico dos programas.

## **2 A internacionalização como estratégia dos Programas da área de Serviço Social**

Como registrado anteriormente, a internacionalização tem sido induzida com mais intensidade pela CAPES para o fortalecimento dos programas de pós-graduação desde o início dos anos 2000, mas também sabemos que desde essa década tem sido intensificado o corte de recursos públicos para a esfera social, o que, por si só, impõe limites e desafios constantes na esfera das políticas sociais: educação, saúde e várias outras. A indução, apesar de ser importante, não é suficiente para a ultrapassagem dos obstáculos que estão presentes nas diversas áreas de conhecimento.

De acordo com a minuta do PNPG (2024–2028) as dificuldades encontradas nas mais diversas áreas para efetivar a internacionalização dos programas de pós-graduação são: o domínio da segunda língua tanto por parte de docentes como por discentes; a falta de disponibilidade e condições pessoais para mobilidade, a escassez de financiamento público, a existência de assimetrias regionais e o frágil ou inexistente suporte administrativo institucional para tramitação de processos relacionados à mobilidade. Essas dificuldades demonstram que a internacionalização para ser bem sucedida deve ser tratada pelo programa como uma estratégia transversal nas diversas dimensões, o que envolve não somente as atividades finalísticas, mas também as atividades meio.

Na área de Serviço Social não é diferente, as dificuldades relatadas pelos programas de pós-graduação, por meio de docentes e discentes, estão em consonância com estas discriminadas na minuta do PNPG. Desse modo, o entendimento e orientação da coordenação da área tem sido de que os programas planejem as ações de internacionalização, tendo em vista que a Autoavaliação e o Planejamento estratégico, que foram inseridos na ficha de avaliação desde 2019 para todas as áreas, resultaram em bons frutos se considerado o conjunto da avaliação na Quadrienal 2021.

Nessa linha, vale mencionar que o relatório explicita que os avanços da área no período de 2017 a 2020 foram bem significativos, apesar do cenário pandêmico da Covid-19, e isso se revela no fato de que os programas de excelência aumentaram em quantidade e a quantidade daqueles de menores notas diminuiu. Não houve nenhum programa com rebaixamento de nota, 15 subiram de nota e 18 mantiveram a nota. No referido documento está detalhado que,

(...) dos 36 PPG da Área de Serviço Social: 25% receberam nota 3; 30,56% receberam nota 4; 22,22% receberam nota 5; 16,67% receberam nota 6 e 5,55% receberam nota 7. Em relação à Quadrienal de 2017, observa-se a redução do percentual de PPG com nota 3 (antes era de 35,29%) e com nota 4 (antes era de 35,29%), bem como o aumento de PPG com nota 5 (antes era de 8,82%), com nota 6 (antes era de 14,71%) e com nota 7 (antes era de 2,94% (CAPES, 2021, p. 50).

Este resultado positivo certamente tem influência do desenvolvimento da política de autoavaliação e o planejamento estratégico que têm sido adotados de forma sistemática pelos programas da área desde 2019, conforme já destacado por Pinheiro, Senna e Lara (2024). Na maturação do processo avaliativo e de desempenho dos programas, a internacionalização tem sido pensada como um importante elemento para a consolidação dos cursos, ou seja, para o alcance da excelência ou da

manutenção desta em casos daqueles que já estão na condição de excelência. Além disso, a internacionalização tem sido compreendida como estratégia para a melhoria da formação de discentes, para a qualificação de docentes, para a divulgação do conhecimento científico e ainda para a disputa da concepção de Serviço Social em âmbito internacional, com finalidade de fortalecer a direção social da profissão.

Nessa linha, dialogamos com Prates (2019) que assevera que a internacionalização pode possibilitar meios para potencializar a solidariedade entre programas, contribuir para a circulação e visibilidade da produção acadêmica, ampliar a interlocução e o intercâmbio entre pesquisadores em diferentes níveis, desde aqueles envolvidos na iniciação científica aos que desenvolvem estudos avançados da pós-graduação. Para a autora, visão com a qual concordamos, as ações de promoção da internacionalização são necessárias para o fortalecimento dos programas e divulgação do conhecimento científico brasileiro fora do país.

Não se pode perder de vista que a discussão da internacionalização dos programas de pós-graduação não acontece desconectada da direção social do projeto ético-político hegemônico da profissão no Brasil, ou seja, não interessa aos programas e nem à coordenação da área na CAPES qualquer forma de internacionalização, qualquer ação que não se articule à perspectiva crítica da concepção de Serviço Social. Isto é, a internacionalização precisa ter orientação, nitidez e foco nos princípios defendidos pelo projeto ético-político, sendo assim, é preciso buscar a interação com outros países, outras línguas e outras culturas, mas sem deixar de imprimir nesses processos a concepção crítica acerca da sociabilidade capitalista, assim como do trabalho que pode e dever ser desenvolvido pelos/as assistentes sociais numa perspectiva de busca pela garantia de direitos e que ultrapasse as práticas conservadoras e tradicionais que deram origem à profissão. Isso posto, não se pode esquecer ainda que o Serviço Social brasileiro, desde o chamado Movimento de Reconceituação

ocorrido na América Latina como um todo, na segunda metade do século XX, tem sido um polo de produção intelectual crítica de destaque.

Diante disso, fica evidente que a internacionalização que deve se fazer presente nos processos de autoavaliação e de planejamento dos programas de pós-graduação é aquela que considera os elementos críticos da concepção de profissão e do trabalho profissional. A internacionalização não é uma finalidade em si, ela é uma estratégia do programa a ser incorporada nos processos formativos e investigativos que norteiam a formação de mestres e doutores.

A internacionalização pode ser pensada a partir de várias ações e estratégias, dentre as quais destacam-se: participação em eventos internacionais com apresentação de trabalhos; publicação de artigos e capítulos de livros; realização de pesquisa interinstitucional envolvendo diferentes países; mobilidade para missões de estudo e de pesquisa; participação em comitês editoriais de revista; participação de bancas avaliadoras em outros idiomas, oferta de disciplinas em outras línguas etc. É perceptível que vários programas da área de serviço social têm envidado esforços para estabelecer essas práticas buscando ampliar sua internacionalização. Importante mencionar que não existe um modelo fixo de internacionalização. É a partir da perspectiva de que os programas têm especificidades que a internacionalização precisa ser pensada e ser bem articulada à realidade local, à vocação do programa, ao perfil do corpo docente, ao perfil do corpo discente e também considerar as condições institucionais.

É nítido que o conjunto dos 38 programas que compõem a área de Serviço Social na CAPES atualmente tem se dedicado ao entendimento da finalidade da internacionalização e, em diferentes medidas, estes têm empreendido esforços para desenvolver ações de internacionalização sem perder de vista sua contribuição para o aprimoramento do processo formativo e das pesquisas. A internacionalização, pela área de Serviço

Social, tem sido ainda um propósito encarado não apenas pelos cursos de pós-graduação, mas também pelas agendas das principais entidades da categoria. O tema da internacionalização tem sido recorrente nos grandes eventos da área, revelando uma preocupação crescente por parte de docentes e discentes.

Assim, nota-se que a área não tem compreendido a internacionalização puramente como exigência considerada como um dos critérios de qualidade na avaliação da CAPES, tanto é que, mesmo aqueles programas que ainda não alcançaram as notas de excelência, isto é, 6 ou 7 na classificação da CAPES<sup>3</sup>, e que não estão obrigados pela instituição que regula a pós-graduação a desenvolver ações de internacionalização, têm empreendido esforços para caminhar rumo à internacionalização. Nesse sentido, o Relatório da Avaliação Quadrienal 2021 da Área de Serviço Social evidencia que no período avaliado, isto é de 2017 a 2022:

Os PPG registraram, no quadriênio, vários tipos de intercâmbios nacionais e internacionais, tais como acordos de cooperação internacional e intercâmbio de docentes e discentes, estágio pós-doutoral de docentes permanentes no exterior, parcerias de pesquisa, estágio pós-doutoral de pesquisadores/docentes estrangeiros no Brasil, parcerias de pesquisa, professores da Área inseridos como visitantes em PPG de instituições no exterior, discentes realizando doutorado-sanduiche no exterior (PDSE), professores visitantes e discentes oriundos de outros países inseridos nos PPG da Área, dupla diplomação, missões de trabalho, realização

<sup>3</sup> A portaria nº. 122 de 5 agosto de 2021, em seu artigo 27, inciso II, estabelece os critérios e as condições que os programas devem atingir para serem considerados de excelência, ou seja, alcançar notas 6 (seis) ou 7 (sete). Nestes critérios constam as exigências que envolvem a internacionalização dos programas, a saber: inclusão das ações de internacionalização nos objetivos do programa, processo seletivo internacional, disciplinas em língua estrangeira, programas de cotutela, visibilidade internacional do programa (site em língua estrangeira), pesquisa e produção acadêmica com cooperação internacional, mobilidade acadêmica com instituições estrangeiras. Esta portaria foi alterada parcialmente em 2025, pela de nº. 39 de 27 de fevereiro de 2025, mas não houve qualquer mudança no que concerne à internacionalização.

de projetos conjuntos, promoção de eventos e cotutela. Destacase, também, a participação de docentes como conferencistas em eventos internacionais e de conferencistas estrangeiros em eventos realizados pelos PPG. (CAPES, 2021, p. 92)

A área tem apresentado uma diversidade de ações estratégicas para aprimorar a internacionalização, as quais variam conforme as especificidades dos programas e das regiões onde estão localizados. Na próxima seção este assunto será adensado.

### **3 A internacionalização nos Programas de excelência da área de Serviço Social: desafios e avanços**

Para abordar os desafios e os avanços da internacionalização na área de Serviço Social é preciso considerar a realidade de graves contrastes sociais (e econômicos) vivenciada no Brasil, sobretudo quando se observa a empreitada do ultraneoliberalismo da direita conservadora ocorrida mais intensamente na última década, sua ascensão ao poder pela via das eleições, assim como o cenário de regressão de direitos e a concomitante desconstrução da proteção social, que vinha sendo construída desde a promulgação da Constituição de 1988. Esta conjuntura, que foi agravada ainda mais em função da pandemia da Covid-19 entre 2020 e 2023, tem implicações perversas que rebatem na desvalorização da ciência e dos cientistas no país, assim como tem consequências danosas também para os/as assistentes sociais e para os seus espaços de trabalho/pesquisa. Assim, considerando este momento histórico, é mais que oportuno problematizar a internacionalização como elemento da excelência dos cursos de pós-graduação na área de Serviço Social.

Como ponto de partida, é imprescindível lembrar que, de longa data, a educação superior no país é bastante restrita. Conforme dados da PNAD (2022), o percentual da população com ensino superior completo

subiu de 17,5% em 2019 para 19,2% em 2022. A proporção de pessoas de 25 anos ou mais que concluíram o ensino médio, no mínimo, chegou a 53,2% em 2022, seguindo uma tendência de crescimento nos últimos anos. Quanto à raça, a PNAD (2022) registra que enquanto 60,7% dos brancos com pelo menos 25 anos de vida haviam finalizado o ensino médio, entre os pretos e pardos essa taxa foi de 47%. O levantamento mostra ainda que pretos e pardos com 25 anos ou mais estudam, em média, 1,7 anos a menos do que pessoas brancas. Na faixa etária entre 18 e 24 anos, 29,2% da população branca encontravam-se estudando em universidades no ano de 2022, entre as pessoas pretas e pardas essa taxa foi de 15,3%. Fica evidente a partir desses números que pessoas brancas têm mais anos de estudo que pretos e pardos e, sendo assim, os brancos são também os que mais chegam ao ensino superior. Os valores evidenciam que a educação superior ainda não está acessível à grande massa da população brasileira e reiteram as desigualdades sociais e étnico-raciais.

Outros números importantes para entender os desafios da internacionalização são da pesquisa da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), feita em 2018, sobre o perfil socioeconômico de estudantes de Graduação das Universidades Federais de Ensino Superior, a qual identificou que 70,2% dos estudantes de graduação têm renda mensal familiar *per capita* de 1,5 salários mínimos. Outro dado alarmante é que apenas 30% conseguem ter acesso a alguma política de assistência estudantil, sendo a alimentação a mais procurada e acessada por parte dos discentes (cerca de 17%).

Estes números não estão descolados das estratégias de internacionalização na pós-graduação na área de Serviço Social, até mesmo porque a área tem boa parte dos seus discentes oriundos de camadas mais empobrecidas da classe trabalhadora, ou seja, pessoas que não têm domínio de uma segunda língua e que, em geral, têm mais dificuldade para realizar mobilidade para o exterior, uma vez que são provedores da

família. Os discentes da pós-graduação da área de Serviço Social, tanto mestrandos como doutorandos, são, em grande maioria, discentes que necessitam de bolsas das agências de fomento para realizar o curso. Dados levantados pela pesquisa<sup>4</sup> desenvolvida pela ABEPSS no mesmo ano da pesquisa da ANDIFES, revelou que cerca de 51% dos discentes da pós-graduação da área de Serviço Social são os principais mantenedores da família, 17% disseram que é o cônjuge/companheiro/a o principal mantenedor, 12% afirmaram que é o pai/padrasto e 11% apontaram a mãe/madrasta. Do universo de 536 respostas, 69% informaram que tiveram que trabalhar durante a pós-graduação e não puderam se dedicar exclusivamente ao curso. Quanto à renda familiar, metade dos discentes disseram possuir rendas entre 1 e 5 salários mínimos, que à época era de R\$ 954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais). (ABEPSS, 2018).

Como mencionado anteriormente, para uma internacionalização exitosa é preciso conhecer o perfil de discentes e de docentes e as condições existentes na IES, bem como levar em conta tais elementos para a Autoavaliação e o Planejamento estratégico. Por isso, é válido reafirmar que não existe um único caminho rumo à internacionalização a ser considerado pelos programas de pós-graduação. A internacionalização consiste em um processo que deve ser customizado em consonância com a realidade de cada curso e com a particularidade da área.

Quanto aos discentes da Área de Serviço Social, o Relatório do Seminário de Meio Termo (2023) menciona que em 2022 havia 2.926 nos 36 programas em funcionamento nas cinco regiões do país, dentre os quais 1.839 mestrandos e 1.087 doutorandos, sendo 2.343 matriculados, 519 titulados, 47 desligados e 17 abandonos. Quanto à raça, foram identificados: 830 de cor branca, 510 pardos, 391 pretos, 17 indígenas e 10 de cor amarela.

<sup>4</sup> A coleta ocorreu entre os dias 04 e 30 de agosto 2018, por meio de questionário que ficou disponível em endereço eletrônico (site da ABEPSS). Foram 536 participações das/os pós-graduandas/os de todo o país, cerca de 30% do quantitativo de discentes da pós da área do Serviço Social.

É preciso destacar que 1.168 discentes não informaram a cor/raça. Quanto ao sexo, 2.265 (77,41%) são do sexo feminino e 661 (22,59%) do sexo masculino.

Quanto aos docentes dos Programas da área de Serviço Social, os quais, em grande parte, são professores com grande sobrecarga de trabalho e que também têm dificuldades com o domínio de uma segunda língua e com a disponibilidade para mobilidade. Conforme informações expostas no Relatório do Seminário de Meio Termo (2023) os docentes da área correspondem ao conjunto de:

657 professores, sendo 80,36% de docentes permanentes, 18,72% colaboradores e 0,91% de visitantes. Dos docentes, 175 foram titulados como doutores entre 2005 e 2009, seguidos de 167 titulados entre 2015 e 2019, 139 entre 2010 e 2014, 102 entre 2000 e 2004, 34 entre 1995 e 1999, 16 de 2020 a 2024, 16 entre 1990 e 1994, 6 entre 1985 e 1989 e 1 entre 1980 e 1984. Observa-se um corpo docente relativamente jovem em termos de titulação. (...). Os vínculos empregatícios estão assim distribuídos: 514 são servidores públicos, 77 são contratados pelo regime da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), 36 são colaboradores, 25 são aposentados e 5 possuem bolsa de fixação. A faixa etária do corpo docente está distribuída por 139 com idade entre 55 e 59 anos, 113 entre 50 e 54 anos, 94 entre 60 e 65 anos, 79 entre 45 e 49 anos, 77 entre 40 e 44 anos, 63 com 70 anos ou mais, 45 entre 35 e 39 anos, 41 entre 65 e 69 anos, 6 entre 30 e 34 anos. A composição por sexo é de 500 pessoas do sexo feminino (76,1%) e 157 do sexo masculino (23,9%). (Pinheiro, Senna, Lara, 2023, p. 12)

Um dado importante para analisar a mobilidade e sua relação com o financiamento é o uso de bolsas de discentes e docentes no exterior. No ano de 2024, conforme dados da CAPES (2024), a área fez uso bastante moderado de bolsas fora do país, sendo 29 bolsas de doutorado sanduíche (do universo de 6.290); de 2 de pós-doutorado (universo de 350); 3 de professor visitante Júnior (universo de 224); 8 bolsas de professor visitante

sênior (universo de 742). Certamente, o número pequeno de uso de bolsas se relaciona com o tamanho da área, que é uma das menores dentre as 50 reconhecidas pela CAPES, mas também com a concorrência que tem sido grande em decorrência do baixo financiamento.

Desse modo, e ainda no campo dos desafios, é preciso lembrar que o baixo investimento em ciência e tecnologia no Brasil ao lado da redução orçamentária continuada nas Universidades públicas são entraves de grande monta no campo da internacionalização. Tais fatos têm incentivado as parcerias para o desenvolvimento de projetos de pesquisa em cooperação tanto nacional como internacional. A este respeito Leher e Santos, (2023, p.13) enfatizam que “nos últimos cinco anos, o país vem conhecendo um encolhimento sistêmico das áreas de C&T e de P&D. O Brasil reduziu seus dispêndios no setor, passando de US\$30 bilhões em 2013 para um patamar inferior a US\$25 bilhões em 2018. Os gastos federais despencaram de US\$ 4,23 bilhões em 2015 para US\$ 3,17 bi em 2018”.

Os desafios rumo à internacionalização dos programas com baixos investimentos são enormes e a área de Serviço Social os tem enfrentado de forma combativa, criativa e inovadora, não abrindo mão da articulação com o projeto ético-político da profissão no Brasil, o qual se diferencia bastante, conforme a análise de Guerra (2009), do ponto de vista teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo do Serviço Social europeu e norte-americano, principalmente após o redirecionamento social fruto do Movimento de Reconsideração que perdurou entre a década de 1970 e 1990. Assim, o Serviço Social brasileiro, como bem assinala Mota (2013), tem construído uma cultura intelectual com inegociável unidade entre investigação e intervenção, entre teoria e prática, entre formação e trabalho, numa perspectiva crítica que o coloca como protagonista de uma produção de conhecimento reconhecida internacionalmente.

Para Yamamoto (2007), que é uma das pesquisadoras brasileiras mais reconhecidas internacionalmente, esse mesmo processo de produção

e ampliação do conhecimento tem se dado principalmente pelas pesquisas realizadas no âmbito da pós-graduação da área durante as mais de cinco décadas de existência dos cursos. A autora acrescenta que essa produção de conhecimento é espaço de luta, de resistência e de reafirmação da atualidade no projeto ético-político.

Nessa mesma lógica, queremos frisar que os processos de internacionalização empreendidos pelos programas da área de Serviço Social podem ser observados também como forma de fortalecimento das estratégias de resistência, na medida em que contribui para o aprimoramento da formação pós-graduada oferecida pelos cursos da área, para a qualificação dos docentes e para a difusão do conhecimento científico dentro e fora do país.

Merecem destaque as principais estratégias empregadas pelos programas de excelência da área de Serviço Social, as quais podem ser visualizadas no Quadro 1:

Quadro 1 – Ações de internacionalização identificadas na Avaliação Quadrienal 2021 para os programas da área de Serviço Social.

NOTAS/PROGRAMAS	AÇÕES DE INTERNACIONALIZAÇÃO
7/ (PUCSP E PUCRS)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Diplomação em cotutela</li> <li>- Estágios de pesquisa em instituições de ensino superior e centros de pesquisa</li> <li>- Rede de cooperação com universidades internacionais</li> <li>- Disciplinas ministradas em outros idiomas</li> <li>- Realização sistemática de eventos já consolidados</li> <li>- Pesquisas em rede (integradas)</li> <li>- Projeto interinstitucional</li> <li>- Missões docentes e discentes de trabalho</li> <li>- Produções bibliográficas e técnicas conjuntas</li> <li>- Participação em bancas</li> <li>- Participação em comitê assessor</li> </ul>

7/ (PUCSP E PUCRS)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Participação como avaliador de periódicos/ pareceristas</li> <li>- Participação como membro em conselho editorial de periódicos internacionais</li> <li>- Supervisão de estágio pós-doutoral de estudantes estrangeiros</li> <li>- Página eletrônica do programa disponibilizada em três idiomas</li> </ul>
6/ (UFES, UFMA, UFPE, PUCRIO, UERJ, UNB)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Missões docentes e discentes de trabalho</li> <li>- Rede de cooperação com universidades internacionais</li> <li>- Cursos, aulas, seminários e webconferências em outros idiomas</li> <li>- Redes de pesquisa</li> <li>- Pesquisa em rede</li> <li>- Produções bibliográficas e técnicas conjuntas</li> <li>- Realização sistemática de eventos já consolidados</li> </ul>

Fonte: Dados disponíveis na plataforma Sucupira, nas fichas de avaliação da Quadrienal/2021.

No período avaliado pela Quadrienal/2021 (2017–2020) o principal programa de incentivo à internacionalização na pós-graduação foi o Capes Print, o qual perdurou de 2018 até outubro/2024. Este programa não teve ampla cobertura nas instituições, ele selecionou 36 IES para fomentar, por meio de edital, no ano de 2017. As propostas não eram feitas por programa e sim por instituição e obrigatoriamente precisariam ser de abrangência interdisciplinar. Das IES que tiveram projetos aprovados, apenas 5 delas têm programas de excelência da Área de Serviço Social, sendo 1 instituição com programa com nota 7 e 4 instituições com programas nota 6. Ou seja, a maioria dos programas da área passou ao largo desta forma de financiamento para sua internacionalização. Sendo assim, é pertinente assinalar que a internacionalização na área exigiu inovações acadêmicas e captação de outros recursos por parte dos programas de pós-graduação.

## Considerações Finais

A internacionalização é um processo salutar e com grande capacidade de contribuição para a ciência brasileira, sua indução tem trazido bons resultados para os programas de pós-graduação, que podem ser muito mais ampliados em diversas áreas, inclusive nas áreas das humanidades, que nem sempre são tidas como áreas prioritárias pelos editais que privilegiam setores mais tecnológicos. Quanto à expansão das ações de internacionalização, é importante observar que se faz necessário estabelecer maior articulação com países da América Latina e Caribe, tendo em vista que estes não aparecem na lista dos 10 países mais procurados pelos brasileiros. Sabemos que a proximidade geográfica, cultural e da língua entre estes e o Brasil podem ser fatores facilitadores, desde que haja maior estímulo para que isso ocorra. Recentemente, em 2024, a Capes tem incentivado as colaborações com a América Latina e Caribe por meio dos programas Move La América e CAPES/AUGM que envolve a Associação de Universidades do Grupo de Montevidéu.

Como vimos, a internacionalização da pós-graduação em Serviço Social tem sido fruto de estratégias que buscam expandir horizontes acadêmicos, fortalecer a produção de conhecimento a partir da perspectiva crítica da sociabilidade burguesa e fundamentalmente lapidar a formação ofertada aos discentes e aprimorar a qualificação de docentes.

O Serviço Social como área de produção de conhecimento, que assumiu esse protagonismo na perspectiva crítica, deve considerar também o compromisso de pensar os desafios e possibilidades da internacionalização como um processo que não deve apenas replicar modelos globais de educação superior, mas também questioná-los, adaptando-os às realidades locais e às necessidades nacionais. Essa abordagem é especialmente relevante para o Serviço Social, cuja tradição crítica se alinha com a lógica

de construir nexos entre contextos globais e locais, sem perder de vista as especificidades sociopolíticas brasileiras.

A internacionalização da pós-graduação brasileira, muitas vezes, reflete a lógica neoliberal que prioriza métricas de produtividade e competitividade em detrimento de uma formação comprometida com o desenvolvimento social. Na contramão disso, a área de Serviço Social está preocupada com a necessidade de mecanismos que favoreçam a inclusão, a reciprocidade, a solidariedade, a cooperação e a troca de conhecimentos entre países, em vez de apenas reproduzir relações de dependência acadêmica e científica. No âmbito do Serviço Social, isso significa articular a formação de pós-graduandos para perceber as expressões da questão social, evidenciando as causas das desigualdades sociais e os impactos do capitalismo global para as condições de vida da classe trabalhadora, assim como mostrar de que forma o trabalho profissional pode contribuir para a emancipação de homens e mulheres na atualidade.

A internacionalização da pós-graduação em Serviço Social, guiada pela perspectiva crítica, pode se tornar uma ferramenta poderosa para enfrentar as desigualdades globais e fortalecer as lutas locais. Isso requer um compromisso contínuo com a produção de conhecimento, com o fortalecimento de redes de pesquisa colaborativa e com a promoção de políticas educacionais que reconheçam a importância das experiências e saberes locais na construção de soluções globais para as expressões da questão social. Por fim, reafirmamos que a internacionalização da área é estratégica para fortalecer a perspectiva crítica do Serviço Social brasileiro e assim influenciar os processos de formação e atuação profissional no mundo a partir do referencial intelectual concebido e praticado no Brasil.

## Referências

- ABEPSS. **Relatório da Pesquisa sobre o perfil discente de pós-graduação em Serviço Social**. 2018. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/arquivo-2-pesquisa-abepss-202004021016188712970.pdf>. Acesso em: 13 mar. de 2025.
- ANDIFES. Disponível: **5ª. Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos/as Graduandos/as das IFES 2018**. <<https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>>. Acesso em: 4 mar. 2025.
- CAPES. **VI PNPG (2011-2020)**. 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/pnpg-2005-2010-pdf>. Acesso em: 8 mar. 2025
- CAPES. **Relatório GT Internacionalização**, 2019. Disponível em: Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/2020-01-03-relatorio-gt-internacionalizacao-pdf#:~:text=A%20proposta%20do%20GT%20%C3%A9,seus%20horizontes%20de%20in%2D%20ternacionaliza%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 08 mar. 2025
- CAPES. **Relatório de Avaliação Quadrienal 2017-2021 da Área 32 – Serviço Social**. Brasília:
- CAPES, 2021. 119p. Disponível em: [https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/19122022\\_RELATORIO\\_AVALIACAO\\_QUADRIENAL\\_comnotaServioSocial.pdf](https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/19122022_RELATORIO_AVALIACAO_QUADRIENAL_comnotaServioSocial.pdf). Acesso em: 08 mar. 2025.

CAPES. **Portaria no. 122 de 5 agosto de 2021**. Consolida os parâmetros e os procedimentos gerais da Avaliação Quadrienal de Permanência da pós-graduação stricto sensu no Brasil. Disponível em: <https://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detallar?idAtoAdmElastic=6742>. Acesso em: 18 mar. 2025.

CAPES, **VII PNPg (2024-2028)**. 2023 (Minuta). Disponível em: [chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/19122023\\_pnpg\\_2024\\_2028.pdf](chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/19122023_pnpg_2024_2028.pdf). Acesso em: 18 fev. 2025

CAPES. **Relatórios de Gestão de 2011 a 2024**. 2024. Disponíveis em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-de-gestao/demais-processos-de-contas-anuais>. Acesso em: 1 mar. 2025

CAPES. **Painel de Monitoramento e Indicadores da Capes**. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/painel-de-monitoramento-e-indicadores>. Acesso em: 18 mar. de 2025.

GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, v. 1.

IAMAMOTO, Marilda. **Serviço Social em Tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.

IBGE, **Pnad Contínua**, 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2023-06/ibge-revela-desigualdade-no-acesso-educacao-e-queda-no-ganalfabetismo#:~:text=O%20percentual%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20com,essa%20taxa%20foi%20de%2047%25>. Acesso em: 15 jan. 2025.

LEHER, Roberto; SANTOS, Maria Rosimary Soares dos. Geoeconomia política do conhecimento e os desafios para a internacionalização da pós-graduação. **Argumentum**, v. 15, n. 2, p. 8–21, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/40987/28048>. Acesso em: 5 mar. 2025.

MOTA, Ana Elisabete. Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 16, n. esp., jun./set. 2013.

PRATES, Jane Cruz. O processo de internacionalização na Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 18, n. 2, p. e36784–e36784, 2019.

PINHEIRO, Hamida Assunção; SENNA, Mônica de Castro Maia; LARA, Ricardo. **Relatório do Seminário de Meio Termo do Serviço Social Área 32**. Capes, 2023. Disponível em: [https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/colegio-de-humanidades/ciencias-sociais-aplicadas/ServioSocial\\_Relatrio\\_SMT\\_32verso2.pdf](https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/colegio-de-humanidades/ciencias-sociais-aplicadas/ServioSocial_Relatrio_SMT_32verso2.pdf). Acesso em: 1 mar. 2025.

PINHEIRO, Hamida Assunção; SENNA, Mônica de Castro Maia; LARA, Ricardo. A pós-graduação stricto sensu brasileira na Área de Serviço Social: avanços e desafios em uma era de austeridade. **Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 3, n.56, set./dez. 2024.

SBPC, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, 2017. **O fim do Ciência sem Fronteiras depois de R\$ 13 bilhões investidos em bolsas no exterior.** Disponível em: <https://portal.sbpcnet.org.br/noticias/o-fim-do-ciencia-sem-fronteiras-depois-de-r-13-bilhoes-investidos-em-bolsas-no-exterior/>. Acesso em: 1 mar. 2025.

TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira; ARAÚJO, Arrilton; LIMA, Marcus Eugênio Oliveira; SANTOS, Maria de Fátima de Souza; BORGES, Lúvia de Oliveira; TEODORO, Maycoln Leôni Martins. **A internacionalização dos programas de pós-graduação do Brasil.** In: TOMANARI, Gerson Yoki; SANTOS, Acácia Angeli dos; MOURÃO, Luciana. São Paulo: Vetor Editora, 2023.

## **PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: DESAFIOS DA INTERNACIONALIZAÇÃO E SEU FINANCIAMENTO**

*Solange Maria Teixeira*

A internacionalização da pós-graduação e a pesquisa em redes no Brasil é um processo complexo, não se refere exclusivamente a intercâmbio acadêmico de discentes da pós-graduação; ela reflete as prioridades políticas e econômicas do país nas relações com as classes dominantes, os direcionamentos das instituições de financiamento da pesquisa e seus critérios de inclusão e exclusão de áreas, temas de pesquisas, demanda por edital, dentre outras.

No campo das Ciências Sociais Aplicadas, no qual se situa o Serviço Social, essa exigência de modernização pela via da internacionalização e pesquisas em rede, enfrenta barreiras estruturais significativas, principalmente no que diz respeito à escassez de recursos e/ou baixa destinação deste pela concorrência/demanda, expressão das áreas tidas como prioridade, como as de tecnologias e inovação de produtos, reproduzindo as profundas desigualdades regionais e sociais, considerando a concentração de mulheres pesquisadoras nas áreas das Ciências Humanas e Sociais.

O problema central que este capítulo levanta é: existe internacionalização real sem um orçamento sólido e sem o enfrentamento das assimetrias que marginalizam determinados sujeitos e regiões dentro do sistema científico nacional?

O objetivo deste artigo é problematizar as exigências da internacionalização na pós-graduação, assim como as pesquisas em redes

com equipes envolvendo estrangeiros. Essa problematização se funda em dois desafios que independem da adesão e boa vontade dos programas de pós-graduação e seus docentes pesquisadores: i) o financiamento; ii) as assimetrias na alocação dos recursos disponíveis.

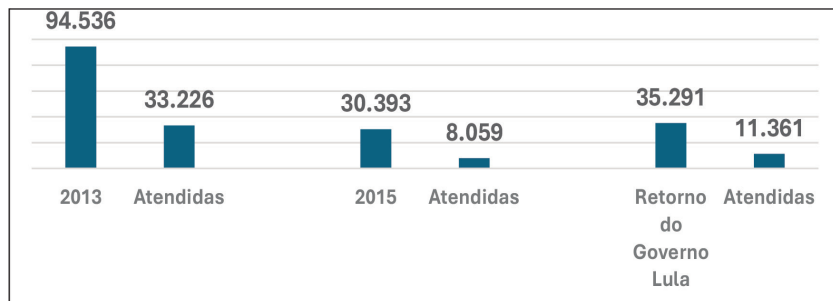
## 1 O Obstáculo do Financiamento e o Histórico Recente

O financiamento é o motor da ciência, mas o Brasil vive um cenário de instabilidade desde 2015. Após atingir um patamar de quase **R\$ 14 bilhões** naquele ano, o orçamento para ciência e tecnologia sofreu cortes drásticos e contingenciamentos, como nos anos de 2019 a 2021, reduzido a 1,3 bilhões. A retomada dos investimentos na pesquisa, desde 2023 ainda não alcançou o período auge dos investimentos.

No Serviço Social, a situação é ainda mais restrita: a área é pequena, possui poucas bolsas de produtividade (PQ) e enfrenta dificuldades extras para aprovar projetos em editais específicos como o universal, quando são editais específicos de financiamento de pesquisas envolvendo redes, com Comitês interdisciplinares o acesso é ainda mais reduzido.

Como se percebe no gráfico abaixo, nem a demanda e nem o financiamento da pesquisa no Brasil se ampliaram nos anos recentes.

Gráfico 1 – Demanda por financiamento



Fonte: Dados abertos do CNPq

Durante gestões do governo Temer e Bolsonaro, houve a valorização das áreas tecnológicas, com objetivos de gerar patentes, o que prejudicou as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, que muitas vezes não eram reconhecidas como “ciências” por comitês avaliadores de outras áreas. Nestes governos, os critérios de participação em pesquisas em rede internacionais, internacionalização da pós-graduação eram cobrados e utilizados para avaliar, porém, os investimentos foram os menores de séries históricas e reduzidos a determinados grupos científicos.

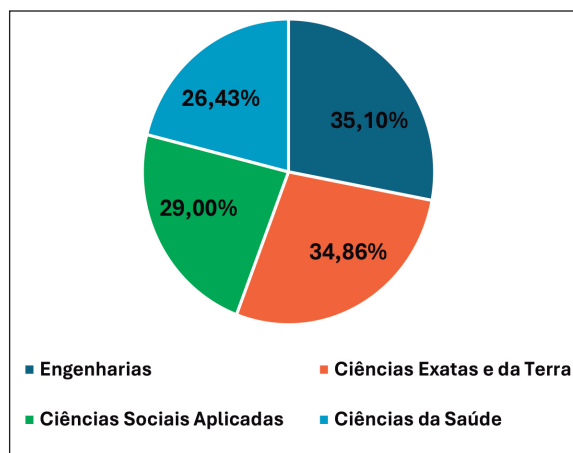
Atualmente, embora haja uma tentativa de retomada, o Brasil investe apenas **1% de seu PIB** em ciência, ficando atrás de países como Coreia do Sul, Japão e Estados Unidos.

#### **a) Assimetrias Regionais e Institucionais**

As desigualdades na distribuição de bolsas de pesquisas no Brasil são latentes. O Sudeste concentra a vasta maioria dos recursos (**70%** em certas modalidades), enquanto o Norte e o Nordeste têm fatias menores. Embora existam políticas de correção, que reservam **30% das bolsas** para essas regiões, o progresso é ainda lento. Ressalta que a internacionalização não pode ser baseada apenas em esforços individuais dos docentes, que muitas vezes pagam traduções e taxas de publicação do próprio bolso, mas deve ser uma política institucional que considere as disparidades entre as universidades, regiões e visem corrigi-las.

As desigualdades também são entre áreas, sendo as ciências da terra, agrárias, engenharias e outras as que concentram o uso e destinação dos recursos, conforme mostra o gráfico abaixo.

Gráfico 2 – Áreas com maior percentual de aprovação de propostas em 2020



Fonte: Dados abertos do CNPq

Desde 2023 há uma política e mudanças nas instituições de financiamento visando dar visibilidade a estas desigualdades e corrigi-las, porém, só podem ser minimizadas após décadas da ação desta política, ameaçada pelo retorno da extrema direita no país.

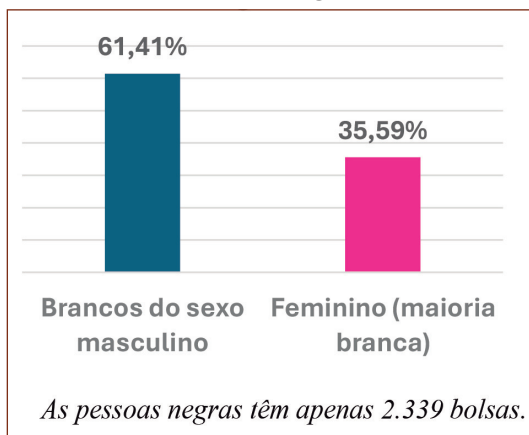
### b) Desigualdades de Gênero e Étnico-Raciais

O sistema de pesquisa brasileiro reproduz uma pirâmide social de privilégios. Segundo Birole e Miguel a pirâmide das desigualdades no país tem na base mulheres negras, seguida dos homens negros, mulheres brancas e, no topo, os homens brancos. No financiamento da pesquisa esse topo são homens brancos, das ciências exatas, do Sudeste.

Nas bolsas de produtividade e sua distribuição entre os concorrentes, no topo das bolsas de maior prestígio (PQ 1A), encontram-se predominantemente homens brancos. O “efeito tesoura” é visível: as mulheres são maioria na pós-graduação e nas bolsas de entrada (PQ 1A),

mas sua representação cai drasticamente à medida que a carreira avança, que as pesquisadoras ganham maturidade e reconhecimento. Os dados de 2023 mostram:

Gráfico 3 – Dados sobre o gênero dos bolsistas



As pesquisadoras mulheres detêm cerca de **35,6%** das bolsas financiadas pelo CNPq, um crescimento ínfimo em 20 anos, apontam os dados de 2023.

A desigualdade racial se soma à de gênero, tornando a situação ainda mais restritiva e pouco inclusiva. Pessoas pretas detêm apenas **2,8%** das bolsas, e a representação indígena caiu para **0,44%** em 2023. O topo da pirâmide da meritocracia na pesquisa e bolsa de produtividade, se expressa no fato de que nenhuma mulher negra, até 2023, nem indígena ou outra etnia, acessou a bolsa de produtividade PQA.

A crítica estende-se à resistência institucional em adotar cotas raciais de 30% a 20% nas bolsas de produtividade, limitando-se atualmente a usar o critério racial apenas como desempate, o que é insuficiente para alterar a estrutura de poder acadêmico.

## 2 Internacionalização e o Perigo do Neocolonialismo

A internacionalização como se ressaltou neste capítulo enfrenta barreiras estruturais, históricas, pela reprodução da pirâmide das desigualdades sociais. Porém, as áreas se mobilizam para construir alternativas, fortalecer contatos na América Latina, como é o caso do Serviço Social brasileiro que se destaca no Continente e no mundo pela renovação e adesão à perspectiva marxista desde o Movimento de Reconceituação nos anos de 1980 e na sua consolidação com o Projeto Ético-Político de base marxista, educação pública e de qualidade, enfrentamento das desigualdades sociais, democracia, tendo como horizonte a emancipação humana.

As iniciativas de internacionalização em todas as áreas e mais especificamente no Serviço Social deve ser pautada pela ética e pela cooperação horizontal. Deve enfrentar o risco do “neocolonialismo”, onde pesquisadores brasileiros servem apenas como base para dados de instituições do Norte Global, sem uma reciprocidade real na produção intelectual.

A alternativa proposta é o fortalecimento dos laços com a América Latina e a África, focando em realidades locais similares de capitalismo periférico dependente e em fundamentos teóricos que respeitem as soberanias nacionais e as expertises de nossos intelectuais.

### Conclusão

Em suma, a internacionalização da Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil é um desafio que exige resistência e vontade política. Superar esse cenário requer mais do que apenas “vontade individual”; demanda a recuperação do orçamento público, a implementação rigorosa de ações afirmativas para mulheres e pessoas negras/indígenas e a descentralização dos recursos para as regiões Norte e Nordeste.

A internacionalização só será plena quando não for um privilégio de poucos, mas uma ferramenta de intercâmbio com soberania e expertise, que reflita a diversidade e a riqueza da produção científica brasileira.

## Referências

BIROLI, F; MIGUEL, L. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **Mediações**, Londrina, v. 20, n. 2, p. 27–55, jul./dez. 2015.

CNPQ. Dados abertos, 2025.

PARENT IN SCIENCE. As Bolsas de Produtividade em Pesquisa: uma Análise do Movimento Parent in Science. Porto Alegre: Parent in Science, 2023. Disponível em: [www.parentinscience.com/documento](http://www.parentinscience.com/documento).

# EXPRESSÕES DA “QUESTÃO SOCIAL” NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: DESAFIOS À PÓS-GRADUAÇÃO E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

*Joana Valente Santana*

“Da eternidade venho.  
Dela faço parte,  
desde o começo da vida  
dos que me fizeram ser  
até chegar ao que sou.  
Transporto com a minha vida  
a eternidade do tempo.  
Menino deslumbrado com as águas,  
os ventos, as palmeiras, as estrelas,  
prolonguei sem saber a eternidade  
que neste instante navega  
no meu sangue fatigado”  
Thiago de Melo (Da Eternidade. Da obra  
“De uma vez por todas”, 1996)

O presente capítulo resulta das reflexões apresentadas na mesa “Pesquisa, produção do conhecimento e a particularidade da “questão social” na Amazônia: desafios à internacionalização”<sup>1</sup>, durante o I

---

<sup>1</sup> A mesa foi compartilhada com os professores doutores Sérgio Andrés Quintero Londoño (Universidade de Caldas, Colômbia) e Patrício Azevedo Ribeiro (Universidade Federal do Amazonas/UFAM, Brasil).

Seminário Internacional “Formação, Pós-Graduação e Internacionalização em Serviço Social: a Amazônia e os desafios contemporâneos”, ocorrido na cidade de Belém(Pará), no período de 04 a 06 de julho de 2024.

A referida mesa teve o propósito de evidenciar e problematizar elementos históricos e contemporâneos das expressões da “Questão social” na Amazônia, enfatizando as relações étnico-raciais, bem como analisar a pós-graduação e produção do conhecimento do Serviço Social, discutindo os desafios e estratégias de internacionalização, particularmente na Amazônia internacional.

As reflexões do capítulo são apresentadas em duas sessões, além desta introdução. A primeira apresenta argumentos sobre a Amazônia brasileira, expansão capitalista e expressões da “Questão Social”. A segunda aponta alguns desafios e estratégias para o fortalecimento da Pós-Graduação e produção do conhecimento da Área do Serviço Social na Amazônia, seguida das considerações finais.

## **1 Amazônia brasileira, expansão capitalista e expressões da “questão social”**

O modo de produção capitalista realiza crescentemente a barbárie. A crise estrutural do capital, as tentativas de saída de crise e a busca desenfreada do lucro se expandem na mesma proporção em que se expande a fome, a pobreza, a desigualdade social, o desemprego, o subemprego, o racismo estrutural, a morte das pessoas pretas e pessoas trans, o feminicídio, as várias formas de violência contra as mulheres e crianças, o desemprego de pessoas idosas em situação de rua, o preconceito às pessoas com deficiência, a guerra, o genocídio, o etnocídio, a migração, os deslocamentos forçados, a destrutividade ambiental, a violência, os conflitos pela terra, dentre outros. Mas se expandem, também, inúmeras formas de luta pela vida humana, outras formas de vida e em defesa da natureza.

A apropriação dos territórios pelo detentores do capital, a exploração da força de trabalho, a busca por recursos naturais e a destruição da natureza, orientadas pela lógica do lucro, foram realizadas por meio de um projeto histórico colonizador, ancorado na escravidão dos povos das Américas, África e Ásia. Este projeto foi estruturado pela dominação de classe, étnico-racial, patriarcal, religiosa, provocando a destruição do modo de vida dos habitantes desses territórios, como é o caso do Brasil e da Amazônia.

A Região Amazônica sintetiza uma particularidade histórica que expressa a disputa pelo uso e ocupação de seu território. Daí que a história contada a partir do pensamento dominante precisa ser questionada e recontada. Do ponto de vista histórico de sua invasão e ocupação, a Amazônia não era (e não é) somente um gigantesco território de flora e fauna.

Se pensarmos em grandes temporalidades da história, a ocupação do continente americano antecede, enormemente, a história hegemônica, que esconde, caricaturiza e apaga a existência dos povos originários e comunidades tradicionais que são seres humanos ocupantes e viventes no território amazônico. Conforme afirma Marques (2019), a invasão europeia provocou uma alteração nas condições de reprodução social e a destruição de culturas e tecnologias das sociedades humanas originárias.

Atualmente, a Amazônia possui uma complexa diversidade e abrange uma área total aproximada de 7 milhões de km<sup>2</sup>, onde se localiza a Floresta Amazônica e se estende por nove países da América do Sul: Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Guiana Francesa e Suriname. A Bacia Amazônica é a maior bacia hidrográfica do mundo. A maior parte da Amazônia está localizada no Brasil, denominada oficialmente de Amazônia Legal, que ocupa 58,93% do território brasileiro e abrange nove estados da federação: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Tocantins, Rondônia, Roraima (Região Norte). Além destes, também

abrange o estado do Mato Grosso (Centro Oeste) e parte do Maranhão (Nordeste).

Nos 9 estados da Amazônia Legal vivem, aproximadamente, 27.790.232 pessoas (IBGE, 2022) distribuídas em 772 municípios, em uma complexa e diversa rede urbana formada por grandes, médias e pequenas cidades, vilas, aldeias, ilhas. São trabalhadores(as) extrativistas, agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais, quilombolas, que estão na cidade, no campo, na floresta e nas águas, distribuídos(as) em áreas urbanas e rurais.

Vale destacar que a “população indígena residente no Brasil é de 1.693.535 pessoas, correspondendo a 0,83% da população total levantada pelo Censo Demográfico 2022”, com a maior concentração nas regiões Norte (753.357 pessoas) e Nordeste (528.800 pessoas). Essas duas regiões (Norte e Nordeste) “concentram 75,71% da população indígena residente no País”, sendo que o estado do Amazonas concentra o maior número de pessoas indígenas (490.854), o que corresponde 28,98% da população indígena brasileira (IBGE, 2023a, p. 89/90).

Por sua vez, os dados do Censo Demográfico de 2022, demonstram que “a população quilombola residente no Brasil é de 1.327.802 pessoas, correspondendo a 0,65% da população brasileira (IBGE, 2023b, p. 76), sendo que dois estados da Amazônia Legal (Maranhão e Pará) ocupam o segundo e o quarto lugares, respectivamente, no que se refere ao quantitativo de pessoas quilombolas (269.074 e 135.033 pessoas).

Esses dados revelam a diversidade dos sujeitos que habitam a Amazônia Legal e sinalizam a luta pela existência e a resistência em serem reconhecidos em sua diversidade humana e direitos sociais.

A Amazônia brasileira se insere nos processos universais de produção e reprodução do capitalismo, assentada na produção coletiva e social e na apropriação privada da riqueza produzida, sendo, portanto, mediada a processos particulares de seu processo histórico. Esta

particularidade, necessariamente, porta processos singulares e universais das relações sociais capitalistas, coloniais, racistas e patriarcais.

Nádia Fialho, uma das pesquisadoras de referência no estudo da “questão social” na Amazônia brasileira, em texto publicado em coautoria com Maria Elvira Sá (2021), reitera a necessidade de se apreender a “questão social” na Amazônia a partir de uma perspectiva de totalidade, sendo necessário apreender a região em sua inserção particular no contexto da acumulação capitalista, dado que diferentes frações do capital necessitam buscar matérias-primas e/ou recursos locais, imprescindíveis ao processo produtivo<sup>2</sup>. (Fialho Nascimento; Sá, 2021).

A propósito, Varela (2022) destaca a necessidade imperiosa do capital em adquirir metais raros por suas propriedades óticas, químicas e magnéticas, os quais são essenciais para a produção de várias mercadorias de nova geração como baterias de carros, indústria aeroespacial, robótica etc. Para a autora, são seis os metais industriais mais produzidos no mundo, a saber, o ferro, alumínio, cromo, cobre, manganês e zinco, os quais são produzidos principalmente na China, Rússia, Índia, Brasil, EUA, Canadá, Austrália, África do Sul, Cazaquistão e Turquia. Por sua vez, nenhum país europeu produz esses metais, sendo esse, segundo a autora, um dos fatores da Guerra na Ucrânia.

Não há como sinalizar, nos limites desta reflexão, os vários projetos econômicos desenvolvidos na Amazônia brasileira desde o período da colonização, assim como não é possível citar os vários planos

<sup>2</sup> “Sob a ótica das elites locais e nacionais, estes grandes empreendimentos econômicos passaram a representar o desenvolvimento da Região, o que se constitui, a nosso ver, na aparência do fenômeno, impedindo que se veja a sua essência, a internacionalização do capital. As empresas transnacionais aqui instaladas, beneficiadas por aquela política de incentivos fiscais e outros benefícios deste período de desregulamentação, privatização e flexibilização, organizam a produção de matéria-prima a baixo custo (força de trabalho, energia subsidiada, infraestrutura oferecida pelo Estado, fiscalização ambiental incipiente e etc.), remetendo-a aos países hegemônicos, nos quais é processada e tornada mercadoria, alimentando, assim, o ciclo de produção e acumulação de capital (...) (Fialho Nascimento; Sá, 2021, p. 386).

governamentais do Estado brasileiro, tanto de colonização dirigida à Amazônia e financiamento às empresas capitalistas. Mas é importante sinalizar, conforme demonstra Fialho Nascimento (2012) que a partir da década de 1970, avança a instalação dos grandes empreendimentos econômicos capitalistas, o que contribuiu para a “expropriação do nativo, que foi perdendo aquilo que lhe permite a reprodução das suas condições materiais de existência – a terra e os espaços da natureza” (Fialho Nascimento, 2012, p. 177). Assim, os nativos (chamados caboclos), descendentes dos indígenas, passam a ser expropriados pelos interesses do capital, pois a

partir do momento em que o capital expropria o homem de seus meios de produção, transformando em capital os meios de subsistência e de produção, converte os produtores diretos em assalariados, subvertendo a lógica nativa e transformando a terra em terra de negócio” (Fialho Nascimento, 2012, p. 178).

De acordo com Teixeira (2008), a gênese histórica da “questão social” na Amazônia somente pode ser apreendida em sua processualidade histórica mediada, inicialmente, pela expansão do capital mercantil, com o saque dos recursos naturais e a exploração da força de trabalho indígena, do caboclo, dos negros e dos migrantes pobres. Posteriormente, a expansão do processo de acumulação capitalista amplia as dimensões da propriedade privada confrontando-se com a propriedade comunal dos indígenas, dos caboclos, dos quilombolas e outros povos tradicionais, alterando a forma de produção tradicional e comunal com a ocupação e/ou apropriação de territórios. Na sequência, expandem-se no território amazônico, as indústrias de capital transnacional e monopolista, as empresas mínero-metalúrgicas, que passaram a incorporar a força de trabalho assalariada, com o apoio irrestrito do Estado. Para a autora:

Os povos da floresta (seringueiros, castanheiros, ribeirinhos, extratores, pescadores, caboclos, índios, no espaço regional “em si”, não são e nem seriam pobres, nem miseráveis, nem “excluídos”, se pudessem continuar com a livre apropriação dos produtos do mar, do rio ou da floresta, e se não tivessem sido separados da terra ou expulsos dos melhores sítios da coleta ou dos cardumes. (...) Os trabalhadores amazônidas seriam no máximo típicos, mas não pobres. O movimento do capital, sim, tornou-os mais do que pobres, tornou-os miseráveis. (Teixeira, 2008, p. 145).

No período atual, no processo da divisão internacional do trabalho, a Amazônia ocupa a posição de exportadora de matérias-primas e importadora de produtos industrializados, tendo alto grau de desigualdade social (Marques, 2019).

O estado brasileiro vem apoiando irrestritamente, mas não sem contradições, os processos de ocupação ou invasão do território amazônico em favor dos interesses das frações de classe dominante e o tem feito com a produção da grande infraestrutura física e do financiamento ao grande capital na Amazônia. Lojkine (1997) e Harvey (2005) analisam, nesta direção, o papel do estado na produção dessa infraestrutura física como forma de contribuir com a produção de mercadorias e extrair mais valor da força de trabalho, na busca de saídas para a crise do capital.

Se essa é uma ação recorrente do Estado capitalista em nível mundial e nacional, na Amazônia, a priorização dos gastos estatais às empresas capitalistas em detrimento dos interesses dos trabalhadores e das trabalhadoras, toma formas agravadas, expressando a desigualdade no acesso aos recursos públicos na Região.

Santos e Silveira (2003), tomando como referência as configurações da divisão social e territorial do trabalho no âmbito da produção e reprodução (material e imaterial) das relações sociais no capitalismo contemporâneo, afirmam que esta divisão produz uma hierarquia entre os lugares, motivo pelo qual a ciência, a técnica e a informação são

produzidas e distribuídas no território em função dos interesses do capital. Por esse motivo, o território brasileiro, acompanhando o movimento da globalização da economia capitalista, passou por modificações produtivas referentes a infraestruturas de irrigação, barragens, ferrovias, portos, aeroportos, rodovias, hidrovias, telecomunicações, instalações de energia elétrica, dentre outros.

Os(as) autores(as) destacam que pedaços do território são modernizados e os lugares são escolhidos e justificados por um “discurso eficaz sobre o desenvolvimento, a criação de empregos diretos e indiretos, as indústrias de autopeças, a exportação” (Santos; Silveira, 2003, p. 112–113). E mais, esse processo é feito com alto custo para a sociedade, pois ocorre uma “drenagem de recursos sociais para a esfera do setor privado” visto que a “busca fundamental e desesperada (...) é a procura de um lucro, uma mais-valia, que deve ser sempre maior do que no minuto anterior” (Santos; Silveira, 2003, p. 296).

Os(as) referidos(as) autores(as) afirmam, ainda, que por conta desse processo o sistema de cidades é seletivo e desigual, e por esse motivo, “as cidades pequenas e médias acabam beneficiadas ou, ao contrário, são feridas ou mortas em virtude da resistência desigual dos seus produtos e de suas empresas face ao movimento da globalização” (Santos; Silveira, 2003, p. 281).

Nessa perspectiva, se as cidades pequenas são feridas ou mortas, o que dizer da espacialidade amazônica, formada em sua maioria por pequenas cidades, com a existência de vilas, ilhas, aldeias? Qual o interesse do estado em produzir e ofertar infraestrutura como portos, aeroportos, hidrovias, transporte fluvial de qualidade, escolas e universidades públicas de qualidade, rede de hospitais e postos de atendimento de saúde e casas para moradores das florestas, dos rios, de pequenas cidades? Qual o lugar dessas pequenas localidades na divisão social e territorial, mediadas à divisão étnico-racial, sexual do trabalho? Qual a importância, por exemplo,

do trabalho de extrativistas (como os coletores de açaí, pescadores artesanais, catadores de caranguejo), mulheres quebradeiras de coco, pequenos produtores rurais, agricultores(as) familiares, produtores(as) de farinha de mandioca, trabalhadores(as) que fazem a travessia de passageiros em pequenos barcos pelos rios da Amazônia, carvoeiros, pequenos(as) artesãos e artesãs no circuito da produção do valor?

Netto (1996) afirma que, apesar de não se restringir a esse elemento, a funcionalidade “essencial da política social do Estado burguês no capitalismo monopolista se expressa nos processos referentes à preservação e ao controle da força de trabalho – ocupada, mediante a regulamentação das relações capitalistas/trabalhadores” (Netto, 1996, p. 27). Seguindo essa afirmação, podemos inferir que, na particularidade amazônica, os sujeitos dispersos na grande territorialidade dessa Região, recebem menor oferta de serviços sociais públicos porque sua força de trabalho é menos funcional ao processo de acumulação capitalista.

Trindade Junior, Leite e Oliveira (2021) analisaram setenta produções acadêmicas (dissertações de mestrado e doutorado) de diferentes Programas de Pós-Graduação no Brasil que interpretaram a Amazônia, com base na construção teórica de Milton Santos, estudos esses que investigaram a problemática da região em seis estados da Amazônia (Pará, Amapá, Roraima, Amazonas, Acre e Rondônia).

Sinteticamente, os autores demonstram, seguindo a construção teórica de Milton Santos, que na particularidade da região Amazônica, os tempos rápidos do capitalismo incidem em formações socioespaciais caracterizadas por tempos lentos “que ainda regem parcelas importantes da produção e da reprodução da sociedade regional.” (Trindade Junior, Leite e Oliveira, 2021, p. 124). Assim, relacionados à dinâmica dos tempos rápidos do capitalismo na Região, o estudo em questão demonstra uma variada produção de infraestrutura física, vinculada ao circuito superior da economia, como suporte aos fluxos globais da economia capitalista e

que respondem, *grosso modo*, à produção da monocultura da soja, extração mineral, pecuária intensiva, setor madeireiro, expansão da produção do dendê e a produção de energia (hidroelétricas).

A produção da infraestrutura em grande escala, vinculada ao circuito superior da economia, convive com a presença do circuito inferior da economia, expressando a diversidade dos modos de vida e as dinâmicas de tempo lento, como a pequena produção agrícola nos assentamentos rurais; alternativas marginais de transporte terrestre; forma tradicional de navegação fluvial (Acre e Rondônia); as festas de aparelhagens, vinculadas à economia do tecnobrega; serviços de transportes alternativos (mototáxis, bicitáxis); feiras livres do circuito inferior com a preservação da floresta pela venda dos produtos do agro extrativismo; transporte fluvial intermunicipal utilizado por comunidades rurais, dentre outros.

Diante dessa realidade, pergunta-se quais as expressões da “Questão social” na Amazônia, articulados às relações étnico-raciais e patriarcais na vida dos sujeitos que vivem na Região?

Em 2021, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), publicou um documento intitulado “Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira”. O estudo demonstra que as regiões com os maiores níveis de desigualdade do país são as regiões Norte e Nordeste.

Em relação ao mercado de trabalho por grupos populacionais específicos, que compreende os dados desagregados por cor ou raça, sexo, nível de instrução e grupos de idade, o IBGE revela que em nível regional as maiores vulnerabilidades foram encontradas na Região Nordeste, seguida pela Região Norte. “Nos grupos específicos, mulheres, pessoas pretas ou pardas, jovens e a população com menor nível de instrução apresentaram indicadores mais desfavoráveis.” (IBGE, 2021, p. 22).

Quanto à ocupação e atividades econômicas, com exceção de Mato Grosso, todos os estados da Amazônia Legal estão abaixo do rendimento

médio do trabalho principal das pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas do Brasil. E mais: a “informalidade, em termos espaciais, é preponderante nas Regiões Norte e Nordeste”. Em 2020, a proporção de trabalhadores em ocupações informais alcançou 59,1% na Região Norte e 53,1% na Região Nordeste (IBGE, 2021, p. 30). Além disso, menores rendimentos médios domiciliares *per capita* de 2020 foram encontrados nas Regiões Norte (R\$ 896) e Nordeste (R\$ 891) (IBGE, 2021).

Em relação à saúde, os piores indicadores na proporção de médicos por 1.000 habitantes encontram-se na Região Norte e três estados da Amazônia Legal (AM, PA, AP) concentram as menores quantidades de leitos por 1.000 habitantes no Brasil (IBGE, 2021).

Quanto à moradia “as maiores proporções de avaliação negativa das condições de moradia foram registradas na Região Norte (11,1%)” (IBGE, 2021, p. 117). Para o ano de 2022, o IBGE (2023c) registra que em três estados da Amazônia Legal, acima de 10% da população residia em domicílios sem banheiros de uso exclusivo: Acre (15,4%), Maranhão (12,8%), Pará (11,2%).

Ademais, a Região Norte concentra os piores indicadores nacionais de serviços de saneamento (coleta de lixo, abastecimento de água e esgotamento sanitário), sendo gravíssima a ausência de esgotamento sanitário por rede coletora ou fluvial, que chega a 79,3% de domicílios nessa região (IBGE, 2019). A população da Região Norte, esta que é banhada pela maior bacia hidrográfica do mundo é relegada aos piores índices de ausência de abastecimento de água por rede geral (41,8% dos domicílios) (IBGE, 2019).

São ainda expressões da “questão social”, étnico-racial e de gênero na Amazônia Legal: a prostituição infantojuvenil e adulta; a permanência do trabalho análogo à escravidão; a violência dos conflitos pela posse da terra com assassinato de lideranças sindicais e indígenas.

Ressalte-se, ainda, os remanejamentos forçados de vários sujeitos pela instalação de hidroelétricas, os quais passam a compor a massa de trabalhadores(as) desempregados(as), especialmente nas grandes cidades, a exemplo da Hidroelétrica de Belo Monte que removeu os indígenas de seu lugar de vida e os realocou em casas de alvenaria, em conjuntos habitacionais na cidade de Altamira, desestruturando a vida dos indígenas com um alto processo de violação dos direitos humanos e provocando doenças, a exemplo da depressão (Melo, 2021).

A energia produzida pelas hidrelétricas na Amazônia (Belo Monte, Tucuruí, Jirau e Santo Antônio) – que corresponde a aproximadamente 27% da energia gerada no país – é exportada para outros estados, enquanto os estados da Amazônia Legal consumiram, em 2021, apenas 11% do total do país, aliás, com taxas altíssimas cobradas pelas empresas de energia privatizadas (Schutze, Holz, 2023).

Saliente-se o avanço das facções de narcotráfico na região Norte, que têm aumentado os casos de homicídios de pessoas negras por 100 mil habitantes (IPEA, 2024). Registra-se, ainda, um alto processo de destrutividade ambiental pela instalação das grandes empresas, altíssimos níveis de desmatamento, queimadas e a conseqüente poluição do ar, contaminação das águas e peixes pelo mercúrio, seca de rios como no estado do Pará e Amazonas; emissão de carbono e financeirização da natureza. Esses processos têm sido problematizados por Araújo e Silva (2021), particularmente a questão da exploração da força de trabalho, espoliação dos bens naturais, mercantilização e financeirização da natureza, aliados aos processos de destrutividade ambiental.

Diante desse cenário, as Nações Unidas preparam mais uma edição da Conferência das Partes (COP30), a ser realizada, em 2025, em Belém do Pará. Questiona-se quais os interesses da Nações Unidas em realizar a Cop30 na Amazônia? Carvalho (2024, s. p., grifos no original) afirma que embora a COP possa ser um espaço de visibilização da questão das

mudanças climáticas e denúncias das violações dos direitos socioterritoriais de povos indígenas e comunidades tradicionais “a COP jamais questionará as bases estruturais do sistema”, tendo em vista que a “COP em si mesma é a tentativa de estabelecimento de pactos no plano internacional que viabilizem a reprodução do sistema capitalista”.

## **2 A Pós-graduação e produção do conhecimento da área na Amazônia: desafios e estratégias atuais**

Diante dessa conjuntura, a pesquisa e a produção de conhecimento na Região Amazônica e sobre a Região são fundamentais, mas são muitos os desafios para o desenvolvimento de pesquisa e a internacionalização na Região. Na Amazônia brasileira existem 05 programas de pós-graduação na área de Serviço Social (Universidade Federal do Pará/UFPA, Universidade Federal do Amazonas/UFAM, Universidade Federal do Maranhão/UFMA, Universidade Federal do Mato Grosso/UFMT, Universidade Federal do Tocantins/UFT), mas a Região Norte, em particular, possui (ao lado da Região Centro Oeste) o menor número de programas de pós-graduação do país<sup>3</sup> (CAPES, 2024).

No que se refere à Amazônia (brasileira e internacional), identificou-se, por meio de levantamento<sup>4</sup>, os países que ofertam cursos de pós-graduação na área de Serviço Social (Quadro 1).

<sup>3</sup> “Nota-se que as assimetrias regionais se intensificam quando observamos a distribuição de programas notas 5, 6 e 7 (considerados de alta qualidade). Dados de 2022 apontam também que a oferta, já escassa na região Norte, está limitada a cursos nota 6 tão somente nas capitais (Manaus – INPA e Belém – UFPA)” (CAPES, 2024, p. 66).

<sup>4</sup> Levantamento realizado com a colaboração de Leonardo Costa Miranda (discente de Doutorado em Serviço Social/UFPA), que teve por objetivo identificar a existência de programas de pós-graduação em Serviço Social em países da Amazônia internacional. Como se trata de um levantamento em *site* de busca, admite-se uma margem de imprecisão nos seus resultados.

Quadro 1 - Países identificados com ofertas de cursos de Pós-Graduação em Serviço Social – Amazônia Brasileira e Internacional

País	Curso	Nível	Natureza
Brasil	05 Programas/ cursos de pós- graduação	04 em nível de mestrado e doutorado 01 em nível de mestrado	Todos públicos e presenciais
Colômbia	08 Programas/ cursos de pós- graduação	Todos em nível de mestrado	Maioria de natureza privada (6 = 75%). Maioria presencial (7 = 87,5%)
Equador	08 Programas/ cursos de pós- graduação	Todos em nível de mestrado	Todos privados. Maioria Híbrido (4 = 50%). Restante: 3 presenciais = 37,5%. 01 Educação à Distância (Ead).
Guiana	01 Programa/ curso	-	Universidade pública, mas não fica evidente se o curso é pago. Site desatualizado. Última postagem em 2019
Peru	01 Programa/ curso	-	Privado. Semipresencial ou híbrido

Fonte: *Site* de busca, 2024.

Os dados do Quadro 1 demonstram que:

a) A maioria dos cursos/programas de pós-graduação na Amazônia Internacional, particularmente na Colômbia, Equador, Peru e Guiana são privados. Apenas dois cursos são públicos.

b) Nesses países, apenas três universidades na Colômbia apresentam informações sobre linhas de investigação e grupos de pesquisa.

c) Com exceção do Brasil, todos os cursos são realizados, apenas, em nível de mestrado.

d) Os 5 cursos/PPG da Amazônia brasileira são todos públicos, presenciais, quatro possuem Doutorado e todos possuem informações sobre linhas de investigação e grupos de pesquisa.

No conjunto dos desafios da agenda de pesquisa que articule a pesquisa e a pós-graduação na Amazônia brasileira e internacional, parece importante pensar nos seguintes desafios:

1. Fortalecimento da relação entre os programas de pós-graduação da Amazônia brasileira e os países da Amazônia internacional, especialmente, mas não exclusivamente, nos países onde foram identificadas a existência de pós-graduação (Colômbia, Equador, Peru e Guiana). Essa articulação é central para o fortalecimento do ensino, da pesquisa, da extensão, do trabalho profissional, da produção de conhecimento e da construção de resistências por lutas emancipatórias;

2. Fortalecimento da relação entre as entidades do Serviço Social brasileiro (ABEPSS, conjunto CFESS/CRESS e ENESSO) com as entidades acadêmicas, profissionais e estudantis dos países da Amazônia internacional;

3. Fortalecimento da relação entre os Programas de Pós-graduação do Serviço Social brasileiro com os Programas em Serviço Social da Amazônia brasileira e internacional;

4. Construção de cooperação internacional para realização de estudos e pesquisas sobre as expressões da “questão social”, étnico-racial, patriarcal e ambiental na particularidade Amazônica.

5. Defesa intransigente do ensino presencial, público, laico e de qualidade, o que exige a luta por recursos públicos para a educação superior.

Ademais, na agenda de pesquisa e produção de conhecimento da Amazônia, é fundamental a realização de pesquisas que deem visibilidade à realidade da particularidade amazônica e que demonstrem, no cotidiano de vida, as enormes carências dos povos da Amazônia, tais como:

– Pesquisa sobre o trabalho na particularidade na Amazônia de extrativistas, pescadores(as), trabalhadores(as) rurais, pequenos comércios, pequenas vendas, produção da agrofloresta, da agroecologia, agricultura familiar;

– Particularidade dos modos de vida na Amazônia;

– Levantamento sobre as diversas demandas relativas às políticas sociais (educação, saúde, assistência social);

– Condições de moradia e necessidades particulares de moradia em áreas rurais, quilombolas, ribeirinhas, onde, em geral, há uma demanda de casas de madeira, cozinha grande e área de pátio para os trabalhos familiares. Esses dados de pesquisa podem se contrapor ao padrão habitacional brasileiro, que vem atendendo aos interesses do mercado imobiliário e produz habitação em alvenaria, padrão muito distante do modo de morar na Amazônia;

– Conhecimento sobre as diversas resistências no território do conjunto dos(as) trabalhadores(as), incluindo a particularidade das resistências de indígenas, quilombolas, ribeirinhos(as), extrativistas, trabalhadores(as) rurais, garimpeiros(as) artesanais, agricultores(as), pescadores(as) etc.

A partir do conhecimento da particularidade amazônica, pode-se questionar quais as potencialidades dessas formas de resistência para a construção e fortalecimento de um projeto societário que supere todas as formas de exploração e opressão?

A estratégia de incorporação da particularidade amazônica e brasileira na agenda de internacionalização do Serviço Social inclui a mediação com áreas afins, mas deve ser construída desde o Serviço Social como profissão e área de conhecimento, tendo como mirante da pesquisa, produção de conhecimento e internacionalização, a centralidade do projeto ético-político do Serviço Social, que no caso do Brasil, tem uma perspectiva crítica e revolucionária.

O projeto do Serviço Social brasileiro vem se sustentando a partir da teoria social marxiana, cujo construto teórico-metodológico, incorpora a racionalidade do método do materialismo histórico e dialético, que tem a potencialidade de reconstruir, em nível da razão, a complexa particularidade das manifestações da “questão social”, étnico-racial, de gênero, isto é, as diversas formas de exploração e opressão que rebatem na vida dos sujeitos, como também as diversas formas de resistências existentes nos territórios de vida.

A discussão sobre a particularidade da Amazônia pelo Serviço Social não pode ser feita sem o erguimento teórico da teoria marxiana. Na Ideologia Alemã, Marx e Engels afirmam:

Só conhecemos uma única ciência, a ciência da história. A história pode ser considerada sob dois aspectos, ser dividida na história da natureza e na história dos homens. Mas não se deve separar ambos os aspectos; enquanto existirem homens, história da natureza e história dos homens se condicionarão mutuamente. A história da natureza, a assim chamada ciência natural, não nos importa aqui; mas teremos que adentrar a história dos homens, já que quase toda a ideologia se reduz ou a uma concepção distorcida desta história ou a abstração total dela. A ideologia mesma é um dos aspectos desta história (Marx; Engels, 1989, p. 184).

Se Amazônia é um dos últimos “pulmões do mundo”, do ponto de vista da importância da luta pela preservação da natureza e da vida humana e de outras formas de vida e, se, ademais, a Amazônia é considerada um dos últimos espaços ainda não devastados em sua totalidade, pelo capital, é, portanto, uma região que interessa à humanidade como um todo, motivo pelo qual a teoria marxiana é fundamental, pois recupera, em sua radicalidade, a existência da humanidade na relação com a natureza, em sua forma indissociável.

Por sua vez, se é verdade que a defesa da vida humana e da natureza presentes no território amazônico é uma luta universal pela

relação dialética entre ser da natureza e ser social, em termos ontológicos, também é verdade que essa luta não se encerra nela mesma, ou seja, não se trata apenas da defesa dos povos originários e comunidades tradicionais, essa luta deve somar-se à luta dos outros milhares de seres humanos que sofrem, cotidianamente, a barbárie social, racial e patriarcal em todo o mundo. Trata-se da luta universal pela emancipação humana em uma sociedade livre de todas as formas de exploração e opressão.

### **Considerações Finais**

As reflexões apresentadas evidenciam que no contexto de agravamento da crise do capital, em suas variadas expressões – a exemplo da crise ambiental – a vida humana, outras formas de vida e a natureza sofrem impactos gravíssimos. Nesse contexto, as expressões da “questão social”, manifestam-se em nível mundial, piorando, sobremaneira a vida de mulheres e de pessoas negras, pela existência e recrudescimento das relações capitalistas, racistas e patriarcais.

Em países como o Brasil, marcado por um processo de expansão dos interesses capitalistas, imperialistas e colonialistas, torna-se importante que se evidencie e se problematize as determinações históricas e contemporâneas das expressões da “questão social” na Amazônia, enfatizando as relações étnico-raciais e de gênero.

Quando a análise se volta para a particularidade da Amazônia, notadamente em relação ao gravíssimo processo de destrutividade ambiental, a pesquisa e a vivência no território amazônico permite que afirmemos, de forma inequívoca, que a preservação da Amazônia requer a continuidade da luta pela emancipação humana, somente possível em uma sociedade que supere as relações capitalistas, racistas e patriarcais.

Assim, torna-se fundamental que sejam destacadas, no contexto da Amazônia brasileira e internacional, as instituições de ensino e pesquisa na

área de Serviço Social, particularmente as instituições que ofertam cursos de Pós-Graduação, tendo em vista a necessidade de discutir os desafios e as estratégias de internacionalização do Serviço Social, incorporando as instituições territorializadas na Região Amazônica.

Por sua vez, é essencial que as relações internacionais com as instituições de ensino e pesquisa, continuem a ser orientadas pelo Projeto Ético-Político, construído pelo Serviço Social, considerando que esse projeto tanto se volta para a formação profissional qualificada e orientada à defesa intransigente dos direitos humanos, no cotidiano da profissão, quanto incorpora as lutas sociais contra todas as manifestações de desigualdades existentes nas sociedades de classe. E nessa direção, é importante que se mantenha a articulação com as escolas territorializadas na Amazônia que são filiadas à Associação Latino-americana de Ensino e Pesquisa em Trabalho Social (ALAEITS), para o fortalecimento das lutas das entidades.

Nesse particular, a luta contra a mercantilização do ensino superior e a defesa do ensino público, gratuito, laico e de qualidade, com o devido financiamento público, são absolutamente necessárias para que se mantenha a possibilidade de pesquisa e produção do conhecimento que possa interpretar e se posicionar firmemente em direção à superação de todas as formas de dominação, com a devida articulação das lutas sociais emancipatórias.

## Referências

ARAÚJO, Nailsa Maria Souza Araújo; SILVA, Maria das Graças e. O metabolismo social e sua ruptura no capitalismo: aspectos históricos e sua configuração na etapa de financeirização da natureza. **Germinal: marxismo e educação em debate**, Salvador, v.13, n.2, p. 151– 173, ago. 2021.

CAPES. **Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG 2024 – 2028)**. Versão preliminar para consulta pública. Brasília (DF), 2024. Disponível em: [https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/19122023\\_pnpg\\_2024\\_2028.pdf](https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/19122023_pnpg_2024_2028.pdf) Acesso em: 22 jun. 2024.

CARVALHO, G. A COP30 em Belém: uma armadilha? 13/05/2024. **Amazônia Latitude**. Disponível em: <https://www.amazonialatitude.com/2024/05/13/cop30-belem-armadilha/>.

FIALHO NASCIMENTO, N. S. A questão agrária, urbana e ambiental na Amazônia brasileira: notas para o debate. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 12, n. 24, p. 171–189, jul./dez. 2012.

FIALHO NASCIMENTO, N. S.; SÁ, M. E. R. Da acumulação primitiva à moderna expropriação na Amazônia paraense: reflexões à luz da teoria crítica. **Germinal: marxismo e educação em debate**, Salvador, v.13, n.2, p. 381–393, ago. 2021.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005

IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2019** / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. – Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores Sociais. Uma análise das condições de vida da população brasileira**, Rio de Janeiro, 2021.

IBGE, **Cidades e Estados do Brasil**, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 24 fev. 2024.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022 Indígenas. Primeiros resultados do universo**, Rio de Janeiro 2023a.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022 Quilombolas. Primeiros resultados do universo**, Rio de Janeiro 2023b.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores Sociais. Uma análise das condições de vida da população brasileira**, Rio de Janeiro, 2023c.

IPEA/INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da violência 2024** / coordenadores: Daniel Cerqueira; Samira Bueno – Brasília: Ipea; FBSP, 2024.2024.

LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MARQUES, Gilberto de Souza. **Amazônia: riqueza, degradação e saque**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. In: Fernandes, Florestan (Org.) **Marx e Engels**. São Paulo: Ática, 1989.

MELO, K. M. S. Usina Hidrelétrica de Belo Monte: lutas sociais e resistência na Amazônia Paraense. **R. Katálysis**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 188–197, jan./abr. 2021.

NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1996.

SANTOS, M; SILVEIRA, M.L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SCHUTZE, Amanda; HOLZ, Rhayana. **Retrato da Energia na Amazônia Legal e a Democratização dos Dados**. 15/01/2023. Disponível em: <https://www.climatepolicyinitiative.org/pt-br/publication/a-transicao-energetica-na-amazonia-legal/#:~:text=Os%20estados%20da%20Amaz%C3%B4nia%20Legal,para%20o%20resto%20do%20pa%C3%ADs>. Acesso em: 25 jun. 2024.

TEIXEIRA, J.B. Meio Ambiente, Amazônia e Serviço Social. **Revista em Pauta**, Número 21, 2008.

TRINDADE Jr. Saint. Clair Cordeiro da; LEITE, Gabriel Carvalho da Silva; OLIVEIRA, Helbert Michel Pampolha de. **O pensamento de Milton Santos e a Amazônia**. Rio de Janeiro: Consequência. Editora, 2021.

VARELA, Raquel. **De que matéria se faz uma guerra?**. 04/04/2022. A terra é redonda. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/de-que-materia-se-faz-uma-guerra/>. Acesso em: 17 jun. 2024.

## TENDENCIAS DE LA INTERNACIONALIZACIÓN DEL TRABAJO SOCIAL EN AMÉRICA LATINA.

*Sergio Quintero Londoño*

En este 2025, cuando se conmemoran los 100 años del surgimiento del Trabajo Social en América Latina, vale la pena analizar el contexto contemporáneo a la luz de esta historia centenaria, que ha pasado por diferentes procesos de rupturas-continuidades y convergencias-divergencias protagonizadas por actores individuales y colectivos que han logrado posicionar la profesión en América Latina.

No han sido pocas las tensiones y los debates al interior de la profesión, y su relación con el contexto socio-institucional, hasta llegar al Trabajo Social que se ha logrado constituir durante el primer cuarto del siglo XXI. En este sentido es ilustrativa la diversidad que existe en la interpretación sobre el surgimiento del Trabajo Social, donde se pueden encontrar concepciones más tradicionales que comprenden el origen de la profesión como un “continuum evolutivo” de las diversas formas de caridad y filantropía; otras perspectivas que acudiendo a estudios biográficos sostienen que la profesión surge como una síntesis de las luchas de las pioneras del Trabajo Social, reconociendo una identidad progresista y transformadora; y otra perspectiva que considera que el Trabajo Social es una profesión surgida en la era del capital monopolista y se crea como respuesta del Estado para dar un nuevo tratamiento (no policiaco) a la “cuestión social”. (CONETS 2020)

Ahora bien, más allá de las diferencias interpretativas, la historia muestra que el Trabajo Social en América Latina ha vivenciado una marcada influencia internacional (especialmente europea y norteamericana) a

través de la cual se han moldeado formas de interpretación y actuación profesional que operan como hegemónicas en determinados periodos.

Es ilustrativo recordar que las primeras escuelas de Trabajo Social en la región latinoamericana fueron auspiciadas por la Unión Católica Internacional de Servicio Social (UCISS), y que casi todos los países de la región tuvieron marcada influencia por el Social Work norteamericano y la estrategia desarrollista; sin embargo, también es importante mencionar que tanto los planteamientos más tradicionales como aquellos de corte modernizante, recibieron contestación crítica en el marco del Movimiento de la Reconceptualización. (Jamamoto y Santos. 2021; Manrique, 1982).

Una reflexión mínimamente cuidadosa del Trabajo Social muestra que han existido diferentes y hasta contradictorios procesos de internacionalización, en los que se reflejan las tensiones de la geopolítica internacional, y los choques de fuerzas sociales antagónicas en los escenarios nacionales. Es decir, que los intercambios y la cooperación internacional no es una cuestión novedosa, sino que ha estado presente durante la mayor parte del tiempo en el que se viene construyendo la profesión en esta región, y dichos intercambios han estado marcados por las características propias de las coyunturas históricas.

Lo mismo se podría plantear frente al tema de la pos-graduación. Ya desde la década de 1950 se pueden rastrear los primeros intentos de formación pos-gradual, con un destaque evidente de la orientación estadounidense a través de diferentes programas de cooperación internacional, a través de los cuales se logra formar un cuerpo profesional cualificado que responde a los intereses hegemónicos del momento.

No obstante, también en la formación pos-gradual se pueden identificar claras estrategias contestatarias de inspiración crítica que buscan tensionar la hegemonía conservadora; un claro ejemplo de ello será la Maestría Latinoamericana de Trabajo Social, liderada por el Centro Latinoamericano de Trabajo Social (CELATS) y la Universidad Autónoma

de Honduras entre las décadas 1970 y 1980, que busca formar cuadros intelectuales que contribuyan en la interpretación y la transformación de la realidad latinoamericana sustentada en el pensamiento crítico.

La historia del intercambio y la cooperación internacional alcanza un punto de máxima expresión gracias a la formación pos-gradual en la que se articulan esfuerzos individuales, colectivos e institucionales de alcance regional, en algunos casos, con una orientación más conservadora, y en otros, con una inspiración crítica. En la actualidad, cuando parece ser consensual la necesidad de desarrollo investigativo a través de cooperación y redes internacionales, y donde se imponen con fuerza los ranking internacionales, se hace necesario reflexionar sobre qué tipo de internacionalización es la que se debe ejecutar en el Trabajo Social, sin perder de vista que la razón de ser de la profesión, son las contradicciones del modo de producción y reproducción capitalista.

## **1 Los orígenes del Trabajo Social y la internacionalización en América Latina. Primea expresión.**

El Trabajo Social surge y se desarrolla condicionado por las características socio-históricas del capitalismo dependiente y asociado. En el caso de América Latina, bajo la lógica de *subsunción* descrita por Marx en “El Capital” (1976), la relación de dependencia inicial se logra identificar especialmente frente a Gran Bretaña y en menor proporción Francia y otros países europeos, donde cumplieron una función destacada las obras de infraestructura vial (ferrocarriles, cables aéreos, carreteras y puertos marítimos), el control monetario a través de los bancos internacionales, y algunos procesos limitados de industrialización.

Posteriormente con la instauración del capitalismo monopolista toma un lugar destacado los Estados Unidos de Norteamérica dando

forma más definida al imperialismo, con la combinación del capital industrial y bancario. Respondiendo a las características del capitalismo periférico, en América Latina se avanza en procesos de urbanización, industrialización y transferencia de valor; no obstante, se preservan lógicas de dominación personal o directa, tradiciones religiosas, poco desarrollo de fuerzas productivas, y relaciones de producción sustentadas en la superexplotación de la fuerza de trabajo. (Aricó, 2009; Cueva, 1977; Fernandes, 2009; Osorio, 2012).

A pesar de los debates teórico-políticos en América Latina sobre sociedades precapitalistas; reflexiones que tenían como objetivo central descifrar las características diferenciales de la región frente al capitalismo europeo y norteamericano; a través de la tradición marxista más cualificada fue posible vislumbrar que la formación social de la mayoría de los países latinoamericanos no era una relación diferente (exterior o anterior) al capitalismo, sino que hacía parte constitutiva de éste, a pesar de poseer cualidades particulares. La forma de desarrollo capitalista combina relaciones oligárquico-burguesas que no son susceptibles de ser descifradas exclusivamente sobre los parámetros interpretativos de burguesía-proletariado, el desarrollo capitalista industrial o de economía nacional.

Precisamente, sobre las características de una sociedad capitalista periférica es que surge el Trabajo Social como una profesión que busca atender la “cuestión social”, pero en el contexto latinoamericano lo hace respondiendo a tradiciones culturales conservadoras y de cuño religioso, particularmente del catolicismo. El primer programa de Trabajo Social será fundado en la Escuela Alejandro del Río en Santiago de Chile, en el año 1925, sin embargo esta institución tendrá el auspicio del Estado, mientras que en 1929 se crea en ese mismo país la Escuela Elvira Matte de Cruchaga (EEMC), creada sobre la dirección del pensamiento católico.

De acuerdo con documentos de la Escuela Elvira Matte de Cruchaga, en el contexto latinoamericano, en un periodo de 10 años, se lograron abrir

8 escuelas de Trabajo Social inspiradas en el catolicismo: Santiago (Chile), Montevideo (Uruguay), Rio de Janeiro y Sao Paulo (Brasil), Lima (Perú), Bogotá (Colombia), Buenos Aires (Argentina) y Caracas (Venezuela).

Gracias a la UCISS el fundamento más clásico y reaccionario de la Iglesia cuenta con la posibilidad institucionalizada de renovar su ideología, adecuándose a las condiciones del siglo XX. La intervención católica no pierde su carácter moralizante, sino que lo reelabora, ahora ejecutando acciones sustentadas con acciones técnicas y con un cierto grado de conceptualización teórica y filosófica, siempre en los marcos referenciales de la teología. (Quintero, 2020, pág. 100)<sup>1</sup>

Incluso en las instituciones que no fueron creadas bajo la criba de la UCISS, se logra observar una influencia hegemónica del pensamiento europeo y católico en el Trabajo Social, lo que permite identificar un cierto grado de articulación basada en la heteronomía; es decir, en esta primera fase del Trabajo Social latinoamericano salta a la vista la articulación internacional orientada por instituciones europeas y norteamericanas, con preponderancia de la Iglesia Católica, que utilizará como brújula orientadora la encíclica papal *Rerum Novarum* emitida por León XIII en 1891, y la encíclica *Quadragesimo Anno* dictada por el Papa Pío XI de 1931.

Ambas encíclicas son un intento de modernizar los planteamientos de la Iglesia Católica en búsqueda de recuperar la hegemonía que venía siendo vulnerada por el movimiento obrero, campesino, de mujeres, indígena y afroamericano, que actúan bajo diferentes formas de organización y socialización. En este proceso, el surgimiento y expansión internacional del Trabajo Social bajo el control externo hace parte constitutiva de la historia, cumpliendo funciones asistenciales, educativas y moralizantes que logran ejecutarse en varios países de la región latinoamericana.

---

1 Traducción propia del inglés para español.

Se puede plantear entonces que durante las dos primeras décadas del Trabajo Social latinoamericano se presenta una *internacionalización conservadora clásica*.

## **2 La internacionalización al margen de la Iglesia Católica. Segunda expresión.**

Los motivos, formas de desarrollo y cierre de la Segunda Guerra Mundial (1939–1945) reconfiguran la dinámica imperialista a nivel planetario, no solo estableciendo un enfrentamiento bipolar (Unión de Repúblicas Socialistas Soviéticas URSS y capitalismo del mundo occidental), sino coronando a los Estados Unidos de Norteamérica como principal potencia imperialista, con especial control sobre la región latinoamericana (Hobsbawm, 1995).

El patrón de reproducción para América Latina combina elementos del fordismo y la extracción de materias primas necesarias para la producción-consumo del capitalismo central. La ideología del desarrollismo será la hoja de ruta en la región, llevando a cabo reformas controladas que legitiman la hegemonía imperialista a través de la adaptación de los países periféricos a la dinámica global del capital durante las “tres décadas doradas”.

Con esta *modernización conservadora* se establecen alianzas entre instituciones públicas y privadas de los Estados Unidos de Norteamérica, así como organismos internacionales controlados por el imperialismo norteamericano. La Organización de las Naciones Unidas (ONU) y la Organización de los Estados Americanos (OEA) serán entidades estratégicas para la conducción de las políticas desarrollistas, que tendrán una de sus máximas representaciones en la *Alianza para el Progreso*.

En el campo educativo será el Plan Atcon la guía que muestra el camino sugerido-impuesto por los Estados Unidos de Norteamérica.

Entre las propuestas modernizadoras de educación superior en la región fueron incorporadas varias medidas, tales como la creación de un gran campus universitario donde se concentran las diversas instituciones administrativas y académicas; la reducción del número de facultades, intentando unificarlas sobre grandes áreas de conocimiento; la departamentalización; la contratación del cuerpo docente en tiempo integral y/o en régimen de dedicación exclusiva. También fue evidente la entrada de capital privado de corporaciones norteamericanas para financiar las áreas de ciencia, tecnología y formación en posgraduación. (Quintero, 2021a, pág. 204)<sup>2</sup>

La *modernización conservadora* comandada por el capital (y ya no por la Iglesia Católica) será incorporada con éxito en el Trabajo Social Latinoamericano, para lo cual fue de vital importancia la realización de los Congresos Panamericanos de Servicio Social, que tuvieron lugar desde 1945 hasta 1971.

Bajo la tutela de la ONU y posteriormente de la OEA, la doctrina desarrollista será el espíritu de los Congresos Panamericano: Chile 1945, Brasil 1948, Puerto Rico 1957, Costa Rica 1961, Perú 1965, Venezuela 1968 y Ecuador 1971. Estos eventos permitieron analizar y aprehender los planteamientos del desarrollismo, moldeando un perfil profesional tecnocrático y aparentemente neutral frente a las contradicciones de las clases sociales.

A los intercambios brindados por los Congresos Panamericanos se suman las becas para estudios de posgraduación o pasantías ofertadas por universidades norteamericanas como Berkeley, California, Chicago, Columbia, Fordham y otras, así como la Unión Panamericana, el programa Fullbright, la fundación Kellogg y Rockefeller.

La formación de profesionales cualificados técnicamente bajo la lógica del pragmatismo y el funcional-estructuralismo fue recurrente

---

<sup>2</sup> Traducción propia del portugués al español.

durante las décadas 1950 y 1960, profundizando la influencia del Trabajo Social Norteamericano sobre la región latinoamericana. Dos personas que con roles destacados contribuyeron para la consolidación de este ciclo en toda la región fueron Carolina Ware<sup>3</sup> y Cecilia Bunker; es aquí cuando se consolida el “método de intervención profesional” denominado Desarrollo y Organización de las Comunidades (DOC) que se instaura en casi toda la región.

Una vez más queda clara la articulación internacional del Trabajo Social bajo la conducción de entidades públicas y privadas de los Estados Unidos de Norteamérica, ahora poniendo el foco en la formación y cualificación a nivel posgradual con fundamento tecnicista, más que de producción de nuevo conocimiento o pensamiento crítico. Si bien el pensamiento católico no va a desaparecer durante este proceso, éste será desplazado por una racionalidad tecnocrática modernizadora.

De esta manera, y siguiendo la interpretación lógica y dialéctica de la historia, es posible plantear que durante las décadas 1950 y 1960 se presenta una *internacionalización modernizante, pero aún conservadora*, moldeada a los nuevos parámetros del poder político-económico y sus expresiones profesionales-académicas.

### **3 Una nueva articulación latinoamericanista. Tercera expresión**

La crisis del capital, que algunos autores van a denominar como una *crisis estructural*, toma forma a finales de la década de 1960 y se consolida en la década de 1970. Esta crisis se expande a nivel planetario y se expresa tanto en las relaciones políticas como en las económicas. En América

---

<sup>3</sup> Vale la pena mencionar que Carolina Ware, además de ser funcionaria de la Unión Panamericana, fue asesora por varios años en la Asociación Latinoamericana de Servicio Social ALAESS.

Latina dos de las principales expresiones de la crisis serán la Revolución Cubana y el gobierno de la Unidad Popular en Chile; sin embargo en casi todos los países de la región se presentan contradicciones que ponen en cuestión el orden social establecido.

De acuerdo a la forma de desarrollo capitalista periférico, y a los sujetos colectivos que protagonizan el antagonismo de las clases, se presentan luchas campesinas, indígenas, afroamericanas, de jóvenes y mujeres, que en el lenguaje de la época, y de acuerdo a las lecturas teóricas y estratégicas, se enfrentaban a la “burguesía-oligarquía nacional” y/o al imperialismo, especialmente el norteamericano, denominado “imperialismo yanqui”.

El contexto de crisis y el auge de las luchas sociales que ponen en cuestión la producción y reproducción capitalista serán incorporados al Trabajo Social a través del Movimiento de la Reconceptualización.

Como ya fue señalado, la unidad de aquel movimiento se basaba en la búsqueda de un Trabajo Social latinoamericano: en rechazo de la importación de teorías y métodos ajenos a nuestra historia, en la afirmación del compromiso con las luchas de los “oprimidos” por la “transformación social” y con el propósito de atribuir un carácter científico a las actividades profesionales. Se denunciaba la pretendida neutralidad político-ideológica, la restricción de los efectos de sus actividades encerradas en micro-espacios sociales y la debilidad teórica en el universo profesional. Los/las trabajadores/as sociales asumen el desafío de contribuir en la organización, capacitación y concientización de los diversos segmentos trabajadores y “marginalizados” en la región. (Iamamoto y Santos, 2021, pág. 45)<sup>4</sup>.

Si bien la Reconceptualización es un Movimiento heterogéneo y que en sus inicios tiene una cierta influencia del desarrollismo, durante los primeros años de la década de 1970 logra formular críticas consistentes

---

<sup>4</sup> Traducción libre de portugués al español.

tanto a los planteamientos conservadores más clásicos, como al carácter conservador de la modernización tecnocrática<sup>5</sup>.

Entre los elementos más destacados de la Reconceptualización se debe llamar la atención sobre los Seminarios Regionales Latinoamericanos de Trabajo Social, llevados a cabo desde 1965 hasta 1972. El orden cronológico de los Seminarios será el siguiente: Brasil 1965, Uruguay 1966, Argentina 1967, Chile 1969, Bolivia 1970 y Brasil 1972.

El análisis del movimiento de los Seminarios permite observar una tendencia clara. Los Seminarios surgen a partir de cuestionar los órganos modernizantes (el desarrollismo “imperialista” o nacionalista de los países latinoamericanos), y bajo ese objetivo se da paso a la realización de los cinco primeros encuentros. Sin embargo, cuando se presenta su punto más cualificado y politizado, durante la realización del VI Seminario (respondiendo a las exigencias del proceso dictatorial del país anfitrión –Brasil) se da un retroceso que desdibuja lo que hasta entonces se había logrado. Este hecho, sumado a que el siguiente Seminario no se puede realizar (debido a los limitantes dados por la dictadura uruguaya), hace que este espacio de debate crítico profesional de la región latinoamericana desaparezca. (Quintero, 2021b. pág. 107)

Además de los Seminarios Regionales, se debe mencionar la centralidad que tendrá la Asociación Latinoamericana de Servicio Social (ALAESS<sup>6</sup>) creada en 1965, y el Centro Latinoamericano de Trabajo Social, creado en 1975 con el fin de fortalecer el desarrollo investigativo de ALAETS.

<sup>5</sup> Para un abordaje sobre las particularidades de la Reconceptualización en los diferentes países de América Latina, ver Eiras, A., Moljo, C. B., & Duriguetto, M. L. (orgs.) 2022; Yamamoto, M. V; Santos, C. M. (orgs.) 2021; Yamamoto, M. V; Bravo, M. I.; Scheffer, G; Matos, M, C. (orgs). 2024.

<sup>6</sup> En los primeros años la organización llevará el nombre de Servicio Social, sin embargo, con el desarrollo de las discusiones teórico-metodológicas y políticas, en poco tiempo el nombre será cambiado, siendo adoptado el de Trabajo Social; en adelante las siglas de la organización será ALAETS.

Bajo la dirección de ALAETS-CELATS se llevan a cabo investigaciones sobre el surgimiento del Trabajo Social en América Latina, así como reflexiones sobre la formación profesional de la época (creando redes internacionales de investigación). También se realizan investigaciones sobre dinámicas y sujetos colectivos como el campesinado y movimientos indígenas, al tiempo que se analizan las políticas sociales y las instituciones en las que se ejecuta el trabajo profesional.

Tomarán un lugar destacado los Seminarios de ALAETS, los cuadernos CELATS, las producciones autónomas de Sello Editorial CELATS, o en alianza con otras editoriales de reconocimiento internacional. En cuanto a la divulgación de conocimiento, acorde a las formas y estilos de la época, tal vez sea la Revista Acción Crítica la que adquiera mayor notoriedad, siendo una producción que articula investigadores/as de diferentes países de la región.

En lo que se refiere a la formación posgradual, entre 1975 y 1978 será creada la Maestría Latinoamericana en Trabajo Social (MLATS) dirigida por el CELATS y por la Universidad Autónoma de Honduras, que tendrá como principal objetivo contribuir en la formación de cuadros investigativos, con una orientación crítica enfocada a descifrar y enfrentar las contradicciones del capitalismo dependiente en la región. De acuerdo con Iamamoto, Reichelis y Bravo (2021), la MLATS tuvo tres promociones 1978–1980, 1980–1982, 1982–1984, formando 65 trabajadores/as sociales de 16 países de la región.

Lo que se puede observar es que gracias al Movimiento de la Reconceptualización, a finales de la década 1960 y durante la década 1970 se consolida una *internacionalización latinoamericanista de orientación crítica*, posibilitando la configuración de un nuevo perfil profesional.

## **4 Entre la mercantilización y la resistencia. Cuarta Expresión**

Con la instauración del neoliberalismo y al cierre del siglo XX, se generan profundas transformaciones en los sistemas educativos y el desarrollo científico, que tendrán como base fundamental la mercantilización y estandarización de la educación.

La base fundamental de todo este proceso se encuentra en la mercantilización de la educación, en tanto que la formación técnica y académica deja de ser un derecho y pasa a ser convertida en un servicio con demanda creciente. La mercantilización avanza de la mano de la privatización no sólo por la disminución de inversión en instituciones educativas públicas (que crecen de manera desproporcional en relación al número de estudiantes y al presupuesto económico), sino también por la creciente oferta de cursos de pre y posgrado en instituciones privadas, muchas de las cuales funcionan de manera tercerizada con recursos públicos a través de convocatorias, becas y convenios.

Un hito histórico en esta nueva configuración será el denominado “Proceso de Bolonia”, un acuerdo que busca establecer el “Espacio Europeo de Educación Superior”, sustentado en ideas de estandarización-homologación, formación continua a través de ciclos, calidad, movilidad y empleabilidad internacional. Bajo esta lógica la educación superior de pre y posgrado se ajusta a las necesidades de cualificar fuerza de trabajo competente en el mercado, lo cual se traduce en la reproducción acrítica de las formas de producción y reproducción capitalista.

La estandarización de la formación académica se da a través de establecer contenidos comunes, medidos y cuantificados a través de créditos, valorados con sistemas de evaluación parametrizada incorporados en cada institución y evaluados-ranqueados por organismos internacionales que determinan criterios de calidad. Todo este sistema

se expande para América Latina estableciendo, una vez más, relaciones jerárquicas que refuerzan la heteronomía histórica de la región. Se debe destacar que bajo esta lógica se impone una nueva colonialidad epistémica en la que los criterios establecidos por instituciones internacionales (especialmente europeas y norteamericanas) desconocen o subvaloran formas y contenidos característicos de los países periféricos.

El desarrollo que alcanza la posgraduación y la investigación en América Latina se verá impactado por la influencia de Bolonia, siendo el Programa Erasmus + una de las principales referencias, y tal vez el canal más utilizado para las relaciones académicas internacionales entre Europa y América Latina.

En cuanto al desarrollo de la posgraduación y la investigación, si bien Brasil presenta un avance significativo a nivel latinoamericano, existe una marcada diferencia con el resto de países del cono sur, y aún más con la región Andina y la región Centroamérica y el Caribe. Ahora bien, en los espacios en los que se logra desarrollar la posgraduación y la investigación, se intenta imponer la lógica productivista que sacrifica la calidad y el pensamiento crítico, con el fin de atender los mandatos internacionales y así garantizar cupos en las listas de rankings y clasificaciones que, comparadas con las europeas y norteamericanas, casi siempre se ubican en lugares subordinados.

En este contexto, lo que se logra observar en el Trabajo Social latinoamericano es una relación contradictoria, y Brasil tal vez sea el mayor ejemplo de ello, pues al tiempo que se busca producir conocimiento que contribuya a la comprensión y transformación de la realidad; para abrir un espacio de reconocimiento y financiación se deben atender los criterios establecidos por las Universidades y las Instituciones de Fomento a la Investigación, que han venido incorporando los parámetros internacionales de investigación y divulgación académica orientados por la mercantilización.

Durante este periodo se consolidan programas de posgraduación, se crean redes de investigación y se fortalece el intercambio de conocimiento a través de convenios, eventos o publicaciones académicas, dando manejo a los mandatos internacionales, en algunos casos con tono más conciliador, y en otros más contestatarios. En esta labor, aunque no sea el único espacio de articulación, debe ser destacado el papel cumplido por la Asociación Latinoamericana de Enseñanza e Investigación en Trabajo Social (ALAEITS), la mayor entidad organizativa de carácter académico de la profesión en toda la región<sup>7</sup>.

Ciertamente la internacionalización en el Trabajo Social ha sido minoritaria en los procesos de formación de pregrado, aunque se pueden destacar experiencias significativas como las de la UNILA (Universidad Federal de Integración Latinoamericana) y UNILAB (Universidad de Integración Internacional de la Lusofonia Afro-Brasileira), así como algunas universidades argentinas en las que, debido al sistema educativo público, se accede a la formación profesional con mayor facilidad que en otros países de la región.

El mayor potencial de la internacionalización se ha ubicado en la formación posgradual (maestrías y doctorados), aunque ésta se concentra en el cono sur latinoamericano, con mayor relevancia también en Brasil y Argentina, respectivamente. En las experiencias de internacionalización se logra percibir la movilidad de estudiantes de unos países hacia otros para cursar de manera integral sus posgrados; o los programas de intercambio que promueven estancias de corto y mediano plazo, tales como *Move la América*, programa creado recientemente por el Ministerio de Educación del gobierno brasilero a través de la Coordinación de la Formación del Personal de Nivel Superior (CAPES).

---

<sup>7</sup> ALAEITS es la institución creada en 2006 como resultado de la última refundación de la antigua ALAETS; ésta es el organismo que además de garantizar la articulación latinoamericana, representa la región ante organismos mundiales como la Asociación Internacional de Escuelas de Trabajo Social (IASSW).

Otro de los canales de mayor preponderancia son las revistas académicas, donde se expresa con mayor rigor la parametrización mercantilizada del conocimiento (tutelada desde Europa y Estados Unidos), pero al mismo tiempo, donde se logran percibir procesos de resistencia que contribuyen con el desarrollo del pensamiento crítico. En las revistas la contradicción se expresa entre las indexaciones y los rankings, frente a la producción de conocimiento de cualidad y pertinencia.

Finalmente llamamos la atención sobre procesos de organización profesional de carácter internacional que procuran la defensa de la profesión y los derechos de las/os profesionales en Trabajo Social. En la mayoría de los países de la región latinoamericana existen organizaciones nacionales que regulan y garantizan el trabajo profesional; en la actualidad el escenario de articulación regional que ha logrado mayor legitimidad y dinamismo es el *Comité Latinoamericano y Caribeño de Organizaciones Profesionales de Trabajo Social/Servicio Social* (COLACATS), creado en 2013 con representación de organizaciones de 12 países de la región.

Este cuadro muestra que *la dinámica de mercantilización de la educación y la ciencia producida por el neoliberalismo se expande por todo el mundo* durante las últimas décadas, incluyendo a América Latina; sin embargo, *por parte del Trabajo Social la inscripción a dichas dinámicas se ejecuta de manera contradictoria*, pues se logran construir lógicas de articulación internacional-regional que ponen en tensión la mercantilización predominante.

## Consideraciones finales

A partir del momento en que el capital se logra imponer como una relación social hegemónica a nivel planetario, se desarrollan todo tipo de relaciones y articulaciones internacionales; este proceso de mundialización se profundiza con el imperialismo, alcanzando su máxima expresión en las últimas décadas.

El desarrollo de la educación, la ciencia y la tecnología ha operado sobre la lógica de internacionalización, y aunque su tendencia conduce a reproducir el orden social establecido por el capital, también ha encontrado tensiones provocadas por la correlación de fuerzas de las clases sociales.

En América Latina el Trabajo Social como una profesión inscrita en la división socio-técnica del trabajo se ha visto involucrado en toda esta dinámica contradictoria, reflejando las características particulares del capitalismo dependiente y asociado.

A lo largo del siglo XX se logran identificar por lo menos 4 periodos en el desarrollo de la internacionalización y la posgraduación del Trabajo Social, los cuales están determinados por las condiciones sociales del momento. Durante las dos primeras décadas (1925–1945) se identifica una *internacionalización conservadora clásica* generada y controlada por la Iglesia Católica; durante las décadas 1940–1960 se configura una *internacionalización modernizante* (que preserva una esencia conservadora); para finales de la década 1960 y durante la década de 1970 se logra configurar una *internacionalización latinoamericanista de orientación crítica* en el marco del Movimiento de la Reconceptualización; y un periodo final enmarcado en el neoliberalismo que se caracteriza por la *estandarización y mercantilización de la educación superior*, al tiempo que se construyen propuestas de *resistencia al neoliberalismo*, procurando ampliar y profundizar el pensamiento crítico.

Ante este escenario, y con los desafíos puestos por la crisis contemporánea del capital, se hace necesario contribuir en el desarrollo de un pensamiento crítico que dé soporte a la formación, la investigación y la organización profesional. En la actualidad, al igual que en el pasado, las tendencias predominantes serán el reflejo de la correlación de fuerzas antagónicas y la capacidad del colectivo profesional para la construcción de un proyecto ético-político orientado por valores emancipadores.

## Referencias

ARICÓ, José. **Marx y América Latina**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009

CONETS. **Reflexiones para actualizar los lineamientos de los currículos de Trabajo Social. Colombia**, 2020. chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://conetsco.org/wp-content/uploads/2021/09/Documento-FINAL-Comisio%C4%9Bn-Acade%C4%9Bmica-febrero-12-2021.pdf

CUEVA, Agustín. **El desarrollo del capitalismo en América Latina**. México: Siglo XXI, 1977.

EIRAS, A., MOLJO, C. B., & DURIGUETTO, M. L. (ORGS.). **Perspectivas histórico-críticas no Serviço Social: América Latina, Europa e EUA**. Juiz de Fora, Brasil: Editora UFJF, 2022. <https://www2.ufjf.br/editora/ebook/ebooks-2022/#perspectivas-historico-criticas-no-servico-social-america-latina-europa-e-eua>

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. São Paulo: Global, 2009.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos. O breve século XX. 1914–1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IAMAMOTO, M. V; BRAVO, M. I.; SCHEFFER, G; MATOS, M, C. (orgs). **Serviço Social, desigualdades e lutas sociais: América Latina e Europa**. Mórula Editorial, 2024.

IAMAMOTO, M. V; SANTOS, C. M. (orgs.) **Introdução. Em A história pelo Averso: A reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais.** São Paulo, Cortez, pp. 25–67, 2021.

IAMAMOTO, M, V; REICHELIS, R; BRAVO, M, I. **A pesquisa científica no Serviço Social latino-americano: gênese e atualidade. Em A história pelo Averso: A reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais.** São Paulo, Cortez. p 219–244, 2021.

MARX, K. **El Capital. Crítica de la economía política.** Tomo I. Bogotá: Fondo de Cultura Económica, 1976.

MANRIQUE, Manuel. **De apóstoles a agentes de cambio. El Trabajo Social en la historia latinoamericana.** Lima – Perú: CELATS, 1982.

OSORIO, Jaime. **Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica.** En FERREIRA, 2012.

OSORIO e LUCE (Orgs). **Padrão de reprodução do capital.** São Paulo: Editorial Boitempo.

QUINTERO, S. The influence of Catholicism on social work: from classic conservatism to critical renewal. En **Critical and Radical Social Work.** Vol 9. © Policy Press, 2020.

QUINTERO, S (2021a). ***O processo de modernização do Serviço Social na Colômbia: determinantes histórico-sociais***. Em **A história pelo Averso: A reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais**. São Paulo, Cortez, p 195–218, 2021.

QUINTERO, S. **La Reconceptualización del trabajo social: análisis histórico-crítico de las décadas de 1960–1970**. Editorial Universidad de Caldas, Colombia, 2021.

## **POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: sujeitos políticos na defesa e acesso a direitos na particularidade da Amazônia brasileira**

*Patrício Azevedo Ribeiro*

Este texto responde a um convite realizado aos/às palestrantes que compuseram as mesas temáticas do *I Seminário Internacional Formação, Pós-Graduação e Internacionalização em Serviço Social: a Amazônia e os desafios contemporâneos*, realizado nos dias 04, 05 e 06 de julho de 2024, em Belém-PA, pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), em parceria com os cursos de graduação e pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (UFPA). Na ocasião, fui convidado para dividir uma mesa que teve por título *Pesquisa, Produção do Conhecimento e a Particularidade da Questão Social na Amazônia: desafios à internacionalização*.

Nesse contexto, coube a mim fazer algumas reflexões que dizem respeito à particularidade dos povos indígenas e comunidades tradicionais da Amazônia brasileira, referentes às lutas coletivas por direitos étnicos/ancestrais, territoriais e sociais, qualificando-os como sujeitos políticos no enfrentamento à presença do modo de produção do capital na Amazônia, que visa a exploração de riquezas dos recursos naturais e da biodiversidade. Daí a importância do processo organizativo dos povos, sobretudo em áreas rurais, tendo em vista a proteção de seus territórios.

Inicialmente fiz um destaque sobre a complexidade que era/é falar do tema da mesa, porque estamos lidando com a realidade de várias

*Amazônias* (no plural) dentro de um mesmo bioma. Ou seja, trata-se de uma realidade concreta, formada por sujeitos em sua diversidade étnica, racial, linguística, cultural e social, mas também por uma imensidão de águas, terras, florestas, animais e outros seres que nos interrogam na condição de amazônidas e de pesquisadores. E, ainda, nessa diversidade amazônica identificamos um conjunto de expressões de desigualdades que formam a questão social, mas que também evocam *resistência e rebeldia* (Teixeira, 2008). Isto é, ao mesmo tempo em que a questão social é “[...] desigualdade, é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem” (Iamamoto, 2008, p. 28).

Do ponto de vista metodológico, o texto se baseia em revisão bibliográfica, mediada por reflexões oriundas de experiências de pesquisas com povos rurais da/na Amazônia, em particular indígenas, quilombolas e ribeirinhos. Estamos convencidos de que as complexidades que permeiam o território amazônico desafiam a formação, a pesquisa e o trabalho profissional do/a Assistente Social nos diversos espaços sócio-ocupacionais. Mas também, temos certeza de que o Serviço Social, na qualidade de profissão e área de conhecimento, tem uma real contribuição para o fortalecimento das lutas dos povos amazônicos, haja vista seu compromisso crítico com o Projeto Ético-Político.

## **1 A Amazônia e seus povos: o contexto rural e a relação com a questão social**

No início da palestra expliquei que ao tratar das *Amazônias*, concentraria o debate na particularidade dos povos rurais. Ao se referir ao rural amazônico “não estamos dissociando-o do meio urbano, pois entendemos, a partir da dialética, que o rural-urbano são ecossistemas que se complementam” (Ribeiro, 2023, p. 46), isso é perceptível quando estudamos a formação das cidades e das comunidades rurais no Brasil e na

Amazônia. Mas, nossa intenção foi pôr em relevo a singularidade<sup>1</sup> presente no mundo rural em relação ao urbano e às cidades, principalmente quanto às determinações e condições do modo de vida, as relações sociais que se materializam entre os povos, os quais mantêm uma vinculação orgânica com a natureza, a organização política que indígenas, quilombolas, ribeirinhos e trabalhadores rurais em geral protagonizam em defesa dos seus territórios; além das expressões da questão social que se exacerbam com o processo de acumulação do capital.

O rural amazônico se configura a partir das referências geográficas, territoriais, culturais e ambientais. Nesse ambiente, os povos organizam-se em comunidades e/ou aldeias, e mantêm uma relação dialética com as águas, as floretas e as terras, pois faz parte do curso da vida. O deslocamento interno e externo ocorre “basicamente, por meio de médias e/ou pequenas embarcações fluviais, bem como por estradas que atravessam as matas e os limites territoriais das comunidades” (Ribeiro, 2023, p. 52). Para Chaves (2001), no interior das comunidades rurais há um conjunto de relações/intercâmbios de produção, de organização política e cultural, e formam uma rede de ajuda mútua, visando as necessidades locais e as lutas por direitos.

Contudo, embora os territórios rurais estejam mais afastados dos grandes centros urbanos, os povos neles existentes não estão imunes à presença do capitalismo. Isso tem a ver com o processo histórico de ocupação da Amazônia, que segundo Marques (2019), a entrada do capital na Região ocorreu sob uma relação do capital internacional, nacional e o Estado Autoritário, tendo o aceite da burguesia local. Tal contexto revelou as contradições que se fazem presentes até os dias atuais, isto é, ao mesmo

---

<sup>1</sup> O argumento de Lukács (1967, p. 203) é categórico quando diz que: “é óbvio que em nossas relações diretas com a realidade tropeçamos sempre diretamente com a singularidade. [...] Pois tudo o que nos oferece o mundo externo como certeza sensível é imediatamente e sempre algo singular, ou uma conexão única de singularidades [...]” (tradução nossa).

tempo em que a Amazônia é exuberante e rica em recursos naturais e em biodiversidade; é também foco de pobreza, desigualdade, violências, enfim, de inúmeras faces da questão social.

Sobre esse último ponto, é importante chamar atenção para alguns dados representativos que nos fazem refletir sobre a questão social na realidade amazônica. O último Relatório de Violência contra os Povos Indígenas no Brasil (2024)<sup>2</sup> pontua que, no ano de 2023 ocorreram 411 casos de violências contra pessoas indígenas. Desse total, 208 foram assassinatos diretos, sendo a maior expressividade nos estados da Região Norte, a saber: Roraima (47), Mato Grosso do Sul (43) e Amazonas (36). Muitos desses casos ocorrem em territórios rurais.

O Jornal Folha de São Paulo publicou uma matéria no dia 30 de abril de 2024 intitulada *fome invade casas de ribeirinhos no Marajó e crianças ficam sem merenda após jornadas até escolas*, e complementa com a seguinte redação:

A fome ronda casas de madeira suspensas em uma área de várzea, em um igarapé na periferia e na beira de rios profundos que compõem a paisagem do lado ocidental do arquipélago do Marajó. A cultura do açaí, a pesca do camarão e o Bolsa Família se mostram insuficientes em residências com famílias numerosas; a insegurança alimentar vira rotina para muitas delas (Jornal Folha de São Paulo, 2024, s/p.)<sup>3</sup>

Referente a outro contexto da Região Amazônica, a Confederação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), no dia 29 de maio de 2024, publicou uma nota de repúdio por ocasião do assassinato brutal da liderança Raimundo Bertoldo, ex-presidente do quilombo Santa Cruz. Na oportunidade a CONAQ (2024,

<sup>2</sup> Detalhes do Relatório estão disponíveis no site: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2023/07/relatorio-violencia-povos-indigenas-2022-cimi.pdf>

<sup>3</sup> A matéria completa pode ser acessada em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/04/fome-invade-casas-de-ribeirinhos-no-marajo-e-criancas-ficam-sem-merenda-apos-jornadas-ate-escolas.shtml>

s/p) afirmou que, “de janeiro de 2020 a maio de 2024 foram assassinadas 12 lideranças quilombolas no Estado do Maranhão”, motivados por conflitos territoriais.

O estado do Amazonas, em 2023 e 2024, vivenciou os anos mais severos de estiagem já identificados na região. Sem tempo para uma recarga hídrica eficiente dos rios e das bacias, as famílias amazonenses viram as águas ficarem extremamente rasas ou darem lugar a extensas camadas de terras. Com isso, aumentaram os focos de incêndios nos municípios, as doenças respiratórias, a morte de peixes e animais e outras questões. Bem observado por Krenak (2022, p. 13), “sempre estivemos perto da água, mas parece que aprendemos muito pouco com a fala dos rios”. Essa afirmação reflete sobre o acirramento da crise ambiental e climática no século XXI, movida pelo modo de produção capitalista. Vale dizer que no capitalismo as nuances da crise ambiental não residem em si, pois são provocadas pelo sistema do capital, visto que este “faz recair sobre os trabalhadores e sobre a própria natureza” (Silva, 2010, p. 81–82) suas expressões predatórias de acumulação.

Outro dado que atravessa o mundo rural da Amazônia, sobretudo no contexto paraense, diz respeito aos *deslocamentos compulsórios/forçados* (Hazeu; Costa, 2022), que muitos povos indígenas e comunidades tradicionais experienciam com a implantação de grandes projetos desde a década de 1960 do século XX. Para Hazeu e Costa (2022, p. 131):

A disputa pela ocupação do território mostra uma gama de contradições e violações de direitos, os quais abrangem: deslocamentos forçados, poluição, desapropriações, falta de pagamento de indenizações ou indenizações que não permitem às famílias condições para reorganizar sua vida com dignidade, a permanente ameaça de serem deslocados à força, o isolamento da comunidade, o fluxo de caminhões e navios, o não oferecimento de serviços básicos e até a invisibilização completa da sua existência.

Esses e tantos outros casos que estão presentes nos estados da Amazônia (*uno*) ou Amazônias (*plural*), colocam em *xeque* as expressões da questão social na Região. Já ponderado por Iamamoto (2008, p. 27), a questão social é resultado do “conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade”.

Silva (2012, p. 182) argumenta que, na Amazônia, para além das expressões de desigualdades, a questão social também se coloca como “uma questão política que perpassa as relações de classe no desenvolvimento [da acumulação do capital]”.

Os elementos ora problematizados, entre outros, marcam as complexidades que permeiam a Amazônia no século XXI, ao mesmo tempo em que ela é central para o mundo. Porto-Gonçalves (2011, p. 10) diz que “há várias Amazônias na Amazônia, muitas delas contraditórias entre si”, mas guardam um elemento em comum, que diz respeito à não dissociação da relação dos sujeitos com a natureza em prol de justiça social e cidadania. Essa compreensão dialoga diretamente com a perspectiva marxiana na passagem em que Marx afirma (2008, p. 84): “o homem vive da natureza”, e isso significa dizer que a natureza “é o seu corpo, com o qual ele tem de ficar num processo contínuo para não morrer”.

Essa realidade imprime desafios para os movimentos sociais que fazem a defesa secular das Amazônias. Como já alertou Porto-Gonçalves (2011, p. 130), “são movimentos de *r-existência*, posto que não só lutam para *resistir* contra os que matam e desmatam, mas por uma determinada forma de *existência*, um determinado modo de vida e de produção, por modos diferenciados de sentir, agir e pensar” (grifos do autor).

## **2 Organização política e cultural dos povos para defesa e acesso a direitos na região amazônica**

Do ponto de vista da ação institucional em que se baseia o Estado brasileiro, os povos e comunidades tradicionais são amparados pelo Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. O Art. 3º desse documento afirma que:

I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Brasil, PNPCT, 2007, s/p);

No âmbito da questão indígena em particular, os movimentos sociais têm defendido o *princípio da diferença* como fundamental na compreensão dos povos, sobretudo quando se reivindica políticas públicas de acordo com a realidade social. Krenak (2019, p. 16) enfatiza: “definitivamente não somos iguais [...]”. O fato de podermos compartilhar esse espaço, de estarmos juntos viajando não significa que somos iguais; significa exatamente que somos capazes de atrair uns aos outros pelas nossas diferenças, que deveriam guiar o nosso roteiro de vida”. Daí que a defesa deste princípio ganha maior notoriedade se pautada nas agendas de organização dos povos.

Assim, o processo de organização política e cultural dos povos amazônicos está presente no percurso histórico de formação social da Região. A necessidade da dimensão organizativa tem a ver com a defesa da vida humana e de seus territórios, como forma de enfrentamento aos problemas sociais que se apresentam no cotidiano, visa o fortalecimento das relações sociais, e é uma condição central para a proteção da natureza.

E, mais recentemente, os povos têm reafirmado que somente de maneira coletiva e organizada têm condições de disputar espaços políticos, e construir possibilidades de acesso equânime à diversidade de direitos.

Almeida (2011, p. 16) observa que, na particularidade amazônica os povos “tem se organizado em consistentes unidades de mobilização [...]”, para frear a imposição autoritária dos grandes projetos capitalistas, e com isso reivindicar condições básicas de manutenção da vida, e afirmação da identidade étnica e política. O autor diz também que os grupos, de maneira estratégica, recebem várias denominações. A depender da localização dos territórios, os povos vão autodenominar suas organizações como *comissões, conselhos, associações de trabalhadores rurais, comunidades negras rurais, comunidades remanescentes de quilombos, comunidades de resistência indígenas*, entre outras. Mas, mantêm a unidade da força coletiva quanto aos enfrentamentos que precisam fazer.

Essa organização dos grupos se fortalece a partir da participação nos movimentos sociais, principalmente, porque:

Os movimentos sociais são respostas sociais organizadas de grupos subordinados, marginalizados, discriminados pelas diversas formas de desigualdade e injustiça sociais a que ficam expostos, que agem no sentido de reorganizar os fatos históricos em direção às suas aspirações e utopias (Loureiro, 2023, p. 33).

Nessa direção, trazemos algumas reflexões com base na pesquisa realizada com indígenas e quilombolas territorializados na extensão do rio Andirá, área rural do município de Barreirinha, na Sub-região do Baixo Amazonas<sup>4</sup>. Dentre os diversos pontos levantados, os participantes da pesquisa apontaram que os processos de organização por meio dos movimentos têm sido essenciais para reivindicar o acesso aos direitos, principalmente quando se trata de políticas públicas no âmbito social.

<sup>4</sup> A pesquisa a que se refere diz respeito à tese de doutorado do autor que está disponível no site da UFPA: <https://www.ppgss.propesp.ufpa.br/index.php/br/teses-e-dissertacoes/teses/774-2018egressodoutorado>

Na pesquisa, foi identificado que as pautas locais em referência ao movimento do rio Andirá mantêm uma conexão com as reivindicações nacionais. Nisso prevalece o argumento da recusa à fragmentação. Está em primeiro plano a luta pelo território, pois como afirma uma das lideranças entrevistadas: *“Precisamos da terra, do nosso território para poder lutar por outras necessidades”*. Esse dado aparece nas pautas nacionais das lideranças indígenas e quilombolas, sobretudo a partir de janeiro de 2023 com a recriação do Ministério da Igualdade Racial e do Ministério dos Povos Indígenas, onde, em seus discursos, ambas as Ministras, Anielle Franco e Sônia Guajajara, argumentaram a necessidade da demarcação/titulação das terras para povos indígenas e CRQs.

Um dos relatos traz a presença do capital no território, uma vez que *“a gente observa que estão tirando nossas terras, tirando madeira, tirando pedra, estão fazendo pescaria dentro do quilombo [...] Para isso tiveram que derrubar árvore de copaibeira, castanheira e outras que são ‘madeira de lei’”*. A entrada ilegal do capital no mundo rural amazônico no século XX e no atual tem gerado enormes conflitos sociais, isso porque o modelo adotado pelo projeto capitalista entra “em choque com as populações naturais da região ao destruir a sua cultura, a sua forma de vida, o seu ambiente natural e a sua identidade cultural, quando as desenraiza física ou culturalmente, empurrando-as como marginalizadas para as periferias das cidades” (Loureiro, 2009, p. 107).

Marques (2019) já alertara que a entrada do capital na região substituiu as relações sociais e de produção preexistentes, impactando diretamente nas condições sociais de povos e comunidades que habitam diferentes áreas da Amazônia rural. Ao mesmo tempo, e certamente, dentre as várias facetas dos movimentos sociais na Amazônia, estes são também “o mais expressivo modo de manifestação e luta por questões étnicas, econômicas, ecológicas [...], a luta por manter a forma de vida local que consideram legítima contra a ação do Estado, dos grupos no poder e do modelo hegemônico de organização da vida social” (Loureiro, 2009, p. 196).

Destaca-se o relato de uma liderança indígena quando afirma que: *“a gente tem que ocupar os espaços na esfera estadual, municipal, federal, para que tenhamos voz e representatividade”*. Aqui aparece um dado importante, que tem a ver com a participação de indígenas e quilombolas nos espaços de representatividade política como fundamental para a luta social em prol de direitos. Contudo, Santos (2014) observa que a participação de lideranças dos movimentos sociais deve levar em consideração o nível de conhecimento que estes têm acerca daquilo que se reivindica. Ou seja, a participação deve ser precedida de conhecimentos mais amplos no que tange à questão política e sobre os equipamentos onde se operacionalizam serviços, programas e projetos sociais, o que parece ficar claro nas manifestações das lideranças que contribuíram para a realização do estudo, principalmente quando se referem à educação e à saúde.

Nesse sentido, em fevereiro de 2023, o autor do presente texto teve a oportunidade de participar da II Assembleia Geral dos Kapi e das Lideranças Tradicionais do Povo Sateré-Mawé do Rio Andirá. As assembleias têm sido organizadas a cada dois anos, com o objetivo de avaliar o trabalho desenvolvido, unificar e fortalecer as lutas do movimento indígena no rio Andirá, mantendo conexão com a totalidade das pautas no âmbito do movimento regional e nacional, respectivamente, com a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) e com a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib). A partir dessa participação algumas conclusões foram realizadas, as quais ratificam a importância do processo organizativo dos povos.

Ao final da Assembleia cheguei às seguintes conclusões: 1) apesar das diferenças e contradições inerentes aos movimentos sociais, os Sateré-Mawé do rio Andirá têm buscado unificar as pautas como expressão de reivindicação de acesso às políticas públicas;

2) A unificação chama atenção para a necessidade da organização coletiva como ferramenta fulcral no processo de conquistas dos direitos ancestrais/originários, étnicos, territoriais e jurídicos; 3) as manifestações culturais, tais como o ritual da tucandeira, as músicas cantadas pelos próprios indígenas, o artesanato e o consumo do *sapó* durante toda a Assembléia, são formas de reafirmação da identidade Sateré-Mawé na perspectiva da resistência em meio às opressões capitalistas que negam a ancestralidade indígena no Brasil e na Amazônia; 4) os Sateré-Mawé do rio Andirá não sucumbiram às atrocidades impostas no Governo “anti-indígena” de 2019 a 2022, por isso buscam criar estratégias de enfrentamento ao racismo e aos projetos de ofensiva neoconservadora e neoliberal que objetivam acabar com a existência dos povos seculares e balizadores da formação social do Brasil e da Amazônia; 5) por fim, as atividades da Assembleia reiteraram que a organização dos movimentos sociais é fundamental para a concretização da esperança/otimismo que vigora nos primeiros meses do atual Governo Federal, ou seja, sem luta e resistência não haverá a efetividade das promessas feitas no contexto da campanha eleitoral (Ribeiro, 2023b, p. 21).

Essas experiências, entre outras, explicam que a organização política e cultural dos povos são protoformas para viabilização da defesa e o acesso aos direitos na região amazônica. Para além disso, os eventos climáticos que se ampliaram nos últimos anos, e que têm afetado diretamente a vida dos povos rurais, realimenta o pensamento de que a proteção dos territórios começa, antes de tudo, com a defesa da vida de quem secularmente habita a Amazônia. Sobretudo, porque nos últimos anos, os projetos implantados, embora justifiquem a escuta às comunidades/aldeias, não cumprem o acordo conforme delineado, ou seja, a questão colonial permanece viva, violando direitos de várias ordens.

### **3 Pistas conclusivas sobre a pesquisa e a contribuição do Serviço Social para e com os povos amazônicos**

Não é novidade de que no século XXI a questão amazônica tem revelado desafios para a pesquisa e produção de conhecimento, ao mesmo tempo que essa realidade é vista como oportunidade única para a investigação científica.

Conforme alertado por Ribeiro, Silva e Silva (2020, p. 1):

A Amazônia e sua diversidade de povos ribeirinhos, quilombolas, indígenas, extrativistas, coletores e outros, têm sido os informantes mais recorrentes das oportunidades de se fazer pesquisa (Freitas, 2009), ao mesmo tempo, estes povos são os grupos mais atingidos pelas formas arbitrárias do desenvolvimento capitalista na Região. Portanto, a pesquisa, como ferramenta reveladora do real, também assume no contexto amazônico uma posição de enfrentamento às expressões da questão social as quais se acirram com a acumulação do capital, seja no meio rural ou urbano.

Nesse sentido, entendo que é compromisso ético e político de quem faz pesquisa na região amazônica com a diversidade de povos, de fazer com que essas produções sirvam como ferramenta de interpretação da realidade, que revela e faz o enfrentamento às faces mais severas da questão social, resultado dos processos desiguais como violências das mais diversas com pessoas indígenas, quilombolas, ribeirinhos, negros, mulheres, população LGBTQIAPN+, população em situação de rua, migrantes etc. Assim como, essas produções possam fundamentar criação de políticas públicas e processos de luta e resistência dos movimentos sociais em defesa de direitos originários, ancestrais, étnicos, territoriais e jurídicos.

Um ponto também importante é a compreensão de totalidade sobre o que é o território na particularidade amazônica. Isso porque, a perspectiva do território ultrapassa a concepção teórica de muitos

conceitos ou noções já construídas. Em síntese, no meio rural amazônico o território tem a ver com a resignificação do que é o “fator amazônico” pós ditadura militar. Ou seja, “o território sedimenta a vida dos povos; tem a ver com as relações que se produzem mutuamente com a natureza, pondo em relevo a diversidade de povos, etnias, línguas, culturas, saberes e vivências” (Ribeiro, 2023, p. 185).

Para Teixeira (2013, p. 190) são as questões singulares e particulares da região amazônica, mas em conexão com a totalidade brasileira, que balizam a compreensão do território. Esse fato “põe um desafio diferente ao princípio da territorialidade” contido na legislação de políticas públicas. Com isso quero dizer da importância que tem a resistência dos povos originários e comunidades tradicionais na defesa do território amazônico.

Ainda na perspectiva de contribuição, penso que é preciso voltar a uma reflexão de Duriguetto (2015), com a qual concordo, de que precisamos assumir o compromisso ético e político de trabalhar com esses povos em busca de construção de estratégias coletivas para o encaminhamento das suas necessidades reais/concretas. Isso tem a ver com a participação nos espaços públicos, na elaboração de políticas públicas.

Ademais, caberia um mergulho a ser dado na Lei de Regulamentação da Profissão, pois em seu Art. 4º, parágrafo IX, verifica-se que é competência do/a Assistente Social “prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade” (Brasil/CFESS, 1993 s/p). Na mesma direção, observa-se no Código de Ética do/a Assistente Social, em seu Art. 12, alínea b, que é direito do profissional “apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania”. Como argumenta Duriguetto (2015), essas assertivas, para além de uma questão normativa, assume orientação tático-estratégica e ético-política quanto ao compromisso com os movimentos sociais.

Nesse sentido, as reflexões balizadas por Teixeira (1998; 2008) chamam atenção para a importância do Serviço Social na realidade amazônica. Diz a autora: “o Serviço Social integra-se à luta dos povos indígenas”, bem como, a profissão “tem uma perspectiva política e um projeto a defender e a lutar por ele” (Teixeira, 2008, p. 16). Por isso, ao se munir das pesquisas teóricas e empíricas a partir do diálogo com etnias indígenas e outros grupos tradicionais, os/as Assistentes Sociais devem dar um retorno à diversidade de povos, seja pela via da produção do conhecimento, seja integrando-se aos movimentos sociais como forma de ratificar a questão ética e política que fundamenta a profissão.

Precisamos construir, cada vez mais, debates e intervenções com esses povos, tendo em vista o enfrentamento à visão colonizadora que persiste sobre as suas existências. Afinal, o que seria do Brasil e da Amazônia se não fossem a presença dos povos originários e negros no processo de formação social dos territórios brasileiros?

Por fim, defendemos uma leitura de que, se por muito tempo o debate sobre a questão indígena e dos povos tradicionais esteve ausente nos currículos de formação profissional, hoje, isso vem ocorrendo gradativamente, mas ainda não dá conta da totalidade do que representa a presença dos povos indígenas e comunidades tradicionais na formação brasileira, em especial do território amazônico. Contudo, ao reconhecer a lacuna e fazer aproximações analíticas/explicativas, a profissão dá um salto qualitativo e imprime o compromisso com a diversidade étnico-racial dos povos.

## Referências

ABEPSS. **Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em serviço social**. 2018. Disponível em: [https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidio\\_debate\\_uestao\\_etnico\\_servico\\_social-201812041419427146430.pdf](https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidio_debate_uestao_etnico_servico_social-201812041419427146430.pdf). Acesso em: 10 out. 2020.

ALMEIDA, A. W. B. de. **Quilombolas e as novas etnias**. Manaus: UEA edições, 2011.

A ÚLTIMA Floresta. Direção: Luiz Bolognesi. Produção: Caio Gullane, Fabiano Gullane, Laís Bodanzky, Luiz Bolognesi. Roteiro: Luiz Bolognesi, Davi Kopenawa. **Gênero**: Documentário. 2021. Online (1h16min).

BICALHO, P. S. dos S. **Protagonismo Indígena no Brasil**: movimento, cidadania e direitos (1970–2009). 2010. Tese. (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética do/a Assistente Social e Lei de Regulamentação da Profissão**. Disponível em: [https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf). Acesso em: 20 jan. 2023.

CUNHA, M. C. da. O futuro da questão indígena. **Estudos Avançados**, v. 8(20), 1994, p. 121–136. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v8n20/v8n20a16.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2019.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=am>. Acesso em: 12 mar. 2013.

DURIGUETTO, M. L. Movimentos Sociais e Serviço no Brasil pós 1990: desafios e perspectivas. In: ABRAMIDES, B.; DURIGUETTO, M. L. (Orgs.). **Movimentos Sociais e Serviço Social**: uma relação necessária. São Paulo: Cortez, 2015.

IBGE. **Estimativa de localidades indígenas e quilombolas, em 2019.** Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2020/04/pais-tem-7-mil-localidades-indigenas-e-quase-6-mil-quilombolas-estima-ibge/>. Acesso em: 05 ago. 2020.

GOHN, M. da. G. **História dos Movimentos e Lutas Sociais: a construção da cidadania dos brasileiros.** São Paulo: Edições Loyola, 1995.

GOHN, M. da. G. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política.** Livro I: o processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. **Estado, Classe e Movimento Social.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, J. P. de O.; FREIRE, C. A. da R. **A Presença Indígena na Formação do Brasil.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

OLIVEIRA, J. P. de. **O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades.** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

PAIVA, I. T. P. de. **O protagonismo indígena entre os Sateré-Mawé: lutas e Resistências**. Tese. (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia), Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.

ROCHA, J. M. da. **Das sementes aos troncos: História e Memória do movimento quilombola do Rio Andirá**. 2019. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019.

SOUZA, J. F. de. **A formação da liderança KAPI entre os Sateré-Mawé/AM**. 2019. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Amazonas, Manaus/AM, 2019.

TEIXEIRA, J. B. A Assistência Social na Amazônia. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, ano XIX, n. 56, p. 97–113, mar. 1998.

TEIXEIRA, J. B. Povos e resistências culturais: questões para o trabalho de assistentes sociais. *In*: **Livro organizado como resultado do 5º Encontro Nacional Serviço Social e Seguridade Social**, realizado de 19 a 21 de novembro de 2015, em Belo Horizonte (MG). 2018. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2018CFESS-5EncontroSeguridade.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2022.

TEIXEIRA, J. B. Meio Ambiente, Amazônia e Serviço Social. *In*: **Revista em Pauta – Faculdade de Serviço Social/RJ**. n. 21, p. 141–152, jun. 2008. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/viewFile/94/87>>. Acesso em: 20 jun. 2012.

TEIXEIRA, J. B. Economia Global Destrutiva e Ameaças ao Meio Ambiente: efeitos para os povos indígenas e os desafios para o Serviço Social. *In: Conferência Mundial de Serviço Social: o desafio de concretizar direitos numa sociedade globalizada e desigual*, 2008, Salvador. Anais... Salvador: CFESS/FITS, 2008. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/pdf/joaquina\\_barata\\_teixeira.pdf](http://www.cfess.org.br/pdf/joaquina_barata_teixeira.pdf). Acesso em: 20 out. 2022.

## **UNIDADE E DIVERSIDADE LATINO-AMERICANA NA PARTICULARIDADE DA REGIÃO DO CONE SUL DA ALAETS**

*Ramiro Marcos Dulcich Piccolo*

Tentaremos, nestas páginas, refletir coletivamente sobre o que consideramos serem os desafios ou questões para o debate do serviço social latino-americano na nossa conjuntura histórica. O tema que nos convoca hoje é bem desafiador, eu diria bem instigante e estratégico. Gostaria de começar problematizando a noção de internacionalização. Acredito que esse conceito que devemos abordar criticamente, especialmente pelo alcance que tem ganhado nos últimos anos, tanto pelos próprios desafios históricos dos nossos países, como pelas exigências acadêmicas do funcionamento universitário.

Trata-se de um tema que historicamente nos interpela como latino-americanos/as. Neste sentido, entendo que a própria ideia de *internacionalização* contém um problema, que se refere à questão da experiência de formação dos estados nacionais, a partir dos processos de independência do século XIX na região. Falar em internacionalização implica o reconhecimento da existência de estados nacionais, questão que para nós, numa leitura profunda e crítica da história da América Latina não é nada trivial. É importante lembrar que a formação dos estados nacionais na América Latina, a modernidade capitalista, se opera num contexto de derrota dos projetos sociais e populares que alimentaram as revoluções pela independência da região da colonização espanhola e portuguesa.

O processo de formação dos nossos estados nacionais, após a bárbara colonização desse vasto território desde o século XV, que dizimou as populações originárias e transplantou povos escravizados da África, é fruto do ciclo da chamada Primeira Independência. A mesma possibilitou a emancipação política das nossas nações, porém não atingiu as profundezas da dominação a que nossos povos foram submetidos. Em outras palavras, não se constituiu como uma efetiva emancipação das nossas sociedades, as quais permanecem atadas às correntes da dominação estrangeira sob novas formas.

Como dissemos, os nossos Estados nacionais se consolidaram a partir da derrota de projetos de libertação social, antiescravistas, como aquele comandado pelo Libertador Simón Bolívar, por exemplo, que não visava exatamente a formação de Estados nacionais nos moldes da experiência europeia. Era, contrariamente, uma ideia de constituição de uma Pátria Grande, como costuma dizer; era um projeto de unidade continental, latino-americana, desde o Rio Bravo no México, até a Terra do Fogo na Patagônia austral.

Simón Bolívar, justamente, rejeitava veementemente a divisão desse grande território em Estados Nacionais, tal como estruturados hoje. Essa não era uma ideia presente no seu pensamento político; pelo contrário, Bolívar entendia que aí residia o grande perigo do processo independentista em Nuestra América: na fragmentação que abriria o caminho para a concorrência capitalista entre povos irmãos, favorecendo a continuidade da dominação colonial sob novas formas, ou seja, um neocolonialismo se instalaria a partir da fragmentação territorial e sua estruturação em Estados Nacionais concorrentes entre si.

Nesse sentido, os Estados Nacionais são a forma que o capitalismo precisa para sua expansão e reprodução ampliada na América Latina. Trata-se, portanto, de uma construção do capitalismo. Falar de internacionalismo na América Latina, desde uma perspectiva crítica, não é uma questão

menor, é uma questão essencial da nossa história que se arrasta até o presente, que envolve a sorte e o futuro dos nossos povos.

Por essa derrota do projeto libertário, que tinha outra perspectiva e trabalhava com uma ideia muito mais interessante de desenvolvimento da Nossa América, consideramos que os Estados Nacionais, tal como os conhecemos, são uma imposição que nos divide e nos enfrenta, sendo que a história de todos nossos povos não teriam por quê estar fragmentados, rivalizando por uma melhor inserção na dinâmica capitalista mundial.

Desde essa perspectiva, é preciso refletir sobre qual internacionalização defendemos e construímos; essa problematização é central, tanto nos países de colonização espanhola, quanto nos de colonização portuguesa, para pensar de que internacionalização estamos falando. Esse conceito contém, portanto, um problema muito caro para nós: o problema da unidade latino-americana.

A unidade latino-americana, desde a formação dos Estados Nacionais, tem-se tornado um dos desafios principais da nossa época, particularmente na fase atual do capitalismo, de crise estrutural, onde o sistema se torna cada vez mais destrutivo e barbarizante, que se oxigena ajustando, exatamente, os elos mais fracos, mais frágeis da corrente, como ser: América Latina. Por isso, no capitalismo em crise estrutural, a nossa região sofre seus efeitos de modo particular e intensificado.

De modo que, a internacionalização para nós, latino-americanos, não é apenas um conceito; antes, trata-se de um fato histórico concreto que não é recente, começa com a invasão europeia e a seu correlato lógico: a colonização, que vai possibilitar, como vimos, a constituição do sistema-mundo capitalista. Então, para nós, a internacionalização não é uma novidade; antes, é uma manifestação do longo processo de desenvolvimento desigual e combinado que marca a dinâmica contraditória do modo de produção capitalista.

A internacionalização, essa tendência, como Marx já assinalava no célebre texto do Manifesto Comunista, é uma vocação do próprio capitalismo até os nossos dias. A internacionalização do próprio liberalismo, do livre comércio e intercâmbio de mercadorias, que permite a universalização das relações capitalistas, hoje, também, é chamado de globalização.

Contraditoriamente, a internacionalização das relações capitalistas determinou a universalização da resistência ao sistema de exploração por parte da classe trabalhadora nas diferentes regiões particulares do mundo. Essas vão resistir e se organizar internacionalmente para enfrentar a ofensiva do capital; vão se articular internacionalmente e resistir à dominação imperialista. Ou seja, as classes subalternas e oprimidas vão também criar suas formas internacionais de se defender, de resistir e de contra-atacar.

A partir desse raciocínio, com muita propriedade e justiça, afirmamos que a internacionalização hoje muito mencionada nas metas acadêmicas das instituições de ensino superior é um processo cuja direção está em disputa. Ou seja, não é um processo unilateral, unidimensional; trata-se, antes do que mais nada, de uma contradição; um processo onde se disputa a orientação e suas consequências. Dita disputa tem a ver com a interpretação da dinâmica mencionada acima, de pensar América Latina no processo mais profundo de consolidação da modernidade capitalista e da cultura ocidental. Todavia, isso implica, também, analisar as resistências a essa internacionalização capitalista. E aí nós temos antecedentes muito interessantes na América Latina, como região periférica do capitalismo.

Alguns antecedentes para pensar uma outra internacionalização, uma contra internacionalização, na perspectiva de uma outra globalização. Mas também temos antecedentes na Europa que podemos estudar e analisar. Podemos citar o caso do movimento operário que se organizou no século XIX e reuniu em seu entorno figuras importantíssimas como

Karl Marx e Friedrich Engels, entre outras; também temos expressões altíssimas na América Latina, como Simón Bolívar que já foi mencionado, José Martí e José Carlos Mariátegui, só para mencionar alguns dos mais destacados referentes que devem ser recuperados pelo pensamento crítico latino-americano. Referências essas que servem como pilares de uma outra internacionalização, anticapitalista, antiopressora, antipatriarcal e antirracista.

Nesse sentido, como foi dito, o projeto de Bolívar não era de Estados nacionais; pelo contrário, defendia a formação de uma Confederação latino-americana: a Pátria Grande. Sobre a derrota desse projeto, de um grande Estado Latino-americano, vai se consolidar a atual configuração de Estados nacionais burgueses no formato europeu, funcionais à reprodução do capitalismo até hoje. Essa questão é uma razão fundamental pela qual ainda continuamos nesta condição de dependência, de dominação e subordinação ao sistema global.

Perpetuar a fragmentação dos nossos povos nas diversas regiões da Nossa América tem sido um dos dispositivos fundamentais de contrainsurgência utilizados pelo imperialismo que hoje se aprofunda diante da sua crise de hegemonia no sistema mundial. A estratégia de manter fragmentada a Pátria Grande, de reproduzir a fragmentação desse território em estados nacionais rivais, segue sendo um imperativo que está na base da dominação imperialista.

De modo que, Bolívar é a expressão mais alta de aquele histórico que aqui chamamos de primeira Independência da Nossa América. Uma primeira tentativa clara de pensar profundamente uma sociedade emancipada no nosso território. Embora derrotado, esse projeto deixou um legado incontornável que precisa ser recuperado, especialmente no Brasil, onde a experiência Bolivariana, que inspirou a primeira Independência, teve outras características. É importante destacar que, no Brasil, essas lutas, essas guerras pela Independência, não tiveram o caráter

popular, antiescravista e indigenista presentes nas regiões de colonização espanhola. É por isso que o estudo de Bolívar segue sendo indispensável para pensar a atualidade da libertação da nossa América.

A segunda grande referência que mencionamos, que também é síntese de um momento histórico peculiar na América Latina é o revolucionário cubano José Martí, que acunha a expressão Nossa América, para diferenciar esse território da outra América, a imperialista, a projetada pelos Estados Unidos. No final do Século XIX, já com a derrota do projeto de Bolívar e com a consolidação dos Estados Nação burgueses modernos na América Latina, José Martí lidera as guerras pela Independência de Cuba – um dos últimos países que permaneceram sob o colonialismo da Espanha na América. Martí entrega sua vida nas lutas pela independência de Cuba que, apenas conquistada, é invadida pelos Estados Unidos e mantida numa condição de colônia até a revolução de 1959.

A importância de recuperar José Martí radica justamente no fato de que, participando do processo de Independência de Cuba e da formação da República soberana, consegue ver e denunciar nos seus escritos a vocação imperialista dos Estados Unidos. Portanto, em termos de crítica concreta ao imperialismo, à dominação capitalista moderna, Martí é uma referência que me parece incontornável, uma figura central, para analisar essa contradição do nacional e o internacional numa região tão complexa como Nossa América e projetar uma internacionalização crítica.

A terceira referência que foi mencionada é o indigenista marxista José Carlos Mariátegui, natural do Perú. Seu marxismo, nas primeiras décadas do século XX e ao calor dos processos revolucionários no mundo, é a primeira expressão sistemática de pensar América Latina a partir das categorias de Marx. Ele faz esse exercício de pensar criticamente a Nossa América já sobre a base dos estados nacionais burgueses consolidados. A riqueza da sua elaboração está em projetar um futuro não capitalista que supera as artificiais fronteiras nacionais, tais como estabelecidas pelo

moderno capitalismo dependente. Reconhecendo a diversidade cultural dos povos latino-americanos, sua fragmentação em identidades nacionais, divididos por fronteiras superficiais, sem negar essa condição que é um fato histórico, se pergunta pela superação dessa condição.

Com base na crítica da economia política, sobre um estudo profundo do materialismo histórico, criativo e original, propõe partir das realidades nacionais artificialmente impostas para pensar um processo de libertação da região. Ele parte da premissa de retomar a ideia de uma Pátria Grande, tentando recompor a identidade dos povos originários da América, com suas diferentes cosmogonias, porém com muitos elementos em comum. Especialmente com relação às formas de organização da vida social comunitária dos povos indo-americanos, baseadas na cooperação e com fortes elementos de “socialismo prático”, uma relação horizontal com a natureza e o sentimento de se sentir parte dela.

Sua cosmovisão de mundo lhe permite projetar a cooperação e o comunitarismo fortemente arraigados na cultura dos povos originários da América e da África, em perspectiva histórica e pensar o latino-americano, não apenas como um conceito, não como uma necessidade histórico-concreta para construir a nossa emancipação e assim superar essa condição de subalternidade em que nos encontramos há mais de 500 anos.

Podemos afirmar, por tudo isso, que o internacionalismo que brota da reflexão e da ação de Mariátegui tem a ver com esse que nós defendemos aqui. Entendemos que suas proposições centrais, depois de praticamente um século de elaboradas, são atuais e vigentes. Qualquer iniciativa em termos de integração ou internacionalização crítica em Nossa América, de construir uma unidade em meio à tamanha diversidade que somos, tem que se realizar sobre a base destas proposições, recuperando o mais fértil que o histórico de lutas emancipatórias nos oferece. O legado crítico latino-americano é muito rico e variado e precisamos nos apropriar dele.

## **A construção de um projeto profissional crítico latino-americano**

Sobre o projeto latino-americano de um Serviço Social crítico, nesse contexto de internacionalização crescente, o movimento se desenvolve em diálogo e em contradição com as tendências globais. Iniciamos problematizando a internacionalização e a colocando no contexto do debate latino-americano, mas também o tema se torna pauta por uma imposição da própria realidade. Ou seja, a hegemonia neoliberal e a ofensiva tecnicista e produtivista nas universidades e centros de formação profissional nos coloca nesta pauta.

Como sabemos o Serviço Social, desde sua origem, está marcado por profundas tendências internacionais, globais, poderíamos dizer. Em termos gerais, podemos identificar uma primeira determinação internacional fundamental nesse período inicial da profissão na América Latina, que vai carimbar a fundação das primeiras escolas e centros de formação em Serviço Social. Nesta hipótese, a emergência dessa atividade profissionalizada, inscrita dentro da divisão social e técnica do trabalho das sociedades capitalistas latino-americanas há mais de um século, responde a uma tendência internacional claramente impulsionada por uma importante Reforma da Igreja Católica e sua doutrina social.

Trata-se de uma transformação que a dita instituição desenvolve e que abrange todos os cantos do mundo onde exerce sua influência, particularmente na América Latina. Dita reforma terá um caráter modernizador, em muitos aspectos, participando decisivamente na criação da primeira escola de Serviço Social, no Chile, em 1925. Essa tendência internacionalista da Igreja Católica significa, por sua vez, um movimento progressivo na organização da referida instituição religiosa.

Ou seja, uma reforma dentro da própria Igreja Católica, que revela elementos progressistas, de descentralização do poder e que apela

à mobilização dos seus fiéis para tarefas de apostolado social, como estratégia para recuperar terreno ideológico perdido frente aos processos de politização das classes subalternas e as ideologias socialistas, anarquistas e revolucionárias, muito vigorosas na época em questão, especialmente após o triunfo da Revolução dos Bolcheviques, na Rússia de 1917.

A reforma da Igreja Católica a que nos referimos, a revisão da sua doutrina social, como vimos, terá influência decisiva na emergência do Serviço Social na América Latina e se estrutura como principal estratégia para enfrentar o fortalecimento dos movimentos socialistas e anarquistas que estão em ascensão no mundo todo.

Todavia, dita tendência internacional não será a força motriz exclusiva na formação do Serviço Social no conjunto dos países latino-americanos; tampouco se realizará sem resistências e oposições. Em experiências como da Argentina, Uruguai, Puerto Rico, dentre outras, a criação da profissão se apresenta mais vinculada a perspectivas racionalistas, ligadas a perspectivas positivistas e modernizantes como o higienismo. Da mesma forma, pesquisas recentes mostram como grupos e personalidades pertencentes às lutas feministas, socialistas e anarquistas, terão grande protagonismo e presença nas experiências germinais do Serviço Social, especialmente em Argentina e Uruguai.

Há um segundo momento, determinado por uma segunda tendência internacional, que afeta ao Serviço Social latino-americano no pós Segunda Guerra Mundial, no contexto do mundo bipolar da Guerra Fria, que porta um caráter predominantemente cientificista, claramente racionalista, impulsionado pelo auge da sociologia norte-americana nas ciências sociais. Dita tendência, na América Latina, será implementada através da Organização dos Estados Americanos (OEA), mediante diversos programas de “cooperação técnica para o desenvolvimento” regional. Trata-se de uma nova estratégia imperialista para manter sob

controle a região após o cataclismo político produzido pelo triunfo da Revolução Cubana em 1959.

Essa segunda tendência internacional na formação profissional em Serviço Social na América Latina, como foi dito, tem um caráter eminentemente modernizador, que se afasta da tradição que associava a atividade profissional com as históricas formas de ajuda social – tanto a caridade, quanto a filantropia. A hegemonia dessa perspectiva na formação de profissionais de Serviço social na América Latina será caracterizada como um processo de “modernização conservadora” e implementada pela OEA através do seu Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais.

Para tanto, novas técnicas e metodologias de intervenção são propostas, com destaque para o Desenvolvimento e Organização de Comunidades. Com essa novidade metodológica, que implica uma modernização profissional, muda a perspectiva de abordagem dos problemas sociais, os que começam a ser interpretados desde uma visão macroscópica, sistêmica, embora em termos de conservação da ordem social. Por isso, essa segunda tendência internacional, motorizada pela hegemonia norte-americana como contestação aos processos críticos nas ciências sociais latino-americanas, ficará conhecida como um processo de modernização conservadora do Serviço Social, segundo a análise de José Paulo Netto.

Sem lugar a dúvidas, estamos aqui face uma perspectiva profissional mais racional, tecnicamente qualificada e aprimorada em termos científicos. Todavia, essa hegemonia encontrará no coletivo profissional, pela primeira vez de forma sistemática e abrangente, uma resistência organizada, estruturada a partir do Movimento Latino-americano de Reconceitualização do Serviço Social, especialmente no período de 1965 a 1975. Como foi esboçado acima, dito movimento recebe um influxo decisivo da Revolução Cubana de 1959, posto o conjunto de debates críticos e o impulso de perspectivas revolucionárias que a mesma levanta

em todos os países da região, imbuídos numa realidade de opressão imperialista e dependência seculares.

As energias transformadoras advindas da vitória do movimento revolucionário em Cuba alimentaram a crítica teórico-política, não só no âmbito do Serviço Social, mas do conjunto das ciências sociais na América Latina e no Caribe, precipitando processos revolucionários em praticamente todos os países da região, particularmente nas universidades e no movimento estudantil. De modo que, a chamada “Segunda Independência” na ilha caribenha vai influir no conjunto das lutas e movimentos sociais da América Latina. O interessante a ressaltar aqui é que, esse segundo momento da internacionalização do Serviço Social em Nossa América, enfrenta, pela primeira vez, um movimento crítico organizado: o Movimento de Reconceituação.

Agora, voltando à questão da disputa pelo sentido da internacionalização, como esse processo se materializa, por exemplo, na Associação Latino-americana de Ensino e Investigação em Serviço Social (ALAEITS). Na época que estamos tratando, a pesquisa indica que a primeira entidade latino-americana de Serviço Social foi criada no contexto de um seminário Pan-americano no Peru e denominada ALAESS. A mesma, no contexto tenso da Guerra Fria, emerge como parte da nova estratégia de dominação territorial norte-americana. O movimento crítico da Reconceituação vai disputá-la e reverter a orientação político-acadêmica da entidade alterando sua nomenclatura para ALAETS em meados da década de 1960.

Assim, um momento diferente que temos que recuperar, posto que implica um grande avanço para os segmentos críticos da categoria, não só um salto organizativo e de agregação da massa crítica latino-americana no Serviço Social, mas também uma estratégia de disputa pela hegemonia e a direção social da profissão. Não se cria uma outra associação, não se faz uma organização paralela, um “duplo poder”; se disputa o sentido dessa

instituição desde dentro, para construir a atual configuração que temos da Associação Latino-americana. É uma conquista desse movimento crítico do Serviço Social que deve ser preservada, pois nada assegura que não possa ser revertida e a ALAEITS sofrer uma regressão política.

Isso é, a construção, a disputa pela orientação social e política das organizações internacionais (ALAEITS, AIETS, FITS, etc.) é uma construção permanente, que deve ser alimentada com participação, elaboração política e construção de estratégias. Trata-se de uma atividade permanente, que não descansa. Em outros termos, o nosso contra-ataque, neste sentido, deve ser permanente. De modo que, a recuperação e reorientação de ALAEITS foi um contra-ataque dos segmentos críticos ao interior da associação.

É claro que o Centro de Estudos Latino Americano de Trabalho Social (CELATS) vai ter um papel fundamental nessa reorientação de conteúdos e na luta pela hegemonia na ALAEITS. Merece destaque aqui, o marco de alianças que os segmentos críticos estabelecem para viabilizar dito processo; o projeto latino-americano vai receber o apoio e se encorpar pela estruturação de parcerias e alianças com grupos e organismos da democracia cristã da Europa, especialmente a fundação *Konrad Adenauer*, da Alemanha, através do projeto de Solidariedade Internacional (ISI), que se constituirá no principal financiador do CELATS, permitindo a consolidação do projeto profissional crítico do Serviço Social latino-americano.

É num tabuleiro político muito delicado e complexo que aquela geração vai desenvolver seu trabalho político acadêmico, sabendo ler contradições colocadas pelo contexto mundial de Guerra Fria e seus rebatimentos na América Latina, tecer alianças e parcerias para lograr afirmar a Associação que hoje temos. Com tendências diversas e heterogêneas no seu interior, porém com um perfil crítico, democrático e popular hegemônico.

Não se visualiza internamente uma disputa declarada na ALAEITS sobre projetos profissionais antagônicos, ou forças que questionem o espírito inicial da Reconceituação de construir um Serviço Social Latino-americano; de fato, a construção de um projeto profissional latino-americano segue sendo a marca e a identidade da ALAEITS hoje, depois de 60 anos do Movimento da Reconceituação. É esse o processo que nos unifica em meio da enorme diversidade que temos.

Todavia, é inegável o registro de perspectivas teórico-metodológicas diversas no interior do Serviço Social na América Latina. Nas últimas décadas, muito em função das dificuldades e fracassos das experiências socialistas, algumas ditas marxistas – e não acredito que todo e qualquer marxismo possa ser considerado parte do que estamos chamando de pensamento crítico latino-americano –, observamos a emergência das perspectivas decoloniais na profissão, pretendidamente renovadoras das teorias críticas para interpretar a realidade do mundo periférico do capitalismo global, especialmente na América Latina e na África.

É bom lembrar que, no início do século XXI, no Serviço Social brasileiro havia muitas dificuldades para estudar questões particulares da região e era um pouco ausente o debate latino-americano; assim como bem difícil o reconhecimento do Brasil como parte da América Latina, inclusive nos segmentos críticos da academia. Foi um trabalho muito bonito naquele momento de ascensão dos governos progressistas na Nossa América, instalar certas questões que tem a ver com as nossas particularidades sócio-históricas, estudar Simón Bolívar, José Martí, José Carlos Mariátegui, dentre outras referências centrais da nossa história revolucionária.

Naquele momento, é bom lembrar, já líamos autores/as pertencentes às perspectivas decoloniais, especialmente suas correntes críticas (porque, é preciso reconhecer que há um pensamento decolonial, vinculado a perspectivas pós-modernas que, a meu modo de ver, abona

o conservadorismo com uma narrativa pseudo-crítica) como, por exemplo, o peruano já falecido Aníbal Quijano. Trata-se de um discípulo de Mariátegui, se se permite esse adjetivo, que trabalha nessa perspectiva onde não há antagonismos com o marxismo crítico.

Assim, é fundamental estar muito esclarecidas/os e abertas/os ao diálogo, nesse sentido, para que o debate possa avançar; há que exercitar a escuta qualificada e a interpretação livre de preconceitos e dogmatismos, pois a diversidade latino-americana exige a isso – e não tem a ver com abaixar bandeiras, negociar princípios ou relativizar a necessidade da coerência. Trata-se de outra coisa: construir uma identidade na nossa enorme diversidade, fortemente marcada, inclusive, por essa diferenciação entre os processos de colonização entre a América espanhola e a América portuguesa, a que nos referimos no início, que durante muito tempo nos manteve fraturados.

Para o avanço do projeto emancipatório na Nossa América precisa-se dessa síntese teórico-política; não é uma questão conceitual, acadêmica ou meramente estética; é, antes que mais nada, uma necessidade histórica para superar a dominação capitalista que nos oprime há mais de 500 anos.

Podemos identificar um terceiro momento histórico dessa internacionalização, que se arrasta até a atualidade. É uma tendência da internacionalização marcada pela hegemonia neoliberal. Desde os anos de 1970 e, especialmente nas primeiras décadas do século XXI, estamos numa dinâmica de resistir às ofensivas neoliberais e ultra liberais, agora com esta trágica novidade da emergência de perspectivas da extrema direita neo-fascista no mundo. Vivenciamos uma renovação da cara bárbara do desenvolvimento capitalista no mundo, que está organicamente vinculada à crise estrutural do capital. Ou seja, não dá para pensar na emergência da extrema-direita desvinculada da crise estrutural do capital.

Todavia, esse processo não é novo; vem se sistematizando há mais de 20 anos. O reforço dos aspectos repressivos não é de agora,

mas na atualidade adquire traços desesperantes. Dita ofensiva das classes dominantes tem colocado numa posição defensiva os setores populares e as organizações da classe trabalhadora. Essa ofensiva brutal do capital das últimas décadas, que conhecemos sob o rótulo de políticas neoliberais ou ultraliberais, tem-se mostrado especialmente agressiva e barbarizante nas periferias do sistema capitalista. Não obstante, apesar desse contexto regressivo em termos gerais, a organização do Serviço Social crítico latino-americano e a própria ALAEITS, têm dado alguns passos importantes neste processo de recomposição de forças progressistas e a consolidação da nossa organização.

Esses avanços têm a ver com sua dinâmica de funcionamento que hoje abre perspectivas esperançosas para o futuro. Atualmente, temos 3 (três) regionais trabalhando como tais (Cone Sul; Andina; Centro América, Caribe e México), que agregam hoje 20 países da Nossa América. Há um tempo, isso não era tão sólido, porém hoje podemos falar de que todas as regionais se organizam da Associação Latino-americana, e estão desenvolvendo um processo organizativo particular, que fortalece a todas e cada uma das entidades nacionais, a articular o processo de formação de novas/os profissionais de Serviço Social.

Essas regionais são pensadas como os pilares do funcionamento da organização, pelo que é fundamental seu funcionamento, que articulem, debatam, criem pautas, se encontrem e criem laços. Neste sentido, são concebidas como mediações necessárias para a construção dessa identidade na diversidade que precisamos recriar. De modo que, num cenário profundamente regressivo em termos políticos e acadêmicos, representa um grande avanço manter a ALAEITS unificada e com suas regionais erguidas e funcionando, resistindo às investidas do imperialismo norte-americano e aos seus dispositivos de fragmentação e despolitização. Entendemos que conseguir avançar, alcançar pequenas vitórias em um contexto de tamanha regressão civilizatória, é uma conquista enorme.

# UNIDAD Y DIVERSIDAD LATINOAMERICANA EN LA PARTICULARIDAD DEL TRABAJO SOCIAL DE LA REGIÓN ANDINA

*Jorge García Escobar*

La región andina conformada por países como: Venezuela, Bolivia, Ecuador, Perú y Bolivia, fue escenario del despliegue del segundo momento en la instalación de la profesión de Trabajo Social en Sudamérica durante la primera mitad del siglo pasado. En buena medida, siguiendo la experiencia previa validada en las naciones del cono sur. Al respecto, el presente trabajo busca dilucidar aspectos propios de la particularidad del quehacer profesional en el espacio andino. En ese sentido, recurrimos a la revisión de diversa data histórica y antropológica, como insumo a partir del cual intentar caracterizar nuestra propia versión del Trabajo Social, sin eximirnos de presentar una mirada panorámica de la actualidad y prospectiva o espacio de posibilidad de una profesión que viene madurando y a la vez, se sigue tinturando en razón a lo surgido y gestado en estas tierras.

En el camino presentamos hallazgos duales: por un lado, puntos de coincidencia entre lo ocurrido en nuestras naciones andinas, pero también compartimos puntos de diferenciación y ello, teniendo en cuenta que el devenir político, económico y social en cada país no ha sido del todo similar, sino que ha seguido trayectorias también particulares. Definitivamente, lo expuesto en estas líneas está abierto al debate, se comparte apoyándonos en el carácter hipotético y buscando animar la discusión sobre lo que podríamos denominar Trabajo Social andino. Lo que si tenemos claro es que hoy más que nunca tenemos que buscar articular la resistencia

y dignidad como elementos presentes en el quehacer desplegado en nuestra región, en la forma de confrontar inequidades, problemáticas y desvalorizaciones que se presentan a lo social y por ende, a nuestra carrera. En estos márgenes de aplicación de la traza civilizatoria de occidente y su revestimiento de eurocentrismo con pretensión homogeneizadora.

## **1 La vigencia de lo andino**

En las inmensidades de este continente florecieron pueblos y culturas muy importantes para la historia global. Al sur de la llamada América Latina y antes de la llegada de los colonizadores, además explotadores y usurpadores; se contaban con múltiples poblaciones originarias, algunas de ellas llegaron a tener un nivel de despliegue tan relevante en diversas áreas del conocimiento y funcionamiento societal, que aún ahora sirven de referente global del avance de estas sociedades tradicionales americanas; tal es el caso del incario en los andes de nuestro terruño al sur.

En específico, los pueblos andinos se ubicaron en buena parte del continente en los territorios que hoy cubren varios países; superando las distribuciones y organizaciones posteriores de Estados modernos posguerra de independización, lo andino estaba esparcido en esta parte del continente con trazas e influencias, que la arqueología y la historia no llegan a ciencia cierta a dilucidar en su amplitud y complejidad. Lo cierto es que esta avanzada cultural estuvo y aún sigue estando mucho más enraizada en nuestros pueblos originarios y territorios, inclusive por encima del fraccionamiento posterior de las repúblicas, hecho después de la injerencia de externos occidentales; en ese sentido, vale la pena revalorar denominaciones alineadas a nuestra más profunda tradición como el llamado trabajo social andino.

Se podría argumentar desde la oposición intelectual que lo tradicional ya no lo es tanto; que el genocidio, etnocidio y epistemicidio

perpetrado por los occidentales terminó diezmando individuos y las lógicas culturales antecedentes (Agüero, 2022), y lanzándonos al mar del mestizaje en su máxima y más compleja potencia, generando nuevas culturalidades y sensibilidades, solo ubicables dentro de lo híbrido, moderno y globalizado. Pero, lo cierto es que lo tradicional no ha muerto, más bien ha sido un faro de lucha de resistencia contra la cultura y valores de los invasores, y sus efectos a corto, mediano y largo plazo. El mundo de las ideas y artefactos culturales de estos pueblos sigue estando presentes en diversos espacios y momentos de la vida de nuestras gentes, especialmente cuando de sobrevivir e intentar vivir bien se trata.

Más allá de enfocar las varias expresiones culturales de la presencia de lo andino en nuestros territorios; es mejor centrar la mirada analítica en las prácticas tinturadas por los valores tradicionales y que han sido claves en la preservación de toda forma de vida y la atenuación de los embates destructivos del modelo civilizatorio de occidente. Una primera muestra de persistencia con dignidad es la relación con la naturaleza; ha sido el capitalismo, hoy neoliberalismo, la fuerza destructiva, sistemática y asesina más potente de toda forma de vida natural, en razón a su ánimo exacerbado por generar harta riqueza aprovechando lo que en el ambiente ecológico se pueda extraer, aprovechar, transformar, utilizar y vender. Como señala Hermida: “El ethos neoliberal nos predispone a prácticas de consumo, de meritocracia, de competencia, de violencia, de extractivismo” (2020, p. 7). Este ejercicio, soltado al libre albedrío y descontrol desde el siglo XVIII nos ha llevado como especie al colapso ecológico, condición que presenciamos y vivimos.

La destrucción del ambiente siguiendo la lógica de concatenación de toda forma de vida no solo ha supuesto desaparición de especies; sino que también revierte en la pérdida de vidas humanas, afectadas por las más diversas expresiones del colapso ambiental: polución, los mal llamados accidentes ecológicos, daño y envenenamiento de aguas, agujero

de la capa de ozono, efecto invernadero, expulsión de gases tóxicos, etc. Hinkelammert (1997) hace más de un cuarto de siglo atrás, lo llamaba *el asesinato es suicidio*, en el sentido de dejar en claro que si uno mata naturaleza de vida también asesina a seres humanos, en tanto somos una de las varias formas de vida existente en un todo articulado e interdependiente de ambiente existencial; también lo han venido a llamar efecto mariposa.

Occidente y especialmente el capitalismo descarnado referido por Schumpeter, constituyen los grandes culpables del daño irreversible proferido a la naturaleza; en otra línea, nuestras poblaciones originarias históricamente han optado por una relación de respeto y hasta adoración del ecosistema. Por ejemplo, los quechuas andinos (grupo más grande y representativo de Sudamérica) eran de religión animistas; es decir, sus deidades eran el sol (inti), la luna (killa), la tierra (Pachamama), los montes (apus), los ríos (cochas), etc. Por ello, veneraban estos componentes de la naturaleza de vida, porque entendían que estos hacen parte de nuestras vidas y permitían la satisfacción de necesidades, y con ello, posibilitaban la reproducción de la existencia humana.

Su religión era una que no se abstraía de la realidad y representaba en un dios presente en alma y sentimiento, sino una práctica que aterrizaba en la naturaleza, en aquella vida mayor que envuelve al existir humano. Se enlazaba con cosas tan reales como el agua que permite mantener toda forma de vida o la tierra que nos brinda los alimentos que posibilitan nutrir y pervivir a nuestras colectividades.

Una segunda dimensión práctica que vale la pena revalorar a manera de simple muestra, es la relacionada con la manera de hacer política en los pueblos originarios. Inicialmente se entiende la actoría política y económica desde temprana edad; obviamente adecuado ello al grado de responsabilidad de acuerdo a la edad del individuo. Retomando a Ames: “La participación progresiva de los niños en las actividades

adultas, entonces, les permite adquirir las habilidades y desarrollar las competencias necesarias para vivir de la tierra, si la escolaridad no desemboca en un empleo en la ciudad” (Ames, 2013, p. 402). Un ejemplo de ello, lo podemos hallar en la documentada experiencia de contribución al hogar que las infancias y adolescencia de las sociedades tradicionales andinas han brindado permanentemente. En palabras de Ames (2013) el involucramiento desde temprana edad no solo se comprende como aporte económico, sino también con una experiencia formativa para la vida, además de ser parte de la reproducción misma de la cultura.

Las formas de participación política tradicional se replican dejando en claro el sentido de rol comunitario, más allá de simplemente el beneficio individual. En zonas andinas y amazónicas se puede observar prácticas de representación política formal como alcaldes y regidores, pero también y en paralelo expresiones tradicionales de liderazgo como: Varayuqs (Taípe y Taípe, 2021), Jilakatas (Indicep, 1973) y Apus (Codjia, 2016) y otros, que han logrado mantenerse vigentes, pese a no contar históricamente con el reconocimiento y apoyo del Estado y su institucionalidad. Aún hoy representan y consolidan formas de hacer política con características propias y diferenciales en comparación con el modelo de democracia liberal, aplicado por los Estados nación modernos. Sistemas de elección y función que vale la pena conocer y valorar de cara a la necesaria poliarquía de estos tiempos y la urgencia de mejorar los procesos políticos.

Entonces a diferencia de las zonas urbanas en las que los candidatos a tomador de decisión política están cerca a la comunidad en etapa electoral, pero una vez nombrados y encaramados en el cargo prácticamente desaparecen. En el caso, de los pueblos originarios el cargo político no implica un cambio de roles y distancia mayor con el pueblo; es posible encontrar al líder político tradicional por la mañana o la tarde en la comunidad y trabajando a las labores agrícolas propias de estas sociedades.

En tiempos de crisis políticas constantes y proliferación de expresiones lamentables en el uso político formal; bien vale el cometido de adentrarnos en estas otras formas de acervo político; a fin de dimensionar y seleccionar lo que se pueda aprender de su peculiar ejercicio.

## **2 La trayectoria del Trabajo Social andino**

La profesión en estos territorios forma parte de una segunda etapa o tradición en el establecimiento de centros formativos en Sudamérica; es de recordar que la primera unidad formativa se instaló en Chile en 1925; llamada Escuela de Servicio Social de la Junta Beneficencia de Santiago de Chile, a lo que siguió la constitución de las primeras escuelas nacionales en otros países del cono sur de esta zona del continente: Uruguay, Argentina y Brasil. La formación en nuestro quehacer en el área andina inició el 22 de octubre de 1936 con la gestación de la primera escuela de servicio social colombiana en el Colegio Mayor Nuestra Señora del Rosario, que además marcó un hito significativo en la historia del Trabajo Social de estas tierras, al ser el primer centro formativo planificado, estructurado y dirigido por una colega connacional: María Carulla Soler. El tiempo de encaminar el Trabajo Social andino viene como un segundo momento en la región y trae consigo particularidades cimentadas sobre la base de la primera tradición en el cono sur, y que profundiza el rol pionero en razón a una práctica ensayo y error, que luego permite en la región andina ya no un inicio experimental, sino con una base de conocimiento en el proceso de instalación y activación de unidades de formación, de despliegue de prácticas pre profesionales y de posterior inserción laboral de las egresadas.

Volviendo a la profesora Carulla, tenemos que ella era colombiana de padres catalanes y parte de una familia de privilegiada economía fue enviada por sus progenitores a seguir estudios superiores a Catalunya; donde se matricula en la Escuela Social Católica para Mujeres de Barcelona,

siendo parte de su primera promoción (Cifuentes y Gartner, 2003). Luego de terminar estudios y con el título bajo el brazo regresa a su país, con el proyecto en mente de crear el primer centro formativo de este tipo en Bogotá, Colombia.

Por ejemplo, el segundo centro formativo de la profesión creado en el área andina fue la Escuela de Servicio Social del Perú (ESSP). Esta fue estructurada como resultado del interés y prioridad política de un gobernante de turno; el presidente Oscar R. Benavides, en su perspectiva de generar avance e innovación en la creación de las emergentes políticas sociales. Tal el así, comprende la necesidad de contar con el avance y posibilidad de acción que significaba contar con asistentes sociales, idea que va incubando a partir de la influencia de su esposa Francisca Benavides (conocida como Paquita), personaje cercano a las elites femeninas de organizaciones de laicas católicas de clase alta, quienes venían informándose desde hacía un tiempo de la creación de Escuelas Sociales Católicas Femeninas en Europa y también en Sudamérica.

De esta forma, fue el propio presidente quien toma conocimiento y asume la tarea de crear un centro de formación de ese tipo en su país, para ello, con misiva oficial remitida a la Unión Católica Internacional de Servicio Social (UCISS) solicita el apoyo en la asesoría e instalación de esta primera escuela peruana. Sería la primera vez que la formación de estas especialistas llega a tener preponderancia y prioridad política de la mano de un gobernante de nación (García, 2025; Maguiña, 1979). Esto como es obvio no aseguró que la misma importancia política fuera transferida a otros presidentes peruanos y, por ende, comenzó a decaer de a pocos al terminar al gobierno del presidente Benavides.

Iniciar en un país la formación en Trabajo Social de la mano con la decisión política del propio presidente y con expectativa respecto al rol a desempeñar en la labor de potenciación en la implementación de las políticas sociales, es un caso que esgrime la importancia de este segundo

momento en la creación de estas unidades de formación. Pero al mismo tiempo, constituye evidencia del optimismo que podía alcanzar la naciente especialidad superior, en tiempos en que el capitalismo keynesiano o de bienestar humano despierta fidelidades, y donde el Trabajo Social cobra relevancia, siendo llamado a generar cierto protagonismo dentro del conglomerado de las profesiones.

Posteriormente, el inicio de formación superior continuará en las otras naciones andinas; en Venezuela en 1940 con la fundación de la Escuela Nacional de Servicio Social, entidad dependiente del Ministerio de Sanidad y Asistencia Social. Después, en Ecuador en 1945 con la creación de dos Unidades de Formación; primero la Escuela de Servicio Social *Mariana de Jesús* y luego la Escuela Nacional de Servicio Social. Finalmente, el círculo andino creacionista se cierra con la gestación y puesta en operación de la Escuela de Asistencia Social y Educación Popular – ENASEP, en el año 1946. De esta forma termina por completarse esta segunda etapa en la instalación del Trabajo Social en nuestras naciones, dando punto de partida a la tercera tradición, que será la de creación de escuelas de servicio social en Centroamérica y el Caribe.

Cabe recalcar, que tuvimos un momento en la historia de la profesión en nuestro continente, que el Trabajo Social andino en su versión posreconceptualizadora llegó a ser un faro orientador, para todas las expresiones nacionales de la carrera. Ello se dio con la creación en julio de 1974 del Centro Latinoamericano de Trabajo Social – CELATS, que entra en operaciones en el año 1975 (Lima, 1984), con ubicación en Lima, Perú, y que se mantiene hasta 1992 con el apoyo financiero de la Fundación Konrad Adenauer de Alemania; aportando con fuerza en la constitución y fortalecimiento de un Trabajo Social oriundo de estas tierras. Es de reconocer el papel desempeñado por esta entidad durante el lapso de tiempo señalado; el nivel de contribución teórica y metodológica evidente en la publicación de importantes textos y en la secuencialidad

de edición y distribución de su revista: “Acción crítica”, fue fundamental para la cimentación de una tradición propia y continental de la profesión; que, por demás, exhibe diferencias y particularidades en su manera de comprender los límites y posibilidades de nuestro quehacer.

Este tiempo fue el de las referencias cual lugares comunes respecto a la formación a distancia y de calidad brindada por esta institución; desde todas las partes del continente abundan las indicaciones sobre la metodología, cursos y actualidades de esta entidad, que estableció línea consistente y orgánica durante prácticamente tres décadas en nuestra carrera. La ubicación estratégica del CELATS en medio del territorio de los países andinos; en Perú, también fue significativa, en la medida que permitió mediar de manera óptima para aquellos años, la comunicación y distribución de sus diversos textos producidos, aún en tiempos de impresión y remisión por correo postal. Intentando constituirse en el centro neurálgico de la profesión en esta parte del mundo.

Este centro innovador en todo el sentido del término y adelantado a su tiempo, acogió a colegas de todo el continente, quienes llegaron e hicieron parte de su vida en Lima, y desplegaron su contribución académica, política y de gestión desde su ubicación en una nación andina. Lamentablemente este esfuerzo, etapa o momento crucial de la historia de nuestra especialidad quedó cortado con la finalización del financiamiento externo y ante la incapacidad de asegurar la autogestión de la entidad. En adelante, CELATS se acota al máximo de la auto subsistencia; quedando convertida en una ONG peruana, una más en el largo panorama de organizaciones similares en este país.

En la actualidad, el camino por articular y fortalecer nuestra profesión tiene que evidenciar la tentativa de ir más allá de la senda libertaria, crítica, autonomista y potencial que marcó la reconceptualización y resultados organizativos posteriores. No negamos que este proceso histórico resultó en un parte aguas en nuestro quehacer especializado. Se

propuso estructurar un Trabajo Social oriundo, generado desde nuestras complejas realidades, atendiendo a las historias particulares y a los devenires políticos, económicos y sociales acaecidos en la región. A partir de este hito historiográfico en la carrera, es que pensamos y hablamos de nuestra profesión desde nuestros autores y autoras, revalorando los planteamientos y voz de los colegas de nuestros países.

A la vez que reconocemos su significativa impronta, estamos seguros que aún falta por profundizar para realmente generar una perspectiva propia, en la vía de romper con toda forma de colonialismo intelectual. La brega no es solo encontrar el sentido de la profesión desde los discursos omnicomprensivos paridos en occidente, sino más bien es hallarlo en nuestras voces negadas, perseguidas, acalladas y violentadas por el largo lapso de cinco siglos. Nuestra tradición profesional tiene que enraizar y afincar en el pluriverso de nuestras sociedades. Debemos de llevar al límite el muy encopetado y canónico conocimiento científico, y aproximarnos sin miedo a la frontera de las razones en plural, en el sentido de constituir y consolidar un Trabajo Social de estas tierras, de nuestros pueblos, andante y en ebullición constante en la mira de lograr reales cambios societarios que se expresen en condiciones y modos de vida mejores para nuestras gentes.

### **3 Internacionalización desde la región andina**

Desde la experiencia andina es necesario ir trazando puntos de reflexión y discusión en la perspectiva desafiante de la internacionalización del Trabajo Social. En esa línea, consideramos que un primer asunto es el relativo al urgente acercamiento en la producción académica y en la proyección de la profesión hacia la recuperación de la ontología y cosmovisión de nuestros pueblos originarios. Una primera internacionalización es la que requiere volver sobre las tradiciones que la imposición violenta del modelo de occidente trato de desarraigar y acallar

sin éxito. Es necesario, por un lado, recuperar y registrar el papel de estas lógicas o cosmovisiones en la resistencia y reproducción de la vida en nuestros contextos sociales; desiguales por la imposición capitalista. Como señala Regan: “Dentro de un Estado con una sociedad estratificada como la peruana, perduran sociedades que en su interior son igualitarias, que conservan muchos valores que se remontan a una época cuando no formaban parte de un Estado burocrático” (2010, p. 20)

Antes de pensar en un encuentro profesional entre países y teniendo en cuenta que los límites entre estos fueron impuestos por los colonizadores, en esas invenciones de artificio a gusto del explotador occidental, que terminaron configurando Estados – nación; debemos de recuperar el encuentro con los expoliados, de aquellos otros tan nuestros y de estas tierras, que fueron cargados de un montón de representaciones negativas sobre la base de la raza (otra invención de occidente) y que en cambio tienen mucho que decir y enseñar sobre vivir en sistemas biocéntricos, donde la naturaleza es el sistema de vida en el cual es una parte el ser humano y alejados de antropocentrismos aislados, como nos han enseñado occidente con su avanzada cultural individualista.

La primera y prioritaria internacionalización debería ser con esas naciones oriundas que han resistido valientemente la imposición y asimetría de los originalmente venidos de Europa. Lo que necesitamos es resituar nuestro eje de análisis y acción, volver a la visión de nuestros pueblos originarios; buscar acercamientos y encontrar puntos de convergencia con nuestras tradiciones, portadoras de ontologías relacionales y epistemologías no binarias, y que nos pueden aproximar a la creación de metodologías otras, que nos faciliten una labor realmente contextualizada en los complejos escenarios sociales de nuestra región.

Por ejemplo, según datos siempre aproximativos el mundo andino está integrado por 277 grupos originarios y sobrevivientes de la barbarie venida con la pseudo modernización: 55 pueblos en Perú, 115 en Colombia,

20 en Ecuador, 51 en Venezuela y 36 en Bolivia; allí donde se encuentran y se juntan andinos y amazónicos en una sola lucha de resistencia. Y es que somos tan andinos como también amazónicos, las fronteras mandantes siempre son artificios. No podemos dejar de lado la histórica relación de nuestros pueblos, no exenta de conflictos, pero también intercambios y colaboraciones.

Para responder a esta necesidad de echar raíces allí donde están los cimientos de este continente; renombrado por los occidentales con desparpajo apropiador como América, en referencia a la propiedad original de un pseudo descubridor llamado Américo, es importante coordinar procesos articulados de investigación conjunta entre nuestros diversos programas formativos de Trabajo Social y núcleos de investigación, yendo más allá inclusive de la determinación de subregiones en el continente, pues la influencia andina va más allá de lo que actualmente hemos asumido como el colectivo de las naciones andinas, y del mismo modo lo amazónico trasciende naciones y regiones generadas en el intento de establecer cercanía y al mismo tiempo distancia en nuestro Trabajo Social del Abya Yala.

La amazonia es tan peruana, como brasileña, ecuatoriana, colombiana y boliviana; entonces, necesitamos reencontrarnos como herederos de esas tradiciones en la búsqueda de pensar la profesión también desde las lógicas de nuestros pueblos ancestrales; desde sus requerimientos, urgencias, formas de ver la vida, la naturaleza y el mundo. Para de este modo, estar acordes con ese mandato intrínseco que tiene nuestro quehacer profesional: potenciar la autodeterminación y protagonismo social de nuestras poblaciones, empezando por aquellos colectivos de personas que han estado expuestas a la postergación, omisión, negación, trato excluyente e injusto.

Tenemos mucho que aprender en el diálogo intercultural y reconocernos también como sujetos que aprendemos y superamos la

relación unilateral de simple causa – efecto. Como sugiere Belaunde: “forjar una interculturalidad próxima a las prácticas y nociones indígenas requiere estar dispuestos a respetar y comprender dichas concepciones” (2014, p. 77). Nuestra hechura tan influida por la tradición académica de occidente parceladora, dualista y basada en encierros disciplinares (Borsani, 2021), necesita ser desmontada de la mano con la revisión y asunción de aperturas y perspectivas posoccidentales, posliberales, posindividualistas y posextractivistas, y la base para lograr ello existe en nuestros territorios; otras formas de lecturar la realidad y los procesos, formas alternativas de razonar la humanidad y el rol de los sujetos en la mejora social. Estas visiones constituyen una gran oportunidad y posibilidad para dimensionar la tarea de generar un Trabajo Social realmente acorde con lo que necesitan nuestras comunidades, para encaminar senderos propios originales, creativos y libres de cualquier atisbo y trayectoria opresión, desigualdad y destrucción, tal como el modelo occidental en ruinas.

Es urgente una primera internacionalización, pero hacia adentro; que llegue a las entrañas de nuestros pueblos originarios. Adicionalmente, ello podrá dar solidez y sentido en la senda de colaboración entre nuestros colectivos profesionales. La internacionalización no debe de basarse en modas o simples trincheras dogmáticas e impermeables, de cara a las redes de profesionales en otras latitudes y tradiciones del Trabajo Social. Debe de pensarse siempre desde adentro, como potencial, diversidad y realidad. Seguir como borregos lo que pautean desde otros contextos y continentes no sirve de mucho. Debemos priorizar nuestras agendas de dos pisos: en el primero el encuentro intercultural con nuestras tradiciones culturales y su manera de ver el cambio social, y en el segundo la apuesta regional y nacional de nuestros colectivos profesionales, académicos y estudiantiles, para confluir mejor en los proyectos profesionales y societarios del Trabajo Social, en clave de creación heroica.

En el segundo nivel de colaboración, debemos asegurar el esfuerzo compartido de investigación, la acentuación de los procesos de formación de pre y posgrado especialmente en nuestros territorios andinos y amazónicos. A manera de muestra de esta tarea impostergable tenemos que de las diez carreras de Trabajo Social que actualmente dictan pregrado en Perú; ninguna ha sido ubicada ni ha existido en sus regiones amazónicas. Y estamos seguros que si comparamos la cantidad de centros formativos de la profesión entre zonas geográficas de nuestras naciones el resultado será igual. Los más olvidados y con menos oportunidades de formación superior en Trabajo Social y posiblemente en otras carreras, serán las y los jóvenes de las zonas amazónicas. Frente a ello nos surge la duda académica y política: ¿Cómo ser críticos, transformadores, contraculturales y antisistema, si seguimos situados en cuerpo y mente, cual polo a tierra en las ciudades que la modernización al gairete ha creado en nuestros países? Entonces, el reencuentro debe de ser gradual pero total con nuestras poblaciones, y no solo dimensionándolos como portadores de necesidades y problemáticas sociales, sino como potencial cultural, axiológico y comprensivo.

#### **4 Sumar antes que restar**

Un punto a no olvidar, es que la tarea de buscar un Trabajo Social que recupere la tradición cultural de nuestros pueblos originarios, no es un llamado a la fragmentación y debilitamiento del proyecto ético político de la carrera; por el contrario, es una apuesta por su fortalecimiento y potenciación. Dado que los colectivos profesionales deben de hacer eco de la diversidad social y cultural; de lo que se trata es de coadyuvar a la mejora social y redefinición del sistema injusto para todos y todas. La búsqueda de la unicidad en la brega por generar un futuro mejor, pasa primariamente por reconocer a las y los diferentes actores sociales, que

debieran estar interesados e involucrados en el horizonte de cambiar el rumbo injusto del status quo occidental y neoliberal. No se pueden lograr sendas transformaciones sociales con retazos de población, por fragmentos o en el absoluto aislamiento de los autodefinidos como imprescindibles.

Si se quiere encausar al Trabajo Social dentro de la vía transformadora, se tiene que buscar los puntos de convergencia con los idearios y agendas de nuestras poblaciones, en un esfuerzo que inclusive no debe de cerrarse allí, sino que tiene que abrirse y extenderse incorporando diversos movimientos sociales y culturales que buscan contribuir en la gestación de un mundo mejor. Se tienen que establecer los puntos de coincidencia, los acuerdos, pero también los puntos de discrepancia, para poder realmente sumar y hacer crecer la acción colectiva, con tentativa de unidad.

Un buen primer paso en el camino de encontrar unidad, resistencia y propuesta se puede materializar en la recuperación y vinculación con las perspectivas de nuestros grupos étnicos, así como en el acercamiento a sus formas de organización social. Todo ello, En el sentido de seguir reescribiendo la historia y orientación transformativa de nuestra profesión, hoy centenaria.

## Referencias

AGÜERO, J. Disputas epistemológicas por la hegemonía en las ciencias sociales. En Silvana Martínez et. al.: **Entramados epistemológicos en Trabajo Social. Contribuciones para un sentipensar-hacer situado, feminista, descolonial e intercultural**. Entre Ríos: Fundación la Hendija, 2022.

AMES, P. Niños y niñas andinos en el Perú: crecer en un mundo de relaciones y responsabilidades. En **Bulletin de l'Institut Français d'Études Andines** vol. 42, N° 3. Lima: Institut Français d'Études Andines, 2013.

BELAUNDE, L. Propuestas para la interculturalidad a partir del cuerpo, el género y la crianza en la Amazonía peruana. En Luisa Belaunde y Oscar Espinosa de Rivero: *¿Indigenismos, ciudadanías? Nuevas miradas*. Lima: Ministerio de Cultura, 2014.

BORSANI, M. Turbulencia epistémica, encierros disciplinares y corrimiento decolonial. Revista **Interdisciplinar em Cultura e Sociedade** (RICS) Vol. 7 N° 1. Maranhão: UFMA, 2001.

CIFUENTES, M.; GARTNER, L. **María Carulla de Vergara: Entre la tradición y el progreso**. Caldas: XI Congreso Colombiano de Trabajo Social, 2003.

CODJIA, P. Los apus y la ciudad, Construcción y ejercicio de liderazgo en las comunidades wampis. En Oscar Espinosa et al: **Apus, caciques y presidentes. Estado y política indígena amazónica en los países andinos**. Lima: IWGIA, 2016.

GARCÍA, J. El inicio del Trabajo Social en el Perú; Factores sociales de la fundación y primeros años de la Escuela de Servicio Social del Perú. En Sonia Brito et. al.: **Ruta de la memoria a 100 años de TS latinoamericano: Cartografiando cimientos y proyectando perspectivas**. Santiago de Chile: Le monde diplomatique, 2025.

HERMIDA, M. La tercera interrupción en Trabajo Social: descolonizar y despatriarcalizar. En Revista **Libertas** Vol. 20 N° 1. Juiz de Fora: UFJF.

HINKELAMMERT, F. El asesinato es un suicidio: de la utilidad de la limitación del cálculo de utilidad. En **Pasos** N° 74. San José: Departamento Ecueménico de Investigaciones – DEI, 1997.

INDICEP. El Jilakata. Apuntes sobre el sistema político de los aymaras. En revista **Allpanchis** Vol. 5 N° 5. Cusco: Instituto de Pastoral Andina, 1973.

LIMA, L. **Una parte de la historia del trabajo social seis años en el CELATS**. Lima: CELATS, 1984.

MAGUIÑA, A. **Desarrollo capitalista y Trabajo Social: Perú 1896–1979**. Lima, Perú: CELATS, 1979.

REGAN, J. Los awajún y wampís contra el Estado: una reflexión sobre antropología política. En **Investigaciones Sociales** Vol. 14 N°24. Lima: Universidad Nacional Mayor de San Marcos, 2010.

TAIPE, M.; TAIPE, H. **Pukllay mama, el carnaval de los varayuq de Paccha**. Lima: Ministerio de Cultura, 2021.

# REPENSAR LA MOVILIDAD INTERNACIONAL EN TIEMPOS DE MERCANTILIZACIÓN DE LA EDUCACIÓN SUPERIOR

*Marcos Chinchilla Montes*

Por lo general, se asume que la internacionalización es un proceso que se asocia a los gobiernos, a las agencias internacionales o a las instituciones educativas de educación superior. Afirmación que no es incorrecta pero que también tiene sus bemoles.

No obstante, en este artículo se sostiene que el Trabajo Social latinoamericano ha desarrollado prácticas de internacionalización que explican no solo su génesis, sino que han sido una parte constitutiva de su desarrollo durante sus 100 años de existencia; precisamente porque la naturaleza de esa internacionalización tiende a separarse con creces de las demandas institucionales que le ha impuesto el mercado.

Para tal efecto, el texto discute sobre las implicaciones que tiene la mercantilización de la educación superior, destacando algunas de sus tendencias más relevantes y los efectos que le acarrea a las universidades públicas; para luego discutir el impacto que esta tendencia tiene sobre la internacionalización.

## **1 Mercantilización de la educación superior**

Tal y como se lo indicó en la introducción de este artículo, la reflexión sobre internacionalización que se plantea, está ampliamente marcada por su dimensión universitaria, asociada a la formación académica; por esa razón,

la necesidad de abordar de manera somera los cambios que la universidad pública latinoamericana ha experimentado en los últimos años.

Luego de la II Guerra Mundial, pero en particular a partir de los años 50-60, se presentó una expansión/consolidación de la formación universitaria pública en América Latina (Burbano, 1999), lo que supuso un importante avance no solo para la economía, sino para millones de personas que se beneficiaron con las posibilidades de movilidad y ascenso social vinculadas con la formación universitaria y el empleo profesional de calidad. En materia de internacionalización, se fue tejiendo un espacio de encuentro entre unidades académicas por medio de actividades de movilidad así como por congresos profesionales que convocaban a docentes y estudiantes.

Conforme el neoliberalismo se extendiendo en América Latina luego del golpe de Estado en Chile, la concepción de la universidad pública se fue transformando, cuestionando no solo su naturaleza pública y social y sino también su financiamiento y la propia autonomía de la cual gozan (en muchos países esta última con un rango constitucional). La universidad pública latinoamericana ha tenido que enfrentarse a múltiples cuestionamientos que en suma lo que buscan es su mercantilización, introduciéndose prácticas institucionales orientadas a su debilitamiento, fuera por la aparición de universidades privadas o por la excesiva tecnocratización que ponía el énfasis en la productividad y los resultados económicos de su gestión (Carrasco, 2021).

La educación superior entendida como un instrumento de desarrollo nacional y asociada al derecho de movilidad y ascenso personal, será puesta en colisión con una perspectiva eminentemente mercantil en todo el sentido capitalista: privatizar y debilitar la universidad con argumentos espurios, ponerla a funcionar con criterios neoliberales, reducir el financiamiento público o ampliarlo con capital privado, flexibilizar la contratación docente, competir por recursos internos con criterios de

eficiencia y eficacia, desarticular la solidaridad en el ingreso estudiantil, vender el conocimiento, producir conocimiento solo en atención a las necesidades del mercado.

En ese contexto, en las últimas décadas y al amparo del neoliberalismo, nos enfrentamos a una literal explosión de universidades privadas que han copado la oferta universitaria nacional, identificándose las siguientes tendencias:

- La mercantilización del derecho a la educación superior: estudia quien pueda pagar.

- Constitución de núcleos empresariales transnacionales y nacionales que generan importantes ganancias alrededor de la educación superior, incidiendo incluso en materia de política educativa.

- Un sistema educativo superior privado sin articulación con las necesidades del desarrollo nacional.

- Ruptura con la formación humanista y crítica que ha caracterizado la formación universitaria pública.

- La mayor parte de estas universidades ponen su énfasis en la docencia, y no desarrollan la investigación y la extensión como elementos centrales de su trabajo (estos no generan réditos económicos).

- En el caso de la internacionalización, se identifican dos tendencias, o ausencia de recursos para invertir en esa actividad, o un plegamiento acrítico a los parámetros neoliberales en la materia. La segunda dimensión se abordará más adelante.

- Flexibilización de los planes de estudios, de la duración de los estudios, y consecuentemente, de la calidad de la formación.

- Sobre oferta profesional, desempleo y precarización laboral, en el caso del Trabajo Social costarricense, para el año 2025 el desempleo ronda al 19% de las profesionales.

- En materia gremial, en el Trabajo Social se presenta desarticulación horizontal y vertical con las Ciencias Sociales, y en particular, una separación/distanciamiento/rompimiento con los movimientos sociales.

- Formación de profesionales de naturaleza instrumental e individualista; lo suyo no será el interés de la colectividad y un proyecto nacional, sino tener un trabajo, un salario y atender sus necesidades de consumo.

El caso de las universidades públicas donde aún la investigación tiene un papel relevante, esta enfrenta una suerte de paradoja para sobrevivir en tiempos neoliberales:

- Competir y luchar por recursos para investigar (incluso con financiación pública), llegando a tener que demostrar la pertinencia financiera de la investigación.

- Incluirse en los círculos de las publicaciones internacionales de prestigio, conllevando esfuerzos profesionales enormes y altos costos económicos que terminan igualmente mercantilizando la investigación<sup>1</sup>. Publicar en el mainstream internacional se ha vuelto consigna.

Desde una lectura política, estos cambios implicaron una contra reforma al grito y a la Reforma Universitaria de Córdoba, misma que en el año 1918 sentó las bases para la fundación de una universidad pública humanista comprometida con el desarrollo societal de sus pueblos; una universidad que ponía en su horizonte político grandes avances económicos, sociales, intelectuales y técnicos que debían ponerse en función de la colectividad. Aquellos elementos vitales que introdujo la Reforma Universitaria de Córdoba (democracia y administración universitaria, resignificación de la docencia, desarrollo de la investigación y la extensión social)<sup>2</sup> (Tunnerman, 1998), pasarían no a un segundo plano, sino que en muchos casos ni serían tomados en cuenta en las nacientes universidades privadas.

---

<sup>1</sup> Dichosamente en América Latina se le dio un giro político a este último aspecto con el surgimiento de diferentes repositorios de acceso abierto donde se insistió que lo importante es producir conocimiento de calidad y socializarlo sin costos económicos. En el caso de la publicación de libros gratuitos de Trabajo Social, ese espacio se inauguró con un texto de la colega chilena Cecilia Aguayo publicado en el año 2006.

<sup>2</sup> También conocida en otros países como acción social.

## 2 La internacionalización en la lógica de la mercantilización

En el contexto neoliberal y de la globalización capitalista, las universidades han sido sometidas a una serie transformaciones mercantiles y de competitividad global que se expresan en los procesos de acreditación, de gobernanza universitaria, rankings comparativos de universidades<sup>3</sup>, y procesos de internacionalización entre otras.

Sobre este último tema, algunos aspectos importantes a destacar:

- Durante una parte del desarrollo universitario, no existieron mecanismos institucionales que promocionaran activamente la internacionalización; llámese recursos, convenios internacionales, sistemas de divulgación, definición de modalidades de internacionalización, inclusión del estudiantado, control de sus alcances, evaluación (Aguilar y Riveros, 2017).

- En la medida que las universidades, especialmente las de naturaleza pública se han ido consolidando, se ha resignificado la importancia de la internacionalización. Las camadas de docentes que realizaron estudios en universidades de los Estados Unidos de América y de Europa, dejaron una impronta académica de enorme relevancia, reforzando la convicción que resulta no solo vital conocer, apropiarse, debatir, divulgar y enseñar conocimientos que se desarrollan en otras latitudes; sino que también el conocimiento de nuestras universidades es bienvenido en otros contextos.

- Es tal la relevancia que esta dimensión de la vida universitaria ha tomado, que en muy pocos décadas se han introducido conceptos como: cooperación internacional, movilidad internacional, vinculación internacional, e internacionalización. Aunque con diferentes matices, hay un reconocimiento a la importancia de los espacios internacionales para

---

<sup>3</sup> Garrido (2016) plantea una sugerente crítica sobre los ranking donde se “parte de la trasposición a la universidad de un modelo propio de la empresa capitalista” y se cuestiona sí “¿Es posible asimilar el funcionamiento de una universidad al de una empresa? Para ampliar este debate, revisar la referencia en la bibliografía.

intercambiar experiencias, construir conocimientos, enriquecer y mejorar los procesos académicos universitarios.

- Ahora bien, la lógica neoliberal también ha instrumentalizado la internacionalización a favor de sus intereses mercantiles, sea como un mecanismo para atraer estudiantes a universidades con “prestigio” y convenios internacionales, o como una forma de hacer aún más atractivo los réditos académicos de la formación con la doble titulación entre universidades<sup>4</sup>, y las licenciaturas internacionales que supuestamente abren oportunidades laborales en otros países. Contar con una mayor matrícula, garantiza mayores ingresos económicos para las universidades; y la internacionalización juega un papel clave para atraerles y mantenerles dentro del sistema universitario. En muchos casos esa doble titulación está pensada para facilitar la movilidad de la fuerza laboral profesional en mercados laborales globales. No obstante, surgen interrogantes de peso ¿se toma en cuenta los derechos sociales de las personas profesionales migrantes? ¿el beneficio de impulsar mercados laborales globales tiene un beneficio de rango societal o es solo para profesionales? ¿la doble titulación garantiza el conocimiento histórico, contextual y político en el cual se desempeñarán las personas profesionales extranjeras, o solo importa su criterio técnico?

- Entre los rankings<sup>5</sup> y la internacionalización se de una relación recíproca de mutua influencia e interdependencia. Para tener buena

<sup>4</sup> A manera anecdótica, siendo coordinador del proyecto Articulación y Cooperación Académica del Trabajo Social en el Plano Internacional, recibí una solicitud de una universidad chilena para realizar un proceso de doble titulación entre nuestras unidades académicas. Cuando le informé que el proceso formativo de nuestra unidad académica se extendía por casi seis años y medio, declinaron la negociación y optaron por una universidad colombiana en que la formación era de mucho menos años que la nuestra.

<sup>5</sup> Existen decenas de rankings, entre los más sobresalientes se pueden destacar QS World University Rankings (QS), Times Higher Education World University Rankings (THE) y Academic Ranking of World Universities (ARWU – Shanghái). Entre los elementos más sobresalientes que incluyen está la capacidad de atraer talento global, movilidad estudiantil, colaboración en investigación internacional, oferta académica en otros idiomas, movilidad docente, pasantías internacionales, convenios, participación en eventos académicos, publicaciones en revistas de alto impacto.

puntuación en éstos, es necesario avanzar en materia de internacionalización; y avanzar en materia de internacionalización, garantiza altas posiciones en los rankings. Es una suerte de movimiento perverso en espiral donde buena parte del esfuerzo se da por esa interdependencia y necesidad de ser puntuado de manera favorable, y no por la necesidad de construir/compartir experiencias internacionales de manera horizontal que impliquen mutua ganancia académica para las partes institucionales, para el desarrollo nacional y para fomentar la diversidad y el respeto a las expresiones culturales.

- Un elemento que resulta paradójico y hasta contradictorio de la internacionalización, son las “apuestas hacia arriba” que desarrollan algunas instituciones académicas, privilegiando relacionarse con universidades de gran prestigio, pero descartando relacionarse con instituciones educativas que se encuentran con un bajo posicionamiento en los rankings. La apuesta es procurar relacionarse con lo más selecto del mundo de la educación, sumándose al paradigma del éxito, descartando la naturaleza de la internacionalización y levantando muros entre universidades que incluso se ubican en las mismas regiones y con las cuales se comparten problemas en común.

### **3 La experiencia del Trabajo Social latinoamericano**

Cuando nos acercamos con detalle a las primeras experiencias fundacionales del Trabajo Social Latinoamericano, vamos a encontrar una suerte de internacionalismo que colaboró con su constitución académica. Tal es el caso de la experiencia chilena (Gómez, 1998), o la costarricense (Castillo, 1993), determinadas en buena medida por espacios de cooperación e influencia académica internacional que provenían de Europa y de Estados Unidos de América; pero que necesariamente tienen que ser entendidas en el marco del desarrollo capitalista del Estado, del

proyecto modernizador, y de la presión de los movimientos sociales por avanzar en materia de derechos. La constitución del Trabajo Social en América Latina no fue un proceso ni endógeno, ni homogéneo, ni exento de contradicciones; más bien destacan una serie de acciones de cooperación que incluso resultaron vitales en su momento, que marcan identidades, limitaciones, avances, y que se extienden incluso hasta el presente. Molina (2009), insistirá en que “Ante omisiones o débiles respuestas en materia de política social, la existencia de la profesión en la región es un tema que adquiere relevancia diferencial a cada contexto particular.”, para agregar más adelante “la pertinencia de impulsar un programa de investigación que permita comprender el Trabajo Social en la historia de nuestra América Latina (p. 153 y 158).

El internacionalismo, ha sido parte constitutiva del Trabajo Social latinoamericano en estos 100 años de existencia; no solo en su génesis como se apuntó líneas arriba, sino que ha sido una constante que se ha incentivado fundamentalmente por parte de la academia y de organizaciones nacionales que la representan. En años más recientes, los colectivos gremiales también se han sumado, pero con una direccionalidad<sup>6</sup> que no se corresponde a la académica.

A continuación, algunos ejemplos sobresalientes que abonan esa dirección:

Desde una dimensión macro articuladora y con influencia académica, vale destacar el fuerte influjo de una serie de experiencias que impulsaron la internacionalización con una sólida agenda de cooperación internacional. Sin su existencia, habría sido otro el desarrollo del Trabajo Social latinoamericano:

---

<sup>6</sup> Incluso hasta organizaciones privadas (sin naturaleza universitaria) que lucran con la formación y capacitación en Trabajo Social, se han sumado a la internacionalización, pero con un claro propósito mercantil, generando réditos económicos para sus dueños. Incluso recurren a la organización de eventos internacionales aunque su calidad es cuestionable.

- La Unión Católica Internacional de Servicio Social (UCISS), fundada en 1925 en Milán, pionera en materia de internacionalización en la medida que articulaba unidades académicas de Trabajo Social, y establecía lineamientos formativos. Al organizar eventos académicos internacionales y publicar material académico, también supuso no solo un espacio de encuentros, sino la antesala de la vigorosa experiencia de eventos académicos que se desarrollan desde hace varias décadas en América Latina (Brugarola, 1961).

- Parte del éxito del Movimiento de la Reconceptualización del Trabajo Social y de los aportes de la Generación del 65, se sustentó en los espacios de vinculación internacional que se dieron inicialmente entre docentes de la Región Cono Sur; proceso que se extendería por toda la región y que incluso incluiría estudiantes. Además de su ideario académico y político, lo fue también la horizontalidad en las relaciones que tejió entre diferentes colegas de la región.

La diáspora que generaron los golpes de Estado en el Cono Sur, y en particular la persecución, asesinato y criminalización que experimentaron muchas de las personas que desarrollaban la reconceptualización, implicó que estas colegas migraran a otros países de América Latina, donde fueron acogidas por las universidades e integradas en sus plantas académicas, beneficiándose de su conocimiento universitario. Una migración abominable que le transfirió créditos académicos a los países receptores.

- Las organizaciones de extensión continental: Asociación Latinoamericana de Escuelas de Servicio Social (ALAESS, 1965; con la participación inicial de 12 países), Asociación Latinoamericana de Escuelas de Trabajo Social (ALAEETS, 1977) y Asociación Latinoamericana de Enseñanza e Investigación en Trabajo Social (ALAEITS, 2006); herederas entre sí gracias a los procesos políticos que las fundaron. Suponen el máximo espacio de internacionalización que ha desarrollado el Trabajo Social latinoamericano en la medida que han tenido la capacidad de

integrar a todos los países de la región – incluyendo al gran caribe – en un espacio de debate académico plural y democrático que se ha sostenido por más de 60 años; sin dejar de reconocer que la misma también es un espacio de articulación político-académico regional no exento de contradicciones, pero que busca responder a las grandes demandas y complejidades sociales, económicas, ambientales y geopolíticas que se presentan en la región.

La existencia de estas organizaciones supone diferentes grados especialidad y complejidad a largo del tiempo. Dado que nacieron y se desarrollaron como instancias de articulación académica regional, recurrieron a diversas formas de organización, representación y financiamiento para poder subsistir. Entre los elementos más sobresalientes se pueden destacar: organización por sub regiones, a saber: Región México, Centro América y el Caribe, Región Andina, y Región Cono Sur. Representación democrática en las estructuras directivas que integraba a docentes de diversas regiones<sup>7</sup>, representaciones regionales, comisiones de apoyo. En materia de financiamiento, se ha recurrido a cuotas de afiliación y de anualidad de unidades académicas o de asociaciones nacionales de unidades académicas, excedentes<sup>8</sup> de los Seminarios

---

7 Este tipo de directiva cambio en el 2006 con la fundación de ALAEITS, introduciendo un directorio instalado en un solo país, pero con un colegiado nacional involucrado en la toma de decisiones.

8 Los excedentes del XIX Seminario Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social realizado en Guayaquil, Ecuador en el 2009, fueron trasladados íntegramente para que fueran administrados por la Dirección Ejecutiva de ALAEITS que se instaló en Costa Rica para el periodo 2009-2012. Para la realización del XX Seminario Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social (Córdoba, Argentina; 2012) se introdujo la firma de un convenio entre las partes organizadoras que contemplaba explícitamente la distribución de los excedentes del Seminario Latinoamericano entre las partes organizadoras y ALAEITS. Un momento de impase muy severo con la distribución de excedentes se dio con el XX Seminario Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social realizado en el 2018 en Colombia; en esa oportunidad, el CONETS se negó a cumplir las obligaciones financieras que tenía con la gestión de ALAEITS 2018 – 2022 (instalada nuevamente en Costa Rica), lo que supuso un largo proceso de negociación que incluso se extendió hasta el año 2025, sin que se honrara el pago de los excedentes tal y como se había acordado.

Latinoamericanos y apoyos puntuales de la Asociación Internacional de Escuelas de Trabajo Social lo que permite con limitaciones, un mínimo financiamiento para actividades de representación y organización de eventos. También es importante destacar la introducción de Estatutos orientadores, definiendo objetivos institucionales y normando procesos internos. Estos componentes, sin lugar a dudas han venido a consolidar la internacionalización pues se establecen representaciones formales entre las citas organizaciones, y las universidades latinoamericanas y las asociaciones nacionales.

La participación del Instituto de Solidaridad Internacional, rama de cooperación internacional de la Fundación Konrad Adenauer (Alemania), tuvo un papel fundamental en el desarrollo de ALAESS, del Centro Latinoamericano de Trabajo Social (CELATS), y de la ALAETS; en la medida que el financiamiento recibido, permitió organizar eventos académicos, talleres formativos, jornadas de trabajo y realizar publicaciones académicas, todas con una direccionalidad marcada por la internacionalización en la que participaban colegas de toda América Latina.

La fundación del CELATS en 1974, mediante un convenio entre la ALAESS y la Fundación Alemana Konrad Adenauer, fue una muestra de internacionalización muy provechosa para nuestra categoría profesional, aunque estaba determinada por los intereses de la cooperación socialdemócrata alemana, que imponía una cierta direccionalidad política que se distanciaba del Movimiento de la reconceptualización. El trabajo del CELATS (que era entendido como el brazo académico de ALAESS y ALAETS) demostrará que su constitución, desarrollo, integración profesional, planificación y direccionalidad profesional, estará profundamente marcado por una perspectiva de cooperación y vinculación internacional orientada a fortalecer la dimensión académica del Trabajo Social en toda América Latina. La horizontalidad regional en

la constitución y en su trabajo fue clave y se demuestra en la revista *Acción Crítica*, en una diversidad de publicaciones, en cursos a distancia, y en la organización de encuentros regionales.

Otro logro fundamental de ALAETS fue la Fundación de la primera maestría continental en Trabajo Social; misma que tuvo lugar en Honduras en el año 1978 en coordinación con la Universidad Nacional Autónoma de Honduras (LIMA, 1984). En su momento se integraron 25 estudiantes provenientes de 12 países de América Latina: Venezuela (5), Honduras (5), Perú (4), Nicaragua (2), Brasil (2), Argentina (1), Bolivia (1), Colombia (1), Ecuador (1), Guatemala (1), República Dominicana (1) y Uruguay (1). Esa maestría formó a varias generaciones de profesionales, muchas de las cuales se integraron como docentes en diferentes universidades de América Latina, fortaleciendo el nivel académico de los programas de grado y posgrado.

Bajo la dirección de ALAESS, ALAETS y ALAEITS y con la participación de unidades académicas o asociaciones nacionales de unidades académicas universitarias, desde 1965 hasta el año 2025 se han realizado 24 Seminarios Latinoamericanos de Escuelas de Trabajo Social. Existe consenso cuando se los define como “el máximo espacio de encuentro de debate e integración del Trabajo Social Latinoamericano”, dada la diversidad de temáticas que se han discutido, la rigurosidad científica, la amplia presencia internacional de expositores internacionales, ponentes y participantes, entre ellos el estudiantado; lo que deja en evidencia la apuesta por incentivar experiencias de internacionalización que integran la experiencia universitaria con los desarrollos académicos de estas organizaciones desde hace varias décadas (en el anexo # 1 se da cuenta de los eventos realizados). Es importante destacar que estos eventos fueron precedidos por los Congresos Panamericanos de Trabajo Social (Malagón y Leal, 2006) que se comenzaron a realizar a partir de 1945, otra muestra indiscutible de internacionalización.

A nivel estudiantil, tanto en ALAETS como en ALAEITS, la estructura organizativa integró la representación y participación estudiantil con un carácter latinoamericano. En el número 6 de la Revista Acción Crítica (1979), se incluye el texto “Bases de la Confederación Latinoamericana de Estudiantes de Trabajo Social”, mismo que da cuenta de la necesidad de recuperar el aporte del estudiantado al desarrollo de la profesión, el ser reconocidos como un movimiento. Destaca las limitaciones para su consolidación pese a los esfuerzos realizados de organización (Federación Latinoamericana de Estudiantes de Trabajo Social; 1971; con intentos de refundación en 1974 y 1976).

Aunque la participación estudiantil no ha sido una constante<sup>9</sup>, vale la pena destacar el esfuerzo por revitalizarla y aprovechar los espacios de internacionalización que se han construido alrededor de las organizaciones gremiales.

- Los aportes de la Biblioteca Virtual de Trabajo Social y del Boletín Electrónico Surá de la Escuela de Trabajo Social de la Universidad de Costa Rica (1995 – 2022), sentaron condiciones que profundizaron y complementaron la internacionalización del Trabajo Social para decenas de miles de estudiantes y profesionales gracias a las tecnologías de la información. En ese sentido, esta población tuvo acceso a información sobre eventos académicos, pronunciamientos, alcances de reuniones, memorias de eventos, convocatorias para la constitución de redes, directorios profesionales, intercambio y socialización de bibliografía digital o impresa, así como la promoción de estudios de posgrado. En una sociedad global, estos medios extendieron los alcances de la internacionalización

---

<sup>9</sup> A criterio del autor de este texto, las representaciones estudiantiles que en los últimos 30 años estimularon con mayor nivel la participación entre del estudiantado Latinoamericano, y que incluso tuvieron un papel cercano en los procesos de organización del directorio de ALAETS y ALAEITS, fueron Ana Sofía Casafranca (Perú, 1995 – 1998), Sergio Quintero (Colombia, 2009 – 2012) y Paula Angulo (Colombia, 2018 – 2022).

del Trabajo Social, y fueron pioneros de otras iniciativas nacionales que apuntan en una dirección afín<sup>10</sup>.

Corriendo el riesgo de omitir otras experiencias de internacionalización impulsados por nuestra categoría profesional, esta sección finaliza haciendo alusión al trabajo desarrollado por el Centro Brasileiro de Cooperación e Intercambio de Servicios Sociales, al capítulo de la Red Atlantea dirigida por la Escuela Graduada de Trabajo Social Beatriz Lassalle de la Universidad de Puerto Rico, así como una serie de iniciativas sub regionales y nacionales, que en su conjunto organizaron eventos académicos que también se suman a las iniciativas de internacionalización.

#### **4 Hegemonía y contratemonía**

A criterio de Oregioni (2016) en materia de internacionalización conviven dos grandes modelos, el hegemónico y el contrahegemónico. De manera muy sintética, el primero pone su énfasis en la lógica de la globalización, sin cuestionar las relaciones de poder entre el centro y la periferia, presenta un énfasis en desarrollar publicaciones, actuar desde la tecnocracia, y la mercantilización. Este modelo está presente en muchos de los esfuerzos de internacionalización de las universidades latinoamericanas.

A contramano, el modelo contrahegemónico enfatiza en la integración solidaria y endógena, realizando actividades de cooperación horizontales, sin una agenda mercantil.

Desde nuestra lectura, el Trabajo Social latinoamericano ha construido un modelo de internacionalización que se acerca más al segundo, pero que evidentemente lo supera en la medida que tiende

---

<sup>10</sup> Es necesario diferenciar esta experiencia de aquellas comerciales que han tomado auge en redes sociales que tienden a mercantilizar el Trabajo Social con la venta de cursos, pines, compendios de textos y hasta con la organización de eventos; o las que banalizan la profesión creando contenidos como memes y otros materiales que no suponen mayor aporte teórico, metodológico, instrumental y ético político para la profesión.

puentes horizontales y solidarios; genera prácticas democráticas; y desarrolla articulaciones colectivas e institucionales de mayor alcance espacial y temporal, posiblemente asociadas con un recorrido histórico marcado por una direccionalidad política emancipadora del ser humano, con coyunturas, problemas y retos afines, y donde siempre es factible encontrar un diálogo con los referentes teóricos, metodológicos y ético políticos.

Quizás, las siguientes comprensiones filosóficas determinen el tipo de internacionalización que construye el Trabajo Social latinoamericano: “los hombres construyen su historia”, “otro mundo es posible”, o “nuestro norte es el sur”.

## Referencias

AGUILAR, Y.; RIVEROS, A. La internacionalización de la educación superior: Concepto y evolución del modelo en la Universidad de Costa Rica. **Revista de Educación**. Vol 41, No. 1., 2027. <https://www.scielo.sa.cr/pdf/edu/v41n1/2215-2644-edu-41-01-00073.pdf>

ANDER-EGG, E. **Historia del Trabajo Social**. Lumen, 1994.

Bases de la Confederación Latinoamericana de Estudiantes de Trabajo Social. **Revista Acción Crítica**. No. 6, 1976.

BRUGAROLA, M. Unión Internacional Católica. De Servicio Social. **Fomento Social. Revista de Sociología y de Moral Económica**. Vol. 16, No. 64., 1961. <https://revistas.uloyola.es/rfs/issue/view/417/RFS%2064>

BURBANO, G. La educación superior en la segunda mitad del siglo XX. Los alcances del cambio en América Latina y el Caribe. **Revista Iberoamericana de Educación**. No. 21., 1999. <https://ricoei.org/historico/documentos/rie21a01.htm>

CARRASCO, A. Las políticas neoliberales de educación superior como respuesta a un nuevo modelo de Estado. Las prácticas promercado en la universidad pública. **Revista de la Educación Superior**. Vol. 49, no. 196, 2021. [https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0185-27602020000400001](https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0185-27602020000400001)

CASTILLO, C. La primera escuela de Servicio Social en Costa Rica: Fundación e influencias extranjeras recibidas, decenios 1940, 1950. **Revista Costarricense de Trabajo Social**. No. 3., 1993. <https://rdev.trabajosocial.or.cr/index.php/revista/es/article/view/206/232>

GARRIDO, M. El mito del ranking universitario. **Nueva Revista de poética, cultura y arte**, 2016. <https://www.nuevarevista.net/el-mito-del-ranking-universitario/>

GÓMEZ, L. Génesis y evolución de los sesenta años del Trabajo Social en Chile. En: QUIRÓS, M. **Antología del Trabajo Social Chileno**, Universidad de Concepción, p. 11–29, 1998.

LIMA, L. **Una parte de la historia del Trabajo Social. Seis años en el CELATS**. 1984. [www.ts.ucr.ac.cr](http://www.ts.ucr.ac.cr)

MALAGÓN, E; LEAL, G. Historia del trabajo social latinoamericano. Estado del arte. **Revista de Trabajo Social**. No. 8, 2006. <https://revistas.unal.edu.co/index.php/tsocial/article/view/8496>

MOLINA, L. El Trabajo Social en América Latina. **Revista en Pauta**. No. 22, 2009. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/58/57>

OREGOENI, S. **¿De qué hablamos cuando hablamos de internacionalización universitaria?** 2016. <https://www.teseopress.com/universidadyciencia/chapter/de-que-hablamos-cuando-hablamos-de-internacionalizacion-universitaria-2/>

TUNNERMAN, Carlos. La reforma universitaria de Córdoba. **Educación superior y sociedad**. Vol. 9 N° 1998. <https://ess.iesalc.unesco.org/index.php/ess3/article/view/182/171>

## Anexo # 1

**Compilación histórica de Seminarios Latinoamericanos de Escuelas de Trabajo Social<sup>11</sup>**

I Seminario Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social. Lima, Perú; 1965.

II Seminario Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social. **Programa de formación profesional para trabajadores sociales de América Latina.** Maracay, Venezuela; 1968.

III Seminario Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social. **Un horizonte ético político, la liberación del hombre y la pertinencia de hacer cambios curriculares.** Quito, Ecuador; 1971.

IV Seminario Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social. **Sistematización de las prácticas profesionales.** San José, Costa Rica; 1974.

V Seminario Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social. **Metodología del Trabajo Social.** Bogotá, Colombia; 1976.

VI Seminario Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social. **Relaciones entre políticas sociales y el Estado.** Santiago de Caballeros, República Dominicana; 1977.

VII Seminario Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social. La Molina, Perú; 1978.

---

<sup>11</sup> Elaboración realizada a partir de datos de Ander-Egg (1994), comunicación epistolar con Lorena Molina (2025), y registros personales.

VIII Seminario Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social. **La planificación, la política social y el Trabajo Social.** Playas, Ecuador; 1978.

IX Seminario Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social. **Política social y formación profesional.** Caracas, Venezuela; 1979.

X Seminario Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social. **La actuación del trabajador social en la política social.** Sao Paulo, Brasil; 1980.

XI Seminario Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social. **Política social en América Latina.** Distrito Federal, México; 1983.

XII Seminario Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social. **Movimientos sociales, educación popular y Trabajo Social.** Medellín, Colombia; del 7 al 11 de julio, 1986.

XIII Seminario Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social. **Democracia, Derechos Humanos y participación popular.** Quito, Ecuador; del 7 al 11 de julio, 1989.

XIV Seminario Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social. **Perspectivas de formación para el ejercicio profesional hoy.** Paraná, Argentina; del 28 al 31 de agosto, 1992.

XV Seminario Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social. **Nuevos escenarios del Trabajo Social en América Latina.** Ciudad de Guatemala, Guatemala; del 11 al 14 de julio, 1995.

XVI Seminario Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social. **La globalización y su impacto en el Trabajo Social hacia el siglo XXI.** Santiago, Chile; del 9 al 13 de noviembre, 1998.

XVII Seminario Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social. **Familia, ciudadanía y transformación social desde la dimensión humana: desafíos para el Trabajo Social latinoamericano.** Lima, Perú; del 28 al 31 de octubre, 2001.

XVIII Seminario Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social. **La cuestión social y la formación profesional en Trabajo Social en el contexto de las nuevas relaciones de poder y la diversidad latinoamericana.** San José, Costa Rica; del 12 al 17 de julio, 2004.

XIX Seminario Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social. **El Trabajo Social en la coyuntura latinoamericana: desafíos para su formación, articulación y acción profesional.** Guayaquil, Ecuador; del 4 al 8 de octubre, 2009.

XX Seminario Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social. **Desafíos del contexto latinoamericano al Trabajo Social.** Córdoba, Argentina; del 24 al 27 de setiembre, 2012.

XXI Seminario Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social. **La formación profesional en Trabajo Social: avances y tensiones en el contexto de América Latina y el Caribe.** Mazatlán, México; del 28 de setiembre al 01 de octubre, 2015.

XXII Seminario Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social. **Proyecciones profesionales, académicas y de investigación para el Trabajo Social en América Latina y el Caribe ante el desafío de la crisis mundial.** Bogotá, Colombia; del 24 al 27 de setiembre, 2018.

XXIII Seminario Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social. **Radicalización del neoliberalismo y pandemia; contradicciones, resistencias y desafíos para el Trabajo Social en la garantía de derechos.** Montevideo, Uruguay; del 21 al 23 de noviembre, 2022.

XXIV Seminario Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social. **Crisis civilizatoria, luchas contra hegemónicas y proyectos emancipatorios: Desafíos, rupturas y organización frente al avance ultraconservador.** Del 13 al 15 de octubre. Santiago, Chile.

## **PARTICULARIDADES REGIONAIS E A INTERNACIONALIZAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL: SÍNTESE HISTÓRICA E DIÁLOGO COLETIVO**

*Alene Silva da Rosa*

*Laís Duarte Corrêa*

*Rodrigo Diniz*

*Ariane Paiva*

*Rosemeire dos Santos*

*Sandra de Faria*

*Heleni de Ávila*

A todas/os/es docentes e militantes  
da ABEPSS que nos antecederam!

Este capítulo apresenta as particularidades regionais no que se refere às experiências de internacionalização em Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* na área de Serviço Social, apresentadas durante o I Seminário Internacional “Formação, Pós-Graduação e Internacionalização em Serviço Social: a Amazônia e os desafios contemporâneos”, realizado nos dias 4 a 6 de julho de 2024, em Belém – PA, realizado pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, em parceria com os cursos de graduação e pós-graduação em Serviço Social da UFPA.

Tais experiências foram identificadas a partir da realização de um mapeamento conduzido pelas Coordenações de Relações Internacionais e de Pós-Graduação das regionais da ABEPSS, em parceria com os coordenadores dos Programas de Pós-Graduação (PPG) da área, durante a Gestão “Em luta, seguimos atentas e fortes: Luciana Cantalice, presente!”, para a elaboração de uma política de relações internacionais e internacionalização na perspectiva do projeto ético-político profissional do Serviço Social.

Na construção de uma política (para além da organização de documentos normativos, mas também para suas práticas e implementação), há sempre disputas de conceitos, valores e encaminhamentos nos processos de elaboração. Neste primeiro momento de sistematização, buscou-se identificar quais disputas pelo conceito de internacionalização estão presentes nos debates da ABEPSS e quais são as práticas de internacionalização efetivamente realizadas pelos programas e políticas de suas respectivas universidades. Este é um desafio posto para os PPG vinculados ao projeto ético-político do Serviço Social, tendo em vista a direção social de solidariedade com a luta da classe trabalhadora para a transformação social, em que nossos referenciais apontam que deve ser uma luta internacional e de defesa da soberania dos povos, em contraposição à “lógica de competições, com centralidade no desempenho dos docentes e discentes, medido pelas avaliações” que permeiam a educação (Yazbek, 2025, p.32).

Com essa intencionalidade, utilizamos os dados oriundos de um questionário, formulado pela Comissão Temporária de Trabalho sobre a Internacionalização da ABEPSS (2023 – 2024), que foi enviado para os Cursos de Pós-Graduação filiados à ABEPSS, assim como de debates e de reflexões que temos realizados nas regionais. O questionário foi organizado em 8 eixos: 1) Conceção de Internacionalização; 2) Convênios existentes; 3) Financiamento; 4) Alunos estrangeiros, apoio e suporte; 5) Professores estrangeiros; 6) Língua estrangeira para acesso ao PPG e

disciplinas ofertadas em língua estrangeira; 7) Participação em eventos internacionais; 8) Desafios e sugestões. O questionário é muito amplo e, portanto, escolhemos arbitrariamente os aspectos que chamamos atenção para esta apresentação, sabendo de seus limites. Os dados obtidos foram sistematizados por cada uma das seis regionais que compõem a ABEPSS e organizados em seis subseções. Após a apresentação destes resultados, tecemos algumas reflexões em caráter provisório, seguidas das referências utilizadas nesta construção.

## **1 As experiências da internacionalização da pós-graduação nas UFAs das regionais da ABEPSS**

### **2.1 Regional Sul I**

A Regional Sul I da ABEPSS, constituída a partir dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, atualmente possui 8 Programas de Pós-Graduação vinculados à área de Serviço Social, sendo 2 no estado do Paraná, 1 no estado de Santa Catarina, e, 5 no estado do Rio Grande do Sul, conforme é possível visualizar no Quadro 1.

Dos 8 Programas, 6 encontram-se em universidades públicas, sendo 2 estaduais e 4 federais. Os dois únicos programas em universidades privadas confessionais e comunitárias localizam-se no Rio Grande do Sul, sendo um deles o mais antigo da região, instituído ainda na década de 1970 na PUCRS. Entretanto, e conforme vimos acompanhando enquanto ABEPSS desde a última gestão, este Programa se encontra em processo de extinção, trazendo significativos impactos para a área.

Ainda em relação aos 8 Programas da região, os mais recentes também se localizam em solo gaúcho, sendo um na Unipampa, com ênfase em Serviço Social e Proteção Social, e o outro na UFSM, com ênfase em Serviço Social e Políticas Públicas.

Quadro 1 – Programas de Pós-Graduação da Regional Sul 1 da ABEPSS

	Nome do Programa	Estado	Início da Graduação	Início do Mestrado	Início do Doutorado	Nota
1	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social-UJEL	PR	1972	2001	2011	4
2	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social-UNIOESTE	PR	1986 (Toledo)	2003	X	4
3	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social-UFSC	SC	1958	2001	2011	5
4	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social-PUCRS	RS	1945	1977	1998	7
5	Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos-UCPEL	RS	1962	2006	2013/4	5
6	Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social-UFRRGS	RS	2009	2016	-	4
7	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Proteção Social-UNIPAMPA	RS	2006	2024	-	-
8	Programa de Pós- Graduação em Serviço Social e Políticas Públicas-UFMS	RS	2010/2	2024	-	-

Fonte: Rosa; Corrêa, 2024.

Neste sentido, o estado do Rio Grande do Sul é aquele que concentra o maior quantitativo de cursos de Pós-graduação vinculados à área de Serviço Social, com 5 cursos de mestrado; sendo seguido pelo estado do Paraná, com 2 cursos, e o estado de Santa Catarina, que atualmente conta apenas com um curso de mestrado.

Já em relação aos cursos de doutorado, que somam 4 entre os estados que compõem a Regional Sul I da ABEPSS, 2 deles se localizam no estado do Rio Grande do Sul, e os demais, em Santa Catarina e no Paraná.

Em se tratando dos processos de internacionalização na Pós-Graduação em Serviço Social na Regional, apenas 3 Programas responderam o formulário enviado. Acreditamos que a situação de calamidade pública vivenciada em 2024<sup>1</sup> por um quantitativo expressivo de municípios no Rio Grande do Sul e a suspensão temporária das atividades acadêmicas tenha incidido nesta participação. No entanto, destas 3 respondentes, tivemos pelo menos uma por estado.

No que tange à cooperação internacional, os 3 possuem convênios de cooperação, envolvendo não somente a área de Serviço Social, mas também Sociologia, História e Economia. Esses convênios se dão com países da Europa, África, Ásia e América.

Apesar da existência de convênios entre os 3 respondentes, apenas 2 Programas afirmaram receber financiamento nos últimos dois quadriênios, com prevalência daqueles advindos da Capes, com financiamento de dois convênios, e, apenas um pelo CNPq. Ou seja, não há incidência entre os programas respondentes, de financiamento estadual ou municipal.

---

<sup>1</sup> Trata-se do contexto datado de maio de 2024, em que ocorreram enchentes no Rio Grande do Sul que devastaram diversas cidades gaúchas, atingindo milhões de pessoas, dentre elas, estudantes, profissionais assistentes sociais e suas famílias. As chuvas intensas atingiram 90% dos municípios no estado, registrando-se 183 óbitos e 27 desaparecimentos (G1, 2024).

Tais dados nos chamam a atenção, uma vez que os processos de internacionalização propiciam experiências fecundas que, dentre outros elementos, incidem no aprimoramento dos processos de formação e do trabalho profissional, entretanto, as experiências dos Programas respondentes, indicam apenas a implicação do governo federal nesse sentido, e, como vimos durante esse evento, também tem reduzido investimentos nos últimos anos.

Neste sentido, e tomando como referência a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, as instituições respondentes, ou contam com campos de estágio em serviços que atendem pessoas advindas de outros países (100%), ou contam com projetos de extensão que atendem esse público (66%), ou ainda com disciplinas ministradas em outro idioma (66%), organização e/ou participação de eventos internacionais (100%).

Além disso, cursos de graduação e de pós-graduação de duas instituições respondentes têm recebido discentes de países como Argentina (66%) e Moçambique (33%), ou contando com docentes visitantes dos países com os quais possui cooperação internacional (66%).

Contudo, destacamos que não há vínculo empregatício de docentes oriundos de outros países com quaisquer dos programas respondentes. No que tange aos estudantes, as instituições respondentes indicaram não haver política específica da universidade, mas que esses discentes podem contar com orientações, acompanhamento, bolsas de estudo, acesso a restaurante universitário e cursos de português ou proficiência de língua portuguesa.

Diante do exposto, os programas apontam como dificuldades em relação ao financiamento de cooperação internacional, visto que sem o mesmo, apresentam-se dificuldades para a realização de visitas institucionais, missões e intercâmbios. Também apontou-se como dificuldade o domínio mais denso de idiomas, seja por docentes ou discentes. Assim, entendemos que tanto o não financiamento quanto o não domínio de outras línguas,

incide em dificuldades para a ampliação e realização de convênios e parcerias, bem como para a própria participação mais efetiva de discentes, que por serem em sua maioria trabalhadores/as, também possuem dificuldades para afastamentos mais prolongados do país.

Em relação à concepção de internacionalização, identificamos algumas diferenças em relação à concepção que orienta a universidade e a concepção dos cursos de pós-graduação. A concepção que orienta as universidades é aquela utilizada pela CAPES que entende a internacionalização como o desenvolvimento de processos cooperativos com outros países, para além da mobilidade docente e discente, de modo que as IES parceiras incorporem padrões internacionais de excelência em educação, pesquisa e extensão às suas rotinas.

Já a concepção que orienta os cursos de pós-graduação da área, entre os respondentes, identificamos que há, entre os diferentes indicadores de internacionalização apresentados pelos cursos, a apreensão de diferentes ações, reconhecendo a importância da oficialização de parcerias/convênios e de financiamento. Não encontramos, dentre as concepções apresentadas, indicadores que nos possibilitem apreender qualitativamente o impacto dessas ações para a formação e para o trabalho profissional em Serviço Social. Essa apreensão para nós é de suma importância, pois entendemos que essas ações de internacionalização não devem ser fins em si mesmos, mas meios para assegurar a qualidade da formação e do trabalho que defendemos.

## **2.2 Regional Sul II**

A Região Sul II da ABEPSS, abrange territorialmente os Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, cada um com particularidades regionais, sociais, culturais e econômicas próprias que reverberam no âmbito da educação superior. O estado de São Paulo possui 165 cursos de graduação

em Serviço Social em Instituições de Ensino Superior (IES) privadas; 2 cursos em IES públicas, sendo 85 presenciais e 80 na modalidade EAD. No estado de Mato Grosso do Sul, há 38 cursos oferecidos por IES privadas, todos na modalidade EAD (Silva, 2024).

A ABEPSS conta com quatro escolas filiadas na região, sendo elas: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC – SP), Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC – CAMP), Universidade Estadual Paulista (UNESP – Franca) e Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP – Baixada Santista). Essas instituições estão distribuídas em diferentes regiões do estado de São Paulo.

Destaca-se que a Região Sul II é profundamente marcada pelo maciço processo de capitalização da educação superior, caracterizado pela concentração de conglomerados educacionais que impactam significativamente a oferta e a qualidade do ensino superior. Nas últimas duas décadas, observa-se um cenário de transformações profundas na oferta de formação, tanto em âmbito nacional quanto regional. Entre essas mudanças, destacam-se o fechamento de cursos presenciais; a conversão de cursos presenciais em semipresenciais; a total transformação de cursos presenciais em cursos à distância (EAD).

Esse contexto evidencia um distanciamento das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, com as graduações sendo conduzidas apenas em conformidade com as diretrizes do MEC, por obrigação legal. A formação tem se tornado cada vez mais aligeirada, especialmente no período pós-pandemia, marcado por redução de carga horária; alterações frequentes nas matrizes curriculares e um denso processo de apropriação formação graduada pelo capital.

Essas transformações impactam diretamente na qualidade da formação e no perfil profissional dos estudantes. Além disso, as condições de vida agravadas e a intensificação e agudização das expressões da questão social têm afetado a permanência estudantil tanto na graduação quanto na

pós-graduação. Paralelamente, observa-se uma extrema precarização do trabalho docente.

No que tange a pós-graduação, a região conta com três PPGs *stricto sensu*, nos níveis de mestrado e doutorado em Serviço Social, registrados na área 32 da CAPES, todos localizados no estado de São Paulo. Sendo os programas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC – SP) e da Universidade Estadual Paulista (UNESP Franca) estão mais consolidados, oferecendo mestrado e doutorado. Já o programa da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) é o mais recente, completando 9 anos em 2025, e oferece o curso de mestrado. É possível visualizar estes dados no Quadro 2, a seguir.

Quadro 2 – Programas de Pós-Graduação da Regional Sul II da ABEPSS

Nome do Programa	Estado	Início da Graduação	Início do Mestrado	Início do Doutorado	Nota
Programa de Pós-graduação em Serviço Social – PUC SP	SP	1936	1971	1981	7
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – UNESP	SP	1977	1991	1996	5
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais – UNIFESP	SP	2009	2016	-----	3

Fonte: Diniz, 2025.

A região possui uma particularidade importante: abriga a primeira Escola de Serviço Social do país e o primeiro Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, ambos vinculados à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Em 1971, foi instalado o curso de mestrado em Serviço Social e, em 1981, aprovado o primeiro doutorado em Serviço Social do Brasil

e da América Latina. Trata-se de um Programa de referência nacional e internacional na área, com elevado nível de produtividade em pesquisa e publicações.

Os três Programas possuem diferentes notas de avaliação quadrienal da CAPES. O PPG da PUC – SP, avaliado com nota 7, integra o Programa de Excelência Acadêmica (PROEX). O PPG da UNESP Franca, com nota 5, encontra-se em processo de consolidação e amadurecimento. Já o PPG da UNIFESP, avaliado com nota 3, está em fase de implementação.

As concepções de internacionalização adotadas pelas universidades da região seguem os padrões estabelecidos pelas agências de fomento. São frequentemente destacadas as cooperações entre centros de pesquisa, redes de pesquisa, intercâmbios e mobilidade de discentes e docentes, o compartilhamento de saberes, a interlocução da formação acadêmica com outros países e regiões do globo e, sobretudo, o destaque da internacionalização como uma estratégia de qualificação da pós.

No contexto regional, destaca-se a cooperação e os vínculos de solidariedade entre os programas, especialmente com o Programa de Pós-Graduação da PUC–SP, mais consolidado e historicamente reconhecido por seu papel fundamental na constituição, no aprimoramento e na qualificação dos dois programas mais recentes da região, bem como de outros no país e até em âmbito internacional. Um exemplo significativo é sua contribuição para a formação dos primeiros doutores em Serviço Social no Brasil e na América Latina, além de sua colaboração na implantação de programas de pós-graduação em países como Portugal, Argentina e Angola.

No que se refere ao processo de internacionalização da pós-graduação, verifica-se que dois PPGs, os mais consolidados, possuem convênios e cooperações internacionais ativas, com ações mais sistemáticas. A maior concentração de parcerias está centrada na América Latina e na Europa, embora também haja iniciativas, em menor escala, na África e na Ásia. Os principais países e regiões com ações de internacionalização são:

- Europa: Portugal, Espanha, Suíça, França, Inglaterra, Itália, Alemanha.
- América do Norte: Estados Unidos, Canadá.
- América Central: Haiti, Cuba.
- América Latina: Chile, Argentina, Venezuela, Peru, Uruguai.
- África: Angola, Moçambique.
- Ásia: China.

As áreas de conexão entre os Programas de Pós-Graduação em Serviço Social da região incluem: Educação, Economia, Envelhecimento, Formação Profissional, Saúde, Criança e Adolescência, Arte, Ciências Sociais e Serviço Social. Em relação ao financiamento para internacionalização, observa-se certa fragilidade. O suporte, geralmente estatal (via CNPq e CAPES), é insuficiente, com redução significativa de recursos e bolsas nos últimos anos.

Entre os desafios enfrentados pelos PPGs na internacionalização, destaca-se a permanência de estudantes oriundos de outros países. Algumas questões foram levantadas na regional Sul II, como a falta de oferta de moradia para estudantes – apenas a UNESP Franca oferece moradia estudantil. As demais instituições limitam-se a fornecer recepção, orientação para documentação, acolhimento institucional e, quando disponível, bolsas de estudo.

Outro desafio importante é o domínio de línguas estrangeiras, ainda baixo entre docentes e discentes. Além disso, os programas enfrentam dificuldades nos exames de proficiência. Apesar desses obstáculos, os PPGs da região têm mantido participação ativa em eventos internacionais e acumulado experiência na organização de eventos ligados a políticas públicas, sociais, trabalho e profissão.

A revalidação de diplomas estrangeiros em universidades públicas, embora existente, apresenta custos elevados, entre R\$ 3 mil e R\$ 5 mil, o que se torna um obstáculo. Há experiências de cotutela, como as da

UNESP com Portugal e Angola, e de dupla titulação no mestrado da PUC – SP com uma universidade francesa, o único na área.

De forma ampla, os desafios e propostas para a ABEPSS nacional e regional incluem: Fortalecer as redes internacionais de pesquisa na área; Garantir que a internacionalização esteja alinhada à defesa de uma universidade gratuita, pública, democrática, autônoma e com financiamento estatal; Consolidar políticas afirmativas na pós-graduação e na internacionalização; Fortalecer a participação em eventos de internacionalização; Criar uma plataforma nacional de internacionalização para reunir dados e experiências; Ampliar a cooperação Sul-Sul, valorizando as relações com países da América Latina e África; Enfrentar a precarização das condições de trabalho nas universidades, que afeta diretamente docentes e técnicos; Preservar a memória e consolidar a área de Serviço Social e Incentivar redes de cooperação nacionais e internacionais.

### 2.3 Regional Leste

A regional Leste é composta pelos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo. Esta regional possui cursos de graduação e de pós-graduação consolidados em universidades públicas e comunitária, com maioria de notas 6 e 5, o que demonstra práticas consistentes de internacionalização. Os Cursos de Pós-Graduação podem ser visualizados no Quadro 3, conforme segue.

Este cenário traz um contexto de maior autonomia e independência dos PPGs, o que exige um esforço coletivo para construir redes de pesquisa e ações conjuntas, rompendo com os processos de competitividade exigidos hoje pelo sistema de avaliação sob a égide neoliberal, inclusive considerando a nova conjuntura de diminuição de procura pela pós-graduação no Brasil. Esta realidade, ao mesmo tempo, impõe à nossa regional uma maior responsabilidade de solidariedade com outras regiões.

Quadro 3 - Programas de Pós-Graduação da Regional Leste da ABEPSS

Universidade
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ
Universidade Federal do Espírito Santo – UFES
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
Universidade Federal Fluminense – UFF/Política Social
Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF
Universidade Federal de Viçosa – UFV
Universidade Federal Fluminense – UFF/Desenvolvimento Regional – DR

Fonte: Paiva, 2024.

Em relação ao eixo 1, as concepções de internacionalização que aparecem nas respostas dos PPGs, identificamos primeiro o que se apresenta nas definições mais gerais das universidades e depois nas unidades dos programas. As concepções presentes de internacionalização das universidades, de modo geral, estão situadas seguindo os padrões das agências de fomento; são citadas as cooperações entre centros de pesquisa e intercâmbios entre discentes e docentes, compartilhamento de saberes, a formação sem fronteiras, e a internacionalização como estratégia da pós-graduação. A UFF/DR fez uma referência interessante ao seu plano institucional de internacionalização que a inclui como uma necessidade de ocupação do Brasil no concerto das grandes nações e na produção de conhecimento científico e cultural; a solidariedade com centros de pesquisa em fase de implantação, sobretudo na América Latina e África, colocando o Brasil na condição de liderança regional; e situa a missão da universidade pública, que é produzir, difundir e aplicar conhecimento e cultura de forma crítica e socialmente referenciada.

Em relação aos PPGs, de modo geral, as concepções foram apresentadas exemplificando o que se faz, e dois programas (UFRJ e

UFF/PS) indicaram que esta concepção está em construção em processos coletivizados. Há uma observação da UFF/PS, em que sinaliza que o debate em sua forma e conteúdo, tem-se realizado a partir da defesa dos direitos da classe trabalhadora; e da UERJ, que considera necessário realizar a disputa quanto à solidariedade e intercâmbio Sul-Sul, tendo em vista a prevalência de estímulos para a internacionalização com países do centro hegemônico capitalista. Identificamos que a UFES incluiu uma concepção mais definida: “A internacionalização constitui um processo de aperfeiçoamento e aprofundamento da produção de conhecimento na área de Serviço Social para enfrentar os desafios mundiais postos à profissão, por meio da participação em programas oficiais de cooperação e intercâmbio sistemáticos com instituições de ensino e pesquisa internacionais em Serviço Social e outras áreas de conhecimento”.

Quanto ao eixo 2, os programas registram convênios existentes com os seguintes países: Portugal, Escócia, Bélgica, Itália, Reino Unido, Canadá, Suíça, Finlândia, Colômbia, Angola, Peru, México, Chile, Argentina, Cuba e China. Dois PPGs dizem não possuir convênios, o que infere outras formas de parcerias. A PUC – Rio possui cotutela com Bruxelas. Os convênios, em sua maioria, são feitos diretamente com o PPG em Serviço Social e outras áreas, como Economia e Saúde. A PUC – Rio informou que a universidade possui um convênio guarda-chuva que abrange vários cursos.

Levantamos parcerias com 21 Instituições estrangeiras na regional Leste: Universidad Nacional Agrária de La Molina – Peru; Pontificia Universidad Javeriana – Cali, Colômbia; Universidad de Guadalajara – PUC – Chile; Universidade Católica de Angola; Universidade de Dundee; Instituto de Ciências Sociais de Lisboa; Universidade de Bruxelas; Sapienza di Roma; King’s College; Universidade Lusíadas; Universidade de Coimbra – Portugal; Ryerson University – Canadá; Universidade de Mar del Plata – Argentina; Instituto Universitário de Lisboa – ISCTE,

Portugal; Universidad San Martín – Buenos Aires, Argentina; Universitat Bern – Suíça; Tsinghua University; Universidade de Havana; Universidade Nacional de Rosário; Robert Gordon University; HUMAK University of Applied Sciences.

No eixo 3, levantou-se que nos quadriênios, a agência financiadora dos projetos envolvendo internacionalização foi a CAPES em todas as universidades.

Sobre os estudantes migrantes, no eixo 4, apenas um curso não os recebeu nos últimos anos. Identificamos os seguintes países de origem destes estudantes: Bélgica; Argentina; Colômbia; Chile; Angola; Costa Rica; Portugal; Uruguai; Venezuela; Cuba; Haiti; Guiné Bissau; Quênia; Espanha; Argentina; Angola; Moçambique. Há presença de Argentina, Chile, Costa Rica, Colômbia e Angola em várias universidades. Em relação ao apoio e suporte institucionais para estes discentes, as universidades utilizam os mesmos recursos para estudantes nacionais, como bolsas, bandejões e cursos de língua portuguesa. A UFES possui uma secretaria de Relações Internacionais para atendimento, e a PUC – Rio tem um setor específico para apoio à moradia e outras questões, o que parece serem duas universidades com uma experiência diferenciada.

No eixo 5, somente três universidades receberam professores de outros países na modalidade de visitantes (PUC – Rio, UFRJ e UFES) e os recursos de apoio estão vinculados às bolsas e às estruturas existentes na própria universidade. No eixo 6, Inglês, Espanhol e Francês são as línguas possíveis para ingresso na pós-graduação, com exigências de proficiências ou provas nos processos seletivos. O único curso com disciplina ofertada em outro idioma é o da PUC – Rio. Como não qualificamos estas perguntas no questionário, não podemos saber sobre a relação dos docentes das universidades com outros idiomas, mas esta é uma questão relevante, inclusive para pensar ações de incentivo à internacionalização.

Há participação em eventos internacionais e em organização de eventos também internacionais, conforme classificamos no eixo 7. Esta

variável poderia ser cruzada com a relação de bolsas dos docentes e a fonte de recursos para financiamento dos eventos, pois pode ser que estas atividades estejam mais vinculadas aos esforços individuais de pesquisadores.

Para finalizar o que determinamos como eixo 8, quando perguntado sobre os desafios, o idioma e os recursos para os programas, de modo geral, e para permanência e apoio aos estudantes, foram levantados, além da burocracia das instituições. Algumas sugestões apareceram nos questionários, mas também nos encontros que temos desenvolvido. Ressaltamos o papel da ABEPSS em incentivar projetos de redes de PPGs para internacionalização; divulgar os PPG perante a área no exterior, em especial com países da periferia do capital; compreende-se que precisamos problematizar a integração dos processos entre formação da graduação com a pós-graduação sob diretrizes de internacionalização; ampliar eventos com participantes externos e que podem ser realizados entre programas e grupos de pesquisas; implementar eventos internacionais em conjunto com PPGs (em rodízio); criar espaços para trocas de informações sobre publicações internacionais de matiz crítica.

## 2.4 Regional Norte

Nestas breves linhas cabe destacar as particularidades da região Norte do Brasil, principalmente na área de Serviço Social, e isso tem impactos diretos na análise do levantamento realizado pela ABEPSS sobre os Programas de Pós-Graduação e a Internacionalização na região. Por isso, cabe destacar as particularidades e as diferenças da região norte geográfica e a divisão regional da ABEPSS, geograficamente a região é composta por 7 estados, sendo que desses 3 três ainda não possuem nem graduação em Serviço Social, presencial, são eles Rondônia, Acre e Amapá.

Ainda na visão geográfica, a região Norte tem uma população de 15.864.454 habitantes, temos somente 3 Programas de Pós-Graduação (PPG), isto significa que para cada 89.000 habitantes, temos um pós-graduando em Serviço Social. Na divisão regional da ABEPSS por questões históricas, políticas e conjunturais se somam a região Norte os estados do Maranhão e o Piauí, com isso a regional passa a contar com 5 Programas de Pós-graduação, sendo 5 mestrados e 2 doutorados, fazendo essa comparação com o número populacional temos quase 50.000 habitantes para cada um pós-graduando em Serviço Social, diminuí, mas não tanto. Destaca-se ainda a questão geográfica da região Norte, “nós não chegamos ali rapidinho”, há dois cursos de graduação em Serviço Social que o acesso é somente por barco ou avião, ou seja, não há rodovias para o acesso, e não são 2 horas de barco, são 12, 14 ou 15 horas.

Dadas as particularidades, os Programas de Pós-Graduação na Regional Norte da ABEPSS foram organizados no Quadro 4, para melhor visualização.

Quadro 4 – Programas de Pós-Graduação da Regional Norte da ABEPSS

Nome do Programa	UFA	UF	Início	Nível	Nota
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará	UFPA	PA	1996	ME/ DO	5
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas	UFAM	AM	2007	ME/ DO*	4
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins	UFT	TO	2018	ME	3
Programa de Pós-Graduação em Política Públicas da Universidade Federal do Piauí	UFPI	PI	2001	ME/ DO	5
Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão	UFMA	MA	1993	ME/ DO	6

Fonte: Santos, 2024.

Os estados da região Norte do Brasil estão distantes dos países sul da América Latina, e neste sentido que na gestão 2022/23 da regional, buscou um diálogo com o coordenador de relações internacionais à época, para entender a divisão da ALAEITS, para compreender as possibilidades de trocas e articulações com os andinos. E tivemos uma primeira conversa com o coordenador regional da ALAEITS andino, Jorge e insistimos no estreitamento com esses países que fazem divisa com muitos estados da região norte da ABEPSS.

Para a Oficina Regional da ABEPSS que ocorreu em 2023 em Teresina – PI para o colóquio de pós-graduação realizamos um levantamento com os programas, em que perguntamos as recomendações e orientações da CAPES, para a avaliação da próxima quadrienal, todos os programas colocaram que o ponto nevrálgico é a internacionalização, e no mesmo levantamento solicitamos aos programas que respondessem se haviam estratégias ou ações para a internacionalização, 80% deles disseram que sim e 20% não, e os próprios programas avaliam “as estratégias são muito embrionárias. Recebemos 3 estudantes estrangeiros”.

No levantamento realizado pela Coordenação Nacional de Pós-Graduação e de Relações Internacionais, para o I Seminário de Internacionalização solicitamos informações sobre os convênios e os dados foram: um programa tem convênio com a Espanha, Caribe, Reino Unido, Grécia e Ásia; outro com Angola, Chile e França, outro com Argentina, Uruguai, Espanha, Portugal, França, México e Inglaterra, isso nos leva a refletir o quanto podemos reforçar o colonialismo, porque estamos articulados com a Europa, mas não conseguimos dialogar com os países fronteiriços e com a nossa América Latina.

O seminário de Internacionalização da ABEPSS traz uma marca para refletirmos, e levar à frente todas essas parcerias e programas. Apenas três programas apresentam agências financiadoras, ou seja, ou está recebendo aluno por conta ou está tirando, como disse Solange

Teixeira, uma bolsa de um discente brasileiro para trazer um estrangeiro para pontuar internacionalização. Neste quesito temos na Regional, três programas com programa de cotutela, no que tange à percepção de internacionalização as visões são institucionais, não há uma visão de internacionalização para os programas de serviço social com a iniciativa da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, que fez o seu primeiro seminário sobre internacionalização que apareceu no questionário, assim cabe destacar que é uma iniciativa inicial. Neste sentido, temos como entidade desafios para pensar essa direção de internacionalização.

De acordo com Piccolo (2022), o desafio para pensar a internacionalização também se coloca a necessidade de construir uma agenda de pesquisa, de pesquisa crítica para o serviço social latino-americano é necessário para nós reforçarmos ainda a articulação entre graduação e pós-graduação, nos nossos questionários pouco apareceu essa articulação principalmente no quesito pesquisa, ensino e extensão.

## 2.5 Regional Centro Oeste

Na sistematização de dados sobre as experiências, institucionalidade, modalidades e áreas de internacionalização e cooperação internacional dos Programas da Região Centro-Oeste, considera-se fundamental destacar, entre as particularidades do Brasil Central, as expressões da questão agrária no Brasil e a crescente devastação dos biomas Cerrado e Pantanal.

No contexto do capitalismo mundializado e financeirizado, a questão agrária está cada vez mais associada ao movimento global das relações econômicas capitalistas. A produção agrícola convertida em *comodities*, em matérias-primas essenciais, comercializadas em grandes volumes na bolsa de valores é alavancada pelo crescente processo de financeirização da produção do campo e, no Centro-Oeste brasileiro, pelo aumento do desmatamento dos biomas Cerrado e Pantanal. Na região, a

concentração da propriedade desigual de terras e o latifúndio produzem pobreza e miséria em massa no campo, afetando brutalmente as famílias camponesas cuja principal fonte de sobrevivência é a agricultura.

O empobrecimento da população rural, somado a outras expressões de violência que afetam o campo no Brasil, afeta a situação da classe trabalhadora urbana. A realidade desafiadora em que o Serviço Social está inserido é de novos padrões de produção e acumulação capitalistas e de agravamento da questão social no campo e nas cidades, exigindo dos trabalhadores capacidade de responder com força ao imperialismo do capital. É nesse contexto que se desenvolve a experiência de formação, pós-graduação e produção de conhecimento e internacionalização em Serviço Social no Centro-Oeste brasileiro.

A Regional Centro-Oeste da ABEPSS é composta por três Programas de Pós-Graduação *stricto sensu*, localizados nos estados de Goiás, Mato Grosso e Distrito Federal, conforme disposto no Quadro 5.

Quadro 5 – Programas de Pós-Graduação da Regional Centro Oeste da ABEPSS

UFA e Programa	Início/Nível	Nota
Universidade de Brasília – UnB PPG em Política Social	1990 M-D	6
Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC Goiás PPG em Serviço Social	2007 M	3
Universidade Federal do Mato Grosso PPG em Política Social	2009 M-D	4

Fonte: Faria, 2024.

A experiência de internacionalização nas três IES inclui acordos de cooperação e programas de intercâmbio internacional em ensino, pesquisa e extensão. Foram relatados acordos de interesse do Serviço

Social com instituições do México, Espanha, Portugal, Argentina, Grécia e Itália, além de protocolos firmados pelas IES com múltiplas instituições e países. Os projetos de cooperação relatados foram nas áreas de Serviço Social, Direitos Humanos e Saúde e Ciências Sociais. Nos dois últimos quadriênios, os Programas aprovaram financiamento para atividades de cooperação internacional, com destaque para o apoio da CAPES e CNPq. O financiamento é diferenciado entre os Programas, considerando suas notas no SNPG e a **institucionalidade** da cooperação internacional nas respectivas IES.

Foi observada pela UNB e UFMT, a existência de estágios em serviços que atendem estrangeiros nas áreas de saúde e desenvolvimento social. Não há projetos de extensão nos Programas com populações estrangeiras (refugiados, imigrantes, apátridas etc.).

Em relação à mobilidade, os Programas da UNB e da UFMT receberam alunos estrangeiros em cursos de graduação e/ou pós-graduação nos últimos dois quadriênios, vindos da Colômbia, Honduras, Chile, Costa Rica, Angola, Colômbia, Guiné-Bissau.

O Programa da UNB conta com professores da Argentina e da Grécia em seu quadro docente, como Professor Titular e Professor Visitante, respectivamente.

As três universidades oferecem suporte para a recepção de estudantes estrangeiros, incluindo moradia, alimentação e bolsas de estudo. As três IES têm um acordo de intercâmbio/mobilidade.

No contexto da pós-graduação, os principais idiomas exigidos para os programas de mestrado e doutorado são inglês, espanhol e francês. O processo de proficiência em língua estrangeira na PUC Goiás é realizado por meio de uma prova anual ou pela realização de um curso instrumental de inglês oferecido pela PUC Idiomas. A UFMT oferece exames de proficiência e na UNB, por meio de certificação apropriada ou teste de compreensão de língua estrangeira. Todas as três instituições oferecem

suporte para alunos estrangeiros em cursos de português ou proficiência em língua portuguesa.

Os Programas não oferecem disciplinas e/ou bancas ministradas/presididas por docentes estrangeiros em língua diferente da portuguesa.

Os três programas têm participado de eventos internacionais no exterior e no Brasil, com participação de docentes e/ou discentes nos dois últimos. Nesse sentido, os programas da UNB e da PUC GOIÁS têm experiência na organização e realização de eventos internacionais, com destaque para o Seminário Internacional de Política Social organizado regularmente pelo PPG da UnB. Os três programas participam de eventos internacionais de referência na área, com destaque para os Seminários da Associação Latino-Americana de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ALAEITS).

Em relação a diplomas e revalidação/reconhecimento, as três IES seguem regulamentações específicas para estrangeiros. E nas três IES há demandas de revalidação/reconhecimento de diplomas para estrangeiros no curso de Serviço Social, nomeadamente da França e de Portugal. A UNB tem experiência de COTUTELA com a Alemanha.

Dois Programas da Capes foram destacados: o Capes-PrInt, que incentiva a formação de redes internacionais de pesquisa para programas de pós-graduação por meio da concessão de auxílio financeiro para mobilidade de pesquisadores para outros países. E o Programa de Redução de Assimetrias na Pós-Graduação da Capes, Edital nº 14/2023 PRAPG/Capes. O PPG em Serviço Social da PUC Goiás foi o único Programa da área que teve sua proposta aprovada pelo PRAPG, de um total de 100 propostas aprovadas, sendo 15 para programas da região Centro-Oeste.

No que se refere à concepção e a política de internacionalização das Universidades dos três Programas, a cooperação internacional é notada como uma possibilidade de qualificação acadêmica, científica, social e de inovação entre atores de instituições de diferentes países. Contribui para

o desenvolvimento acadêmico, científico, tecnológico, artístico, cultural e pessoal do corpo discente e docente.

Internacionalização como cultura a ser vivenciada por toda a comunidade acadêmica com vistas ao fortalecimento da imagem e inserção institucional no cenário mundial, considerando valores e preceitos institucionais, de modo a se tornar referência nacional e internacional. Uma instituição multicampi como a UFMT visa a qualidade acadêmica, consolidando-se como referência para o desenvolvimento sustentável da região central da América do Sul, na confluência da Amazônia, Cerrado e Pantanal.

A Universidade com estrutura institucional de internacionalização como a UNB mantém parcerias internacionais e produção técnica e bibliográfica, alcançadas com apoio de programas estratégicos de agências nacionais.

O conceito de internacionalização que norteia o PPG em Serviço Social da PUC Goiás adota uma abordagem abrangente de sua finalidade, reconhecendo-a como pilar fundamental para a excelência acadêmica. A internacionalização deve ter como foco a busca da mobilidade acadêmica e a integração da pesquisa local com a pesquisa internacional. No PPG em Política Social da UFMT, a internacionalização é concebida com potencial emancipador capaz de promover o intercâmbio e a troca de saberes e experiências entre diferentes culturas, povos e países. Fortalecendo laços e articulações entre professores/as e pesquisadores/as, especialmente de universidades de toda a América Latina, o que promove uma excelência acadêmica pautada nos reais interesses da sociedade. O PPG em Política Social da UNB prioriza acordos de cooperação com instituições de qualidade e com abordagem crítica da realidade. Inclui também parcerias contínuas entre professores, mas dá-se preferência à assinatura de acordos que organizem a cooperação acadêmica.

A difusão da produção docente/discente de Serviço Social nos dois últimos quadriênios ocorreu com as publicações de livro internacional sobre a formação profissional, organizado por docentes da PUC Goiás e do Instituto Superior Miguel Torga de Coimbra, Portugal. A UNB registra publicação de artigos em revistas ou Coletâneas da Argentina, México, Espanha e Itália, entre outras publicações.

As dificuldades enfrentadas no processo de internacionalização são objetivas, considerando que os três Programas têm diferentes tempo de criação, fases de consolidação e níveis de avaliação. Para um Programa com nota 3 a principal dificuldade é a limitação de recursos financeiros tanto para mobilidade docentes e discentes, realizar missões no exterior e ampliar as cooperações internacionais. Para os três Programas a barreira linguística é uma dificuldade objetiva, assim como os processos burocráticos que podem criar barreiras para a internacionalização.

## 2.6 Regional Nordeste

A questão regional brasileira, particularmente o cenário nordestino, permeada por abismos sociais, têm enfrentado desafios e particularidades sociais, econômicas, políticas, culturais e geográficas que historicamente produzem marcas que impactam na implementação e consolidação dos programas de pós-graduação em suas distintas regiões.

O Nordeste brasileiro enfrenta problemas sociais históricos, como: defasagem e pouca diversificação da agricultura e indústria, grandes latifundiários, concentração de renda, secas constantes no sertão nordestino e concentração de pessoas que vivem em situação de pobreza. É neste contexto, que o Serviço Social enfrenta seus desafios cotidianos, necessitando de graduação e pós-graduação que venham a contribuir com a formação profissional de qualidade, comprometida com o Projeto Ético Político da Profissão.

A Região Nordeste da ABEPSS está configurada com setes<sup>2</sup> estados: Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, cada um com as suas particularidades e dimensões territoriais. Nesta Região, existem dez programas de pós-graduação, distribuídos conforme quadro abaixo.

Quadro 06 – Cenário da pós-graduação da Região Nordeste

Universidade	Mestrado	Doutorado	Nota	Filiação a ABEPSS
Universidade Federal da Bahia	Sim	Não	03	Sim
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	Sim	Não	03	Sim
Universidade Federal de Sergipe	Sim	Não	04	Sim
Universidade Federal de Alagoas	Sim	Sim	05	Sim
Universidade Federal de Pernambuco	Sim	Sim	06	Sim
Universidade Federal da Paraíba	Sim	Sim	04	Sim
Universidade Estadual da Paraíba	Sim	Não	03	Sim
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Sim	Sim	04	Sim
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte	Sim	Não	03	Sim
Universidade Estadual do Ceará	Sim	Não	04	Sim

Fonte: Ávila, 2025 (com base na avaliação quadrienal de 2021)

<sup>2</sup> Diferente do que está estabelecido geograficamente como Nordeste brasileiro, composta por 09 estados.

A região conta com dez programas de pós-graduação na área do Serviço Social, sendo que destes apenas quatro possuem doutorado; um possui nota 06; um possui nota 05; quatro possuem nota 04 e quatro possuem nota 03. Ainda se destaca que os dois programas de mestrado da Bahia são os mais recentes da região, ambos com 06 anos de funcionamento e o doutorado da Paraíba que teve início em 2025 e três programas de mestrado estão situados no interior dos Estados (Bahia, Paraíba e Rio Grande do Norte).

Destaca-se que existe um avanço dos cursos privados na região, bem como o crescimento dos cursos na modalidade à distância – EAD, o que tem comprometido a formação profissional dos e das assistentes sociais em todo o país e, particularmente no Nordeste.

Com relação à internacionalização as Universidades, em sua maioria, seguem as diretrizes do que está estabelecido nas agências de fomento, já os cursos de Serviço Social seguem o que os documentos internos que suas respectivas universidades estabelecem. Neste ponto, apenas poucas UFAS ressaltaram: “estabelecer trabalhos em rede (estudos, pesquisas)”; “Entendemos a internacionalização como a oportunidade de diálogo com outros cursos e áreas, bem como possibilidade de troca de ideias e construção de conhecimento crítico sobre a realidade social e suas demandas para o Serviço Social”; “Promover a interlocução entre estudantes e pesquisadores da área do Serviço Social, entidades e redes de pesquisa internacionais, especialmente com a América Latina e África”.

Referente aos desafios para o processo de internacionalização, os programas tiveram opiniões convergentes, como: necessidade de cursos de idiomas para discentes e docentes de forma a facilitar a interlocução com outros países; falta de recursos para participação em eventos internacionais, bem como falta de recursos para promover eventos com palestrantes de outros países; falta de uma política institucional de incentivo financeiro para mobilidade acadêmica, dentro e fora do país; pouca oferta de bolsas

para realização de cursos no exterior; corpo docente com sobrecarga de trabalho, sem condições de captar recursos, criticando a situação de docentes “empreendedores”, ou seja, que necessitam captar recursos para propiciar intercâmbios e outras atividades que fortaleçam o processo de internacionalização e por fim, a dificuldade de permanência de discentes de outros países nas instituições de ensino por falta de programas que garantam a sua estadia no Brasil.

Na região existem dois programas<sup>3</sup> com um maior número de convênios específicos do Serviço Social, os demais se resumem aos convênios estabelecidos pelas próprias universidades que, na maioria das vezes possuem foco em outras áreas. Os países de maior incidência de convênios entre as universidades que compõem a regional são: Na Europa: Portugal, Espanha, França, Alemanha e Inglaterra; Na África: Angola e Moçambique; Na América do Norte: Estados Unidos e México; Na América Central, Cuba; Na América do Sul, Chile, Argentina e Uruguai.

Apesar do Brasil possuir 40,7 % do seu território estabelecendo divisas com outros países da América Latina, a região Nordeste fica isolada, de um lado o Oceano Atlântico e do outro os estados brasileiros, porém foi destacado que os estados da Bahia e de Pernambuco possuem uma forte influência dos países Africanos em função do processo de escravização no período do Brasil Colônia, assim, foi salientada a importância de se priorizar aproximações com países Africanos e com países da América do Sul, neste último caso, em função da proximidade geográfica, histórica e cultural.

Muitos são os desafios que estão postos para a pós-graduação em Serviço Social e para a ABEPSS. Os programas de pós-graduação são espaços privilegiados de debates e de produção do conhecimento, necessitando avançar na construção de uma agenda onde as pesquisas

---

<sup>3</sup> Programas de Pós-graduação em Serviço Social das Universidades Federal de Pernambuco e Federal de Alagoas.

em rede e em uma perspectiva crítica possam se consolidar e avançar no debate sobre qual internacionalização interessa ao serviço social brasileiro.

## Considerações Finais

A análise da internacionalização nos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social nas seis regionais da ABEPSS evidencia a diversidade de experiências, desafios e potencialidades existentes no cenário nacional. Observa-se que, apesar das assimetrias regionais, há esforços significativos por parte dos programas em construir estratégias de internacionalização que estejam alinhadas à formação crítica e comprometida com os princípios ético-políticos da profissão.

As concepções de internacionalização adotadas revelam disputas. De um lado, há uma tendência de adesão às diretrizes das agências de fomento e seus parâmetros de excelência, até mesmo por necessidade dos contextos de avaliação quadrienal da CAPES; de outro, emergem perspectivas mais críticas, que compreendem a internacionalização como instrumento para fortalecer a cooperação entre o eixo Sul-Sul Global e para qualificar a formação e a produção de conhecimento socialmente referenciado.

As experiências evidenciam desafios estruturais e contextuais importantes que impactam diretamente o desenvolvimento da pesquisa, da formação acadêmica e da cooperação internacional. No caso da região Norte, os dados chamam atenção e revelam profundas desigualdades em termos de acesso e infraestrutura, com limitações geográficas, históricas e institucionais que restringem a consolidação e expansão da pós-graduação, assim como a implementação efetiva de estratégias de internacionalização. A incipiente articulação com países latino-americanos vizinhos e a dependência de vínculos com países europeus são elementos que tensionam a busca por uma internacionalização crítica e enraizada nas realidades locais e continentais.

Nas demais regiões, observa-se um processo mais consolidado de institucionalização da internacionalização, com presença de convênios, ações de mobilidade e produção científica em colaboração com outros países. Ainda assim, persistem entraves como a limitação de recursos financeiros, a barreira linguística e a ausência de políticas institucionais mais amplas que fomentem a internacionalização dos PPGs.

Neste sentido, reafirma-se a importância de consolidar políticas institucionais e regionais que assegurem a sustentação dessas iniciativas, superando a lógica competitiva e tecnocrática que muitas vezes permeia os processos avaliativos. A internacionalização, portanto, deve ser compreendida como meio e não como fim em si mesma, articulando-se aos desafios colocados à formação profissional e à atuação frente às múltiplas expressões da questão social contemporânea.

Diante desse cenário, o fortalecimento da articulação entre graduação e pós-graduação, a valorização de parcerias sul-sul e a construção de agendas de pesquisa críticas e contextualizadas emergem como caminhos fundamentais para a superação das assimetrias e para a afirmação de uma internacionalização comprometida com os desafios sociais, políticos e econômicos que entrecruzam a formação pós-graduada na cena contemporânea.

## Referências

G1. **Sobe para 183 número de vítimas após enchente no RS;** 27 pessoas seguem desaparecidas. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2024/08/09/enchentes-rs-mortos-desaparecidos.ghhtml>.

YAZBEK, Maria Carmelita. O Processo de Internacionalização do Serviço Social: desafios e direção política. **Em Pauta:** teoria social e realidade contemporânea. V. 23, n. 58 (2025). Rio de Janeiro: UERJ/Faculdade de Serviço Social, 2025.

PICCOLO, R. M. D. A ABEPSS na internacionalização do Serviço Social do Brasil. In: **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 22, n.1, p. 144–155, jan. / jun. 2022 ISSN 1980-8518. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/38186>

SILVA, Juliana Fracaro da. **Concepções em disputa na curricularização da extensão universitária:** uma análise dos cursos de Serviço Social das Unidades de Formação Acadêmica da Regional Sul II da ABEPSS. Dissertação de Mestrado em Serviço Social PUC SP. São Paulo: PUC–SP, 2024.

## **NUESTRO NORTE ES EL SUR - REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO NO SERVIÇO SOCIAL**

*Daniela Ribeiro Castilho*

*Esther Luíza de Souza Lemos*

*Maria das Graças e Silva*

O 1º Seminário Internacional “Formação, Pós-Graduação e Internacionalização em Serviço Social: a Amazônia e os desafios contemporâneos” foi construído *de tanta, muita, diferente gente*<sup>1</sup>, pelo esforço de mobilização de diversas e diversos colegas da gestão da ABEPSS “Em luta seguimos, atentas e fortes: *Luciana Cantalice*, presente!” e a aguerrida gestão da ABEPSS – Região Norte. Este evento fez história, marcando o calendário de nossa entidade como o primeiro que buscou colocar no centro do debate, no âmbito da formação profissional, a ampliação e consolidação de fortes vínculos do Serviço Social brasileiro com o Serviço Social no mundo, especialmente no âmbito do Sul Global. Um dos objetivos foi acumular esforços no sentido da construção de diretrizes claras para a internacionalização que impulsionamos e pretendemos avançar no âmbito da graduação e da pós-graduação, como parte do fortalecimento de uma direção social crítica à profissão.

Tendo em sua identidade visual a obra do artista uruguaio Torres Garcia em *Nuestro norte es el sur* (1943), marco na luta anti-imperialista, a inspiração do autor orientou o Seminário expressando a resistência e a luta internacionalista construída pelo Serviço Social brasileiro *desde abajo* como parte da classe trabalhadora.

---

<sup>1</sup> Trecho da música ‘Caminhos do Coração’, de Gonzaguinha.

Este ensaio resulta, portanto, de contribuição da gestão da ABEPSS (2023 – 2024) ao debate no Seminário, em particular a Coordenação Nacional de Pós-graduação e a Coordenação Nacional de Relações Internacionais, como expressão e síntese de um legado teórico e político que a entidade congrega, na certeza de que o evento representaria relevante impulso (como efetivamente o foi) para enfatizar o lugar da internacionalização como parte da agenda da entidade, para além do impulsionamento de ações efetivas no âmbito dos Programas de Pós-graduação da área de Serviço Social e das articulações internacionais empreendidas no âmbito das entidades parceiras.

A questão da internacionalização na história da profissão e seus desafios contemporâneos impõem-se como desafios que nos convocam ao enfrentamento da crescente crise econômica e instabilidade política, ameaças crescentes à vida planetária pelas guerras, pela fome, pelo avanço do conservadorismo e do neofascismo e pela destrutividade ambiental. Testemunhamos uma verdadeira barbarização da vida social.

Nesta conjuntura, o debate sobre os desafios da internacionalização, sua relação com a formação profissional no âmbito da graduação e pós-graduação, exige um diálogo com a pesquisa e a produção de conhecimento no Brasil e nos convoca para uma reflexão central: Que internacionalização nos desafia? Que internacionalização interessa ao Serviço Social? Sem a pretensão de oferecer fórmulas mágicas, nosso objetivo é refletir coletivamente, garimpar e reunir algumas pistas, produto do acúmulo que fomos construindo coletivamente, sabendo que temos muito que avançar.

O tema da internacionalização invoca muitas questões desafiadoras. Quando iniciamos as primeiras tratativas sobre a possibilidade de realização do Seminário, na Coordenação Nacional de Pós-Graduação e a Coordenação Nacional de Relações Internacionais da ABEPSS, tínhamos no horizonte a necessidade de problematizar este tema a partir de uma questão intrigante: o fato de que a internacionalização aparece como uma

aspiração e objeto de investimentos de nossos Programas, um desafio apontado por dez entre dez pesquisadoras(es) e docentes, ou seja, a internacionalização passou a ser uma busca obstinada, e porque não dizer também um pesadelo, a integrar o cotidiano de nossos programas de Pós-graduação, ainda que em distintos níveis.

Sabemos que a emergência do tema da internacionalização constitui uma exigência às diversas áreas do conhecimento, a partir de uma definição das agências de fomento, posto que integra uma das mais importantes variáveis do processo de avaliação junto à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Como é de largo conhecimento, a nota obtida nos processos avaliativos define, em última análise, a questão do financiamento, o acesso aos recursos essenciais para a manutenção dos cursos. Estamos, portanto, diante de um consenso, de modo que todas as áreas do conhecimento parecem falar uma única linguagem e aspirarem algo comum: internacionalizar passou a ser objetivo e meta.

Esta realidade põe o Serviço Social, como profissão e área do conhecimento, um primeiro desafio: situar historicamente a questão, entender que forças sociais agem e impulsionam a internacionalização como necessidade imperiosa para uma formação de qualidade. É urgente nos indagarmos: **o que explica a emergência e expansão desta concepção?** Em segundo lugar, devemos nos perguntar: **que internacionalização queremos? Que concepção de internacionalização precisamos construir como parte da afirmação do projeto ético-político do Serviço Social?**

Ao refletir sobre o primeiro aspecto temos que, historicamente, a internacionalização passou a ganhar maior impulso a partir do final do século XX, com a expansão do neoliberalismo impulsionando a produção, a disseminação e o acesso a conhecimentos para além das fronteiras nacionais. A tese da “sociedade do conhecimento” contribuiu para a

legitimidade desta ideia, ao afirmar que a informação constitui a principal força produtiva, portanto, a ciência passou a ter lugar preponderante para o desenvolvimento dos países, para a expansão do emprego e para a elevação da qualidade do trabalho (Costa; Costa; Yamamoto, 2021).

No Brasil, a internacionalização ganhou maior força a partir do primeiro governo Lula. A CAPES, por meio dos Planos Nacionais de Pós-graduação (PNPGs 2005–2010 e 2011–2020) elevou a internacionalização a um dos principais critérios de excelência na qualificação dos Programas de Pós-Graduação. Neste sentido, estariam desafiados e avaliados por sua inserção internacional, devendo também constituírem-se como centro de atração de pesquisadores.

Trata-se de uma política voltada para a pesquisa e o desenvolvimento nacional, com vistas a afirmar o Brasil na produção científica mundial. Num contexto de acirrada disputa pelo mercado mundial, de aprofundamento da Divisão Internacional do Trabalho (DIT), na qual constata-se uma tendência à desindustrialização, especialmente dos países periféricos. Este processo foi denominado por Plínio de Arruda Sampaio Jr (2012) como “reversão neocolonial”, expressão e síntese de uma “nova dependência” que mantém a concentração da pesquisa e da produção do conhecimento, essencialmente, nos países centrais.

Por outro lado, é importante reconhecer: **a internacionalização é predominantemente direcionada ao mercado.** Suas concepção e implementação são pautadas pela lógica do produtivismo e pela métrica, a qual serve de instrumento de exclusão dos Programas de Pós-graduação aos financiamentos, aprofundando a assimetria entre os mesmos, entre as instituições de ensino superior e entre as várias áreas do conhecimento, com claro desprestígio das Ciências Humanas e Sociais.

Tal fenômeno tem sido alimentado nos últimos anos em um contexto de restrições de recursos, que aliado à lógica produtivista e meritocrática, vem sendo intensificado no Brasil como fruto das reiteradas

políticas de austeridade. Tais condicionantes impactam o desenvolvimento dos Programas e da ciência aí produzida, limitando sua potencialidade de contribuir para responder às reais necessidades de toda a população e do próprio desenvolvimento econômico e social do país, ao tempo em que aprofunda as desigualdades regionais.

Segundo Leher e Santos (2023), o problema principal da crescente relevância dos indicadores de internacionalização é a descontextualização da temática e de suas métricas, fundadas na realidade dos países centrais. Em artigo intitulado “geoeconomia política do conhecimento e os desafios para a internacionalização da pós-graduação” lembram que a ascensão dos países e de suas instituições universitárias e científicas no âmbito mundial depende de estratégias, de políticas econômicas e de desenvolvimento social.

Neste sentido, os países que realizaram revoluções burguesas ou mesmo as chamadas revoluções socialistas, detêm a primazia do desenvolvimento científico e tecnológico e com isso investem em centros de pesquisa, em instituições educacionais de excelência, com o objetivo de impulsionar um dado projeto de desenvolvimento.

A realidade brasileira é bem distinta, pois ao abraçar o projeto neoliberal, o país aprofundou sua condição de exportador de *commodities* brutas enquanto importa produtos de maior valor agregado. Neste sentido, as assimetrias mundiais são reproduzidas por *rankings*, métricas e perfis que realimentam a heteronomia. Os indicadores não se coadunam com as características e desafios das universidades latino-americanas, que aprofundam a heteronomia cultural (Fernandes, 2008).

Para as universidades brasileiras que convivem com restrições orçamentárias continuadas, o desfinanciamento é mais que uma contingência, é projeto das classes dominantes, afinal para produzir *commodities* de baixo valor agregado, a pesquisa científica perde relevo. A que custos e em que condições se produz ciência no Brasil? Há induções e prioridades distintas dos países centrais, há profundas desigualdades

regionais, assim como há baixíssimos investimentos para as Ciências Humanas e Sociais.

A título de uma primeira síntese, somos levadas a considerar que o aparente consenso em torno da internacionalização como estratégia para galgar a excelência descortina-se: esta esconde, ofusca uma disputa pela apropriação da riqueza social e da ciência como força produtiva. Estamos falando de um desenvolvimento científico voltado para a expansão do capital em detrimento das necessidades sociais e de uma extração anárquica e extensiva dos recursos naturais, mediante a subordinação dos países periféricos aos interesses imperiais.

Em outras e sucintas palavras, pensar a internacionalização do conhecimento supõe reiterar a **não neutralidade da produção do conhecimento**, pois a internacionalização, assim como a produção do conhecimento, serve a interesses determinados, portanto configura um campo de disputa de hegemonia. E o discurso que afirma as relações de solidariedade e equidade entre países, evanesce, sobretudo quando se trata da relação centro-periferia, de modo que a pretendida simetria não passa de uma ideologia.

Voltando-nos ao segundo ponto de reflexão, cabe indagar: Que internacionalização nos interessa? Que estratégias devemos buscar para afirmar nossa direção social nas ações de internacionalização? Iniciamos por lembrar a prof. Marilda na primeira palestra do Seminário: “a história do Serviço Social brasileiro rompe com o pensamento colonizador, articulando conhecimento e organização latinoamericana”. No tempo presente isso se constituiu enorme desafio, mas o serviço social se renova e se fortalece, afirma e incorpora o legado da Reconceituação, desenvolvendo a crítica social no interior da profissão e concebendo seus profissionais como parte da classe trabalhadora. Nossa história não é uma história de insulamento, é uma história de ruptura das fronteiras nacionais e de afirmação da necessária unidade latinoamericana.

Entendemos que a internacionalização é uma estratégia fundamental para a socialização e as trocas de conhecimentos sobre a realidade social e a profissão, para fortalecer nossos laços na luta em defesa de uma ciência socialmente comprometida com as necessidades da maioria da população, dos segmentos explorados e oprimidos.

Ao mesmo tempo a internacionalização é hoje uma dimensão importante de nossos Programas de Pós-Graduação. Segundo atesta o relatório da avaliação quadrienal 2017 – 2020 (CAPES, 2021), a área realizou vários tipos de intercâmbios nacionais e internacionais, a exemplo de acordos de cooperação internacional e mobilidade de docentes e discentes em diversas modalidades, parcerias de pesquisa, inserção internacional como professoras(es)-visitantes e recepção de docentes nessa condição, dupla titulação, dentre outros. Este processo abrangeu quase todos os continentes, sendo a Europa aquele que mais compareceu, seguidos pela América Latina e África do Sul (CAPES, 2021).

A ABEPSS historicamente vem articulando com representantes de entidades científicas de vários países da América Latina, congregados em torno da Associação Latinoamericana de Ensino e Investigação em Trabalho Social – ALAEITS. A ação estratégica de articulação com países de língua portuguesa iniciou-se no Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC – SP e ampliou-se em demais Programas e cursos de graduação, permitindo atualmente a mobilização com profissionais de todos os países da Comunidade de Língua Portuguesa – CPLP, exceto o Timor Leste.

Na perspectiva de aprofundar as relações SUL-SUL além da histórica parceria com os países do Cone Sul, a prioridade da atual gestão tem sido o estabelecimento de acordos e parcerias com países da Amazônia Internacional que integram a região Andina na ALAEITS e com países de língua portuguesa em África.

Entretanto, as iniciativas empreendidas não podem e não devem semear ilusões: a internalização da ciência brasileira só se fará, efetivamente, por meio de política pública, o que envolve uma luta por uma destinação orçamentária capaz de assegurar mobilidade internacional de docentes e discentes, pesquisas, publicações internacionais conjuntas, captação de quadros internacionais para exercerem atividades temporárias nos cursos, dentre outros.

Temos o seu compromisso com uma formação de qualidade, crítica e emancipatória. Tanto na graduação quanto na pós-graduação, temos como objetivo contribuir para a formação de quadros altamente qualificados, capazes de oferecer respostas para o enfrentamento das múltiplas expressões da “questão social” no Brasil, local ou regionalmente, inclusive em nossas universidades.

A experiência concreta das universidades internacionais que ofertam cursos de graduação em Serviço Social no Brasil, a Universidade Federal da Integração Latinoamericana – UNILA na cidade de Foz do Iguaçu – PR e a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB na cidade de Redenção – CE são centrais no fortalecimento de uma formação profissional internacionalista com impacto no sul global. Sendo assim, conjugam uma centralidade estratégica em seu potencial alcance no âmbito da cooperação nacional e internacional.

Para concluirmos, retomamos nossa pergunta central: que internacionalização queremos? Trata-se aqui de apresentar alguns princípios norteadores, na tentativa de contribuirmos com o debate impulsionado no Seminário:

- 1) buscamos construir e desenvolver iniciativas de internacionalização que contribuam para a solidariedade internacional e o combate às assimetrias regionais, por meio de trocas de conhecimento solidárias e respeitadas da diversidade sociocultural e não subordinação aos ditames imperiais. Neste sentido, as métricas produzidas a partir de uma

realidade radicalmente distinta da nossa devem merecer nossa atenção e crítica;

2) os esforços por decifrar e construir pontes entre países e regiões de capitalismo dependente, nos coloca o desafio de reforçar as alianças entre os países do chamado Sul Global, profundamente marcados pelo saque dos recursos naturais, do fundo público nacional e pelas resistências e lutas contra o ordenamento burguês e imperial;

3) enfrentar o produtivismo, a meritocracia e o racismo de todos os matizes. A luta pelo respeito e valorização do conhecimento dos povos tradicionais, a exemplo de indígenas, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, etc. e os de origem afro é mais do que um compromisso ético, é uma necessidade para a constituição do pensamento crítico: não um conhecimento e uma história à parte, a ser meramente “conservado” em uma espécie de laboratório a céu aberto, mas parte essencial da vida coletiva da qual somos parcela. (Fontes e Miranda, 2014).

4) O combate às assimetrias regionais. A busca por uma formação de excelência tem centralidade em nossas agendas, o que supõe, ainda, argúcia na apreensão das particularidades regionais, das potencialidades e desafios que portam. Isto invoca considerar as especificidades do fazer ciência, pesquisa e extensão em contextos profundamente adversos, sobretudo em regiões com precárias condições de mobilidade, de infraestrutura e de serviços, o que impacta o potencial de internacionalização e de uma formação de excelência.

5) respeito à diversidade cultural, mas a partir de esforços que considerem a necessidade de construção de pactuação, que considere e incorpore uma agenda que tenha como elementos incontornáveis: a defesa das liberdades democráticas, dos direitos humanos, contra o neoliberalismo e ultraconservadorismo, contra o racismo, a LGBTfobia e o patriarcado;

6) considere-se, ainda, as relações entre as entidades representativas do Serviço Social em nível mundial: diálogo fraterno e construção de possibilidades de redes de pesquisas, de intercâmbio de docentes e discentes, de realização de eventos conjuntos e de construção de estratégias de interlocução que possibilitem afinar as entidades representativas na luta por uma sociedade livre e emancipada.

Por fim, a agenda do Serviço Social é ampla, como grandes são os desafios postos pela realidade social no país e no mundo. Diante disso, entendemos que os esforços de internacionalização que contribuam para o desenvolvimento científico e social invocam e exigem um firme posicionamento quanto ao papel social da ciência, na busca por alinhá-la a uma perspectiva de transformação social. O 1º Seminário foi um marco e ficará na história como parte deste empreendimento. Que sejamos incansáveis nesta busca! *Nuestro norte es el sur!*

## Referências

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DO ENSINO SUPERIOR (CAPES). **Relatório de Avaliação Quadrienal – Serviço Social**, Brasília, 2021. Disponível em: [https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/19122022\\_RELATORIO\\_AVALIACAO\\_QUADRIENAL\\_comnotaServioSocial.pdf](https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/19122022_RELATORIO_AVALIACAO_QUADRIENAL_comnotaServioSocial.pdf). Acesso em: 13 maio 2024.

COSTA, Joyce Pereira da; COSTA, Ana Ludmila Freire; YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. A internacionalização na política científica brasileira e seus impactos para os programas de pós-graduação. **Avaliação**, Campinas, Sorocaba. v. 26, n. 03, p. 881 – 899, nov. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/yPFcqtwgBCrRjg4mgq4ZvzQ/?lang=pt>. Acesso em: 13 maio 2024.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: um ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Ed. Globo, 2008.

FONTES, Virgínia Fontes; MIRANDA, Ary Carvalho. Pensamento crítico e as populações do campo, da floresta, das águas e... das cidades. **Tempus – Actas de Saúde Coletiva**, v. 8, n. 2, p. 305–316, 2014. Disponível em: <https://www.tempusactas.unb.br/index.php/tempus/article/view/1527>. Acesso em: 13 maio 2024.

LEHER, Roberto; SANTOS, Maria Rosimary Soares dos. Geoeconomia política do conhecimento e os desafios para a internacionalização da pós-graduação. **Argumentum**, v. 15, n. 2, p. 8–21, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/40987>. Acesso em: 12 maio 2024.

SAMPAIO JR. Plínio de Arruda Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 112, p. 672 – 688, out/dez, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/XSSKWS3N6nGBxSfFwy7cvTF/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 13 maio 2024.

## **SOBRE AS(OS) AUTORAS(ES)**

### **ALENE SILVA DA ROSA**

Assistente Social. Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas (UCPEL). Atua como assistente social na Secretaria de Cidadania, Assistência Social e Habitação em Piratini (RS), Brasil. Foi representante Discente de Pós-Graduação (Suplente) da regional Sul I da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) na gestão 2023 a 2024.

### **ALEX FABIANO TOLEDO**

Assistente Social. Doutor em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), professor no curso de graduação em Serviço Social na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, *campus* de Toledo (PR), Brasil. Investigador Integrado do Centro Lusíada de Investigação em Serviço Social e Intervenção Social (CLISSIS), vinculado à Universidade Lusíada em Lisboa, Portugal.

### **ANNAMARIA CAMPANINI**

Trabajadora social, socióloga y terapeuta familiar. Doctora en Sociología, Teoría y Metodología de los Servicios Sociales. En 2009 recibió un doctorado *honoris causa* de la Universidad Loyola de Chicago. Fue profesora asociada en la Universidad de Milán Bicocca hasta 2020, Italia. De 2016 a 2024 presidenta de la Asociación Internacional de Escuelas de Trabajo Social (IASSW). Desarrolla una intensa actividad docente y de formación continua en Italia y en el extranjero y ha publicado numerosos textos y artículos en revistas italianas y extranjeras.

### **ARIANE PAIVA**

Assistente Social. Mestre e Doutora em Serviço Social pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense (UFF–Niterói). Pós-doutorado pelo Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC–Rio). Atualmente é Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social da PUC – Rio, na cidade do Rio de Janeiro (RJ), Brasil. Na gestão da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) - *Em Luta, Seguimos Atentas e Fortes: Luciana Cantalice, presente!*, atuou na Coordenação Regional de Pós-Graduação e na gestão *A Certeza na frente, a história na mão: Serviço Social e luta coletiva* (2025 a 2026) participou como Vice-Presidente na Regional Leste.

**DANIELA RIBEIRO CASTILHO**

Assistente Social. Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Docente da Faculdade de Serviço Social (FASS) e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Pará (UFPA) na cidade de Belém (PA), Brasil. Participou como conselheira do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, na gestão *Tecendo na luta a manhã desejada*, de 2014 a 2017. Na gestão da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) *Em Luta, Seguimos Atentas e Fortes: Luciana Cantalice, presente!* Atuou no Conselho Fiscal de 2023 a 2024. Participou como conselheira do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, nas gestões *Tecendo na luta a manhã desejada* (2014 a 2017) e *É de batalhas que se vive a vida*, (2017 a 2020).

**ELMIDES MARIA MAARALDI**

Assistente Social. Mestre em Política Social e Serviço Social pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) analisando a apreensão teórico-crítica da categoria Liberdade no cotidiano e sua relação com o Projeto Ético-Político do Serviço Social. Professora do quadro efetivo do Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Integração Latinoamericana (UNILA), sendo sua coordenadora de setembro de 2022 a junho de 2025, na cidade de Foz do Iguaçu (PR), Brasil.

### **ESTHER LUÍZA DE SOUZA LEMOS**

Assistente Social. Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC–SP), doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (2009) e pós-doutorado pela Universidade de Brasília – UnB. É professora efetiva no curso de Graduação e no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNIOESTE – *Campus* de Toledo (PR), Brasil. Participou como conselheira do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, na gestão *Tempo de Luta e Resistência* (2011 a 2014) e na gestão *Tecendo na luta a manhã desejada* (2014 a 2017). Foi presidente da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS (2019 a 2020) na gestão *Resistir e avançar, na ousadia de lutar!* Na gestão *Em Luta, Seguimos Atentas e Fortes: Luciana Cantalice, presente!* atuou na Coordenação Nacional de Relações Internacionais de 2023 a 2024.

### **FABRÍCIA CRISTINA DE CASTRO MACIEL**

Doutora em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP – Franca), membro dos Grupos de Pesquisa GEPESSE (UNESP) e COMPASS (UNB). Docente da Universidade Aberta Portugal, membro do Centro de Investigação em Serviço Social e Intervenção Social (CLISSIS), na Universidade Lusíada em Lisboa, Portugal.

### HAMIDA ASSUNÇÃO PINHEIRO

Assistente Social. Professora da Graduação em Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas (PPGSS/UFAM). Doutora em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia pela UFAM. É Pós-doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Líder do Grupo de Pesquisa Estudos de Serviço Social, Trabalho e Direitos na Amazônia (ESTRADAS). É Bolsista de Produtividade em Pesquisa pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Coordenadora da Área de Serviço Social na CAPES (2022 a 2025 e 2026 a 2029).

### HELENI DUARTE DANTAS DE ÁVILA

Assistente Social. Mestre em Meio Ambiente pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), Doutora em Saúde Pública pelo Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (ISC/UFBA). **É professora Associada da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) na graduação em Serviço Social e no mestrado em Política Social e Territórios, na cidade de Cachoeira (BA), Brasil.** Foi conselheira do Conselho Regional de Serviço Social – CRESS BA, 5ª Região por duas gestões e do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, na gestão *Tempo de Luta e Resistência*, de 2011 a 2014. Na Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) na gestão *Em Luta, Seguimos Atentas e Fortes: Luciana Cantalice, presente!* (2023 a 2024) e na gestão *A Certeza na frente, a história na mão: Serviço Social e luta coletiva* (2025 a 2026) atuou na Coordenação Regional de Pós-Graduação pela Região Nordeste.

**JOANA VALENTE SANTANA**

Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora Titular da Faculdade e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (UFPA). Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Cidade, Habitação e Espaço Humano (GEP-CIHAB). Pesquisadora do CNPq, Nível 1D. Presidente da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) na Gestão 2025 a 2026, *A certeza na frente, a história na mão: Serviço Social e luta coletiva*, no Brasil.

**JORGE GARCÍA ESCOBAR**

Licenciado en Trabajo Social por la Universidad Nacional Mayor de San Marcos, Master en Trabajo Social por la Universidad Nacional Autónoma de Honduras, Doctor en Ciencias Sociales por la Universidad Nacional Mayor de San Marcos em Lima, no Peru. Actualmente, docente de la Escuela Profesional de Trabajo Social y director del Instituto de Investigaciones Histórico Sociales, ambos de la Universidad Nacional Mayor de San Marcos. Representante de la Región Andina de Asociación latinoamericana de Enseñanza en Investigación en Trabajo Social (ALEITS), gestión 2023 a 2025.

## LAÍS DUARTE CORRÊA

Assistente Social. Mestra em Política Social e Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). É professora do Departamento de Serviço Social da UFRGS no Curso de Graduação em Serviço Social na cidade de Porto Alegre (RS), Brasil. Na gestão da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) – *Em Luta, Seguimos Atentas e Fortes: Luciana Cantalice, presente!*, atuou na representação como Discente Regional de Pós-Graduação de 2023 a 2024 e na gestão *A Certeza na frente, a história na mão: Serviço Social e luta coletiva*, de 2025 a 2026, participou como Vice-Presidente na Regional Sul I.

## MARCOS CHINCHILLA MONTES

Trabajador Social. Profesor jubilado de la Escuela de Trabajo Social de la Universidad de Costa Rica. Integrante de la Dirección Ejecutiva de la Asociación Latinoamericana de Enseñanza en Investigación en Trabajo Social (ALAEITS) durante los periodos 2009 – 2012 y 2018 – 2022. Además de ser docente, coordinó la Comisión de Acción Social de esa unidad académica, y durante varios años coordinó el proyecto Articulación y Cooperación Académica del Trabajo Social en el Plano Internacional. Representante de la Región México, Centroamérica y el Caribe de ALAEITS, gestión 2023 a 2025 e 2026 a 2028.

**MARIA DAS GRAÇAS E SILVA**

Assistente Social, Mestre e Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e pós-doutorado no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES/UC) em Portugal. Atualmente, é professora Associada III no curso de Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco – (UFPE) em Recife (PE), Brasil. Na gestão da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) *Em Luta, Seguimos Atentas e Fortes: Luciana Cantalice, presente!* atuou na Coordenação Nacional de Pós-Graduação de 2023 a 2024.

**MARILDA VILLELA IAMAMOTO**

Assistente Social. Mestre em Sociologia Rural pela Universidade de São Paulo (USP); Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), onde realizou o pós-doutorado. Professora Titular aposentada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) onde é docente do quadro permanente do seu Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, na cidade do Rio de Janeiro (RJ), Brasil. Pesquisadora, categoria 1A do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

### **PATRÍCIO AZEVEDO RIBEIRO**

Assistente Social. Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestre em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Professor do Curso de Serviço Social da UFAM, no Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (ICSEZ), Campus Parintins (AM), Brasil. Na Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS pela Região Norte foi Representante Discente Regional de Pós-Graduação na gestão *Resistir e avançar, na ousadia de lutar!* (2019 a 2020), e na gestão *A Certeza na frente, a história na mão: Serviço Social e luta coletiva* (2025 a 2026) atuou como Vice-Presidente da Região Norte.

### **RAMIRO MARCOS DULCICH PICCOLO**

Licenciado em Trabajo Social na Faculdade de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade Nacional de Rosário (UNR), Argentina (2000); Doutor em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil (2008). Atualmente é Professor Associado IV da Universidade Federal Fluminense (UFF), Rio das Ostras (RJ), Brasil. Na Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS atuou na Coordenação Nacional de Relações Internacionais na gestão *Resistir e avançar, na ousadia de lutar!* (2019 a 2020) e na gestão *Aqui se respira luta!* (2021 a 2022). É representante da Região na Coordenação Regional do Cone Sul da Associação Latino-americana de Ensino e Investigação em Serviço Social (ALAEITS) nas gestões 2023 a 2025 e 2026 a 2028.

**ROBERTO LEHER**

Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (1998). Professor Titular da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro na linha Estado, Trabalho e Movimentos Sociais na cidade do Rio de Janeiro (RJ), Brasil. Desenvolve pesquisa em políticas públicas em educação, atua no Coletivo de Estudos em Marxismo e Educação – COLEMARX. Pesquisador do CNPq, Cientista de Nosso Estado (FAPERJ) e colaborador da Escola Nacional Florestan Fernandes, Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro na gestão 2015 a 2019.

**RODRIGO DINIZ**

Assistente social. Mestre (2012) e doutor (2021) em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC–SP). É professor do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (SP), Brasil. Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Cidades e Territórios (PUC–SP). Na Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS na gestão *Em Luta, Seguimos Atentas e Fortes: Luciana Cantalice, presente!* (2023–2024) foi Vice-Presidente pela Região Sul II.

## ROSEMEIRE DOS SANTOS

Assistente Social. Mestre e Doutora em Serviço Social pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC–SP). Professora Adjunta IV da Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT), na cidade de Miracema (TO), Brasil. Na Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS pela Região Norte foi Coordenadora Regional de Graduação na gestão *Resistir e avançar, na ousadia de lutar!* (2019 a 2020), na gestão *Aqui se respira luta!* (2021 a 2022) foi Vice-Presidente e na gestão *Em Luta, Seguimos Atentas e Fortes: Luciana Cantalice, presente!* atuou na Coordenação Regional de Pós-Graduação de 2023 a 2024.

## SANDRA DE FARIA

Assistente Social. Mestre e Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC–SP), Pós-Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É Professora Adjunta da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC–Goiás), dos Cursos de Graduação e Mestrado em Serviço Social, na cidade de Goiânia (GO), Brasil. Na Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) na gestão *Em Luta, Seguimos Atentas e Fortes: Luciana Cantalice, presente!* Participou com Coordenação Regional de Pós-Graduação pela Região Centro-Oeste de 2023 a 2024 e na gestão *A Certeza na frente, a história na mão: Serviço Social e luta coletiva*, atuou na Coordenação Nacional de Relações Internacionais de 2025 a 2026.

**SERGIO QUINTERO LONDOÑO**

Doctor en Trabajo Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), docente de la Universidad de Caldas, Colombia. Editor de la revista *Eleuthera*, director del Grupo de Investigación Desarrollo Humano. Integrante de Trabajo Social Crítico Colombia. Educador Popular.

**SIMÃO JOÃO SAMBA**

Assistente Social graduado pelo Centro Univesitário Salesiano de São Paulo (UNISAL), Americana (SP). Mestre e Doutor em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil. Professor Associado da Faculdade de Serviço Social da Universidade de Luanda alocado no Departamento de Ensino e Investigação em Serviço Social. Ex. Decano da Faculdade de Serviço Social. Membro fundador e Primeiro Presidente da Associação dos Assistentes Sociais de Angola (AAS-ANGOLA) de 2013–2018. Professor colaborador do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Política Social do Instituto Superior João Paulo II da Universidade Católica de Angola – UCAN, Luanda – Angola. Pesquisador de temas como: serviço social, trabalho informal, crianças e adolescentes em situação de rua e risco, juventudes, desigualdades, vulnerabilidades, serviço social na educação, entre outros.

### **SOLANGE MARIA TEIXEIRA**

Assistente Social. Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUS-SP); Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e Pós-Doutora em Serviço Social pela PUC-SP. É professora titular na graduação e no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Piauí (UFPI), na cidade de Teresina (PI), Brasil. É Bolsista de Produtividade pelo CNPq. Membro do Comitê de Assessoramento de Psicologia e Serviço Social do CNPq de 2023 a 2026.

### **SONIA BRITO**

Trabajadora Social. Presidenta Asociación Latinoamericana de Enseñanza en Investigación en Trabajo Social (ALAEITS) Gestión 2023 a 2025. Presidenta de la Asociación Chilena de Enseñanza en Trabajo Social Universitario (ACHETSU). Vicepresidenta Asociación Internacional de escuelas de Trabajo social (IASSW). Académica Investigadora del Departamento de Trabajo Social y Directora de Carrera Universidad Alberto Hurtado, en Santiago, Chile.

O presente E-book é resultado do I Seminário Internacional “Formação, Pós-Graduação e Internacionalização em Serviço Social: a Amazônia e os desafios contemporâneos”, realizado no período de 04 a 06 de julho de 2024 na cidade de Belém do Pará, organizado pela ABEPSS na gestão “Em Luta, Seguimos Atentas e Fortes: Luciana Cantalice, presente!” (2023 – 2024).

Que internacionalização vamos construir?

“O ponto de partida é que a internacionalização se constrói na história. Ela é um terreno de disputa pelo poder, campo de luta pela hegemonia no cenário mundial, que assume várias formas ao longo do século XX e na atualidade, afetando todas as dimensões da vida e, também, a produção de conhecimentos”. (*Marilda Villela Yamamoto*)

*Venha construir junto na ABEPSS!*

APOIO



REALIZAÇÃO

